



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 088 - QUINTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 21</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾</p> <p>LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

- ⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.
⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005
⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005
⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.
⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 71ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 31 DE MAIO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 619, de 2006, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito Hélio Carlos Manhães, ocorrido no dia 23 do corrente..... 18573

Nº 620, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de pesar pelo falecimento da menina Katherine Schurmann, aos 13 anos de idade, vítima de pneumonia..... 18573

Nº 621, de 2006, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona..... 18573

Nº 622, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, nessa terça-feira, do jornalista e professor Daniel Koslowski Herz. 18574

Nº 623, de 2006, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando voto de aplauso à artista plástica Maria Nazaré Rufino, por haver sido contemplada, nos Estados Unidos, com o prêmio internacional Brazilian International Press Award 2006, como a artista brasileira que mais contribuiu para a imagem positiva do Brasil nos Estados Unidos..... 18574

Nº 624, de 2006, de autoria do Senador Ney Suassuna, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005, além da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos. 18575

Nº 625, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de aplauso em homenagem à Doutora Madeleine Alves de Souza Gouveia, empossada recentemente como Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. 18575

Nº 626, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Daniel Koslowski Herz, falecido terça-feira, dia 30 do corrente..... 18575

Nº 627, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2004, de sua autoria, dos Projetos de Lei do Senado nº 263, de 2003, nº 176, de 2000 e do nº 295, de 2003, de forma a retomar sua tramitação autônoma. 18575

Nº 628, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2006, por regularem sobre a mesma matéria..... 18575

1.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para estabelecer limites à cobrança de multa, juros de mora e despesas de cobrança decorrentes de inadimplemento de obrigações de consumidores..... 18576

Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que institui o Dia Nacional do Pesquisador..... 18577

Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2006, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Srs Senadores, que dispõe sobre medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o artigo 150, § 5º, da Constituição Federal..... 18577

Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que acrescenta parágrafo ao art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispensar o empregador doméstico do pagamento da indenização ali prevista..... 18584

Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para o fim de incluir mais um tipo penal à referida Lei..... 18586

Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2006, de autoria do Senador Flávio Arns, que institui o dia 9 de agosto como o Dia Nacional da Equoterapia..... 18587

1.2.3 – Ofício

Nº 186/2006, de 31 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. *Designação do Senador Gilvam Borges, como suplente, para compor a referida Comissão*..... 18588

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 29 de maio de 2006 e publicação em 30 do mesmo mês e ano, da **Medida Provisória nº 295, de 2006**, que dispõe sobre a reestruturação das carreiras de Especialista do Banco Central do Brasil, de Magistério de Ensino Superior e de Magistério de 1º e 2º Grau e da remuneração dessas carreiras, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e dos cargos da área de apoio à fiscalização federal agropecuária, estende a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária – GDATFA aos cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – GDASUS, e dá outras providências. *Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria*. 18589

1.2.5 – Pareceres

Nº 634, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 141, de 2006 (nº 364/2006, na origem), que submete à consideração do Senado Federal o nome da Senhora *Elizabeth Maria Mercier Querido Farina*, para ser reconduzida ao cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça..... 18590

Nº 635, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 142, de 2006 (nº 365/2006, na origem), que submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor *Luís Fernando Rigato Vasconcelos*, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça..... 18591

Nº 636, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 143, de 2006 (nº 366/2006, na origem), que submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor *Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado*, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo

de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça..... 18593

Nº 637, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 144, de 2006 (nº 367/2006, na origem), que submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor *Ricardo Villas Bôas Cueva* para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça..... 18595

1.2.6 – Aviso do Tribunal de Contas da União (autuação)

Nº 15, de 2006-CN (nº 736-SGS/TCU/2006, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 732, de 2006 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente às obras e serviços de engenharia para a construção de rodovia no Projeto de Assentamento Gameleira, situado no Município de Flores de Goiás – GO (TC 009.458/2005-4). 18597

1.2.7 – Ofícios do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 72/2006, de 31 do corrente, comunicando que aquela comissão aprovou a Emenda nº 01-CAS (Substitutivo) oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para tornar obrigatória a colocação de tampa plástica protetora nas bebidas embaladas em latas de alumínio ou outro metal..... 18597

Nº 74/2006, de 31 do corrente, comunicando que aquela comissão aprovou a Emenda nº 01-CAS (Substitutivo) oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que dá nova redação ao artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para alterar o critério de concessão de férias, e dá outras providências, ficando prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2005, de autoria do Senador César Borges, que revoga o § 2º do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Extingue a proibição de concessão do parcelamento de férias aos trabalhadores menores de 18 (dezoito) e maiores de 50 (cinquenta) anos de idade.)..... 18598

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Esclarecimento de que os substitutivos aos Projetos de Lei do Senado nºs 116, de 2003; 16, de 2004; e 88, de 2005, poderão receber emendas perante a Comissão de Assuntos Sociais até o encerramento da discussão, em turno suplementar..... 18598

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Comentários a declarações do Sr. João Manoel Durão

Barros, Presidente da Comissão Europeia, sobre o avanço do populismo na América Latina.....	18598	tramitação nas duas Casas. Importância dos trabalhos daquela Comissão.	18630
SENADOR <i>GILVAM BORGES</i> – Críticas ao posicionamento do Senador Pedro Simon sobre sua candidatura para Presidente da República pelo PMDB.	18601	1.3 – ORDEM DO DIA	
SENADOR <i>JOÃO BATISTA MOTTA</i> – Considerações à matéria publicada pelo jornal <i>A Gazeta</i> , do Estado do Espírito Santo, sobre as questões ambientais envolvidas na exploração de petróleo e gás.....	18603	Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
SENADOR <i>JOÃO ALBERTO SOUZA</i> – Participação de S.Exa. em inauguração de agência do INSS no município de Grajaú, no Estado do Maranhão.....	18607	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006), que reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências. Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.....	18634
SENADOR <i>ANTONIO CARLOS MAGALHÃES</i> – Crítica à maneira imprópria como o Governo Federal concedeu aumento para o funcionalismo. História da Cida pública de S. Exa. Ratificação da legitimidade do mandato de S. Exa. Para defesa dos interesses do Estado da Bahia.	18608	Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
SENADOR <i>RODOLPHO TOURINHO</i> – Análise de dados sobre os programas “Luz para Todos” e “Luz no Campo”, destinados à eletrificação rural.	18609	Medida Provisória nº 282, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais, para o fim que especifica. Apreciação sobrestada.	18634
SENADORA <i>HELOÍSA HELENA</i> , como Líder – Defesa da aprovação de projetos destinados ao desenvolvimento de políticas sociais de atendimento às crianças e adolescentes.	18611	Item 3 (Proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006) – (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
SENADORA <i>ÍRIS DE ARAÚJO</i> – Comentários sobre a turbulência no mercado financeiro.....	18613	Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006), que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de	
SENADOR <i>ALVARO DIAS</i> , como Líder – Ratificação da tese de existência de superávit na Previdência Social.	18616		
SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> , como Líder – Transcrição nos Anais de diversas matérias jornalísticas. Registro do aumento no número de assassinatos de indígenas no governo Lula.	18619		
SENADORA <i>FÁTIMA CLEIDE</i> – Considerações sobre a violência praticada contra crianças.	18626		
SENADOR <i>SIBÁ MACHADO</i> , como Líder – Reflexão sobre dados divulgados pelo IBGE referentes aos números do Brasil e de sua economia, que mostram que as dificuldades econômicas estão sendo superadas.	18627		
SENADOR <i>NEY SUASSUNA</i> – Leitura de nota de apoio a S.Exa. de autoria de 92% dos integrantes da Bancada do PMDB. Preocupação com as dificuldades enfrentadas pelos hospitais e pelos profissionais envolvidos com a saúde na Paraíba.	18628		
SENADOR <i>RAMEZ TEBET</i> – Cumprimentos ao Senador César Borges, pela assunção à Presidência da Comissão Mista Temporária destinada a sistematizar os projetos sobre saneamento em			

bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. **Apreciação sobrestada.** 18635

Item 4 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006), que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949. **Apreciação sobrestada.** 18635

Item 5 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006), que dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** 18635

Item 6

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa). **Apreciação sobrestada.** 18635

Item 7

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada.** 18636

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder

Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Apreciação sobrestada. 18636

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB). **Apreciação sobrestada.** 18636

Item 10

Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.

Apreciação sobrestada. 18636

Item 11

Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.

Apreciação sobrestada. 18636

Item 12

Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções). **Apreciação sobrestada.** 18636

Item 13

Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Apreciação sobrestada. 18637

Item 14

Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida. **Apreciação sobrestada.** 18637

Item 15

Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em

prescrições de médicos e odontólogos. **Apreciação sobrestada.** 18637

Item 16

Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação. **Apreciação sobrestada.** 18637

Item 17

Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que institui o Dia do Radialista. **Apreciação sobrestada.** 18637

Item 18

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus. **Apreciação sobrestada.** 18637

Item 19

Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002. **Apreciação sobrestada.** 18637

Item 20 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas. **Apreciação sobrestada.** 18638

Item 21 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar). **Apreciação sobrestada.** 18638

Item 22

Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** 18638

Item 23 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal. **Apreciação sobrestada.** 18638

Item 24

Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais). **Apreciação sobrestada.** 18638

Item 25

Requerimento nº 462, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja consignado um voto de repúdio pela decisão do Tribunal Penal Central do Iraque, que condenou à pena de morte o responsável pelo atentado que ocasionou a morte de Sérgio Vieira de Mello. **Apreciação sobrestada.** 18639

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR PAULO PAIM – Lamento pelo falecimento ocorrido ontem, em Porto Alegre, de Daniel Koslowski Herz, Diretor da Federação Nacional de Jornalistas. Solidariedade à família do Diretor-Geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, pelo falecimento de seu irmão Nicanor Maia. Análise sobre o pacote agrícola do governo. 18639

SENADORA IDELI SALVATTI – Questionamentos sobre o alto índice de mortalidade materna no Brasil. Registro da participação de S. Exa. em evento no Ministério da Saúde, em comemoração ao Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e da redução da Mortalidade Materna. 18642

SENADOR ROMEU TUMA – Confirmação da coligação do PSDB e do PFL, indicando o Sr. Geraldo Alckmin como candidato a Presidente da República e o Senador José Jorge, como Vice-Presidente. Cumprimentos ao Senador Magno Malta pela aprovação hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da nova lei das drogas. Considerações sobre a notícia de uso da CIA pela Kroll para investigar o governo brasileiro. 18645

1.3.2 – Leitura de requerimento

Nº 629, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando que seja autorizada representação externa do Senado Federal, para participar do Fórum Estadual em Defesa dos Municípios, que será realizado em Manaus/AM, no dia 01/06 do corrente ano. 18648

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR AELTON FREITAS, como Líder – Satisfação pela promoção no dia de hoje, do lançamento de obra literária de tema inédito, intitulada “O Andarilho – Quem é ele?”, reflexão ímpar sobre um tipo social que merece a atenção por parte de toda a sociedade. 18648

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Registro do comparecimento à Comissão de Assuntos Econômicos, no dia 13 de junho, do Presidente do Banco Central e demais membros do Conselho de Política Monetária. Considerações sobre as próximas eleições presidenciais..... 18649

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, como Líder – Comentários à Medida Provisória nº 285/2006, que dispõe sobre a repactuação das dívidas dos agricultores. 18653

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Críticas à ida do presidente Lula a Manaus, para inaugurar a primeira solda do Gasoduto Coari-Manaus..... 18654

SENADOR MAGNO MALTA – Justificação de requerimento encaminhado à Mesa, de voto de repúdio pelas afirmações e insinuações do Presidente da Bolívia, Evo Morales, bem como para que o mesmo seja considerado *persona non grata*. Registro da aprovação hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da nova Lei de Drogas do País..... 18657

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Encaminhamento à Mesa de pronunciamento sobre o trabalho desenvolvido pelo Exército Brasileiro nas fronteiras da Amazônia..... 18660

SENADOR CÉSAR BORGES – Registro da instalação, hoje, da Comissão Especial Mista para sistematizar o marco regulatório do setor de saneamento. Agradecimento às palavras de cumprimentos do Senador Ramez Tebet pela designação de S.Exa. para o cargo de Presidente da Comissão sobre saneamento. Críticas à apropriação indébita que o governo federal faz, dos recursos do FGTS. 18661

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Registro do entendimento político-partidário realizado hoje, entre o PFL e o PSDB, para o lançamento da chapa encabeçada pelo ex-Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, à Presidência da República. Voto de aplauso à brasileira Zildete Leite dos Reis, cozinheira, que depôs hoje na CPI dos Bingos. 18662

SENADOR MARCOS GUERRA – Considerações sobre o setor têxtil nacional, que vem enfrentando grandes problemas mercadológicos..... 18663

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Apelo com relação ao setor agrícola nordestino, que tem se mostrado muito vulnerável. Questionamento pela edição da Medida Provisória nº 285/2006. 18664

SENADOR LEONEL PAVAN – Apelo em favor da liberação de recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Sul – Prodetur Sul, para Santa Catarina. 18665

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Lamento pela não realização da Audiência Pública na CAE, onde seria iniciado o debate para a regulamentação da Lei Kandir, em razão da ausência de representantes do governo. Registro da realização de Audiência Pública, hoje, na CMA, para tentar a conciliação dos interesses, no sentido de que o setor madeireiro tenha condições de sustentação. 18666

1.3.4 – Leitura de requerimento

Nº 630, de 2006, de autoria da Senadora Íris de Araújo, solicitando licença para participar do XXI Encontro Del Parlamento Cultural de Mercosul – PARCUM – (Parlamento Cultural do Mercosul), no período de 8 a 10 de junho de 2006, na cidade de Buenos Aires, Argentina. 18669

1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Transcrição do artigo intitulado “O Brasil da utopia de Lula”, de autoria do jornalista Villas-Bôas Corrêa, publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 31 do corrente. Registro da matéria intitulada “Governo quer usar obra suspensa em publicidade na TV”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 15 do corrente. 18669

SENADOR JOÃO TENÓRIO – Registro da matéria intitulada “Mantega fecha equipe com crítico do BC”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 23 do corrente. 18672

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentários sobre a matéria intitulada “Silvinho diz que era mero ‘tarefeiro’”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 12 do corrente. 18673

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Registro da matéria intitulada “Nem paraguaio segue Lula no Mercosul”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 13 do corrente. 18675

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentários ao artigo intitulado “O código dos vinte”, de autoria do jornalista André Petry, publicado na revista **Veja**, edição de 17 do corrente. Comentários sobre o artigo intitulado “A República dos Alucinados”, de autoria da escritora Lya Luft, publicado na revista **Veja**, edição de 17 do corrente. 18676

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro do artigo intitulado “A esquerda e a América Latina”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 14 do corrente..... 18678

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do artigo intitulado “A verdade que falta”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 11 do corrente..... 18679

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “Estamos perdendo para a Ar-

gentina”, publicada na revista **Exame**, edição de 24 do corrente..... 18680

SENADOR LUIZ PONTES – Transcrição nos Anais do Senado da matéria intitulada “*Revolta no Conselho*”, publicada na revista **Veja**, edição de 17 do corrente..... 18682

1.3.6 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quinta-feira dia 1º de junho, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 18683

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 31-5-2006

3 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal no período de 1º a 31 de maio de 2006 e correspondência expedida..... 18689

4 – ATAS DE COMISSÕES (Publicadas em suplemento a este Diário)

5 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 124, de 2006. 18801

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 959 a 973, de 2006. 18801

SENADO FEDERAL

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

8 – SECRETARIA DE COMISSÕES

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

13 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

14 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

16 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

17 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

18 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

19 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 71ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 31 de maio de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, João Alberto Souza, Demóstenes Torres, Magno Malta, Jefferson Péres, Gilberto Mestrinho, Antonio João, Romeu Tuma e Flávio Arns

**ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:**

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 31/5/2006 07:43:19 até 31/5/2006 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
3loco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
3loco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
3loco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
3loco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PTB	MS	ANTÔNIO JOÃO	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
3loco-PT	SP	EDUARDO SUPICY	X	
PFL	PB	EFFRAIM MORAIS	X	
3loco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
3loco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
3loco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
3loco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	

PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X
3loco-PL	ES	MAGNO MALTA	X
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X
PFL	PE	MARCO MACIEL	X
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X
3loco-PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
3loco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X
PFL	SP	ROMEU TUMA	X
PMDB	RJ	SERGIO CABRAL	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
3loco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
3loco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
3loco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 69 Senadores

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 69 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 619, de 2006

Requeiro, nos termos do artigo 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de voto de pesar, pelo falecimento do ex-Prefeito Hélio Carlos Manhães, ocorrido na terça-feira passada, dia 23 de maio de 2006.

Requeiro, também, seja levado ao conhecimento da família.

Justificação

O voto de pesar que ora requeiro justifica-se pela significativa importância, no cenário político do Espírito Santo, do ex-Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim.

Político experiente, prefeito por dois mandatos, Deputado Federal por dois mandatos, Deputado Estadual e Vereador, conhecido pela sua inteligência e capacidade de analisar e compor dentro da política, com grandes realizações para o Estado Capixaba confirmado pela aprovação popular de suas idéias e ações. A perda inestimável deste ilustre cidadão do Espírito Santo deixará grande lacuna entre os familiares, amigos e cenário político.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Magno Malta**, PL – ES.

REQUERIMENTO 620, DE 2006

Requeiro, nos termos da lei, inserção em ata de voto de pesar à família Schurmann, de Navegantes – SC, pelo falecimento da menina Katherine Schurmann, aos 13 anos de idade, vítima de pneumonia. Dos 5 aos 7 anos, Katherine acompanhou a família numa viagem de volta ao mundo, para reconstituir a circunavegação de Fernão de Magalhães, realizada entre 1519 e 1522.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 621, de 2006

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça, informações sobre o recrudescimento de medidas de expedição de registro e porte de armas de fogo, desde a vigência da Lei nº 10.826, de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências, bem como o número de expedições efetivadas nos vários estados da federação, e os critérios mais difíceis de serem atendidos, dentre os exigidos por essa lei.

Justificação

O Serviço de Atendimento ao Cidadão do Senado Federal recebeu mensagem, questionando o motivo de o “governo”, depois do referendo que proibiu a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional (salvo para as entidades previstas no art. 6º da Lei nº 10.826, de 2003), não estar expedindo autorizações de porte de arma de fogo para os cidadãos que preenchem os requisitos dessa lei.

O cidadão narrou que já foi à Polícia Federal de São Paulo e Paraná, sendo-lhe informado que só expediram portes para seguranças de deputados e senadores, ou assessores.

A Consultoria Legislativa desta Casa contactou a Polícia Federal da cidade de São Paulo e do Paraná.

A Sra. Orcilia, funcionária da Polícia Federal da cidade de São Paulo (telefones – 11-36165070 a 5079), comunicou que os agentes policiais federais estão sendo muito rigorosos com a expedição de porte de arma; estão analisando 3.000 processos e desde a vigência da lei, só expediram 18 portes. Avisou, ainda, que a pessoa requerente tem que se enquadrar totalmente nos requisitos exigidos pela referida Lei nº 10.826, de 2003.

A informação prestada pelo funcionário da Polícia Federal do Paraná, Sr. Adelino (telefone: 41-3360765), é a mesma. Tem havido muito rigor na expedição do porte de arma. Se a pessoa se enquadrar nos termos da lei, não há dificuldades para obtenção do porte. Citou-se, como exemplo, o caso dos seguranças de boate, que solicitam o porte, mas é sempre negado.

Em face desses dados, solicitamos esclarecimentos de V. Exª sobre a aplicação da citada Lei nº 10.826, de 2003, nos termos deste requerimento, para que possamos imprimir possíveis correções, visando melhor eficiência na administração pública.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Álvaro Dias**.

(*À Mesa para decisão*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 622, DE 2006

Requeremos nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, nessa terça-feira, do jornalista e professor Daniel Koslowski Herz, bem como apresentação de condolências aos familiares.

Justificação

Daniel Koslowski Herz, diretor da Federação Nacional dos Jornalistas, morreu na tarde desta terça-feira, aos 51 anos, vítima de câncer. Ele estava internado no hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre.

Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília – UnB, Daniel era representante dos jornalistas no Conselho de Comunicação Social. Participou de diversas gestões da FENAJ, e foi fundador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e do Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (EPCOM). Foi diretor do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul. Trabalhou na imprensa independente, foi professor de Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina – do qual foi o primeiro Chefe de Departamento – e Coordenador -Geral de Comunicação da Prefeitura de Porto Alegre (1989/1990).

Autor do livro **A História Secreta da Rede Globo**, obra através da qual se tornou conhecido nacionalmente e leitura obrigatória nos cursos de jornalismo. Nela Daniel Herz publicou o resultado de suas pesquisas sobre a origem da Rede Globo e suas ligações com o grupo norte-americano **Time-Life**, durante a ditadura militar no Brasil.

O Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), suspendeu as aulas desta quarta-feira em homenagem à memória de Daniel Herz. Ele foi o primeiro chefe de Departamento de Jornalismo da UFSC, na época chamado Departamento de Comunicação, no início da década de 80. Em pleno regime militar, instituiu o funcionamento democrático do Curso, com a implantação de um conselho paritário de professores e alunos, até então inédito no Brasil. Além disso, instituiu eleições diretas para todos os cargos de chefia.

O curso de Jornalismo da UFSC tornou-se conhecido nacionalmente, quando Herz organizou o

lançamento da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, causa pela qual trabalhou sem cessar pelo resto de sua vida.

Há vários anos Daniel Herz lutava incessantemente contra o câncer que, mesmo assim, não o impediu de continuar sua militância. Nos últimos meses, porém, a situação agravou-se. A doença levou sua vida, mas não seu exemplo de companheirismo, combatividade, sua produção científica, política e sua história, que ficará indissociavelmente ligada à história da Fenaj e do movimento sindical dos jornalistas para sempre.

Daniel Herz deixa esposa, Célia Stadmik, e três filhos. Seu corpo será cremado no Crematório Metropolitano de Porto Alegre, com uma cerimônia pública.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy** – Senador **Pedro Simon** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Sérgio Zambiasi**.

REQUERIMENTO Nº 623, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais da Casa, que seja consignado nos anais do Senado Federal Voto de Aplauso à artista plástica Maria Nazaré Rufino, mais conhecida como Naza, por haver sido contemplada, nos Estados Unidos, com o prêmio internacional *Brazilian International Press Award* 2006, como a artista brasileira que mais contribuiu para a imagem positiva do Brasil nos Estados Unidos.

Justificação

Conhecida internacionalmente como a “pintora de emoções”, a artista brasileira Naza destaca-se no cenário das artes plásticas no Brasil e nos Estados Unidos.

O trabalho de Naza já extrapolou inúmeras fronteiras, tendo sido exposto em museus e galerias de prestígio em todo o continente americano e na Europa. Ganhadora de inúmeros prêmios, principalmente por seu estilo original, a artista nascida no Município de Santa Cruz do Piauí, no meu Estado do Piauí, tem criado uma grande demanda por seus trabalhos.

Várias celebridades são seus colecionadores. Entre elas, o ex-presidente Bill Clinton, Brigitte Bardot, Viviane Senna, Roberto Carlos o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e Luiz Eduardo Magalhães.

Por ter sido agraciada com esse importante prêmio da imprensa norte-americana, homenagem a artista Naza, requerendo este Voto de Aplauso ao Senado da República.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Heráclito Fortes**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 624, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, que sobre o PLC nº 67, de 2005, de autoria do Deputado Roberto Balestra, além da Comissão de Infra-Estrutura, constante do despacho inicial, seja ouvida também a Comissão da Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – **Ney Suassuna.**

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 625, DE 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de aplauso em homenagem à Doutora Madeleine Alves de Souza Gouveia, empossada recentemente como Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Justificação

Tomou posse ontem, dia 29 de maio, no honroso cargo de Desembargadora, a Doutora Madeleine Alves de Souza Gouveia.

Tendo iniciado sua proficiente carreira no ano de 1975 como Juíza de Direito da Comarca de Porto da Folha e posteriormente da Comarca de Lagarto, Doutora Madeleine exerceu os cargos de Juíza Eleitoral da 2ª Zona de Aracaju por 10 anos e Juíza membro do Tribunal Regional Eleitoral entre outubro de 2003 e outubro de 2005, sempre julgando de forma independente e intemerata.

Sua ascensão ao mais alto posto da Justiça sergipana, sem dúvida nobilitará o colegiado de Desembargadores, que terá como membro, uma Magistrada que ao longo da sua trajetória profissional tem feito da sua toga objeto de acendrado culto e nela investida vem dando lição permanente de crença na justiça.

Sendo assim, submeto à alta consideração dos demais Senhores Senadores o presente requerimento de aplauso pela posse como Desembargadora da Doutora Madeleine Alves de Souza Gouveia, para ser enviado à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Antonio Carlos Valadares.**

REQUERIMENTO Nº 626, DE 2006

Requeiro, nos termos da lei, inserção em ata de voto de pesar à família do Professor Daniel Koslowski Herz, falecido terça-feira (30-05). Com rica trajetória no jornalismo, exercia atualmente o cargo de Diretor da FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senadora **Ideli Salvatti.**

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 627, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 17/2004, de minha autoria, dos Projetos de Lei do Senado nº 263 de 2003, do nº 176 de 2000 e do nº 295 de 2003, de forma a retomar sua tramitação autônoma.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Paulo Paim.**

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 628, DE 2006

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto do PLS nº 277, de 2004, com o PLS nº 113, de 2006, por regularem a mesma matéria.

Justificação

As proposições acima relacionadas versam sobre a legislação referente aos planos de assistência à saúde, através de alterações propostas na mesma legislação, a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Rodolpho Tourinho.**

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do

Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172, DE 2006
– COMPLEMENTAR**

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para estabelecer limites à cobrança de multa, juros de mora e despesas de cobrança decorrentes de inadimplemento de obrigações de consumidores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, o seguintes artigo:

“Art. 53-A. Nos contratos de empréstimo ou financiamento celebrados entre consumidores e instituições financeiras ou outras autorizadas a funcionar pelo Banco Central, deverá constar:

I – a taxa de juros de mora ou o método de sua apuração;

II – a multa por inadimplemento da obrigação, que não poderá ser superior a 2% do valor em atraso; e

III – a discriminação das demais despesas de cobrança a que estará sujeito o consumidor inadimplente.

§ 1º A taxa de juros de mora não poderá ser superior a doze décimos da taxa de juros praticada no empréstimo ou financiamento.

§ 2º Em qualquer hipótese, o valor relativo ao inciso III não poderá ser superior a cinquenta por cento do valor da multa prevista no inciso II.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Não seria exagero afirmar que o Brasil se tornou o paraíso do setor financeiro. Os lucros sobre o patrimônio líquido avançam, cada ano, de forma exponencial. E esse movimento parece não ter paradeiro.

Por outro lado, a autoridade reguladora, o Banco Central, assiste a esse estado de coisas passivamente, amparado em uma análise microeconômica tão ingênua quanto ultrapassada, parecendo credi-

tar nos pressupostos de uma concorrência perfeita já abandonados até mesmo nos manuais dos graduandos em Economia.

De fato, as barreiras à entrada no setor bancário e sua crescente concentração são as causas principais de duas graves distorções na intermediação financeira no Brasil: **spreads** bancários elevadíssimos e tarifas bancárias que vêm subindo muito acima da inflação. Segundo pesquisa do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, os sete maiores bancos do País, em conjunto, arrecadaram R\$31 bilhões em tarifas no ano de 2005. Isso significa que esses bancos capturaram para si 1,6% de todo o PIB brasileiro no ano passado, ou seja, de toda a riqueza produzida no Brasil, apenas com a cobrança de tarifas.

Além dos **spreads** e das tarifas, o brasileiro ainda está sujeito a uma terceira forma impiedosa de extração de recursos por parte dos bancos. Nas prestações em atraso, os bancos cobram a chamada comissão de permanência, cujos juros costumam ser várias vezes superiores aos cobrados nos financiamentos originais. Em um caso concreto, acontecido em Brasília, pôde-se constatar que, em um financiamento de automóvel – em que as taxas de juros em geral não superam os 2% ao mês – os juros da comissão de permanência foram equivalentes a 12,1%!

O Projeto de Lei Complementar que apresento visa a eliminar essa prática nociva das instituições financeiras. Estabelece que, em contratos de instituições financeiras com consumidores, os juros por atraso não poderão ser superiores a 1,2 vezes a taxa de juros praticada no próprio financiamento. A exemplo do previsto no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor, é mantida a multa de 2% por inadimplência. Além disso, os bancos terão ainda a possibilidade de se ressarcirem das suas despesas de cobrança em até 1% do valor em atraso.

Trata-se de uma medida que visa a trazer um mínimo de equidade nas relações entre os consumidores e os bancos e financeiras. Seria melhor que essa atitude fosse uma iniciativa da autoridade reguladora. No seu silêncio e imobilidade, cabe ao Congresso Nacional assumir a defesa do cidadão.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

.....

Art. 53. As operações de financiamento rural ou pecuário, de valor até 50 (cinquenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, ficam isentas de taxas, despesas de avaliação, imposto do selo e independem de registro cartorário.

.....
LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

.....
LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos).

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, DE 2006

Institui o Dia Nacional do Pesquisador.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia nacional do pesquisador, a ser comemorado anualmente, no dia 8 de julho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em 8 de julho de 1948, Paulo Sawaya, José Reis e Maurício da Rocha e Silva e outros cientistas reconhecidos como alguns dos mais importantes pesquisadores brasileiros de todos os tempos criaram a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A ata de fundação dessa entidade estabelecia como seus objetivos: (a) apoiar e estimular o trabalho científico, e (b) melhor articular a ciência com os problemas de interesse geral relativos à indústria, à agricultura, à medicina, à economia etc.

Nada melhor do que a data de criação da SBPC, entidade que surgiu com o objetivo de promover o trabalho científico e sua articulação com os problemas de interesse geral da sociedade brasileira e que tão bem vem cumprindo esse objetivo, para comemorarmos o dia nacional do pesquisador.

No atual momento, que muitos denominam de “era do conhecimento”, e em que cada vez é mais importante o papel da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação tecnológica, é importante criar uma data nacional para homenagear os pesquisadores e para que sirva também de um dia de reflexão sobre as contribuições e as necessidades da pesquisa brasileira.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos ilustres pares para a aprovação do projeto de lei que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Eduardo Azeredo**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Educação, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2006

Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o artigo 150, § 5º, da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dos documentos fiscais ou equivalentes, emitidos por ocasião da venda ao consumidor de mercadorias e serviços, em todo o território nacional, deverá constar a informação do valor aproximado correspondente à totalidade dos tributos federais, estaduais e municipais, cuja incidência influi na formação dos respectivos preços de venda.

§ 1º A apuração do valor dos tributos incidentes deverá ser feita em relação a cada mercadoria ou serviço, separadamente, inclusive nas hipóteses de regimes jurídicos tributários diferenciados dos respectivos fabricantes, varejistas e prestadores de serviços, quando couber.

§ 2º A informação de que trata este artigo poderá constar de painel afixado em local visível do estabelecimento, ou por qualquer outro meio eletrônico ou impresso, de forma a demonstrar o valor ou o percentual, ambos aproximados, dos tributos incidentes sobre todas as mercadorias ou serviços postos à venda.

§ 3º Devido ao seu caráter informativo, do valor aproximado a que se refere o **caput** deste artigo, não serão excluídas as parcelas de tributos que estejam sob discussão judicial ou administrativa, instauradas

entre contribuintes e qualquer das entidades políticas tributantes, não podendo, ademais, o referido valor, constituir confissão de dívida ou afetar as relações jurídico-tributárias entre tais entidades e os contribuintes, de direito ou de fato.

§ 4º Os tributos que deverão ser computados são os seguintes:

a) Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);

b) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

c) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);

d) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF);

e) Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR);

f) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);

g) Contribuição Social para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) – (PIS/PASEP);

h) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);

i) Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE);

j) Contribuição Social incidente sobre a Folha de Salários (INSS);

k) Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF).

§ 5º Serão informados ainda os valores referentes ao imposto de importação, PIS/PASEP/Importação e COFINS/Importação, na hipótese de produtos cujos insumos ou componentes sejam oriundos de operações de comércio exterior e representem percentual superior a 20% do preço de venda.

§ 6º Em relação aos serviços de natureza financeira, quando não seja legalmente prevista a emissão de documento fiscal, as informações de que trata este artigo deverão ser feitas em tabelas afixadas nos respectivos estabelecimentos.

Art. 2º Os valores aproximados de que trata o art. 1º serão apurados e fornecidos, semestralmente,

por instituição de âmbito nacional, reconhecidamente idônea, voltada primordialmente à apuração e análise de dados econômicos.

Art. 3º Dê-se a seguinte redação ao inciso III do art. 6º, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990:

“Art. 6º

III – a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.”

Art. 4º Dê-se a seguinte redação ao inciso IV, do art. 106, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990:

“Art. 106

IV – informar, conscientizar e motivar o consumidor através dos diferentes meios de comunicação, bem como indicar a entidade responsável pela apuração, cálculo e informação do montante dos tributos incidentes sobre mercadorias e serviços, nos termos da legislação específica.”

Art. 5º O descumprimento desta Lei acarretará as sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.”

Justificação

Fazer com que os consumidores de mercadorias e serviços tomem conhecimento do montante dos tributos que incidem sobre tais bens é imperativo constitucional. Não se trata de mera recomendação ou de norma programática inserida na Carta de 1988. Cuida-se, em verdade, de preceito cujo disciplinamento pelo legislador ordinário virá dar aplicabilidade a mais um dos direitos fundamentais do consumidor contribuinte, até agora insuscetível de ser exercido por todos quantos trabalham para sustentar o aparelho do Estado.

Em nosso país, não há quem se exima desse ônus, uma vez que os tributos que mais gravam as mercadorias e serviços, já integram os respectivos custos e preços, não sendo claramente explicitados. Por este motivo e, com a provável exceção do IPTU e do IPVA, bem conhecidos, a população imagina que somente os que pagam Imposto de Renda realmente arcam com o maior ônus tributário, não vendo a realidade que se esconde sob os preços dos bens que adquire rotineiramente para sua sobrevivência e que a converte, sem exceções, em pagadora de tributos.

Assim, o esclarecimento deste fato passa a inserir-se no âmbito da própria cidadania, na medida em que são os cidadãos que aprovam, através de seus representantes nas Casas Legislativas, os tributos que estão dispostos a pagar. O exercício da cidadania, em sua plenitude, exige tais informações, para que os eleitores, a quem os representantes do povo devem submeter-se politicamente, estejam aptos a analisar e discutir se os valores demonstrados atendem à sua capacidade contributiva geral, quando confrontada com as despesas que o Poder Público realiza e aos serviços que ele põe à disposição.

A regulação do § 5º do art. 150, da Constituição Federal é, portanto, um dever inadiável do Congresso Nacional. Com efeito, este dispositivo se refere aos impostos, nada impedindo, contudo, que o parlamento, no âmbito de sua competência constitucional, também agregue os valores relativos às contribuições de que trata o art. 149 da Carta Federal. Esta medida é necessária porque, em 1988, as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico tinham pouca expressão no total do ônus tributário. Nos últimos dezessete anos, ditas contribuições passaram a ter peso relevante, como é do conhecimento de todos.

Ao tornar transparentes os valores pagos ao estado brasileiro, permitindo ao consumidor contribuinte cotejá-los com aquilo que dele recebe, os seus repre-

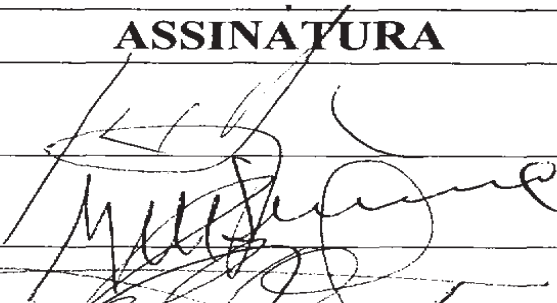

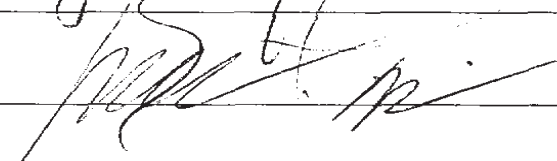
sentantes lhe estarão dando o melhor instrumento possível de avaliação do comportamento do Poder Público em face dos cidadãos.

Este é o propósito básico do projeto ora apresentado, isto é, converter o contribuinte que paga em cidadão capaz de exigir a correta aplicação de seus recursos.

Tendo em vista tal objetivo e, em virtude da complexidade que a matéria encerra, por força do sistema federativo de nosso país, julgamos prudente deixar expresso que os valores a serem demonstrados serão “aproximados” e que seu cálculo deverá ser feito por uma instituição reconhecidamente idônea. Pode notar-se também que foram incluídos vários tributos da União, 1 (um) dos Estados e Distrito Federal (ICMS), e 1 (um) dos Municípios (ISS). O que importa, na verdade, é que o consumidor contribuinte tenha uma visão aproximada dos recursos que está destinando ao Poder Público, quando adquire mercadorias e serviços.

Convicto da constitucionalidade, da legalidade, da regimentalidade e do inegável mérito desta proposta de lei, conclamo os Nobres Parlamentares a discuti-la, a apoiá-la e a aprová-la com a brevidade que a cidadania requer.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. –Senador **Renan Calheiros**.

NOME	ASSINATURA
	
	
	

	<p>Sibi Machado</p> <p>J-3-pitt</p> <p>Foulet</p> <p>Lis de Reunio</p> <p>C. I.</p> <p>Mur</p> <p>Hedwig</p> <p>Akemi Gaby Myato</p> <p>E.</p> <p>... ..</p> <p>Kard</p>
<p>ZAROSTENES TORRES</p>	

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Seção II DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

~~§ 1º - A vedação do inciso III, "b", não se aplica aos impostos previstos nos arts. 153, I, II, IV e V, e 154, II.~~

§ 1º A vedação do inciso III, *b*, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, *c*, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 2º - A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º - As vedações do inciso VI, "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º - As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º - A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

~~§ 6º - Qualquer anistia ou remissão, que envolva matéria tributária ou previdenciária, só poderá ser concedida através de lei específica, federal, estadual ou municipal.~~

§ 6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 7.º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

.....

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

CAPÍTULO III
Dos Direitos Básicos do Consumidor

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

II - a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

IX - (Vetado);

X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

.....

Art. 106. O Departamento Nacional de Defesa do Consumidor, da Secretaria Nacional de Direito Econômico (MJ), ou órgão federal que venha substituí-lo, é organismo de coordenação da política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe:

I - planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política nacional de proteção ao consumidor;

II - receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias ou sugestões apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

III - prestar aos consumidores orientação permanente sobre seus direitos e garantias;

IV - informar, conscientizar e motivar o consumidor através dos diferentes meios de comunicação;

V - solicitar à polícia judiciária a instauração de inquérito policial para a apreciação de delito contra os consumidores, nos termos da legislação vigente;

VI - representar ao Ministério Público competente para fins de adoção de medidas processuais no âmbito de suas atribuições;

VII - levar ao conhecimento dos órgãos competentes as infrações de ordem administrativa que violarem os interesses difusos, coletivos, ou individuais dos consumidores;

VIII - solicitar o concurso de órgãos e entidades da União, Estados, do Distrito Federal e Municípios, bem como auxiliar a fiscalização de preços, abastecimento, quantidade e segurança de bens e serviços;

IX - incentivar, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais, a formação de entidades de defesa do consumidor pela população e pelos órgãos públicos estaduais e municipais;

X - (Vetado).

XI - (Vetado).

XII - (Vetado).

XIII - desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades.

Parágrafo único. Para a consecução de seus objetivos, o Departamento Nacional de Defesa do Consumidor poderá solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnico-científica.

.....

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2006

Acrescenta parágrafo ao art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispensar o empregador doméstico do pagamento da indenização ali prevista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

Art. 18.

.....

§ 4º O disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo não se aplica à despedida do empregado doméstico, definido no art. 1º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As modificações introduzidas no regime de trabalho do empregado doméstico pela Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001, tiveram por objetivo estender, a essa categoria, a proteção do seguro-desemprego, da qual se achava excluída por força das disposições do art. 7º, parágrafo único da Constituição Federal, do art.

70, a, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e da própria Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972.

Em decorrência das alterações trazidas pela Lei nº 10.208, de 2003, o doméstico passou a ter facultada sua inclusão no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, tornado-se, dessa forma, elegível para o recebimento do seguro-desemprego.

Tal iniciativa representou um avanço em relação à situação geral do empregado doméstico. Com efeito, desde a edição da Lei nº 5.859, de 1972, o contrato de trabalho doméstico se caracterizou pela adoção de um rol de direitos menos extenso que o conferido aos demais trabalhadores, rurais e urbanos.

Essa peculiaridade decorre da percepção, pelo legislador, de que o empregador doméstico não possui, muitas vezes, capacidade econômica para suportar a totalidade dos encargos trabalhistas definidos na lei.

Efetivamente, a extensão imediata de todos os direitos trabalhistas ao doméstico, ainda que bem intencionada e, em última instância, justa, poderia causar mais malefícios do que benefícios à categoria. Incapaz de manter, legalmente, um empregado doméstico, o empregador tenderá a passar à informalidade ou, mesmo, à eliminação do posto de trabalho e sua substituição por diaristas autônomos.

Em um momento em que o desemprego se afigura como uma chaga social de difícil solução, não parece aceitável ampliar o problema com a extinção de uma grande quantidade de postos de trabalho, destinados, primordialmente, a trabalhadores pertencentes a classes sociais de menor poder aquisitivo e de baixa qualificação.

Por essa razão, apresentamos o presente projeto de lei, destinado a aliviar parte dos encargos atribuídos ao empregador doméstico que incluir seu empregado no regime do FGTS. Essa inclusão, possibilitada pela Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001, vem, até o presente momento, apresentando resultados pífios, sendo pouquíssimos os domésticos a receberem tal benefício.

Entendemos que uma das principais razões para tal ineficácia seja a obrigatoriedade de pagamento da indenização definida nos §§ 1º e 2º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, cujo montante é excessivamente alto, particularmente a hipótese do § 1º, que estabelece o pagamento de um percentual de 40% do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a duração do contrato de trabalho, em caso de despedida imotivada, o que representa um pesado ônus ao empregador, mormente em contratos de longa duração.

A perspectiva de ter de desembolsar uma quantia elevada na dispensa do empregado é suficiente para impedir que um empregador efetue a inclusão de seu

contratado no FGTS, tomando letra morta as disposições da Lei nº 10.208, de 2001.

A dispensa do pagamento dessa indenização constitui um incentivo adicional a essa inclusão, de maneira a ampliar o percentual de domésticos protegidos pelo seguro-desemprego.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.”

LEI Nº 10.208, DE 2001

Acresce dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972 que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e ao seguro-desemprego.

LEI Nº 8.036, DE 1990

“Art 18. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, ficará este obrigado a depositar na conta vinculada do trabalhador no FGTS os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais.

§ 1º Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência da contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.

§ 2º Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o § 1º será de 20 (vinte) por cento.

§ 3º As importâncias de que trata este artigo deverão constar da documentação comprobatória do

recolhimento dos valores devidos a título de rescisão do contrato de trabalho, observado o disposto no art. 477 da CLT, eximindo o empregador, exclusivamente, quanto aos valores discriminados.”

.....

LEI Nº 5.859, DE 1972

Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências.

Art. 1º Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas, aplica-se o disposto nesta lei.

.....

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1943

.....

Art. 7º Os preceitos constantes da presente Consolidação salvo quando fôr em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam:

a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não-econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas.

.....

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2006

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências”, para o fim de incluir mais um tipo penal à referida lei.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 97-A:

“Art. 97-A. Habilitar à licitação ou celebrar contrato com pessoa jurídica que possui em seus quadros cotista, acionista controlador, conselheiro ou membro da diretoria condenado, com sentença transitada em julgado, pela prática de crime de fraude às licitações, contra

a administração pública, o sistema financeiro ou as finanças públicas.

Pena – detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º Incide na mesma pena aquele que, condenado pela prática dos crimes referidos no **caput** deste artigo, venha a participar de licitação ou a contratar com a administração.

§ 2º Não há crime se tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos, a contar da extinção da punibilidade pelo fato que ensejou a condenação referida no **caput** deste artigo, ou se o cotista, acionista controlador, conselheiro ou membro da diretoria condenado tiver obtido a reabilitação penal, nos termos do art. 93 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Fatos recentes demonstraram ao País a existência de uma rede de corrupção envolvendo agências de publicidade a serviço do governo e os famosos “caixa dois” de campanha.

No mundo dos negócios, a utilização do expediente de “caixa dois” é feita para burlar a legislação fiscal, com o fito de sonegar o pagamento de tributo, o usuário dessa prática movimentava recursos à margem de sua contabilidade oficial, de tal modo que, na apuração do resultado do exercício, o lucro se apresentará menor e, conseqüentemente, menor será o imposto de renda a pagar.

Parece-nos que, **mutatis mutandis**, o contexto político, aqui e ali, vem-se valendo dessa engenhosidade para passar ao largo da legislação eleitoral.

O certo é que o tecido social aos poucos se vai esgarçando diante da ação deletéria de procedimentos irregulares, que, de tão freqüentes, podem levar a sociedade a atitudes lenientes, condescendentes ou até de completa indiferença.

Não foi sem razão, aliás, que o Ministro Marco Aurélio, ao tomar posse no cargo de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, alertou:

Infelizmente, vivenciamos tempos muito estranhos, em que se tornou lugar-comum falar dos descabimentos que, envolvendo a vida pública, infiltraram na população brasileira – composta, na maior parte, de gente ordeira e honesta – um misto de revolta, desprezo e até mesmo repugnância. São tantas e tão deslavadas as mentiras, tão grosseiras as justificativas, tão grande a falta de escrúpulos que já

não se pode cogitar somente de uma crise de valores, senão de um fosso moral e ético que parece dividir o País em dois segmentos estanques: o da corrupção, seduzido pelo projeto de alcançar o poder de uma forma ilimitada e duradoura, e o da grande massa comandada que, apesar do mau exemplo, esforça-se para sobreviver e progredir. (**Jornal da Comunidade**, 6 a 12 de maio de 2006, p. A10)

A ironia de tudo isso é que o legislador da Lei nº 8.666, de 1993, talvez perscrutando o que poderia ocorrer, escreveu, no pórtico desse diploma legal:

Art. 1º Esta lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Note-se bem: inclusive de publicidade. Ora, a atividade publicitária é de prestação de serviços, tanto que a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza, contempla-a em sua lista de atividades tributáveis. Portanto, e no rigor da técnica legislativa, a expressão é até dispensável.

Mas nem assim, com tamanha evidência, a lei foi capaz de impedir certas práticas, certos comportamentos, que culminaram na denúncia oferecida pelo Procurador-Geral da República nos autos do Inquérito nº 2.245, em curso no Supremo Tribunal Federal, no qual foram denunciadas 40 pessoas, exatamente por se envolverem em esquema fraudulento de licitações públicas no campo da publicidade.

Em razão desses fatos, que se têm repetido com tanta frequência, é que cogitamos de apresentar o presente projeto, em mais uma tentativa de contribuir para o aperfeiçoamento das instituições nacionais. Para a consecução do objetivo colimado, esperamos contar com a indispensável colaboração dos nobres Congressistas.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

.....
XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
.....

LEI Nº 8.666, DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 116, DE 2003

Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

.....
DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 1940

.....
Art. 93-A reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em sentença definitiva, assegurando ao condenado o sigilo dos registros sobre o seu processo e condenação.

Parágrafo único. A reabilitação poderá, também, atingir os efeitos da condenação, previstos no art. 92 deste Código, vedada reintegração na situação anterior, nos casos dos incisos I e II do mesmo artigo.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, DE 2006

Institui o dia 9 de agosto como o “Dia Nacional da Equoterapia”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o “Dia Nacional da Equoterapia”, a ser celebrado anualmente no dia 9 de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Equoterapia é um método terapêutico que utiliza a relação entre o cavalo e o homem, aplicada nas áreas de saúde e de educação sob uma ótica interdisciplinar, na busca do desenvolvimento biopsicossocial, da habilitação e da reabilitação de pessoas com deficiência.

Os benefícios propiciados pela Equoterapia são vários: o desenvolvimento emocional e cognitivo, a melhoria da qualidade de vida, a aquisição de novas habilidades psicomotoras, o incremento das relações interpessoais, o ganho de maior autonomia pessoal, e a formação de novos vínculos afetivos. Ela contribui para o desenvolvimento da força e do tônus muscular, da flexibilidade e do relaxamento, e proporciona um incremento na autoconsciência e na autopercepção corporal, no equilíbrio e na correção postural, aprimorando a coordenação motora dos que a praticam.

Por proporcionar tais benefícios, a Equoterapia tem sido recomendada não apenas para a reabilitação de pessoas com deficiência, mas também para a educação de pessoas com necessidades especiais e para a socialização de indivíduos com distúrbios cognitivos, comportamentais ou em situação de risco sócio-familiar.

A Equoterapia é um recurso utilizado desde os tempos de Hipócrates, o Pai da Medicina (400 a.C.), que recomendava a equitação para “regenerar a saúde e preservar o corpo humano de muitas doenças”. Na era contemporânea, sua prática ganhou aceitação internacional. Nas últimas décadas, os países escandinavos, a Alemanha, a França, a Inglaterra, além da Polônia, da Suíça, da Rússia, dos Estados Unidos e de Israel, a utilizam, com resultados animadores.

No Brasil, a Equoterapia passou a ser valorizada na década de noventa do século passado, mais especificamente a partir de 1989, quando foi criada a Associação Nacional de Equoterapia (ANDE-BRASIL). Desde a sua fundação, essa instituição – reconhecida como de utilidade pública, tanto pela União, quanto pelo Governo do Distrito Federal – já patrocinou a instalação de cerca de 250 centros de equoterapia em todo o território nacional e tem promovido diversos cursos, seminários e palestras em todos os estados da Federação para divulgar e estimular essa prática.

Somente em Brasília existem catorze centros, que realizam uma média de seiscentos atendimentos semanais. A Divisão de Ensino Especial da Secretaria de Educação do Distrito Federal reconhece a prática da equoterapia

como um método educacional que favorece a alfabetização, a socialização e o desenvolvimento global de alunos portadores de necessidades educativas especiais.

O crescimento da importância da Equoterapia no Brasil é significativo e justifica a escolha de nosso País para sediar, entre os dias 8 e 12 de agosto deste ano, o XII Congresso Internacional de Equoterapia. Trata-se de um evento trienal, realizado desde 1974 sob os auspícios da Federação Internacional de Equoterapia (FRDI), com o objetivo de divulgar os principais desenvolvimentos dessa técnica terapêutica em todo o mundo. Neste ano, o tema do Congresso será *Encontro entre dois amigos*.

Certamente, a realização desse evento em Brasília será um momento fundamental para a Equoterapia brasileira. O fato de ser esta a primeira vez que um evento dessa natureza se realiza em um país de Terceiro Mundo, é que me leva a propor que o dia 9 de agosto – data em que efetivamente terá início o XII Congresso – seja escolhido como o “Dia Nacional da Equoterapia”.

A aprovação da presente proposição pelos membros desta Casa será uma demonstração do reconhecimento do esforço de inúmeros profissionais que se dedicam a essa prática terapêutica e aos benefícios que ela pode trazer, principalmente às pessoas com deficiência e com necessidades educativas especiais.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Flávio Arns**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa).

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Educação, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB nº 186/2006

Brasília, 31 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Gilvam Borges, como membro suplente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência designa o Sr. Senador Gilvam Borges para compor a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na condição de suplente, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senhor Presidente da República adotou, em 29 de maio de 2006, e publicou em 30 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 295, de 2006**, que “Dispõe sobre a reestruturação das carreiras de Especialista do Banco Central do Brasil, de Magistério de Ensino Superior e de Magistério de 1º e 2º Graus e da remuneração dessas carreiras, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e dos cargos da área de apoio à fiscalização federal agropecuária, estende a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária – GDATA aos cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – GDASUS, e dá outras providências.”

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Alvaro Dias (PSDB)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	Demóstenes Torres (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	vago
César Borges (PFL)	vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	vago

PMDB

Ney Suassuna	José Maranhão
Luiz Otávio	Alberto Silva
Valdir Raupp	Wellington Salgado de Oliveira

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL)

Ana Júlia Carepa (PT)	Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	Roberto Saturnino (PT)
Antônio Carlos Valadares (PSB)	Fátima Cleide (PT)

PTB

Mozarildo Cavalcanti	Sérgio Zambiasi
----------------------	-----------------

(*) PRB

Marcelo Crivella	vago
------------------	------

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000 – CN.

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PT

Henrique Fontana	Ângela Guadagnin
Fernando Ferro	Anselmo

PMDB

Wilson Santiago	Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	Asdrúbal Bentes

PFL

Rodrigo Maia	Kátia Abreu
Roberto Brant	Luiz Carlos Santos

PSDB

Jutahy Junior	Bismarck Maia
---------------	---------------

PP

Mário Negromonte	Benedito de Lira
------------------	------------------

PTB

José Múcio Monteiro	Luiz Antonio Fleury
---------------------	---------------------

PL

Luciano Castro	José Carlos Araújo
----------------	--------------------

PSB

Alexandre Cardoso	Dr. Ribamar Alves
-------------------	-------------------

PDT

Miro Teixeira	Álvaro Dias
---------------	-------------

(*) PRB

José Divino	Vieira Reis
-------------	-------------

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 30-5-2006**
- Designação da Comissão: **31-5-2006** (SF)
- Instalação da Comissão: **1º-6-2006**
- Emendas: **até 5-6-2006** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **30-5-2006 a 12-6-2006** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **12-6-2006**
- Prazo na CD: **de 13-6-2006 a 26-6-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **26-6-2006**
- Prazo no SF: **de 27-6-2006 a 10-7-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **10-7-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 11-7-2006 a 13-7-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **14-7-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **11-8-2006** (60 dias)

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000 – CN.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.
São lidos os seguintes:

PARECER Nº 634, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 141, de 2006,, que submete à consideração do Senado Federal o nome da Senhora Elizabeth Maria Mercier Querido Farina, para ser reconduzida ao cargo de Presidente do Conselho Ad-

ministrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 30 de maio de 2006, apreciando o relatório apresentado pela Senhora Senadora Ideli Salvatti sobre a Mensagem nº 141, de 2006, opina pela aprovação da escolha da Senhora Elizabeth Maria Mercier Querido Farina, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, por 18 votos favoráveis, nenhum contrário(s) e nenhum abstenção.

PRESIDENTE:

Sala das Comissões em, 30 de MAIO de 2006.

RELATOR (A):

RELATOR (A) DO

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)

LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCA
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPPLY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SÉRGIO SILVESTRE (PT)
PDT	
OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PERES

* Vaga cedida pelo PMDB.

Atualizada em 09/05.

RELATÓRIO

Relatora: Senadora **Ideli Salvatti**

Relator **ad hoc**: Senador **Wellington Salgado**

Por intermédio da Mensagem nº 141, de 2006 (Mensagem nº 364, de 12 de maio de 2006, na origem), e em conformidade com os arts. 52, inciso III, alínea f da Constituição, e 4º, **caput** e § 1º, da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome da Senhora Elizabeth Maria Mercier Querido Farina para ser reconduzida ao cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar previamente, por voto secreto, o Presidente e os seis Conselheiros do Cade, a serem nomeados ou reconduzidos pelo Presidente da República.

O **currículo vitae** anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional da Senhora Elizabeth Maria Mercier Querido Farina. A Senhora Elizabeth Maria Mercier Querido Fama é brasileira, natural de São Paulo-SP, nascida em 12 de junho de 1953.

Graduada em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), em 1973, a Senhora Elizabeth Maria Mercier Querido Farina, nos estudos de pós-graduação, obteve dois diplomas. O primeiro, de Doutorado em Economia, com a tese “Regulamentação do mercado de leite e laticínios no Brasil”, e o segundo, de Livre Docência, com a tese “Reflexões sobre a desregulamentação e sistemas agroindustriais: a experiência brasileira”. Os dois diplomas foram conferidos pela USP, em 1983 e 1996, respectivamente.

Atualmente, a Senhora Elizabeth Maria Mercier Querido Farina, além de professora titular do Departamento de Economia da Faculdade de Direito da USP, é Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), função que exerce desde 2004.

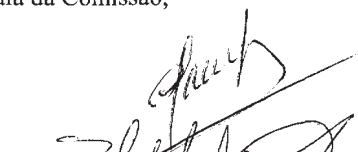
Nos últimos anos, desempenhou funções e atividades na área acadêmica, com destaque para as áreas de Economia Industrial, Economia Agrária e dos Recursos Naturais, e Organização Industrial e Estudos Industriais.


Cabe destacar, como atividades relevantes, a produção de livros (os mais recentes: **O Agribusiness** do café no Brasil, de 1999, e **O Agribusiness** do leite no Brasil, de 1999), artigos em publicações especializadas (o mais recente: **Brazilian Competition Policy in**

a Global Perspective, de 2005), a orientação de teses e a participação em congressos e eventos similares (o mais recente, como Presidente do Cade e palestrante: **5th Animal International Competition Network Conference**, realizado em Cape Town, África do Sul, no período de 3 a 5 de maio de 2006).

As funções e as atividades desempenhadas, evidenciadas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica da indicada, ficando, assim, esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação da Senhora Elizabeth Maria Mercier Querido Farina para ser reconduzida ao cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Sala da Comissão, em 30 de maio de 2006.


_____, Presidente


_____, Relatora

PARECER Nº 635 ,DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 142, de 2006 nº 365/2006, na origem) submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Luis Fernando Rigato Vasconcelos, pare ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 30 de maio de 2006, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Romeu Tuma sobre a Mensagem nº 142, de 2006, opina pela Aprovação da escolha do Senhor Luis Fernando Rigato Vasconcelos, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, por 18 votos favoráveis, nenhum contrario(s) e nenhuma abstenção

PRESIDENTE:

Sala das Comissões em, 30 de maio de 2006.

RELATOR (A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPIÑO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)

LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPPLY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

* Vaga cedida pelo PMDB.

Atualizada em 09/05/

RELATÓRIORelator: Senador **Romeu Tuma**

Por intermédio da MSF nº 142, de 2006 (Mensagem nº 365, de 12 de maio de 2006, na origem), e nos termos do art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição, combinado com o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Luís Fernando Rigato Vasconcellos para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), com mandato de dois anos.

Segundo consta do **curriculum vitae** que acompanha a Mensagem, Luís Fernando Rigato Vasconcellos é brasileiro, natural do Município de São Paulo, Estado de São Paulo, nascido em 26 de julho de 1970, filho de Nelson Pereira Vasconcellos e Maria Cecília Rigato Vasconcellos, sendo portador do RG nº 18.628.799-9, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, e do CPF nº 130.376.218-85, do Ministério da Fazenda.

O indicado é graduado em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, curso concluído no 2º semestre de 1993. É Mestre em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, curso concluído em setembro de 1999, com a dissertação *Crescimento Econômico e Distribuição de Riqueza*, e Doutor em Economia de Empresas pela mesma instituição, curso concluído em abril de 2005, com a tese *O Mercado Doméstico de Transporte Aéreo de Passageiros*.

Sua experiência profissional compreende as atividades de Analista Financeiro Júnior da Odebrecht — Técnica Nacional de Engenharia S.A., no período de abril de 1993 a agosto de 1994; Monitor e Assistente de Pesquisa na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, nos períodos referentes ao 2º semestre de 1996 e ao 2º semestre de 1998; Professor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, nos períodos referentes a julho de 1995 e janeiro e julho de 1998; Professor Colaborador da Universidade Mackenzie, no período de fevereiro de 1997 a agosto de 1999, tendo ministrado as disciplinas Análise Microeconômica, Teoria Econômica, Economia de Empresas e Economia do Setor Público; Coordenador-Geral (Gerente de Programa) do Departamento de Proteção e Defesa Econômica da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, no período de março de 2001 a dezembro de 2002, exercendo atividades relacionadas com análise antitruste e das políticas de defesa da concorrência, regulatória e de defesa comercial; e Secretário-Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério

da Fazenda, no período de março de 2003 a junho de 2004, tendo coordenado a defesa da concorrência nas Coordenações de Agricultura, Comércio e Serviços, Produtos Industriais, Condutas Anticompetitivas e Serviços Públicos e Infra-Estrutura. Além disso, exerce o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) desde julho de 2004, depois de ter seu nome aprovado por este Senado Federal.

Ressaltando que o § 1º do art. 4º da Lei nº 8.884, de 1994, autoriza uma recondução para Conselheiro do Cade, considero que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberarem a respeito da indicação do nome de Luís Fernando Rigato Vasconcellos para recondução ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para um novo mandato de dois anos.

Sala da Comissão, 30 de maio de 2006.

 , Presidente
 , Relator

PARECER Nº 636 , DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 143, de 2006, (nº 366, 2006, na origem) que submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 30 de maio de 2006, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Edison Lobão sobre a Mensagem nº 143, de 2006, opina pela aprovação da escolha do Sr. Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, por 18 votos favoráveis, nenhum contrário(s) e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2006.

Sala das Comissões em, 30 de maio de 2006.

PRESIDENTE: RELATOR (A): 

RELATOR AD HOC

SENADOR GILBERTO MESTRINHO

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)

EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCA
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PERES
------------	--------------------

* Vaga cedida pelo PMDB.

Atualizada em 09/05.

RELATÓRIORelator: Senador **Edison Lobão**Relator **ad hoc**: Senador **Gilberto Mestrinho**

Por intermédio da MSF nº 143, de 2006 (Mensagem nº 366, de 12 de maio de 2006, na origem), e nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), com mandato de dois anos. O Sr. Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado cursou a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e formou-se em Direito em 1975.

Subseqüentemente, em 1977, formou-se em economia pela Universidade Cândido Mendes. Concluiu em 1982 o curso de mestrado em engenharia de produção da COPPE/UFRJ e obteve, em 1991, o título de doutor (PhD) em Economia pela *University of London, Queen Mary & Westfield College*.

Sua experiência profissional é ampla. Trabalhou, entre os anos de 1975 e 1984, na Titus S/A Ind. & Com., atuando como Gerente de Planejamento e Diretor de Planejamento. De 1995 a 1998, serviu como Conselheiro, Vice-Presidente e Presidente do Conselho Federal de Economia. Já foi também, no período de 2000 a 2004, coordenador acadêmico da área de economia da FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro).

No campo acadêmico, é, desde 1994, Professor Adjunto do Instituto de Economia da UFRJ. Antes disso, foi, durante muitos anos, Professor da Universidade Federal Fluminense, onde serviu, inclusive, como Vice-Coordenador do Mestrado em Economia. Já foi também Professor do Instituto Rio Branco. Foi orientador de grande número de teses na área de economia e participou em bancas de mestrado, doutorado, de concursos públicos e de prêmios nacionais de economia.

Além dessas atividades acadêmicas, foi consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Comissão Econômica da América Latina (CEPAL), da Capes e da Finep.

Sua lista de publicações é extensa. Além das teses de mestrado e doutorado, já publicou vários livros, versando sobre uma variedade de temas econômicos, notadamente sobre o Mercosul e a liberalização e proteção comercial. São também numerosos os artigos que já publicou em revistas científicas e técnicas.


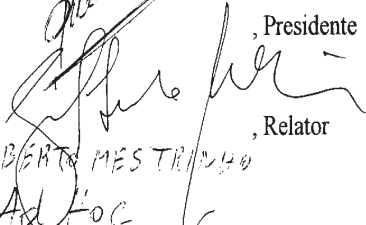
Já participou de um grande número de congressos, atuando como relator, coordenador ou debatedor em muitos deles.

Serviu, de 2003 a 2004, como Assessor da Diretoria Industrial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Além disso, exerce o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) desde agosto de 2004, depois de ter seu nome aprovado por este Senado Federal.

Ressaltando que o § 1º do art. 4º da Lei nº 8.884, de 1994, autoriza uma recondução para Conselheiro do CADE, considero que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberarem a respeito da indicação do nome de Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado para recondução ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para um novo mandato de dois anos.

Sala da Comissão, 30 de maio de 2006.


Presidente

Relator
Senador GILBERTO MESTRINHO
Relator Ad Hoc

PARECER Nº 637, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 144, de 2006 (nº 367, 2005, na origem), que submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Ricardo Villas Bôas Cueva, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 30 de maio de 2006, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Mão Santa sobre a Mensagem nº 144, de 2006, opina pela aprovação da escolha do Senhor Ricardo Villas Bôas Cueva, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, por 18 votos favoráveis, nenhum contrário(s) e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2006.

PRESIDENTE:

Sala das Comissões em, 30 de MAIO de 2006.

RELATOR (A):

ROMERO JUCA, RELATOR HD P

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)

LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCA
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

* Vaga cedida pelo PMDB.

Atualizada em 09/06

RELATÓRIORelator: Senador **Mão Santa**Relator **ad hoc**: Senador **Romero Jucá**

Por intermédio da MSF nº 144, de 2006 (Mensagem nº 367, de 12 de maio de 2006, na origem), e nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Ricardo Villas Bôas Cueva, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), com mandato de dois anos.

Segundo consta do **curriculum vitae** que acompanha a mensagem, Ricardo Villas Bôas Cueva é brasileiro, nasceu em 28 de maio de 1962, filho de Jayme José Manos Cueva e Maria Helena Villas Bôas Cueva. É portador do RG nº 11.220.746, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, e do CPF nº 088.240.318-46.

O indicado é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, curso concluído em 1985. Tem título de Master of Laws pela Harvard Law School, em curso realizado entre 1989 e 1990. E Doutor em Direito pela Johann Wolfgang Goethe Universität, de Frankfurt, Alemanha, curso concluído em 1998, com a tese "Incentivos econômicos para a proteção ambiental: um estudo jurídico comparativo dos sistemas de gerenciamento de recursos hídricos na Alemanha e no Brasil".

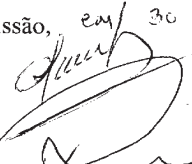
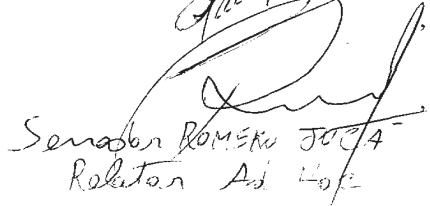
Sua experiência profissional compreende as atividades de Procurador do Estado de São Paulo, no período de 1985 a 1987; advogado da banca Advocacia Aldo Raia, entre 1987 e 1988; e Procurador da Fazenda Nacional, no período de 1987 a 2004, tendo exercido os cargos de Procurador Regional da 1ª Região, entre 1991 e 1994, e representante da PGFN perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, entre 1998 a 2004. Foi professor do Ibme Educacional em São Paulo, de 2002 a 2004. Além disso, exerce o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) desde 26 de julho de 2004, depois de ter seu nome aprovado por este Senado Federal.

Ressaltando que o § 1º do art. 4º da Lei nº 8.884 autoriza uma recondução para Conselheiros do CADE, considero que os integrantes desta comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberarem a respeito da indicação do nome de Ricardo Villas Bôas Cueva para recondução ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de De-

fesa Econômica (CADE), para um novo mandato de dois anos.

Sala da Comissão, 30 de maio de 2006.

Sala da Comissão, em 30 de maio de 2006.

 Presidente
 Relator
Senador ROMERO JUCÁ
Relator Ad Hoc

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o seguinte aviso:

AVISO**DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

– Nº 15, de 2006-CN (nº 736-SGS/TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 732, de 2006 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente às obras e serviços de engenharia para a construção de rodovia no Projeto de Assentamento Gameleira, situado no Município de Flores de Goiás – GO (TC 009.458/2005-4).

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O expediente que acaba de ser lido retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 72/2006 – PRES/CAS

Brasília, 31 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que "Altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para tornar obrigatória

à colocação de tampa plástica protetora nas bebidas embaladas em latas de alumínio ou outro metal”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. – Atenciosamente, Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente.

OF. Nº74/2006 – PRES/CAS

Brasília, 31 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou pela aprovação da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Dá nova redação ao art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para alterar o critério de concessão de férias, e dá outras providências”, ficando prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2005, de autoria do Senador César Borges, que “Revoga o § 2º do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLI, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Extingue a proibição de concessão do parcelamento de férias aos trabalhadores menores de 18 (dezoito) e maiores de 50 (cinquenta) anos de idade”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. – Atenciosamente, Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com referência aos expedientes que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que aos Substitutivos aos Projetos de Lei do Senado nºs 116, de 2003; 16, de 2004; e 88, de 2005, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, em turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Há oradores inscritos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável no momento mais adequado. Se quiser me chamar, como estou inscrito, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA.) – V. Exª está inscrito, em primeiro lugar, na prorrogação da Hora do Expediente ou na intercalação de oradores inscritos.

De ofício, inscrevo o Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL da Bahia, para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, do PT do Rio de Janeiro, ex-Prefeito daquela cidade, por dez minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, grande Senador João Alberto, do Maranhão, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Sr. João Manoel Durão Barroso, que hoje preside a Comunidade Européia e está no Brasil, há poucos dias criticou o que ele chamou de avanço do populismo na América Latina.

Quero começar por aí, Sr. Presidente, por essa expressão “populismo”, tradicionalmente usada pelo países mais ricos para criticar políticas de incentivo, de desenvolvimento e de distribuição dos países que precisam crescer mais rapidamente. Getúlio Vargas foi chamado de populista, assim como João Goulart e Juscelino Kubitschek. São sempre populistas os Governos que usam as ferramentas do Estado para promover o crescimento e a distribuição.

‘Existem, sim, políticas claramente populistas. Quais são? O que caracteriza o populismo? Aquele conjunto de decisões que beneficiam populações mais necessitadas em curto prazo, mas que, em longo prazo, criam prejuízos que acabam sendo maiores que os benefícios. Exemplo típico de política populista é a elevação exagerada de salários, acima da desvalorização da moeda e do aumento de produtividade, o que acaba gerando inflação e corroendo, freqüentemente, mais do que o aumento concedido na origem.

Então, o que caracteriza o populismo é precisamente isto: decisões de curto prazo que geram benefícios imediatos, mas também prejuízos em um prazo mais longo, os quais acabam não só cancelando aquele benefício, como até o ultrapassado.

Não é o caso, por exemplo, do Governo brasileiro, que busca uma política de crescimento, mesmo, do salário mínimo, mas um crescimento sustentável em longo prazo. O Senador Paulo Paim preside uma Comissão que busca exatamente essa forma para não cair no populismo e, também, na inércia do mercado, como se o Estado não tivesse o dever de fazer justiça econômica e social, intervindo, por exemplo, com a fixação de um salário mínimo que não represente um aumento excessivo em curto prazo, o que poderia não ser sustentável e acabaria por produzir uma inflação que o desgastaria mais que o valor do benefício.

Sr. Presidente, toda a questão se resume no fato de que os neoliberais, que pautam as opiniões nos países mais ricos e querem-nos impor essas idéias, desejam o respeito pelo mercado porque este, efetivamente, racionaliza a produção em termos de uma concentração nos mais poderosos, nos que têm mais capital, nos que têm mais “competitividade”. Isso produz um crescimento mais acelerado, mas em prejuízo da outra dimensão da economia, que é a distribuição.

A economia não é só produção, mas também a distribuição, uma dimensão importante porque o objetivo da economia é gerar o bem-estar da população, não o recorde produtivo de um país. Neste ponto, os Governos, que precisam não só distribuir mas alavancar o processo de crescimento, usam as ferramentas da intervenção estatal e interferem e intervêm nas regras do mercado. Esse é o principal pecado apontado pelos países ricos. Entretanto, os países ricos também produzem medidas dessa natureza para proteger sua população. Os países europeus subsidiam sua agricultura. E estão certos ao fazê-lo, porque, se não a subsidiarem, de um ano para o outro, os setores agrícolas da França, da Espanha, da Alemanha, serão fatalmente destruídos pelas economias capazes de produzir bens agrícolas e laticínios, em geral, a custos bem mais baixos, como é o caso do Brasil. Há um subsídio – e eu não o chamo de populista, pois acredito que eles têm suas razões. É claro que nosso interesse é abrir a agricultura deles, acabar com o subsídio, porque produzimos mais barato e teremos condições de aumentar as importações. Mas é preciso entender o ponto de vista deles, que não é populista, mas, sim, o de preservar a harmonia social dos seus respectivos países.

Tolos? Tolos somos nós, brasileiros, que abrimos a nossa indústria nos anos 1990, de um momento para o outro, sem qualquer negociação, sem qualquer gradualismo: escancaramos e levamos à falência milhares de empresas industriais brasileiras, pequenas e médias, em função dessa abertura indiscriminada e tola, sem qualquer contrapartida.

Sequer procurou negociar qualquer contrapartida. Foi uma decisão unilateral desses governos neoliberais brasileiros que praticaram esse absurdo da abertura indiscriminada, não-escalonada, não-negociada em troca de absolutamente nada; em troca de um enorme desemprego no Brasil e da falência de milhares de empresas brasileiras.

É importante reconhecer que a intervenção do Estado por meio de políticas que intervêm nas regras do mercado, buscando, de um lado, o crescimento, e, de outro, a distribuição, tem muito sentido em países de economia incipiente, especialmente naqueles países

de economia absolutamente injusta, profundamente injusta, como é o caso do Brasil.

O Governo Lula, por intermédio do Bolsa-Família, do financiamento da agricultura familiar, do microcrédito, especialmente do microcrédito orientado, e dos subsídios para a construção de habitações populares, está produzindo redistribuição de renda. O perfil da distribuição de renda do Brasil está mudando. Essa mudança aparecerá daqui a quatro ou cinco anos, de forma absolutamente nítida e de maneira sustentável. Não é populista porque é sustentável e não produz qualquer efeito negativo em longo prazo. Ao contrário, o longo prazo vai gerar o efeito benéfico de demanda sobre a indústria e estímulo ao aumento da produção para atender a essa demanda. Isso é muito importante...

É preciso caracterizar o que é populismo. Eu não conheço detalhes do Governo Hugo Chávez ou do Governo Evo Morales, mas não me parece, pelo menos a longa distância, que estejam sendo governos populistas. Estão tomando medidas que, em longo prazo, de uma forma sustentável, vão produzir distribuição de renda, a exemplo do que está fazendo o Governo Lula no nosso País. Isso vai aparecer, e vai aparecer de uma forma sustentada, ainda que, para essa sustentação, o Governo tenha tomado rumos nas políticas econômica, que a mim, por exemplo, freqüentemente, me parecem conservadores demais. Entendo a preocupação com a estabilidade, com o prolongamento do efeito distributivista e de justiça em longo prazo: de geração de emprego, de melhoria de remuneração das camadas mais carentes, no longo prazo, sem prejuízo de medidas que poderiam ser mais eficazes ou produzir um efeito maior em curto prazo, mas que, em longo prazo, significassem prejuízo dessas mesmas políticas.

Tomamos conhecimento do resultado do crescimento do PIB hoje. Não foi um crescimento formidável não, mas foi um crescimento médio, de 3,4%, que aponta uma dimensão extremamente importante, qual seja, que os investimentos cresceram 9%. Isso é extremamente importante. Isso é sinal de que a economia criou substância, criou perspectivas incentivadoras do investimento em longo prazo, confiança dos investidores e dos empresários, presença do próprio Estado ao investir, como é o caso da Petrobras e do BNDES, e produzindo um efeito benéfico e garantido em longo prazo. Investimento é um gasto que garante a sua multiplicação em longo prazo.

Tudo isso mostra um quadro absolutamente indispensável para a formação de uma sociedade que tenha, também, estabilidade em longo prazo, porque uma sociedade precisa ser minimamente harmoniosa em termos de justiça social; e a melhoria de distribuição é uma necessidade imperiosa, fundamental. Me-

lhorar a distribuição dentro dos países, especialmente naqueles muito desiguais, como é o caso do Brasil, e também a distribuição internacional.

Aqui, podemos fazer uma crítica construtiva aos países europeus e ao próprio Estados Unidos da América que deveriam pensar mais em longo prazo, e desenvolver políticas de ajuda aos países pobres, ao invés de ficarem construindo muros e políticas de imigração cada vez mais rigorosas e desumanas, por que não dizer assim. É necessário que esses países compreendam, assim como a Europa, que vale mais, em longo prazo, ajudar os países africanos a se desenvolverem e a propiciarem condições de vida a seus cidadãos do que construir defesas contra a imigração cada vez mais rigorosas e desiguais, e porque não dizer cruéis.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Permita-me V. Exª um aparte, nobre Senador Roberto Saturnino?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Ouço, com muito interesse, o aparte da Senadora Ideli Salvatti.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Roberto Saturnino, em primeiro lugar, parabéns V. Exª pelo discurso e também para exemplificar que ontem participei de evento extremamente importante no Palácio, oportunidade em que o Presidente Lula recebeu importantes lideranças do setor têxtil brasileiro, que passa por um momento delicado por causa da concorrência absolutamente desleal da China, enfim, portanto, uma situação extremamente delicada.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Exatamente.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Entre as principais reivindicações, o setor apontou, como não podia deixar de ser, a desoneração tributária, a ampliação dos acordos e o combate ao contrabando, à entrada ilegal de produtos etc. Na hora da fala do Presidente Lula, após ouvir atentamente tudo o que do setor têxtil havia exposto, Sua Excelência disse que todas as semanas recebe telefonemas exatamente sobre a situação a respeito das ações dos governos nas fronteiras, principalmente na ponte Brasil-Paraguai, principal via de entrada de produtos contrabandeados.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – SC) – É.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – O Presidente Lula disse mais: “Cada vez mais precisamos trabalhar na lógica do desenvolvimento harmonioso”.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – SC) – Claro.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Quem sabe sairia mais barato e mais proveitoso para todos

nós se, de repente, pudéssemos fazer parcerias e até em investimentos com possibilidade de empregos e de renda nos países vizinhos, ou seja, um conjunto de investimentos harmoniosos para poder potencializar o desenvolvimento do que ficarmos nessa briga de tentar disputar a entrada ou não de produtos ilegais. Então, a posição do Presidente Lula é muito clara. Inclusive no próprio episódio da Bolívia já foi bastante ponderada essa questão. Ao invés da guerra, da briga, da busca de barreiras, temos que cada vez mais integrar. Não existe desenvolvimento separado do que está em torno. Não há como um país se desenvolver tendo no entorno miséria, desigualdades. Eu estava acompanhando atentamente, porque V. Exª estava falando do crescimento e da questão dos programas, e verifiquei que há dois dados importantíssimos. Hoje no anúncio do PIB, e ontem já tive a oportunidade de falar, e as matérias hoje novamente seguem na mesma linha, ou seja, o que já aconteceu no primeiro trimestre e o potencial existente estão diretamente ligados à questão da distribuição da riqueza como fator de crescimento. O economista da Consultoria M&B Associados, Sérgio Vale, assim diz que não só o dado do PIB, como também o Bolsa Família(*), o aumento da renda, o crescimento do crédito, tudo conspira a favor do Governo. Para infelicidade dos que acham que não estamos fazendo corretamente, mas estamos fazendo. A população enxerga isso, porque a matéria, por exemplo, que analisa a pesquisa Datafolha, diz que o principal motivo da intenção de voto à reeleição do Presidente Lula se dá pela percepção dessa visão do Presidente, de investir no social, de distribuir renda, de ter programas de inclusão social como fatores para o desenvolvimento e crescimento do País.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senadora Ideli Salvatti, pelo seu aparte.

Isso vem no momento em que o panorama internacional não é mais tão tranquilo quanto há algum tempo. Há certas nuvens, cujo potencial pluviométrico ainda não podemos avaliar, mas há certas nuvens no horizonte, o que significa que, quanto menos o País depender de fora, mais impulsionar sua economia e mover-se mais por suas causas internas, mais defesas terá no caso de uma agitação, de uma transformação internacional que seja mais negativa.

Então, esse dado de que o crescimento se deu muito mais apoiado no consumo das famílias, isto é, na demanda interna, é particularmente importante e decisivo neste momento de certas dúvidas e interrogações quanto ao que vai suceder no mercado internacional.

De forma, Sr. Presidente, que era isso que eu queria dizer, agradecendo mais vez a V. Ex^a e deixando aqui a minha mensagem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu que agradeço, Senador Roberto Saturnino.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti, do PT de Santa Catarina.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Como ainda há uma vaga para comunicação inadiável, quero solicitar a minha inscrição para usar da palavra antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrita em terceiro lugar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Sibá Machado, do PT do Acre.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Peço a V. Ex^a a minha inscrição para falar pela Liderança do PT, antes da Ordem do Dia, e aproveito para fazer uma reclamação, Presidente. Ontem pedi a publicação da matéria sobre o Dia do Geógrafo, até mesmo porque eu precisava homenagear essa categoria brasileira por meio do **Jornal do Senado**, e não foi a matéria publicada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a tem toda a razão. Determinei a publicação, eu a autorizei.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E, se ainda houver tempo para amanhã, ainda assim eu gostaria que fosse realizado esse pedido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vou diligenciar, Senador Sibá Machado, junto ao **Jornal do Senado**.

Sem prejuízo da lista de oradores, eu já havia anunciado a palavra do Senador Gilvam Borges, do PMDB do Amapá.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meditei se devia fazer este discurso, mas cheguei à conclusão de que não podia deixar de fazê-lo.

É do meu dever, e o faço em defesa do PMDB.

O Senador Pedro Simon tem sido cruel e insistente, querendo criar um clima nacional de desmonte do PMDB. Apresentou sua candidatura não para ser candidato, mas para evitar que o PMDB tome o rumo do interesse do País, que é o de não ter candidatura à Presidência da República, pois não temos um nome capaz de competir. Temos pessoas que estão querendo usar o partido para aparecer.

O Senador Pedro Simon diz todo dia que o Senador Sarney e o Senador Renan estão querendo impedir o lançamento do candidato do partido porque indicaram pessoas para o Governo.

Ora, o Senador Pedro Simon apoiou o Presidente Fernando Henrique, e eu também, não quis que o PMDB tivesse candidato próprio e queria ser o vice de José Serra, o que não aconteceu porque o partido escolheu a querida e estimada Deputada Rita Camata.

A confusão que se criou nesta eleição foi a decisão da verticalização. Não foi o Senador José Sarney nem Renan que o fizeram; aliás, foram contra. Com a verticalização, o PMDB sair sozinho para perder, levaria as seções regionais à liquidação. Vamos fazer a maioria dos Governadores, dos Senadores e dos Deputados.

Por que somente agora, quinze dias antes do mês da convenção, o Senador Simon lançou-se candidato? Esse é um ponto de interrogação. É porque as pesquisas no Rio Grande do Sul não lhe asseguraram uma vitória tranquila ou é para ajudar os adversários do PMDB? Em frente, Senador Pedro Simon, na luta, iremos defender a sua candidatura e derrotar ali o candidato do PT, o ex-Ministro Rosseto. Eu irei, e todos nós lutaremos pela sua vitória. Agora não é possível o Senador Pedro Simon, que tem tantos serviços prestados ao País, se prestar para sabotar o PMDB, sabendo que a candidatura própria é inviável, fazer o jogo dos que são contra o Partido.

A desavença e a intriga criam um clima de desânimo, de indiferença e de radicalização entre os Líderes que têm o dever da boa convivência dentro das hostes partidárias.

Também não aceito seu ataque ao nosso Líder. Se ele está sendo atacado, vamos esperar o resultado das investigações. Atacado está sendo também o seu Vice, Anthony Garotinho, que não tem tido o mesmo comportamento do nosso Líder no Senado.

Faço um apelo ao querido e estimado Senador Pedro Simon para que não prejudique o PMDB. Não queira servir aos nossos adversários, porque eles estão na platéia, apreciando, estimulando e incentivando a intriga e a desavença.

O Senador Pedro Simon foi Ministro do Presidente Sarney e sabe que o grande homem público do País

não é tão mesquinho para prejudicar o partido por causa de posições no Governo. O Presidente Sarney nunca escondeu que apoiou o Presidente Lula, na eleição e no Governo, reconhecendo que o Presidente está fazendo uma administração voltada para o povo.

O nosso Presidente Renan Calheiros é um grande presidente, um grande líder do nosso Partido e tem dado demonstrações de seu alto espírito público.

Esses dias, o Governador de Pernambuco, o ex-Presidente Itamar Franco, os Deputados Moreira Franco e Geddel Lima, disseram, de público, que conhecem que não temos condições de lançar candidato. A convenção, por grande maioria, decidiu contra a candidatura própria. Há uma decisão de partido, um consenso e o bom entendimento das grandes maiorias de nossos líderes do partido.

A quem está servindo – talvez até de forma indireta – o Senador Pedro Simon? Aos nossos adversários.

Faço um apelo para que ele deixe o partido vencer as eleições e não fique nesse jogo do adversário.

Quero dizer ao Senador Pedro Simon que o estimo e sou seu cabo eleitoral. Não lá, no Rio Grande do Sul, porque não fazemos diferença; mas penso que é hora de o PMDB se unir.

O próprio Presidente Renan Calheiros tem o dever e a obrigação, o Presidente José Sarney, o Geddel Lima, todas as lideranças têm o dever, mesmo de uma posição divergente dentro do partido, de subir ao palanque do Senador Pedro Simon, que, sem dúvida, tem uma longa folha de serviços prestados ao País. Mas não se pode entrar nesse jogo de conflito e choque, onde há uma platéia de outros líderes interessados nessa arenga e nessa desavença.

Portanto, ficam os nossos respeitos, mas pedimos ao Senador Pedro Simon a consideração com os outros Líderes do PMDB e com a decisão da Convenção. Trata-se de matéria vencida.

Sr. Presidente, na última sexta-feira, estive neste plenário com uma delegação de Vereadores. Fui fazer uma foto no corredor. O Senador Pedro Simon estava na tribuna e, gentilmente, concedeu-me um aparte. No seu discurso, S. Ex^a realmente tocou nas questões políticas do Amapá, na questão do Presidente José Sarney. Eu não poderia e, na verdade, não gostaria de fazer esse pronunciamento porque acho que onde há intriga e muita briga não se prospera. O Presidente Renan Calheiros, o Senador José Sarney e o Deputado Geddel Lima, todos os Líderes do Partido têm que se perfilhar, sim, ao lado do Senador Pedro Simon lá no Rio Grande do Sul. E o Senador Pedro Simon, com sua larga experiência, deve fazer uma ampla reflexão. Isso

já é matéria vencida. Os ataques gratuitos às lideranças do Partido só enfraquecem as nossas hostes.

Sr. Presidente, fica o apelo ao Senador Pedro Simon para que faça uma reflexão. Essa matéria já está vencida. Não há mais necessidade de o Senador Pedro Simon se desgastar na tribuna desta Casa, com a eloquência que lhe é peculiar, falando de matéria já vencida. O Partido já decidiu.

Vencidos e vencedores deverão se unir para que possamos ter muitos Deputados Federais eleitos pelo Partido, para que possamos ter bastante Senadores eleitos pelo Partido, para que possamos fazer uma boa aliança e uma boa composição. Acho que política é a arte de compor, de se juntar.

O saudoso Ulysses Guimarães, grande Líder do nosso Partido – que Deus o tenha – foi um exemplo disso. Saiu ovacionado por todo o Congresso Nacional e pelo País quando dirigiu a Constituinte de 1988. E aí marchamos para uma campanha a Presidente, onde tivemos um desempenho que não foi muito bom para a Nação. Foi lamentável. Mas, se aqueles que incentivaram Ulysses tivessem feito ao contrário, a História talvez pudesse ter sido diferente.

Portanto, Sr. Presidente, fica registrado o apelo a todos os Líderes do PMDB: que marchem pela união e pela integração. Isso se estende também ao Presidente José Sarney, ao Líder Ney Suassuna, a Geddel Vieira Lima, a todos os Líderes que estão envolvidos, ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros. Temos de marchar em caravana para ir ao encontro de todos os nossos Líderes País afora. E devemos começar pelo valoroso Estado do Rio Grande do Sul. Todos nós deveremos estar ao lado de Pedro Simon para podermos ganhar a eleição com S. Ex^a lá e em todos os outros Estados.

Matéria vencida. Não tem por que estar despendendo inteligência, queimando fosfato à toa.

Fica o apelo para que o PMDB se una e, entre vencidos e vencedores, tenhamos a condição de uma recomposição de forças para que o Partido possa marchar unido nesta eleição que se avizinha – estamos apenas a três meses.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marcos Guerra, do PSDB, do Espírito Santo.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nós já temos três inscritos. V. Ex^a será o quarto e ficará na primeira suplência. Se houver alguma desistência, eu concederei a palavra a V. Ex^a, ou quando estivermos intercalando oradores e inscritos para comunicações inadiáveis.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Batista Motta, por dez minutos.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)
– Muito obrigado, Presidente João Alberto Souza.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, desculpe-me interrompê-lo, é para esclarecer ao plenário que V. Ex^a fala por permuta com o Senador Efraim Morais.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto aqui esta tarde para tratar de um assunto de que já falei outro dia.

Queria mostrar aos Senadores e ao País o jornal **A Gazeta**, principal jornal do meu Estado, que diz o seguinte: Portaria do Ibama compromete auto-suficiência de gás no País. Mais embaixo diz: O Governador Paulo Hartung pede intervenção da União para derrubar Zona de Amortecimento.

O Governador Paulo Hartung deve estar hoje com a Ministra Dilma Rousseff tratando deste assunto. Mas este assunto não diz respeito apenas ao Espírito Santo. Este assunto pertence também à Bahia e ao povo brasileiro, porque o Presidente do Ibama, por meio da Portaria nº 39, inviabiliza a prospecção de petróleo e gás de Canavieiras, na Bahia, até a foz do Rio Doce, em Linhares, no Espírito Santo. Uma distância de quase 400 quilômetros no sentido norte-sul e de 280 quilômetros no sentido contrário. O que equivale dizer que um fazendeiro, em Montanha, no Espírito Santo, ou em Nanuque, em Minas Gerais, para fazer um curral terá que pedir autorização ao Ibama. Se quiser fazer um financiamento não poderá fazê-lo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou ler um editorial de domingo, do mesmo jornal, **A Gazeta**, com o seguinte teor:

A decisão do Ibama de cercear a atividade petrolífera no Parque Nacional de Abrolhos, não poderia acontecer em momento mais inoportuno. Conspira contra a mobilização nacional para conquistar a auto-suficiência na produção de gás natural. Sabe-se que esse é o único modo de livrar a sociedade, e o seu sistema econômico, da dependência tortuosa, e até politicamente humilhante, da importação do gás boliviano.

É antipatriótico qualquer procedimento que obstaculize a intensificação da produção de gás no país. O biombo que está sendo anunciado para isolar e esterilizar reservas atenta contra os interesses legítimos da nação. Lembra crime de lesa-pátria, em função do momento de guerra diplomática entre Brasil e Bolívia. É grande a incerteza sobre as condições de fornecimento de gás daquele país. A perspectiva de preço virou pesadelo.

A decisão do Ibama configura quebra unilateral de um acordo com os governos do Espírito Santo e da Bahia. Pelo que foi divulgado, nenhuma iniciativa sobre zona de restrição seria tomada sem prévio entendimento entre as partes. O Ibama, e o mundo inteiro, sabem que para o Brasil alcançar a auto-suficiência de gás natural em 2008, conforme a meta, necessariamente o Espírito Santo deverá estar produzindo diariamente 16,7 milhões de metros cúbicos desse produto. E, para a Petrobras dar essa resposta, deverá ampliar a Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas, além de acelerar ações em outros campos.

Essa circunstância deveria ser compreendida como imperiosa. Jamais tratada de outra forma. Porém, os limites fixados na Portaria nº 39 do Ibama mostram distanciamento desse conceito. As demarcações preservacionistas em certas áreas colidem frontalmente com o planejamento e a política energética para resgatar o país da emergência. A região que agora tem o carimbo de exclusão (onde é proibida a exploração de petróleo e de gás) abriga campos de resultados expressivos em plena atividade. Que atraso de vida!

Surpresa semelhante verifica-se em relação a pelo menos mais seis blocos da Petrobrás, em fase de medição de potencial. Assim, a interferência do Ibama prejudica não apenas atividades em curso, mas também as futuras. Inevitavelmente, esvazia o interesse pelos próximos leilões de reservas. Tudo isso constitui prepotência e arbitrariedade, obviamente inaceitáveis. Tudo isso é um retrocesso e beira a irracionalidade procurar anular esforços científicos, conquistas tecnológicas que o mundo inveja e desperdiçar pesados investimentos financeiros. Esquizofrenia ambiental é um castigo para o país. Atrapalha o que é lógico: focar todas as atenções para fortalecer os cenários energéticos atuais e consolidar os próximos.

Queixa-se muito, com inteira razão, da truculência boliviana, movida pelo gás. Mas, da forma como age o Ibama em relação a Abrolhos, o Brasil não precisa de Evo Morales para preocupá-lo. Não se discute a existência desse órgão, que de fato é uma referência institucional no contexto democrático. Então, não se questiona a sua relevante missão. Lamentáveis são os excessos cometidos em nome do ambientalismo, uma causa construtiva e nobre. Há que se combinar atividade econômica com proteção ambiental. O mundo civilizado faz isso. Por que não o Brasil?

Diz mais o jornal: “Da forma como o Ibama vê o Parque de Abrolhos, o Brasil nem precisa da Bolívia para ameaçar a sua segurança no abastecimento de gás natural”.

Sr. Presidente, isso aconteceu no momento em que o Presidente Lula anunciava que ia intensificar a produção de gás natural na costa capixaba e baiana. Isso aconteceu na hora em que o Presidente Lula disse que ia construir um gasoduto entre o Espírito Santo e São Paulo para ficar livre da dependência da Bolívia.

Não foi preciso que o Presidente assinasse decreto como acontecia no Governo passado. Não foi preciso que a Ministra do Meio Ambiente assinasse o decreto. Não! Isso foi feito, vergonhosamente, por uma portaria do Ibama, um órgão que não é ministério, Senador Rodolpho Tourinho. O Ibama cometeu essa arbitrariedade e condenou o País e o meu Estado à estagnação.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Concedo um aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador João Batista Motta, congratulo-me com V. Exª pelo pronunciamento e pela defesa veemente que faz contra essa portaria absurda do Ibama. Em primeiro lugar, quero dizer que eu, como V. Exª, defendo a racionalidade quando se trata do meio ambiente. Somos defensores também do meio ambiente quando se trata do Parque de Abrolhos. Não há dúvida alguma quanto a isso. O que não podemos aceitar são essas portarias absurdas delimitando áreas imensas sem nenhum senso, sem nenhuma lógica, como V. Exª bem colocou, portarias que afetam, sobretudo, o gás natural, hoje tão importante para o País que busca ficar livre, em primeiro lugar, da Bolívia. Essas duas áreas – do Espírito Santo e do Sul da Bahia – são fundamentais para que venhamos a ter – eu não diria nem auto-suficiência ainda – uma produção maior de gás natural. Quero me congratular com V. Exª pela manifestação

que faz contra essa portaria absurda do Ibama e dizer que isso não é assunto para ser tratado dessa forma; tem de ser tratado de forma competente, de forma séria. Assistimos a muitas coisas absurdas em relação a essa área de meio ambiente. Acho que temos de lutar contra isso. Estou solidário com V. Exª e hoje, inclusive, assinamos, toda a Bancada da Bahia, em apoio a V. Exª também, um projeto que se refere a essa questão de estabelecimento de áreas reservadas. Enfim, estamos com V. Exª, entendendo a posição do Espírito Santo e dizendo que a posição da Bahia é a mesma, Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Agradeço pelo aparte, Senador Rodolpho Tourinho.

A propósito, queria avisar à Casa que apresentamos um projeto de decreto legislativo a fim de impedir que essa portaria venha a prevalecer – como está prevalecendo –, prejudicando os nossos Estados.

Também hoje, na CCJC, por relato meu, foi apresentado um projeto de autoria do grande Senador Gerson Camata, do meu Estado – l uma PEC que ele fez em 2003, revoltado com a criação do Parque dos Pontões, no meu Estado, que inviabilizou dois municípios por inteiro, uma vergonha. O Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou um decreto, criaram o parque, nenhuma providência foi tomada, e isso há mais de seis anos, os agricultores não podem tomar um centavo emprestado no banco, os Municípios estão inviabilizados, já que os prefeitos, não podendo contrair dívidas, não podem desenvolver seus Municípios, enfim tudo está completamente largado e abandonado.

Também quero avisar que também estou de posse de um DVD, contendo uma coletânea de denúncias feitas pela Rede Globo, que mostra que nos últimos dez anos...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Já proroguei sem tempo por dois minutos, mas concederei a V. Exª mais dois minutos, inclusive para que possa conceder apartes, se assim o desejar.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Muito obrigado, meu caro Presidente.

Só para concluir, gostaria de dizer que a Globo fez um programa onde mostra ao Brasil que todos os parques criados até agora estão parados, ou seja, não há nenhuma desapropriação feita, não há nenhuma terra paga, não tem providência tomada em nenhum sentido. E isso não pode proliferar.

Naquela época, o Senador Gerson Camata fez um projeto de emenda constitucional, o qual relatei hoje e o Senador Sibá Machado pediu vistas. Portanto, o projeto se encontra com S. Exª até a semana que vem. Estamos pedindo que a criação desse tipo de reserva seja aprovado em última instância aqui no Senado,

como fazemos quando aprovamos as autoridades: uma coisa rápida, porém, se houver alguma ilegalidade ou o levantamento de Estados ou Municípios contra alguma injustiça, esta Casa terá o direito e o poder para fazer a revisão que é o seu papel.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra, depois ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senador João Batista Motta, V. Ex^a já subiu a esta tribuna por diversas vezes para falar dessa portaria e de quanto o Estado do Espírito Santo está sendo prejudicado não só por essa portaria, mas por outros decretos que o Estado teve que absorver a exemplo do Município de Pancas*. Lá, temos hoje uma região que foi decretada como reserva ambiental. Também temos a região do Caparaó e, agora, essa portaria que praticamente engloba grande parte do norte do Estado do Espírito Santo. Com certeza, o nosso Estado irá perder muito. Mas o que me chama a atenção, Senador João Batista Motta, é que o Presidente fala uma coisa, a Petrobras fala outra e o Ibama vai lá e faz uma outra coisa totalmente diferente. Lamento muito que a Nação não tenha uma só cartilha para que todos possam lê-la. O nosso Estado é um Estado pequeno, é um Estado que, hoje, tem um governo que está fazendo um excelente trabalho. No entanto, se a Nação e, também, o Governo Federal não olharem realmente para o Estado como um grande “celeiro” de petróleo para os próximos anos – hoje somos a segunda maior reserva do País –, a impressão que se teremos é que não é só o Ibama que, no caso, está querendo prejudicar o Estado. Por trás disto pode haver ONGs, países e até mesmo empresas que estejam querendo prejudicar o Estado do Espírito Santo. Fica, aqui, então, Senador João Batista Motta, o meu apoio e a minha solidariedade a nossa causa e, como o Senador Rodolpho Tourinho disse ainda há pouco, à causa da Bahia. Peço a todos os Senadores que se engajem conosco para derrubar essa portaria, que pode ser criada, amanhã ou depois, em todos os Estados brasileiros.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Agradeço, Senador Marcos Guerra, e acrescento que, quando V. Ex^a fala em ONGs que estão por trás, não temos a menor dúvida disso. Não são ONGs não; são bandidos que defendem o interesse internacional e que estão aqui para atrapalhar o desenvolvimento do País, como já fizeram na época de Getúlio Vargas, quando disseram que este País não tinha petróleo. Mentira! O País tinha petróleo e, a partir desse espírito, Getúlio Vargas criou a Petrobras, que Juscelino Kubitschek intensificou para que a empresa crescesse cada vez mais. E os outros Presidentes vieram na mesma linha

– e continuam até hoje – com a Petrobras sendo um orgulho nacional.

Senador Marcos Guerra, a falta de palavra a que V. Ex^a se referiu não é somente nesse setor. O Presidente Lula esteve no Espírito Santo – e queria mandar avisar o Presidente Lula –, e empenhou a sua palavra afirmando que ia inaugurar, neste ano, o aeroporto. Entretanto, as obras estão paradas – uma vergonha –, todos os operários parados, os caminhões parados, as máquinas dispensadas. Não tem mais obra lá.

Não sei como um Presidente trata e não cumpre, Senador Sibá Machado. É uma decepção. O mínimo que um Presidente da República pode ter é palavra, ou seja, empenhar a palavra e cumprir, porque para a construção do aeroporto de Vitória é preciso pouco dinheiro. E não é dinheiro do Orçamento, não; é dinheiro da Infraero, dinheiro que pagamos quando tomamos um avião, é dinheiro do povo. Mas, infelizmente, a má-vontade não permite – ou má-vontade ou falta de gerenciamento, falta de capacidade para administrar a coisa pública.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Senador João Batista Motta, já concedi a V. Ex^a oito minutos a mais do que o tempo normal. Então, peço a V. Ex^a que conceda um aparte ao Senador Sibá Machado e encerre o seu pronunciamento em seguida, por gentileza.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Concedo um aparte ao meu querido irmão, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Sr. Presidente a compreensão. Senador João Batista Motta, quero manifestar o respeito que tenho pelo tema e por V. Ex^a. Percebo que, sempre que sobe à tribuna, V. Ex^a trata desse assunto e, hoje, faz um discurso muito forte, muito veemente. Digo que essa situação é o preço da democracia. Se fôssemos analisar apenas sob o ponto de vista do pensamento ambientalista, seria melhor que os seres humanos não existissem, porque a presença humana no planeta é o símbolo da destruição. Não se conhece nenhuma espécie viva, nem vegetal nem animal, que tenha uma capacidade de destruição tão forte quanto a dos seres humanos. Os homens constroem cidades, que representam uma mudança de paisagem violenta, constroem barragens, hidrovias, ferrovias e assim por diante. Então, a presença humana é o supra-sumo da destruição do planeta. Por isso a tentativa de se fazerem tratados e acordos internacionais para reduzir ao máximo a velocidade da própria destruição. Entretanto, se tratarmos a situação

sob o ponto de vista econômico, empresarial, também devemos dizer que a presença da natureza no planeta é desnecessária. Não precisamos do ar, do rio, do mar, dos peixes, dos animais em geral e dos vegetais.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – E de desenvolvimento sustentável.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Portanto, creio que a situação é realmente muito complexa. E por ser muito complexa é preciso deixar um pouco de lado a nossa paixão, e é o que tenho tentado fazer. É claro e notório que o País precisa crescer, precisa aumentar as suas receitas e assim por diante. E como a competição é desumana, é impossível vivermos à mercê apenas de interesses unilaterais. É por isso que é complexo, é difícil e é demorado. E o preço da nossa democracia nessa área é maior. É o que eu acho. Portanto, o prejuízo não é para o Estado do Espírito Santo. Existe prejuízo de modo geral. O papel do Ibama é um papel constitucional. O que não posso aceitar é que se critique o Ibama dessa forma, porque é uma legislação que existe no Brasil. Uma legislação nacional cria o instituto e cria suas prerrogativas.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – O Ibama não pode determinar que terras sejam desapropriadas. Não! É inversão de valores.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Exª me concedeu um aparte. Estou querendo dizer – já vou encerrar – que o instituto e suas prerrogativas foram criados por uma legislação, como o foram a Polícia Federal e todos os institutos do Poder Público nacional. Então, neste caso, o que quero dizer é que é preciso reformular o papel da instituição e até analisar se não é mais necessária. Mas eu acho que institutos como o Ibama, com todos os seus vícios; um instituto como o Ministério Público, com todos os seus vícios; enfim, qualquer instituto, um instituto chamado “as empresas”, o movimento social brasileiro, e assim por diante, todos têm um papel a cumprir, que é o do equilíbrio das opiniões. E é para onde vai cada um de nós.

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Já concedi dez minutos a V. Exª; vou conceder mais um minuto, Senador João Batista Motta.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Digo que o papel do Senado Federal e do Congresso Nacional é este mesmo: colocar o ponto na mesa e ir para o debate. Não cabe a nós tratarmos desse assunto com tanta paixão, porque diminui a possibilidade de solucionar os problemas.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Senador Sibá Machado, V. Exª não me viu aqui questionando a criação do parque. Estou questionando a falta de respeito com o Governador Paulo Souto e com o Governador Paulo Hartung. Havia um compromisso de discutir o assunto. Nem o Ibama nem a Ministra Marina Silva nem Ministro algum têm o direito de entrar, cortar, fazer o que quiserem do meu Estado, desrespeitando as autoridades constituídas do local, como Governadores, Prefeitos e por aí afora.

É a falta de respeito que este Governo não enxerga. E não sei por quê. É preciso haver o entendimento de que a democracia tem de ser respeitada. A democracia não pode ser violada da maneira que está sendo. Um Governador de um Estado do tamanho da Bahia tem de ser respeitado pelo Presidente da República, quanto mais por qualquer presidentezinho do Ibama. É uma vergonha!

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– E pior do que a atitude do Governo é ter gente aqui que defende isso!

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Desculpe-me, Senador Sibá Machado. Adoro-lhe como amigo e como irmão.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Batista Motta, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL

– GO) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança do PFL. (Pausa.)

Quer permutar com a Senadora Heloísa Helena e falar posteriormente?

V. Exª se encontra inscrito em primeiro lugar. Se quiser a permuta com a Senadora Heloísa Helena, poderá fazê-lo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu gostaria de falar para uma comunicação inadiável e estou inscrito para tal. Será rápido.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Exª quer falar agora pela Liderança ou posteriormente para uma comunicação inadiável?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não quero falar pela Liderança, porque não sei se ela concorda com os termos que vou utilizar.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, V. Exª fica inscrito para uma comunicação inadiável, **a posteriori**.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – **A posteriori?**

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Se V. Ex^a quiser...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu saberei ser rigoroso com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Excelência, o que quero dizer é que o momento não é para fazer uma comunicação inadiável. Se quiser falar pela Liderança do PFL, a palavra está com V. Ex^a.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Heloísa Helena, pela Liderança do P-SOL.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Eu havia deixado a presidência da Mesa, porque estava inscrito como orador. Eu gostaria que fosse dado como lido um pronunciamento sobre a cidade...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Senador João Alberto Souza, pelo critério adotado pela Mesa, fala um orador regularmente inscrito, que foi o Senador João Batista Motta, em seguida fala um Senador pela Liderança, regularmente inscrito, que é o Senador Antonio Carlos Magalhães, que cedeu o seu lugar à Senadora Heloísa Helena. Posteriormente, fala um novo orador inscrito que, no caso, é V. Ex^a. A não ser que haja permuta por parte da Senadora Heloísa Helena, temos de obedecer ao critério.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, posso permutar, até porque sou testemunha de que o Senador João Alberto Souza deixou a Presidência para fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, então tire-me uma dúvida: como fica a ordem das inscrições?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Fica da seguinte forma: fala agora o Senador João Alberto Souza...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Fala como inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Fala como inscrito. Em seguida, falará a Senadora Heloísa Helena, pela Liderança.

Depois, falará o Senador Rodolpho Tourinho, como orador regularmente inscrito. Após, começaremos as comunicações inadiáveis com o Senador Antonio Carlos Magalhães, inscrito em primeiro lugar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A minha inscrição foi como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A inscrição de V. Ex^a não consta como Líder. Peço, então, a V. Ex^a que faça a solicitação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Fiz o pedido durante a presidência do Senador João Alberto Souza.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não consta.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estava presente a Senadora Ideli Salvatti, que pediu sua inscrição para uma comunicação inadiável, e eu pedi como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em seguida esclareceremos a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, pela ordem, eu gostaria de saber qual a sequência em que estou. Não quero falar como Líder, pois detesto falar como Líder. Quero falar como inscrito que estou.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a fala após a Senadora Iris de Araújo e o Senador Marco Maciel.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Com a palavra o Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando presidía a Mesa, não estava presente o Senador Eduardo Siqueira Campos, e fiz a permuta com S. Ex^a para que justamente falasse em meu lugar. Venho relatar uma visita que fiz recentemente ao Município de Grajaú, no Maranhão.

Fui à inauguração da agência do INSS, à qual assistiram aproximadamente duas mil pessoas. Um ato pequeno, mas de muito valor para aquele Município. A expressão de felicidade pelo acontecimento tive a sorte de ver no rosto, no brilho dos olhos e nas palavras daquele povo. Não é para menos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pois a população do Município de Grajaú, hoje em torno de 60 mil habitantes, para requerer seus benefícios ou resolver suas dívidas em relação aos benefícios propiciados pelo INSS, devia deslocar-se para a cidade de Imperatriz, distante 250 km de Grajaú, fato que exigia dos interessados despesas com viagem e estadia, além de abandono do trabalho pessoal no comércio, na lavoura ou no lar.

Com essa agência do INSS, o atendimento à população fica facilitado e acessível a todos, inclusive às pessoas mais pobres, normalmente mais tímidas e conformadas. Além disso, Grajaú constitui um pólo de desenvolvimento juntamente com os Municípios de Jenipapo dos Vieiras, Itaipava do Grajaú, Formosa da

Serra Negra e Arame, cuja população também passará a se servir dessa agência de Grajaú.

Quero, neste momento, enaltecer a iniciativa implantada em Grajaú, por ser um passo muito concreto e de grandíssimo valor no processo de estabelecer a capilaridade do Estado para atender à população mais necessitada. O evento revestiu-se de elevada importância, enfatizada pela presença na ocasião do Dr. Carlos Eduardo Gabas, Secretário-Geral do Ministério da Previdência Social – que representava o Ministro –, de numerosos Prefeitos e Vereadores dos Municípios vizinhos, sob a liderança do Prefeito de Grajaú, o ex-Deputado e ex-Secretário Mercial Lima de Arruda, homem público de particular sensibilidade e capacidade administrativa. A Prefeitura de Grajaú financiou a construção da infra-estrutura dessa Agência do INSS em parceria com o Ministério da Previdência, que assumiu a compra, a instalação dos equipamentos e treinamento operacional dos agentes.

Não existe alegria maior para um homem público, como é um Senador da República, do que identificar-se com a alegria do povo quando esse mesmo povo assiste ao atendimento de uma necessidade sua, de longa data esperada, e a aplaude.

Sr. Presidente, verifiquei de perto também, como a TV Senado é bem vista. Em Grajaú, muitos me falavam a respeito desse veículo de comunicação, e prometi que iria fazer um pronunciamento a respeito da inauguração da Agência.

No dia 26 de maio, foi isso que contemplei em Grajaú, junto com Prefeitos e numerosos Vereadores da região e com o Sr. Secretário-Geral do Ministério da Previdência Social do Brasil.

Cumprimento e formalizo meus parabéns a esse Ministério pelo esforço de levar a todos os recantos do País sua estrutura de assistência, facilitando a vida de milhares de cidadãos que necessitam da ação do Estado, para que sua vida, já tão machucada pelo trabalho e pelo abandono, encontre lenitivo, alegria e esperança na perspectiva de dias melhores.

Grajaú, terra de valentes e indomáveis índios Timbira e Guajajara, terra de valorosos habitantes, construtores do progresso e do próprio futuro, realizou um importante avanço com a inauguração desse empreendimento.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Alberto Souza, o Sr. Demóstenes Torres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta.

O Sr. Magno Malta deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, conforme havia informado, vou intercalar os oradores inscritos com os pedidos de comunicações inadiáveis.

Com a aquiescência da Senadora Heloísa Helena, concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, sempre subo à tribuna para atacar este Governo imoral do Presidente Lula. As imoralidades são tantas que vem um aumento para o funcionalismo – há tanto tempo sem reajuste – da maneira mais desabrida, mais imprópria, que um Presidente de República poderia fazer.

Hoje, uma figura cujo nome não direi porque todos conhecem, achou por bem julgar-me – já dei a resposta – como senhor de engenho. Eu não tive essa felicidade, Sr. Presidente, nem eu nem ninguém da minha família. Sou filho de um professor universitário de grande valor. Aliás, isso me honra muito. Meu pai foi uma figura marcante na minha terra, Deputado Federal, Constituinte de 1934. Não sou homem de engenho, mas também nunca fui empregado de banqueiro, como meu acusador. Aliás, o banqueiro é decente, o empregado é que não é.

Quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que essa figura está atrapalhando a vida pública de São Paulo. Os desastres ocorridos naquela grande cidade, sem dúvida alguma, foram fruto da incompetência de quem governava o Estado. E governava sem votos. E quando se governa sem votos, não se tem responsabilidade.

O vice-Presidente não recebe votos, recebe uma indicação, muitas vezes em favor, como no caso do Partido a que ele pertence, e sequer passa a dever fidelidade ao Governo a que ele pertencia, ou a que deveria pertencer, no caso o Governador Geraldo Alckmin.

De modo que venho aqui dizer que fui Deputado Estadual, Deputado Federal, Prefeito de Salvador, Governador por três vezes da Bahia, Ministro de Estado, Senador duas vezes eleito, e é isso que irrita os meus adversários e até mesmo o Presidente da República. E é isso, Sr. Presidente, que me dá autoridade de ir ao meu Partido e dizer que ele muitas vezes erra porque dá valor a quem não tem voto, quando quem tem voto fica aliado.

É isso talvez que se precise mudar na Constituição do País e até o vice-presidente ou ser extinto por

desnecessário, como o vice-Governador, ou por eleição. O que custa a um governo um Vice-Presidente quando, na realidade, o Presidente não deixa de ser Presidente quando está negociando ou mesmo viajando em turismo a outros países? Ao contrário, ele está sempre Presidente. O Presidente dos Estados Unidos viaja por todo o mundo, e o Vice-Presidente não assume. Aqui, neste País, subdesenvolvido, o vice-Presidente, o vice-Prefeito ou o vice do vice assume o cargo e, o pior, com ares de titular, como se fosse votado pelo povo, sem ter recebido um voto sequer.

Como Governador, Sr. Presidente, todas às vezes, pelas pesquisas do Ibope – a última delas disputando com Ciro Gomes – obtive o primeiro lugar de mais querido na sua terra. Portanto, tenho autoridade para vir à tribuna falar o que é de interesse do meu Estado e defendê-lo como defendo mais do que qualquer outro possa fazê-lo.

Esta comunicação inadiável, Sr. Presidente, é uma satisfação que dou a mim mesmo. Não estou nem me referindo a quem tenha a orelha grande ou a fisionomia diferente dos seres humanos comuns. Não é para isso que estou falando. Estou falando para mim mesmo e para o Plenário, que conhece a minha vida. Tenho defeitos, claro que sim. Mas meus defeitos não são morais. Jamais me subjuguiei a alguém como a um presidente de banco para poder sobreviver. Jamais usurpei dos meus colegas de Partido cargo que não me cabia. Exerci Ministério. Exerci...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – ... a Presidência desta Casa, o que talvez tenha sido a minha maior honra. E fui o primeiro Presidente a ser reeleito.

Portanto, tenho a consciência tranqüila. Não vejo problema se no passado alguém foi senhor de engenho. Não vejo nada nisso. Mas eu nunca fui. Fui um estudante pobre, filho de um professor decente, que galgou também o Congresso Nacional e que foi um dos mais respeitados baianos enquanto viveu. Isso é o meu orgulho, e deveria ser o orgulho daqueles que me condenam.

Conseqüentemente, Sr. Presidente, não sou, não posso ser nem serei jamais subserviente a ninguém. Serei, sim, um defensor do meu Estado. Serei, sim, um defensor da República...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – ... dessa República que, infelizmente, até hoje está em péssimas mãos. Mas tenho esperança de que isso se modifique e que tenhamos um Brasil decente, digno e desenvolvido.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, por permuta com o Senador José Agripino, por dez minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte o discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna hoje para continuar um assunto iniciado ontem, acerca de eletrificação rural, referentemente ao Programa Luz no Campo e ao Programa Luz para Todos.

Início comparando os números entre um programa e outro, porque têm sido apresentado, no meu Estado, por membros do programa do Partido dos Trabalhadores, assim como foram apresentados ontem, por alguns membros do referido Partido, números que não condizem com a realidade, no que se refere ao sucesso dos dois programas.

Para deixar claro essa questão para o Brasil inteiro e também para a minha terra, digo que o Luz no Campo, enquanto durou, de 2000 até o final de 2002, foi responsável por 653 mil ligações realizadas no campo, o que beneficiou cerca de 3 milhões e 300 mil brasileiros, considerando-se a média de cinco pessoas por família.

Atualmente, o **site** do Ministério de Minas e Energia indica que o programa Luz para Todos, desenvolvido entre 2004 e 2006 – mais ou menos no mesmo período do Programa Luz no Campo – já atendeu 3 milhões, 190 mil pessoas; ou realizou 638 mil ligações. Conseqüentemente, um número muito próximo, num prazo muito próximo também, do Luz para Todos. Ou seja, houve 653 mil ligações do Luz no Campo contra 638 mil ligações do Luz para Todos, durante o mesmo período. Isso quer dizer que, hoje, esses programas se equivalem.

O Luz para Todos não é, de forma nenhuma, como foi dito, um grande programa, ao passo que o Luz no Campo seria um nada em relação a ele. Repito que o Luz no Campo é maior ainda que o Luz para Todos.

Na Bahia, o Luz no Campo realizou 138 mil ligações – eu já disse isso aqui ontem e repito hoje –, atendendo cerca de 700 mil baianos; e o Luz para Todos realizou até agora 70 mil ligações.

Então, quando comparamos os dois programas, eles se equivalem em termos de eficiência: um, com 653 mil ligações; e o Luz para Todos, com 638 mil. Na Bahia, o Luz no Campo fez, no mesmo período, duas vezes mais que o Luz para Todos.

É importante também frisar que o Programa Luz para Todos tem sido mostrado no programa partidário do PT, no meu Estado, como se a Bahia estivesse na escuridão e, de repente, com o *Luz para Todos*, saísse dessa escuridão. Quero dizer – e já provei aqui – que o *Luz no Campo* fez duas vezes mais do que o *Luz para Todos*.

E mais: fala-se do *Luz para Todos* como uma grande invenção do Governo Lula! Parece que tudo começou neste mundo a partir da data em que o Presidente Lula tomou posse na Presidência da República. Não é verdade. Mas, a partir daí, então, esse é o grande programa desenvolvido pelo Presidente Lula.

Na verdade, o projeto que veio para cá – é bom que se esclareça – foi uma medida provisória que tratava exclusivamente de um programa emergencial e excepcional de apoio às concessionárias do serviço público de distribuição de energia. Isso foi em 4 de agosto de 2003 com a Medida Provisória nº 127, que dispunha exclusivamente sobre isso. No dia 3 de junho, no entanto, ou seja, dois meses antes, eu havia apresentado o Projeto de Lei nº 224, que antecipava a meta de universalização para 2008, porque, até então, por meio de uma audiência pública da Aneel, essa data estava fixada em 2015. Portanto, o meu projeto de lei fixava em 2008 a meta para a antecipação da universalização. Ele tornava exclusiva, em vez de prioritária, a utilização dos recursos da conta de desenvolvimento energético, oriunda das multas aplicadas pela Aneel e da UPB.

O projeto utilizava recursos da RGR para subsidiar a universalização nas localidades mais carentes, nos Municípios com índice de atendimento inferior a 85%. No mínimo, 50% seriam subvencionados pela RGR.

Então, como eu disse, em 4 de agosto, o Governo encaminha uma medida provisória que dispunha exclusivamente sobre apoio a concessionárias de serviços públicos. Um mês depois, em setembro, o meu projeto foi pautado na Comissão de Infra-Estrutura, para decisão terminativa, com parecer favorável do Sr. Relator.

Porém, nos dias subseqüentes a 2 de setembro, fui convidado para participar de uma reunião no Ministério das Minas e Energia com a então Ministra Dilma Rousseff e com o Senador Delcídio Amaral. O resultado dessa reunião foi a celebração de um acordo entre o Senador Delcídio, a Ministra das Minas e Energia e eu para aproveitamento, para a inclusão do meu projeto de lei – não era mais o Luz no Campo, mas um novo projeto que apresentei, já como Senador – para aprovação dentro da Medida Provisória nº 127.

No dia 23 de setembro de 2003, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei de Conversão,

apresentado pelo Relator, Deputado João Almeida, do PSDB da Bahia, contendo a íntegra do meu projeto, acrescido de um ponto, ou seja, incluindo, entre as fontes de subversão, a conta de desenvolvimento energético como um todo.

No dia 14 de outubro de 2003, o projeto foi aprovado, após relatório do Senador César Borges, do PFL da Bahia. Na mesma ocasião, verificaram-se várias manifestações, nesta Casa, tanto em apoio a esse projeto quanto em reconhecimento, digamos assim, à autoria daquele projeto.

Neste momento, não quero, de forma nenhuma, discutir só a autoria desse projeto, mas, de alguma maneira, o que não podemos é deixar prosperar, sobretudo em programas partidários que atingem nossos Estados, fatos que não são verdadeiros.

De resto, fica aqui aprovado e comprovado que, em primeiro lugar, o projeto Luz para Todos nasceu de uma emenda feita na Câmara dos Deputados. Ele não veio como um projeto pronto do Executivo. Na verdade, ele nasceu de uma reunião entre mim e o Senador Delcídio – que, lamentavelmente, não está aqui para confirmar, mas temos toda essa história gravada aqui, no Senado – com a Ministra, para se aproveitar aquela medida provisória e se fazer um novo projeto de eletrificação rural, mantendo-se a data do meu projeto de lei, que era 2008, e não 2015, como queria a Aneel, e aproveitando-se toda a estrutura do projeto, o que efetivamente foi feito.

Portanto, neste momento, quero restabelecer a verdade e dizer que é preciso que isso seja feito, na medida em que o Programa Luz para Todos vem sendo apontado, sobretudo no meu Estado, como algo novo, que surgiu a partir deste Governo, a partir de 1º de janeiro de 2003, o que, repito, mais uma vez: não é verdade.

Deixo clara esta posição: apoio integralmente o Programa Luz para Todos, que, no caso específico da Bahia, conta com uma grande participação do Governo daquele Estado – cuja participação, aliás, é a maior entre todos os Estados. Ontem, afirmei que, por exemplo, enquanto Minas – nada contra Minas – participa com 10%, a Bahia é obrigada a participar com 30%, que é a maior participação entre os Estados brasileiros.

Concedo um aparte ao Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Rodolpho Tourinho, o Brasil sabe da sua luta pela criação do programa que foi também adotado pelo atual Governo. É bom lembrar ao País que, naquela época, as empresas não estavam preparadas para desenvolver um serviço desse porte. Quando o atual Governo assumiu, continuou praticamente com

as mesmas empresas, já preparadas, equipadas e prontas para iniciar o trabalho, e tem obtido êxito, não temos dúvida disso, mas é bom lembrar que foi V. Ex^a quem deu o pontapé inicial e introduziu o projeto no País. Hoje, ele é a salvação do homem do campo, tão abandonado e tão desprotegido. Graças a Deus, um programa como esse não foi deixado de lado e continua servindo àqueles que são responsáveis pela nossa balança de pagamento: o agronegócio, atualmente tão mutilado e tão quebrado em virtude do valor do dólar e do desprezo que o Governo tem dispensado ao homem do campo. Muito obrigado.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador João Batista Motta.

Concedo, com prazer, um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Rodolpho Tourinho, já tive oportunidade de agradecer, em meu nome e no da comunidade do Acre, o trabalho de V. Ex^a à frente do Ministério das Minas e Energia, quando lançou, naquele Estado, o programa Luz no Campo. As pessoas se emocionaram. É claro que todos os programas têm suas dificuldades, seus percalços, e não conseguimos realizar a meta proposta naquele momento, mas aquilo já foi o lançamento da pedra fundamental da ousadia de se colocar energia elétrica nos locais mais desassistidos por tecnologia dessa magnitude. O programa Luz para Todos procura avançar e vencer para que, até 2012 ou 2013, o atendimento quanto à energia elétrica seja de 100%. Os investimentos estão sendo colocados e assim por diante. Políticas sociais como essa e outras, como as bolsas, sempre foram feitas na época do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Então, quero dizer a V. Ex^a que não tenho números na memória e que não quero comparar a execução realizada por V. Ex^a com a feita pelo atual Ministro, Silas Rondon, pois o importante é que essa meta de Governo deve continuar existindo, venha quem vier em 2007. Como dizia o ex-Presidente do BNDES, tecnologia sem energia elétrica é tecnologia do século XVII.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM.) – Senador Sibá Machado, peço a V. Ex^a que seja breve, porque há oradores inscritos.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Já vou terminar, Sr. Presidente. Quero, novamente, saudar V. Ex^a pelo programa, que, no meu entendimento, avançou durante o Governo Lula, mas cuja idéia nasceu da ousadia de V. Ex^a.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Por último, deixo registrados os números dos dois programas: Luz no Campo, 653 mil ligações; Luz para

Todos, até agora, conforme o **site**, 638 mil. A disputa não é essa, pois isso deve continuar, deve haver mais e é preciso que se respeite a data que fixei em 2008 e que a Aneel determinou ser 2015.

Lembro, outra vez, a emoção que senti no Acre, na festa de lançamento do Luz no Campo, que só não foi maior, Senador Sibá Machado, que a da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Comunico às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que, neste momento, o Presidente Renan Calheiros está recebendo, no Salão Nobre da Casa, o Dr. José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia.

A comunicação é feita para os Senadores que queiram se fazer presentes.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra, por cinco minutos, como Líder do P-Sol, à Senadora Heloísa Helena.

Em seguida, por cessão do Senador Alvaro Dias, concederei a palavra à Senadora Iris de Araújo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminharei requerimento no sentido de que seja consignado, nos Anais desta Casa, Voto de Aplauso à artista plástica piauiense Maria Nazaré Rufino, mais conhecida como Naza, por ter sido contemplada, nos Estados Unidos, com o prêmio internacional *Brazilian International Press Award* 2006, como a artista brasileira que mais contribuiu para a imagem positiva no Brasil naquele País.

A artista piauiense retratou vários brasileiros e personalidades estrangeiras, como Bill Clinton, Brigitte Bardot, Viviane Senna, Roberto Carlos, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e Luiz Eduardo Magalhães, cuja obra pertence ao acervo de seu pai, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Por todos os méritos dessa ilustre piauiense, peço que esse registro seja consignado e comunicado à artista Naza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – A Mesa aguarda o seu requerimento, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero informar às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que passarei, para quem o desejar, um requerimento para a instalação da Co-

missão Parlamentar de Inquérito dos chamados sanguessugas, porque, realmente, é preciso que o cabra seja muito sem-vergonha e muito safado para roubar até ambulância.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero falar sobre duas reuniões de Comissões do Senado Federal que ocorreram hoje. Uma delas foi proposta pela nossa querida Senadora Patrícia Saboya Gomes e pela Senadora Fátima Cleide, para instrução de um projeto do Senador Pedro Simon que instala uma semana para discussão da prevenção de violência contra a criança. A outra reunião foi da Comissão de Direitos Humanos, oportunidade em que o Senador Cristovam Buarque chamou várias entidades para discutirem a questão do trabalho infantil e o Senador Sérgio Cabral, vários artistas e músicos, para se incluir o estudo da música no currículo escolar. Os três assuntos, aparentemente distanciados, estão absolutamente relacionadas com a questão da criança, no Brasil, e com a questão do momento de violência que o País vive.

Senador Jefferson Péres, tenho certeza de que V. Ex^a também não compartilha da matriz conceitual que, supostamente, subsidia as políticas públicas em relação à segurança pública, a qual ousa estabelecer uma falsa polarização demagógica entre o tratamento das causas e a repressão dos efeitos. Hoje, a discussão da violência no Brasil exige, ao mesmo tempo, ações concretas, enérgicas, práticas e eficazes, tanto no que diz respeito ao tratamento das causas, como dos efeitos.

Sabemos da necessidade gigantesca de repressão dos efeitos por meio de um aparato de segurança pública bem treinado, capacitado, bem remunerado, com alta tecnologia e monitoramento para evitar a promiscuidade com o crime organizado; de um sistema prisional onde o preso seja encarcerado conforme o grau de periculosidade ou o crime que cometeu e não de acordo com a definição de uma facção criminosa; e de presídios que não sejam tratados, conforme um chefe do crime organizado teve a ousadia de dizer, como uma faculdade.

Sabemos da necessidade de repressão dos efeitos da violência, mas tivemos, nesses dois dias, a possibilidade de tratar de temas, alternativas e propostas que estão relacionadas ao tratamento das causas, ou seja, as políticas sociais que podem acolher, adotar e abrigar as nossas crianças e os nossos jovens antes que sejam dragados e arrastados pelo narcotráfico, pela marginalidade, pela prostituição e pelo crime organizado como último refúgio.

É claro que não estamos a dizer que a questão da criminalidade e da marginalidade do País está vinculada unicamente à pobreza, porque, se assim fosse,

se todos os filhos da pobreza estivessem envolvidos na marginalidade e na criminalidade, ninguém sairia às ruas, porque, 24 milhões de crianças e adolescentes no Brasil – 60% deles encontram-se no Norte e 48%, no Nordeste – são pobres e miseráveis. Não se trata disso! Até porque quem possibilita a desova dos grandes estoques de drogas no Brasil é gente grande, poderosa, que possui iate para transportar pasta-base de cocaína. Essa situação nada tem a ver com a pobreza. Nem se juntassem todos os intestinos dos pobres das favelas, engolindo um saquinho de cocaína, seria possível dar conta de toda a produção de drogas no País.

Tivemos a oportunidade de analisar a situação. Várias pessoas se dedicam ao tema da criança, como o Deputado Terra, do PMDB do Rio Grande do Sul, assim como vários outros Parlamentares da Casa e cientistas. Quando tive a oportunidade de aprovar, nesta Casa, o meu projeto de emenda constitucional sobre educação infantil, eu o fiz porque sei o quanto, do ponto de vista científico, a primeira década da vida de uma criança é essencial.

Nos três primeiros anos de vida, Senador Jefferson Péres, são praticamente feitas todas as conexões neurológicas. Na primeira década da vida de uma criança é que se possibilita a construção do córtex cerebral, que é a parte que envolve o cérebro. Córtex vem do latim **cappa**, que é a parte que envolve o cérebro, é a parte do cérebro responsável por praticamente tudo. É responsável pela linguagem, é responsável pelo movimento voluntário, é responsável pela percepção, é responsável pelo julgamento. Todo o desenvolvimento se dá até os 10 anos. Depois dos 10 anos, todos nós temos uma redução progressiva do córtex cerebral. Então, investir nas crianças de 0 a 10 anos é essencial, inclusive para a prevenção da violência. Se uma criança de 0 a 10 anos, em vez de estar com uma arma, em cima do morro, virando Falcão, olheiro, estica do narcotráfico, tiver um instrumento musical, tiver a possibilidade de ler um livro, de conhecer literatura, a probabilidade de ele virar bandido é mínima. É claro, há pessoas que foram para a faculdade e são bandidos; tem gente rica e poderosa que é bandido. Então, tratar da criança nessa faixa etária é essencial.

Sr. Presidente, sei que a sociedade brasileira é muito injusta. A mesma sociedade brasileira que, quando viu o Vídeo Falcão se emocionou, chorou, começou a pensar o quanto era importante proteger as nossas crianças antes que elas fossem adotadas pelo narcotráfico; a mesma sociedade brasileira que chorou quando viu um menino de 8 anos de idade dizer: “Quando eu crescer quero ser bandido”, porque ser bandido é que dá **status**, dá segurança, dá vida

em plenitude, o que a miséria e a pobreza não dão; a mesma sociedade, um mês depois no mar de sangue de São Paulo, é incapaz de refletir sobre isso.

O Marcola que tem de estar preso – espero que os outros presos não tenham ele como professor de faculdade, de universidade –, ele tem de estar preso! Senadora Íris de Araújo, como foi que ele nasceu? Quem era o Marcola criança? Era um menino pobre, de 6 anos de idade, cuja mãe morreu afogada e, dois anos depois o pai, num acidente de carro. Então, para onde ele foi? Roubar carteira! Depois foi interno na Febem como pivete, onde apanhou muito e se aperfeiçoou no banditismo e na marginalidade; depois virou o Marcola! Então, o Marcola tem de estar encarcerado? Tem. Ao Marcola não pode ser dado o direito de parar ou ativar uma estrutura de crime que mata Bombeiro, policial, e que, por sua vez, a estrutura do aparato de segurança pública é para responder ao crime organizado e vai matar gente pobre. Não pode.

É inaceitável não estabelecermos, neste momento, uma política concreta para 24 milhões de crianças brasileiras, Senador Jefferson Péres, apenas 24 milhões de crianças, adolescentes brasileiros, que estão...

Senador Ney Suassuna, V. Exª gostaria de um aparte?

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Apenas para comunicar a V. Exª que vou assinar o requerimento para a instalação da CPI Sanguessuga.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL– AL) – Entregarei a V. Exª.

Senador Jefferson Péres, não é possível! Será que vão esperar um outro mar de sangue? Porque é assim: tem o mar de sangue, têm policiais mortos, têm as esposas dos policiais e os filhos chorando suas dores, têm as mães pobres que seguram seus menininhos antes que o narcotráfico e a criminalidade os arraste, e aí, quando acontece o mar de sangue, o assunto é discutido por nós, mas, não há quaisquer alternativas concretas.

Portanto, quero cobrar do Governo, que sei, é corrupto, irresponsável, insensível e incompetente, mais uma vez quero cobrar todos os documentos e o diagnóstico feito por todos os Secretários de Segurança do Brasil, porque precisamos discutir as ações concretas ágeis e eficazes e o respectivo impacto financeiro para todas as políticas. Nós temos e precisamos cobrar. Alguns cobram no discurso oportunista e demagógico e depois se esquecem. Que possamos cobrar das políticas sociais que adotam os meninos e as meninas antes que o narcotráfico e a marginalidade o faça; e a repressão dos efeitos, em relação ao aparato de segurança pública; e o sistema prisional brasileiro. O que não faltam são propostas. Vai do monitoramento

das fronteiras brasileiras, do monitoramento da fiscalização de laboratórios que lidam com matéria-prima, que fornecem droga sintética, com o sistema único de segurança pública, com a liberação na execução orçamentária, tanto em relação ao que foi previsto no orçamento prisional e segurança pública também. Então, todos sabem das alternativas.

Espero que o Senado, porque a razão de sua existência é a de representar a Federação brasileira, então, que aquilo que é a razão de existir do Senado, que é também representar a Nação Brasileira, que os Parlamentares, menos que a satisfação de ser base bajulatória, promíscua dos inquilinos do Palácio do Planalto, do passado e do presente, sejam capazes de pensar o debate e as alternativas em relação à violência, compatibilizando o tratamento das causas e a repressão dos efeitos.

É só Sr. Presidente, Senador Jefferson Péres. Peço desculpas por haver me alongado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo, por cessão do Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Peço a V. Exª a minha inscrição para falar pela Liderança da Minoria do PSDB antes da Ordem do Dia.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, apenas para conferir se sou o próximo orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – V. Exª está inscrito. Antes de V. Exª, temos a inscrição do Senador Sibá Machado pela Liderança do PT.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo. Começa agora o tempo destinado a V. Exª.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Obrigada.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o mercado financeiro viveu ontem mais um dia de intensa turbulência. Foi a seqüência do mau humor da semana passada – reflexo direto da economia norte-americana, que está à beira de um aumento dos juros.

Para evitar outra dramática alta da moeda americana por aqui – nos últimos dias, a valorização alcançou os 4% –, o Banco Central brasileiro foi obrigado a vender dólar, Senador Ney Suassuna – operação cambial que não realizava desde agosto de 2004 –, e comercializou o correspondente a US\$399 milhões.

Mas esta ousadia não bastou para conter a onda negativa que se abateu sobre o mercado: o dólar, ontem, fechou em alta de 1,54%, somando só neste mês a incrível valorização de 10,69%.

No mercado de ações, o efeito foi devastador: a Bolsa de Valores de São Paulo teve a maior queda desde maio de 2004: desabou 4,54%; e a movimentação dos investidores estrangeiros estava negativa em R\$1,6 bilhão, até o dia 25.

A verdade, Sr. Presidente, é que começamos a mergulhar fundo num mar de incertezas que pode trazer novos complicadores para o Brasil. Por mais que os fundamentos em curso tentem nos blindar dos fatores externos, não há como desconsiderar o efeito devastador dos Estados Unidos – cuja economia ameaça estagnar com conseqüências dramáticas em todo o mundo.

A insistente turbulência que afeta os mercados preocupa e merece ser devidamente analisada: podemos estar diante de um prenúncio de novas dificuldades para a já sofrida sociedade brasileira. Primeiro, foi a queda brusca da moeda americana e a conseqüente valorização do real, que jogaram as exportações brasileiras na lama e provocaram toda esta quebraadeira no campo. Agora, vem o movimento no sentido inverso, com a retomada da alta do dólar, deixando claro que estamos longe de uma estabilidade que permita a nossos agentes produtivos trabalharem em paz.

A questão central, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que os humores do mercado financeiro acabam por afetar justamente quem lida diretamente com a labuta diária, de tal forma que os prejuízos são inevitáveis. A anterior queda do dólar desarticulou toda uma cadeia de produção, praticamente dizimou as plantações de soja do País e jogou na miséria, de uma hora para outra, legiões inteiras de agricultores. Nos últimos dias, a moeda estrangeira passou a experimentar uma alta inesperada, mas os especialistas já se apressam em avaliar que isso não resultará em aumento das exportações, nem em recuperação dos estragos no campo.

Este é o cenário da chamada experiência capitalista em seu “mais avançado” estágio: os mercados financeiros especulam a seu bel-prazer, sem se importar com os estragos que proporcionam às economias nacionais, que são o resultado do trabalho de sol a sol de homens e mulheres de carne e osso, que dedicam o melhor de suas vidas para produzir o que nos sustenta.

Ou seja, quem pagará o preço do mercado financeiro será o homem do campo, o operário da indústria, o funcionário do comércio, que perderão empregos, porque, como sempre, as estruturas de trabalho não suportarão mais essa turbulência, Senadora Heloísa Helena.

Bancos, entretanto, seguirão ilesos.

A poupança que acumulam parece blindada contra todo e qualquer choque do mercado. Basta lembrar

que, enquanto o IBGE anunciou que o Produto Interno Bruto do Brasil cresceu, em 2005, apenas 2,3%, juntos, os cinco bancos mais rentáveis faturaram R\$18,8 bilhões – o maior lucro da história do sistema financeiro no Brasil. Desde 2002, os bancos lideram o *ranking* dos setores mais lucrativos da nossa economia, superando, por exemplo, o de telecomunicações e o de petróleo e gás – embora sejam estes considerados milionários.

Esses lucros absurdos são alcançados, segundo especialistas, graças à estrutura cartelizada do setor bancário, aos altíssimos ganhos com títulos públicos e à ausência quase total de um sistema de proteção ao consumidor por parte do Banco Central. Ou seja, não se trata de eficiência de gestão. O dinheiro fica armazenado em poucas mãos porque existe um claro abuso do poder econômico, protegido por juros escandalosos que corroem a economia nacional.

Ficamos de mãos atadas, sem ter a quem recorrer.

As instituições financeiras determinam um conjunto de taxas a serem cobradas por seus serviços e ponto final. Não bastasse a montanha de impostos paga, quando o brasileiro precisa de um empréstimo, sabe-se, de antemão, que pode estar abrindo as portas da própria ruína.

Estudo da ABM Consulting, a pedido do jornal **O Tempo**, revela que o Plano Real foi bem generoso com os bancos: o lucro das dez maiores instituições cresceu 1.039% entre 1994 e 2005, quando atingiu a surpreendente cifra de R\$14 bilhões. No mesmo período, o Produto Interno Bruto apresentou expansão de apenas 26,42%, com média anual de 2,37%. A economia real mais uma vez perdeu para o desemprego, que alcança hoje 12,2% da população economicamente ativa, Senador Ney Suassuna: 2,6 milhões de pessoas.

Mesmo assim, o Governo reafirmou, ontem, que continua atuando para que o Brasil faça um superávit primário de 4,25% do PIB, este ao. Ou seja, trata-se do mesmo esforço para juntar o mesmo capital, que continua alimentando o mesmo sistema financeiro, que armazena os recursos do povo para o jogo sem fim dos mercados, enquanto a economia real tem as mesmas vítimas de sempre.

Para ser simples, Sr. Presidente, melhor seria que esses 4,25% do PIB fossem lançados ao terreno fértil dos investimentos, o que permitiria a milhares de brasileiros a oportunidade para abrirem os seus negócios e, portanto, gerarem empregos, movimentando a produção deste País.

Está na hora de clamar às mulheres e aos homens de bem deste País: repensem todo um sistema corrosivo aos interesses nacionais.

É preciso reavaliar a economia a partir da dimensão humana, levando em conta nossas imensas necessidades e fazendo uma aposta decisiva no trabalho e na produção como únicos caminhos para a verdadeira prosperidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB, após o Senador Alvaro Dias, em combinação com o Senador Ney Suassuna. Também apelo ao Senador Sibá Machado para ficar à frente de S. Ex^a em função do evento que tem o PSDB com o PFL, na CCJ, que pede a minha presença a partir das 16 horas, já estando eu, portanto, um pouco atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – O PT está ficando **light**. O Senador Sibá Machado cederá a vez a V. Ex^a com certeza.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que não apenas cedemos, como vamos ficar ouvindo.

Eu queria registrar, com muita alegria, que o estou vendo ali à Mesa, a presença do nosso Senador italiano, o brasileiro que é Senador na Itália, se V. Ex^a permitir.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Um momento, Senador Heráclito Fortes. Senador Ney Suassuna, eu ia exatamente registrar a presença, sentado à Mesa, do Senador Edoardo Pollastri, que é radicado no Brasil e foi eleito Senador na Itália, portanto já é membro da Câmara Alta da Itália. Nossas saudações a S. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Em nome do PMDB, quero saudar S. Ex^a e dizer da nossa alegria de ver um brasileiro ganhar na América do Sul, à frente de todos os outros países, que até têm muito mais descendência do que nós em termos de números.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Para alegria de todos nós.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Perfeitamente em comunhão com o Senador Ney Suassuna e louvando a iniciativa do Deputado Ricardo Barros de trazer o Senador Edoardo Pollastri ao Congresso e, neste mo-

mento, ao Senado Federal, saúdo o ilustre Senador, desejando-lhe que estreite ao máximo o que puder as relações entre Brasil e Itália e que represente, com muita honra, tanto o seu País, a Itália, quanto o seu País, o Brasil, nessa missão tão relevante.

Por uma questão de mera justiça, Sr. Presidente, também quero dizer que V. Ex^a fica muito bem nessa cadeira de Presidente do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Hoje está, realmente, um rasgar de seda nesta Casa! É um bom sinal.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Senador Jefferson Péres, nem vou tecer comentários sobre a boa ocupação da cadeira, mas queria também, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, saudar nosso visitante.

Espero, decididamente, que tenhamos capacidade de, algum dia também, termos aquilo que a Itália já conquistou, primeiro, o direito de todos os italianos e descendentes de italianos, em qualquer canto do mundo, poderem participar do processo eleitoral no seu país de origem – estamos, inclusive, tentando ampliar o direito de voto dos brasileiros residentes no exterior, que, atualmente, só votam para Presidente da República – e, quem sabe, chegarmos a ponto de termos no Parlamento brasileiros representantes daqueles que moram lá fora e que são, muitas vezes, grandes contribuintes para a economia, como ocorre no Brasil. Uma das principais formas de entrarem recursos, de entrarem dólares no Brasil é a vinda exatamente dos brasileiros que estão trabalhando fora do nosso País.

Por isso, quero saudar com muito carinho nosso visitante italiano eleito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra, pela ordem, sucessivamente, aos Senadores Paulo Paim e Heráclito Fortes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Jefferson Péres, eu, quando cumprimentava o Senador Edoardo Pollastri, dizia a ele que, baseado na sua caminhada e na sua história, apresentei uma PEC, onde ele é o exemplo vivo do processo – dessa PEC o Senador Rodolpho Tourinho é o Relator. Inclusive, convidei-o para que fizesse uma exposição de sua caminhada, de sua

história, para que fizesse um relato do que representaria termos, no Parlamento brasileiro, instrumentos que permitam que alguém se eleja da mesma forma que ele se elegeu.

Por isso, um abraço a V. Ex^a, Senador Edoardo Pollastri. Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, associo-me ao registro feito pelo Senador Arthur Virgílio com relação a este momento em que V. Ex^a preside esta Casa.

Aproveito para registrar a presença do Senador Edoardo Pollastri que, a partir de agora, passa a representar o Brasil também no parlamento italiano. É uma conquista desse cidadão que, acreditando nos seus compatriotas, enfrentou esse desafio e poderá, com muita garra e com muito orgulho, do parlamento italiano, ser uma ponte, um elo de ligação entre os interesses comuns do Brasil e da Itália.

Por último, quero dizer que a Senadora Ideli, ao fazer o registro da sua elegância, chama a atenção para a dela própria, que hoje está impecável com esse seu verde Daslu, chamando a atenção de todos que aqui estão. Seja sempre assim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pela troca de elogios que estou vendo, trata-se do início da **concertación** que eu venho pregando pelo visto.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, pela Liderança da Minoria, por cinco minutos.

Agradeço a presença do Senador Pollastri.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança da Minoria. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, associo-me às homenagens prestadas ao Senador presente nesta Casa ao lado do Deputado Ricardo Barros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante os debates sobre a reforma da Previdência, sustentamos a tese de que havia sempre uma mistificação do Governo relativamente a um suposto déficit da Previdência no nosso País.

Apresentamos os números que comprovavam à época ser a Previdência, na verdade, superavitária e não deficitária.

Hoje, trago números novos que confirmam a tese.

Senador Paulo Paim – V. Ex^a que também compartilhava conosco a mesma opinião – há a constata-

ção de que o déficit da Previdência é fruto de uma engenharia do governo.

Veja, o Governo anuncia o déficit de R\$38 bilhões no ano de 2005. Não vou trazer novos argumentos pessoais a respeito. Trago o depoimento de um professor da BUnicamp que tem sido aqui citado inúmeras vezes, o professor Márcio Pochmann, um estudioso da realidade social brasileira. Ele rechaça este falacioso argumento de benefícios criados pela Constituinte sem a definição de novas fontes de recursos para cobrir as despesas e aponta dois exemplos:

1) oficializada em 1991, a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), em 2005, de acordo com a Receita Federal, arrecadou R\$89,9 bilhões;

2) a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) arrecadou no período R\$26,9 bilhões.

O economista detona: “Essas receitas não são repassadas e não são computadas como receitas previdenciárias. [E eu pergunto: se não são receitas previdenciárias, o que seriam essas receitas?] Se fossem, de fato, destinadas aos cofres da Previdência teríamos não um déficit, mas um superávit”. Totalizariam R\$116,8 bilhões, menos esse déficit anunciado pelo Governo de R\$38 bilhões, o superávit seria de R\$78,8 bilhões.

Veja que fantástico superávit da Previdência! E foi exatamente em nome do suposto déficit da Previdência que o Governo subtraiu direitos adquiridos e afrontou a Constituição do País, maltratando trabalhadores de todos os setores da atividade laboral no Brasil, a pretexto de um déficit que, na verdade, é uma falácia.

Fica claro, Sr. Presidente, que, no Brasil, os gastos sociais servem para financiar o Governo, contribuindo para garantir o superávit primário. É uma clara apropriação indébita, como já ocorre com a CPMF na área de saúde. A isso, somam-se a sonegação, a corrupção e as renúncias fiscais que atingem o INSS. Agravado com a estagnação do crescimento econômico, o economista da Unicamp mensurou que se houvesse reativação do crescimento e se fossem incorporados oito milhões de desempregados, percebendo um salário mínimo, a Previdência teria um ingresso de R\$11 bilhões ao seu caixa. Destaque-se que a Previdência tem a receber R\$250 bilhões, frutos de atrasos, espertezas e sonegações de inúmeras empresas. Infelizmente, não existe uma cobrança dura e punitiva.

Ao encerrar o meu tempo, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que determine conste dos Anais da Casa o

artigo intitulado “O Assalto à Previdência”, de autoria do ex-Deputado, jornalista e economista Hélio Duque. Este artigo faz referência exatamente à tese de que a Previdência Social no Brasil é superavitária, que o déficit é uma falácia, que há uma mistificação e, em nome desta, uma afronta à Constituição, como a Reforma da Previdência fraudulenta, com desrespeito,

inclusive, a cláusulas pétreas, e nós admitimos isso no Congresso Nacional.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Assalto à Previdência

Hélio Duque

O regime geral da Previdência Social é o maior programa de redistribuição de renda da América Latina. No ano de 2.005, registrou um déficit de 38 bilhões de reais. São 24 milhões de brasileiros que recebem aposentadoria e pensão. Desses, 64% recebem o piso mínimo, equivalente ao salário mínimo. Destaque-se que existe uma mistura de aposentadorias. Existem aquelas que são normais, fruto da contribuição continuada do futuro beneficiário. Outras foram estabelecidas como política social. Exemplo, as aposentadorias rurais que representaram um impacto de 18 bilhões de reais.

Ainda em 2005, de acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão do Ministério do Planejamento, o auxílio-doença atendeu 1,5 milhão de beneficiados. Comparativamente, em 2.001, esse atendimento foi de 574 mil trabalhadores. Praticamente triplicou, com impacto na conta previdenciária.

O governo cobre o déficit, se endividando no patamar da taxa Selic, responsável pelos mais elevados juros reais do mundo. Os títulos públicos que garantem o endividamento da economia brasileira estão na posse de 30 mil privilegiados brasileiros, receberam de juros 8,2% do PIB. Já os gastos globais da Previdência representaram 8% do PIB, atendendo 24 milhões de brasileiros.

O fato objetivo é que as contas previdenciárias se encaminham para uma situação de insustentabilidade. Nos governos de FHC e Lula reformas foram feitas parcialmente, mas o foco principal do problema foi tangenciado. E ele tem o próprio governo como responsável, seja na falta de fiscalização (veja os números do auxílio-doença) até à omissão na cobrança dos sonegadores e grandes devedores da previdência. Além dos recursos da seguridade social com destinação específica, adonado pelo governo.

O professor Márcio Pochmann, da Universidade de Campinas, estudioso da realidade social brasileira rechaça o falacioso argumento de benefícios criados pela Constituinte sem a definição de novas fontes de recursos para cobrir as despesas. E aponta dois exemplos: 1) oficializada em 1991, a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), em 2.005, de acordo com a Receita Federal arrecadou 89,9 bilhões de reais; 2) a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) arrecadou no período 26,9 bilhões de reais. O economista Pochmann detona: “Essas receitas não são repassadas e não são computadas como receitas previdenciárias. Se fossem, de fato, destinadas aos cofres da Previdência teríamos não um déficit, mas um superávit”. Totalizariam 116,8 bilhões, menos o déficit de 38 bilhões, o superávit seria de 78,8 bilhões de reais.

Fica claro que no Brasil os gastos sociais servem para financiar o governo, contribuindo para garantir o “superávit primário”. É uma clara apropriação indébita, como já ocorre com a CPMF na área da saúde. A isso soma-se a sonegação, a corrupção e as renúncias-fiscais que atingem o INSS. Agravado com a estagnação do crescimento econômico. O economista Pochmann mensurou que se houvesse reativação do crescimento e fosse incorporado 8 milhões de desempregados percebendo um salário mínimo, a Previdência teria um ingresso de 11 bilhões de reais ao seu caixa.

Destaque-se que a Previdência tem a receber 250 bilhões de reais fruto de atrasos, espertezas e sonegações de inúmeras empresas. Infelizmente não existe uma cobrança dura e punitiva. O Tribunal de Contas da União assegura que a sonegação anualmente atinge 30% da presumível arrecadação previdenciária. Para o ano corrente de 2.006, em função do aumento do salário mínimo, já se prevê que o déficit não será inferior a 50 bilhões de reais. Igualmente se aguarda que, no período, a sonegação poderá atingir valor acima dos 30 bilhões de reais.

A dramática realidade previdenciária no Brasil é originalíssima. Em todos os países do mundo o Tesouro transfere recursos para a Previdência. Aqui os recursos arrecadados para os gastos sociais é que são transferidos e servem para financiar o governo. Chega a ser surrealista e, portanto, inacreditável.

Tristemente a Previdência não é vítima isolada. O Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal pesquisou a realidade tributária no ano de 2.005 e encontrou o seguinte: os bancos (com lucros assombrosos) recolheram em Imposto de Renda cerca de 7,5 bilhões de reais. Somando-se o montante dos tributos pagos pelas instituições financeiras o valor total foi de 18 bilhões de reais. Já os trabalhadores assalariados pagaram 52 bilhões de reais, três vezes mais do que aquelas poderosas instituições financeiras.

A dramática realidade previdenciária, com desvios dos seus recursos para outras finalidades integra a lógica de fecundação dos privilégios, em detrimento dos valores harmonizadores do bem estar social. A Previdência é vítima e não causadora de déficit.

Hélio Duque é Doutor em Ciências, área econômica, pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Foi Deputado Federal (1978-1991). É autor de vários livros sobre a economia brasileira.

O Sr. Jefferson Péres deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Mestrinho.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Com a palavra o eminente Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo Lula gosta muito de fazer comparações. Por outro lado, é essencial observarmos a gênese da carreira política do Presidente Lula. Imaginar-se-ia um governo ambientalista, indigenista, com profunda sensibilidade social.

O **Correio Braziliense** de hoje traz matéria em que é comentado o trabalho de Lucia Helena Rangel, antropóloga da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que organizou recente relatório do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), segundo o qual existe uma ação organizada de grupos antiindígenas que redundou em 122 índios assassinados entre 2003 e junho de 2005.

Lerei alguns trechos da matéria assinada por Paloma Oliveto, da equipe do **Correio Braziliense**, intitulado “Etnias Ameaçadas”:

A violência contra os povos indígenas duplicou nos três primeiros anos do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Levantamento divulgado ontem pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), indica que, em uma década, 287 índios foram vítimas de assassinatos. A média de mortes durante os oito anos em que Fernando Henrique Cardoso esteve à frente da Presidência do País foi de 20,65 por ano, com um total de 165 homicídios entre 1995 e 2002. Já de 2003 a meados de 2005 foram 122 assassinatos, com média de 40,67 mortes violentas por ano.

O relatório também mostra que Lula foi o presidente que (...) menos declarou terras indígenas (...) Nos governos Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, a média foi de 13 [Lula ficou com seis territórios em média por ano]. Fernando Henrique declarou 11 terras por ano. A demora na demarcação de reservas é, segundo especialistas, uma das principais causas da violência entre indígenas.

Peço que tudo isso vá para os Anais.

Muito bem, Sr. Presidente, passo para um outro trecho:

A antropóloga define como genocídio a situação enfrentada pelos índios do Mato Grosso do Sul. O Estado é o campeão de violência contra os povos indígenas, com 68 assassinatos entre 2003 e julho de 2005. No ano passado, mais da metade das mortes de índios

aconteceu lá. Um dos povos mais vitimados são os guaranis caiuías. São 27 mil pessoas da etnia disputando 10 mil hectares de reservas demarcadas. “A maioria dos guaranis caiuías são sem-terra. Vivem em acampamentos à beira da estrada”, diz Lúcia Helena Rangel.

Outro trecho:

Os guaranis caiuías ficaram conhecidos em 2005 pelas 17 mortes de crianças por desnutrição. Não são, porém, a única etnia vitimada pela fome. Dados oficiais sobre mortalidade infantil indígena apontam que, em 2005, em cada mil nascidos, 50,85 morreram antes de completar um ano de idade. Além da desnutrição, indiozinhos estão morrendo por causa de pneumonia, doenças infecciosas, contaminação da água e falta de assistência médica.

Outro trecho que fiz questão de grifar:

O representante no Brasil da organização não-governamental (ONG) inglesa Anistia Internacional, Tim Cahill, considera os dados do relatório impressionantes. Ele lembra que o governo brasileiro faz questão de mostrar, no exterior, uma imagem romantizada dos índios, que não condiz com a realidade. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) não se manifestou sobre o relatório. [Isso, a meu ver, é lamentável.]

Continua a jornalista Paloma Oliveto:

Crescem casos de abuso.

Vivendo entre a fome, a falta de terra e os assassinatos, as crianças indígenas sofrem um outro flagelo: são vítimas de exploração sexual. O levantamento do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) mostra que, de janeiro de 2003 a agosto de 2005, houve 21 casos de violência sexual, entre estupros, tentativas de estupro, atentado violento ao pudor e favorecimento da prostituição no Amazonas, Acre, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Rondônia, Roraima e Rio Grande do Sul. Os dados revelam que esse tipo de violência está aumentando.

Em 10 casos registrados em 2003, 60% das vítimas tinham menos de 18 anos. Quatro eram crianças e duas adolescentes.

Ainda um outro trecho:

No Amazonas, um catuquina de 13 anos foi vítima de atentado violento ao pudor por um pescador da região. No Mato Grosso do Sul, uma guarani-caiouá foi estuprada por jagun-

ços durante a tentativa de retomada de uma terra tradicional.

De janeiro a agosto do ano passado, foram contabilizadas 13 ocorrências com 17 vítimas, sendo que 70% eram menores de 18 anos, com idade entre 8 a 16 anos.

(...)

No Acre, um dos agressores era prestador de serviços na Casa do Índio de Rio Branco, AC. Entre os envolvidos nos crimes, um chefe de posto da Fundação Nacional do Índio do Amazonas (Funai) e um soldado do Exército.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a para registrar nos Anais esta matéria do **Correio Braziliense** e outra do jornal **O Globo**, que tem como título “Relatório aponta aumento de mortes de índios” e, como subtítulo, “Conselho lista 43 assassinatos em 2005; média anual de casos no governo Lula dobrou em relação aos anos FH”. É mais ou menos a repetição disso, fala da violência sexual, lista ofensas e expressões preconceituosas:

“Índio vagabundo, índio sujo, índio fedido”. Palavras assim partiram de políticos, articulistas e funcionários públicos brasileiros” [matéria de Jailton de Carvalho de **O Globo**]. No total, foram 62 ocorrências de racismo e discriminação contra indígenas entre janeiro de 2003 e julho do ano passado, segundo o levantamento do Cimi. Cerca de 30% delas foram comunicadas ao Ministério Público Federal, mas apenas 10% foram objeto de medida judicial.

O engraçado é que o ex-presidente da Câmara dos Deputados Severino Cavalcanti, com aquele jeito pitoresco, disse certa vez em Belém: “As terras devem ser dadas para quem trabalha, e não para os índios, que não pensam em trabalhar porque não aprenderam a trabalhar”.

Mais surpreendente do que a fala de Severino, que não nos surpreende, foi o que disse o ex-diretor financeiro do BNDES Roberto Thimóteo da Costa. Diz o artigo:

(...) Roberto Thimóteo da Costa, que teria afirmado em um seminário que a proteção aos indígenas no País é exagerada e que o Cacique Marcos Terena fala inglês e pilota avião, mas, por ser indígena, não paga impostos. Há também a citação de um articulista de um jornal do Piauí, da Academia Piauiense de Letras, dizendo que os “índios são ladrões natos, contrabandistas, criminosos e perversos”.

Sr. Presidente, peço ainda que vá para os Anais matéria do jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje, intitulada “Número de índios assassinados dobra no governo Lula”. Segundo a articulista Lígia Formenti, relatório do CIMI mostra que a média anual foi de 40,67 entre 2002 e 2003.

Peço ainda que V. Ex^a encaminhe para os Anais este pronunciamento em que eu registro artigo publicado pela **Folha de S. Paulo** de autoria do Comandante da Marinha do Brasil, Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, em que fala da necessidade de patrulhamento naval da Amazônia Azul como dever de Estado, inclusive para evitar eventuais ações de terroristas.

Ele diz que um percentual bastante significativo da produção nacional, cerca de 85% – fala em relação ao petróleo – é realizada nas águas daquela área, isto é, no que ele chama de Amazônia Azul. E aí discorre o Comandante da Marinha sobre a convenção da Jamaica e sugere que a Petrobras, responsável pela chamada auto-suficiência, ajude a Marinha em uma parceria que permita o repasse de recursos para que a Força Naval leve a cabo o seu projeto de construção de navios-patrulha. Faço aqui um apelo reforçando a idéia e a necessidade da Marinha.

Registro ainda uma denúncia sobre maus tratos a indígenas, tolerados por um Governo que se dizia indigenista, ambientalista, e mais um monte de “istas” que foram desmentidos. Fato: dobrou, no Governo Lula, o número de mortes, de assassinatos, de índios neste País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao saudar a auto-suficiência do Brasil em petróleo, o Comandante da Marinha do Brasil, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, defendeu, em artigo publicado sábado, a urgente necessidade de patrulhamento naval da *Amazônia Azul*, como dever do Estado. Inclusive para evitar eventuais ações terroristas.

O Almirante lembra, no seu artigo, *que um percentual bastante significativo da produção nacional – cerca de 85% – é realizado nas águas daquela área, isto é, na nossa “Amazônia Azul”*.

O Comandante da Marinha adverte que o Direito do Mar (Convenção de Jamaica), mesmo concedendo ao Estado costeiro o direito de explorar os recursos naturais, reconhece o direito à livre navegação internacional, isso significando que qualquer país pode operar, com força naval, nas proximidades das nossas plataformas marítimas, “sem nenhum constrangimento jurídico.”

O militar sugere que a Petrobras, responsável pela auto-suficiência poderia ajudar à Marinha, numa parceria que permitiria o repasse de recursos para que a Força Naval possa levar a cabo seu projeto de navios-patrulha.

A autoridade do ilustre Comandante sugere que o Senado medite sobre as advertências, que não afastam nem mesmo eventuais ações terroristas, dirigidas às plataformas marítimas.

Por isso, estou anexando a este pronunciamento a íntegra do artigo do Almirante Guimarães Carvalho, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal e, em consequência, sobre ele possamos meditar, numa avaliação acerca da proposta do Comandante da Marinha.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tendências e Debates

**AUTO-SUFICIÊNCIA EM PETRÓLEO
E A MARINHA**

Possibilitar que a Marinha possa patrulhar a nossa “Amazônia Azul” é um dever do Estado. Talvez a Petrobras possa ajudar

Roberto de Guimarães Carvalho

Folha de S.Paulo, 28-5-06

O Brasil todo comemora, com fundadas razões, a auto-suficiência na produção de petróleo: enfim, para justo orgulho de todos os brasileiros, produzimos mais do que consumimos! Essa conquista compõe páginas que enriquecem a própria história recente do Brasil. Seja a heróica visão do estadista que decidiu, em contexto de difíceis circunstâncias políticas e econômicas, pelo “O Petróleo é Nosso”; seja a vibrante epopéia da Petrobras; seja a confiança dos governos, que, por mais de cinco décadas, jamais deixaram de investir nesse segmento; ou, por fim, seja pela mística de uma calada torcida de todo o povo brasileiro para que essa meta fosse alcançada. O fato inconteste é que o Brasil venceu. O Brasil conseguiu. A Marinha se junta ao mutirão nacional de orgulho por essa vitória. Contudo, a consciência do dever constitucional a obriga a reflexões de ordem estratégica sobre esse fato, considerando que um percentual bastante significativo da produção de petróleo –cerca de 85%— é realizado nas águas da nossa “Amazônia Azul”, e que visões prospectivas anunciam a descoberta de novas jazidas no mar. O direito do mar (Convenção da Jamaica), ao mesmo tempo em que concede ao Estado costeiro o direito de explorar os recursos vivos e não-vivos do solo, subsolo e da camada líquida da sua zona econômica exclusiva (ZEE), reconhece o direito à livre navegação internacional nas ZEE. Isso significa que qualquer país pode deslocar uma força naval para operar nas proximidades das áreas marítimas onde se localizam as nossas plataformas de exploração de petróleo sem nenhum constrangimento de ordem jurídica, embora possa haver de ordem política. Daí ser o mar, por excelência, o cenário próprio para o surgimento de crises internacionais de natureza político-

estratégica. Tais crises, quando mal conduzidas, podem escalar para conflitos armados que sempre interessam aos mais fortes ou, mesmo quando bem manobradas, tendem a sujeitar os mais fracos a aceitar as condições impostas pelos mais fortes. No caso em apreço, ou seja, para evitar crises no cenário marítimo ou para poder enfrentá-las com a cabeça erguida, caso elas ocorram, a existência de uma Marinha com capacidade crível de dissuasão é o único recurso plenamente satisfatório. Outro aspecto que não pode ser negligenciado é o das denominadas “novas ameaças”, entre as quais, além dos crimes transnacionais e ambientais, está incluído o terrorismo internacional. Plataformas de exploração de petróleo são alvos potencialmente tentadores para ações terroristas. Assim, além da capacidade de dissuasão já mencionada, a Marinha necessita ter uma outra capacidade, qual seja, a de poder patrulhar de forma permanente todo o imenso mar que nos cerca, incluindo, prioritariamente, as áreas marítimas de exploração de petróleo. Para tal tarefa, em tempo de paz, o navio-patrulha é o meio adequado. Somente um navio pode, além de detectar e identificar, interceptar as embarcações que estejam navegando nas nossas águas jurisdicionais. Pode ainda, utilizando o Grupo de Visita e Inspeção (GVI) e a Guarnição de Presa (GP), que fazem parte da sua tripulação, inspecionar e, se for o caso, obrigar a demandar o porto nacional mais próximo aquelas que estiverem infringindo as nossas leis, entregando-as às autoridades competentes para as providências posteriores.

Prover à Marinha os meios e os recursos necessários para que ela possua uma capacidade de dissuasão com credibilidade é, sem dúvida, um dever do Estado -e para isso existem os royalties. Possibilitar que a Marinha possa, efetivamente, patrulhar a nossa “Amazônia Azul” também é um dever do Estado. Mas talvez a Petrobras possa ajudar. Como? Tornando-se, mais do que já é, uma efetiva parceira da Marinha, celebrando com ela um acordo administrativo que permita o repasse de recursos extra-orçamentários diretos para a Marinha e, portanto, fora do alcance dos contingenciamentos do Orçamento, para que a Força Naval possa implementar o seu projeto de navios-patrulha a serem construídos no país. Tais recursos seriam uma pequena parcela dos pesados investimentos feitos pela Petrobras -e que continuariam a ser investimentos, só que voltados para a proteção e a segurança do imenso patrimônio que não é só daquela empresa, já que também pertence a todo o povo brasileiro. Pode parecer um sonho, mas a vitória que estamos comemorando também era um sonho que se transformou em realidade. Orgulhem-nos e saudemos a auto-suficiência do petróleo, sem descuidar, porém, da responsabilidade de protegê-la e defendê-la.

Roberto De Guimarães Carvalho, 67, almirante-de-esquadra, é o comandante da Marinha.

O ESTADO DE S. PAULO

Número de índios assassinados dobra no governo Lula

Média anual foi de 40,67 entre 2003 e 2005, diz Cimi

Lúgia Formenti

BRASÍLIA

A média de assassinatos de índios durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva dobrou em relação ao índice registrado no governo Fernando Henrique Cardoso. Relatório divulgado ontem pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) mostra que entre 2003 e 2005 a média anual de homicídios de índios foi de 40,67. Na gestão FHC, a média foi de 20,65 mortes por ano.

Na avaliação do Cimi, o aumento é resultado da combinação de dois fatores: a estagnação da demarcação das terras indígenas e uma reação de proprietários de terras e garimpeiros, imaginando que o presidente Lula cumpriria a sua plataforma de governo em defesa da população indígena.

"Apoio não foi implementada, mas os pistoleiros já estavam mobilizados e a violência foi concretizada", afirmou o vice-presidente do conselho, Saulo Feitosa.

O trabalho mostra que nos últimos dez anos foram registradas 287 mortes entre índios. O Estado do Mato Grosso do Sul é o que mais se destaca pela violência. Dos 42 assassinatos registrados em 2003, 13 ocorreram no Estado.

Em 2004, o fenômeno se re-

petiu: dos 37 homicídios cometidos contra índios, 18 ocorreram entre a população que habita esse Estado. Em 2005, dos 43 assassinatos, 29 eram de Mato Grosso do Sul. Mas a escalada da violência também preocupa em Mato Grosso, Santa Catarina e na Bahia.

"A questão fundiária é, sem sombra de dúvida, uma das principais razões da escalada da violência", afirma o vice-presidente do Cimi.

DISPUTAS INTERNAS

Em Mato Grosso do Sul, a situação se agrava com a necessidade de convivência de várias tribos em espaços exíguos, o que aumenta também os problemas de convivência, as disputas internas e os casos de violência cometidos pela própria população indígena.

"Muitas comunidades vivem em barracos montados na beira de estrada. Nesses locais, é alto o número de homicídios, de alcoolismo, atropelamento", observa a antropóloga da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, Lúcia Rangel.

Durante a apresentação do relatório, a descrição sobre os problemas enfrentados pelos índios brasileiros – feita pelos especialistas – foi dramática. "É uma situação preocupante, chocante, um genocídio", afirmou a antropóloga da PUC.

O secretário-geral da Confe-

rência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Odilo Scherer, sugeriu que os candidatos discutam a questão indígena nas eleições. "As atrocidades contra índios continuam. De quem é a culpa pelo desrespeito constante? É preciso fazer um alerta à consciência nacional. Num ano eleitoral, esse assunto não pode ficar de fora."

Scherer relutou em comparar os índices de assassinato de indígenas no governo Lula com o da gestão FHC. "Não saberia avaliar", disse, depois de um longo silêncio. Para ele, a escalada da violência é um fenômeno que não vem de agora e é incentivado sobretudo pelo agronegócio e pela pressão que se faz sobre a Amazônia.

Feitosa avalia que, além do aumento dos números de mortes, o perfil do agressor mudou nos últimos três anos. "Houve uma redução significativa das mortes provocadas por agentes públicos. Em compensação, houve uma retomada do crime da figura do pistoleiro."

Como exemplo, Feitosa cita o caso de Roraima, que nos primeiros dois meses de 2003 registrou 4 mortes cometidas por pistoleiros. "A impressão que se tem é de que havia o temor de que o presidente Lula, ao assumir, partiria em defesa da população indígena. Houve a reação para uma ação que ficou só na promessa." ●

Relatório aponta aumento de mortes de índios

Conselho lista 43 assassinatos em 2005; média anual de casos no governo Lula dobrou em relação aos anos FH

Jaílton de Carvalho

• BRASÍLIA. Relatório do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgado ontem informa que no ano passado 43 índios foram assassinados, seis a mais do que em 2004. Pelos dados do Cimi, a média de índios mortos no país é de 40,67 por ano desde o início do governo Lula, o que corresponde ao dobro da média dos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso, calculada em 20,65. O vice-presidente do Cimi, Saulo Feitosa, atribuiu o aumento da violência à demora do governo federal para resolver conflitos fundiários em áreas reivindicadas por índios.

— O governo tem um discurso falacioso de que está demarcando terras, mas isso não corresponde à realidade. A demanda por terra é muito grande e a tendência é o aumento da violência — disse Feitosa durante o lançamento do relatório, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Segundo ele, o governo federal se aliou ao agronegócio e

suspendeu a demarcação de terras, principalmente no Mato Grosso do Sul e em Santa Catarina. Pelo relatório, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Pará e Pernambuco estão entre os estados com os mais altos índices de agressões e abusos sexuais contra os índios. Só em Mato Grosso do Sul 51 índios, entre eles dez crianças, foram vítimas de tentativa de assassinato. O relatório denuncia também ataques e assassinatos de índios em aldeias da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Segundo o Cimi, o governo Lula tem demarcado uma média de 6 terras indígenas por ano, número abaixo da média das décadas pós-ditadura militar, que era de 14 terras demarcadas por ano. Para Feitosa, o desempenho do governo atual nesta questão é inferior ao do ex-presidente João Figueiredo, último general a comandar o país.

— O governo Lula tem a pior performance de demarcação de terras indígenas no Brasil nos últimos 30 anos — disse Feitosa.

O secretário-geral da CNBB,

dom Odilo Scherer, endossou as críticas, embora faça ressalvas sobre os responsáveis pela violência no campo. Para dom Odilo os dados resultam do descalço com que os índios têm sido tratados por décadas e não apenas de falhas do atual governo.

— Se houvesse respeito aos povos indígenas não precisávamos estar vivendo momentos como esse. O relatório do Cimi é um alerta nacional. O Brasil só vai ser um país justo quando tiver feito justiça com seus primeiros habitantes — afirmou.

O Cimi diz que fez o relatório com base em notícias de jornais e registros próprios. O documento indica que dos 60 povos arredios no país (sem contatos diretos com os não-índios), 17 estão ameaçados de extinção. O representante da Anistia Internacional no Brasil, Tim Cahill, presente à solenidade, disse que a violência é acentuada pela fome nas aldeias, principalmente em Mato Grosso do Sul.

— Isso é mais chocante quando sabemos que o combate à fome foi uma questão central nes-

se governo — disse Cahill.

Para Funai, dados estão superestimados

Índios de Pernambuco entraram no auditório para denunciar brigas nas aldeias e encerraram a entrevista coletiva. O presidente da Fundação Nacional do Índio, Mércio Pereira, disse que o Cimi exagerou nos números. Segundo ele, apenas três índios foram mortos nos últimos três anos em consequência de conflitos fundiários.

— Os outros foram mortos por brigas entre eles (os próprios índios) e deles com fazendeiros por diversos motivos.

O presidente da Funai disse que Lula atendeu as principais reivindicações de entidades indigenistas: a homologação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, a realização da Conferência Nacional dos Povos Indígenas e a criação da Comissão Nacional de Políticas Indígenas, vinculada ao Ministério da Justiça. Para Mércio Pereira, o Cimi atacando Lula como se o país ainda vivesse sob a ditadura. ■

Documento também lista ofensas

• SÃO PAULO. “Índio vagabundo, índio sujo, índio feio”. Palavras assim partiram de políticos, articulistas e funcionários públicos brasileiros. No total, foram 62 ocorrências de racismo e discriminação contra indígenas entre janeiro de 2003 e julho do ano passado, segundo o levantamento do Cimi. Cerca de 30% delas foram comunicadas ao Minis-

terio Público Federal, mas apenas 10% foram objeto de medida judicial.

Um dos exemplos de políticos que discriminaram indígenas citados no relatório do Cimi foi o ex-presidente da Câmara dos Deputados Severino Cavalcanti (PP-PE). Em abril do ano passado, durante um almoço com empresários paraenses,

em Belém, afirmou: “As terras devem ser dadas para quem trabalha e não para os índios, que não pensam em trabalhar porque não aprenderam a trabalhar”.

Outro exemplo citado no documento é do ex-diretor financeiro do BNDES Roberto Thimóteo da Costa, que teria afirmado em um seminário

que a proteção aos indígenas no país é exagerada e que o cacique Marcos Terena fala inglês e pilota avião, mas, por ser indígena, não paga impostos. Há também a citação de um articulista de um jornal do Piauí, da Academia Piaulense de Letras, dizendo que os “índios são ladrões natos, contrabandistas, criminosos e perversos”.

Casos de violência sexual crescem

Foram mais de 40 registros em três anos, segundo Conselho Indigenista

Soraya Aggege

• **SÃO PAULO.** Filha de um cacique no Maranhão, a índia guajajara X., de 16 anos, foi estuprada por dez homens brancos armados, diante de seus parentes, em maio de 2005. Nos últimos três anos, foram mais de 40 casos de violência sexual contra indígenas no Brasil, segundo levantamento divulgado ontem pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A maior parte das vítimas tem entre 6 e 13 anos.

De 41 ataques, com 46 vítimas, registrados entre janeiro de 2003 e agosto de 2005, dez

foram praticados por indígenas que estão em contato com meios urbanos, principalmente em Mato Grosso do Sul, segundo o Cimi. Entre os casos há desde estupros e atentado violento ao pudor até uso de índias para a prostituição infantil, principalmente nas áreas mais afastadas. Foram registrados casos em: Amazonas, Acre, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Rondônia, Roraima e Rio Grande do Sul.

Números indicam crescimento da violência

Os números globais, segundo o Cimi, mostram cresci-

mento da violência sexual nas aldeias, principalmente contra as crianças. Em 2003, de 10 casos, seis envolveram menores. Três das ocorrências resultaram em prisões. No ano seguinte, foram 18 casos, com 19 vítimas — aumento de 80%. Entre as vítimas, 12 tinham entre 6 e 13 anos e uma tinha 16. Em Mato Grosso do Sul, ocorreu grande parte dos casos.

No ano passado, os ataques continuaram crescendo. Apenas entre janeiro e agosto, quando o levantamento foi paralisado, foram 13 casos com 17 vítimas, incluindo 12 menores. Do total de 41 casos de violência sexual

contra indígenas, 24 foram estupro consumado. Seis foram tentativas de estupro. Foram somados quatro casos de assédio sexual cometidos por agentes do estado, como soldados e enfermeiros. A consequência foi o nascimento de três crianças, segundo o Cimi.

O Cimi destaca o aumento da violência sexual entre indígenas em Mato Grosso do Sul, em terras miseráveis e próximas aos centros urbanos. De acordo com o Cimi, do total de 41 casos, 10 agressores eram indígenas, 23 não-índios e oito não foram identificados. ■

EXISTE UMA AÇÃO EXTREMAMENTE ORGANIZADA DE GRUPOS ANTIÍNDÍGENAS FORMADA POR PROPRIETÁRIOS RURAIS, POLICIAIS, POLÍTICOS E GRANDES EMPRESÁRIOS

Lucia Helena Rangel, antropóloga da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e organizadora do relatório

QUESTÃO INDÍGENA

Relatório do Cimi mostra que a média anual de índios assassinados duplicou no governo Lula. Para entidade, uma das causas da violência é a demora na demarcação de territórios. Foram apenas 18 nos últimos três anos

Etnias ameaçadas

PALOMA OLIVETO

DA EQUIPE DO CORREIO

A violência contra os povos indígenas duplicou nos três primeiros anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Levantamento divulgado ontem pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), indica que, em uma década, 287 índios foram vítimas de assassinatos. A média de mortes durante os oito anos em que Fernando Henrique Cardoso esteve à frente da Presidência do país foi 20,65 por ano, com um total de 165 homicídios entre 1995 e 2002. Já de 2003 a meados de 2005 foram 122 assassinatos, com média de 40,67 mortes violentas por ano.

O relatório também mostra que Lula foi o presidente que, desde 1979 até agora, menos declarou terras indígenas, ao lado de José Sarney. Ambos declararam, em média, seis territórios por ano. Foram declaradas exatas 18 áreas entre 2003 e junho de 2005. Nos governos Fernando

Collor de Melo e Itamar Franco, a média foi de 13. Já Fernando Henrique declarou 11 terras por ano. A demora na demarcação de reservas é, segundo especialistas, uma das principais causas da violência entre indígenas.

"Áreas demarcadas superpovoadas fazem com que a tensão se agrave o tempo todo. Os índios acabam disputando entre eles um espaço que praticamente não existe, onde querem plantar, criar animais e desenvolver suas relações", explica a antropóloga da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Lucia Helena Rangel, organizadora do relatório.

Convivência

Ela também destaca os conflitos por terra travados entre fazendeiros e índios, com ampla desvantagem para os últimos. Segundo o vice-presidente do Cimi, Saulo Feitosa, grandes produtores rurais deixaram de contratar jagunços e agora investem contra os povos indígenas por meio de seguranças armados contratados de empresas particulares. O relatório "A violência contra os povos

índigenas no Brasil" denuncia a violência deflagrada por policiais a serviço do poder público.

"Existe uma ação extremamente organizada de grupos anti-índigenas formada por proprietários rurais, policiais, políticos e grandes empresários. Eles promovem ações violentas, desrespeitosas e racistas contra os índios, principalmente nos estados do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Roraima", afirma Lucia Helena Rangel.

A antropóloga define como genocídio a situação enfrentada pelos índios do Mato Grosso do Sul. "O estado é o campeão de violência contra os povos indígenas, com 68 assassinatos entre 2003 e julho de 2005. No ano passado, mais da metade das mortes de índios aconteceu lá. Um dos povos mais vitimados são os guaranis caietés. São 27 mil pessoas da etnia disputando 10 mil hectares de reservas demarcadas. A maioria dos guaranis caietés são sem-terra. Vivem em acampamentos à beira da estrada", diz Lucia Helena Rangel, que responsabiliza o avanço das fronteiras agrícolas pela situação dos índios no estado.

Os guaranis caietés ficaram conhecidos em 2005 por causa das 17 mortes de crianças por desnutrição. Não são, porém, a única etnia vitimada pela fome. Dados oficiais sobre mortalidade infantil indígena apontam que, em 2005, em cada mil nascidos, 50,85 morreram antes de completar 1 ano de idade. Além da desnutrição, indiozinhos estão morrendo por causa de pneumonia, doenças infecciosas, contaminação da água e falta de assistência médica.

Para o vice-presidente do Cimi, os flagelos dos índios brasileiros tendem a se agravar. "Apenas uma mudança na política indigenista poderia trazer um impacto positivo. Mas o governo não sinaliza que vai promover alterações."

O representante no Brasil da organização não-governamental (ONG) inglesa Anistia Internacional, Tim Cahill, considera os dados do relatório impressionantes. Ele lembra que o governo brasileiro faz questão de mostrar, no exterior, uma imagem romantizada dos índios, que não condiz com a realidade. A Fundação Nacional do Índio (Funai) não se manifestou sobre o relatório.

Crescem casos de abuso

Vivendo entre a fome, a falta de terra e os assassinatos, as crianças indígenas sofrem um outro flagelo: são vítimas de exploração sexual. O levantamento do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) mostra que, de janeiro de 2003 a agosto de 2005, houve 21 casos de violência sexual, entre estupro, tentativas de estupro, atentado violento ao pudor e favorecimento da prostituição no Amazonas, Acre, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Rondônia, Roraima e Rio Grande do Sul. Os dados revelam que esse tipo de violência está aumentando.

Em 10 casos registrados em 2003, 60% das vítimas tinham menos de 18 anos. Quatro eram crianças e duas adolescentes. Dois desses casos ocorreram por causa do conflito de terra.

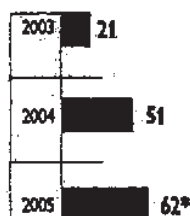
No Amazonas, um catuquina de 13 anos foi vítima de atentado violento ao pudor por um pescador da região. No Mato Grosso do Sul, uma guarani-caiouá foi estuprada por jagunços durante a tentativa de retomada de uma terra tradicional.

De janeiro a agosto do ano passado, foram contabilizadas 13 ocorrências com 17 vítimas, sendo que 70% eram menores de 18 anos, com idades entre 8 a 16 anos. O Mato Grosso do Sul foi o estado com maior número de vítimas. Do total de ocorrências, 24 foram estupro e 6, tentativas de estupro. No Acre, um dos agressores era prestador de serviços na Casa do Índio de Rio Branco (AC). Entre os envolvidos nos crimes, um chefe de posto da Fundação Nacional do Índio do Amazonas (Funai) e um soldado do Exército (PO).

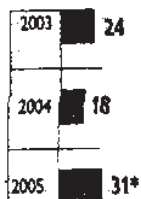
O mais violento
O Mato Grosso do Sul lidera os casos de assassinatos



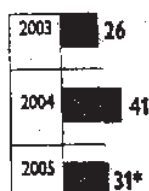
Outras formas de violência
Tentativas de assassinato



Outras formas de violência
Suicídio



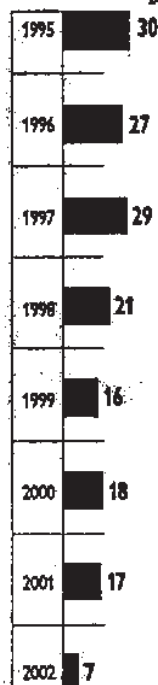
Conflitos territoriais



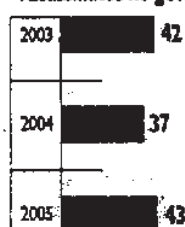
ÍNDIOS VITIMADOS

De 1995 a 2005, 287 índios foram assassinados. No governo Luiz Inácio Lula da Silva, a média de mortes é duas vezes maior que a registrada na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

Assassinatos no governo FHC



Assassinatos no governo Lula



Média de assassinatos no governo FHC	20,65
Média de assassinatos no governo Lula	40,67

*Dados de 2005 referentes aos seis primeiros meses do ano

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Senador Arthur Virgílio, V. Exª será atendido na forma regimental.

Sem prejuízo dos demais inscritos, concedo a palavra à nobre Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para dar continuidade ao assunto sobre violência, quero aqui falar sobre a violência praticada contra crianças. Este assunto está inserido no sistema de relações de diferentes sociedades. Sua existência tem registro em diversos escritos bíblicos, históricos e literários. A sociedade, via de regra, mantém-se em silêncio, isto quando não aprova explicitamente o uso da violência. Gerações têm sido formadas sob a égide da opressão e, em alguns casos, do terror.

As crianças estiveram, em muitos períodos da história da humanidade, sujeitas, desde a mais tenra idade, a todos os castigos e sanções destinados a adultos, inclusive a pena de morte. Por outro lado, a história das civilizações revela a constante prática de violência contra a criança, naquilo que poderíamos chamar como decorrente dos costumes da família e de seus círculos sociais, religiosos e econômicos, reveladas pela escravidão, abandono, mutilações, sacrifícios, filicídio (ato de matar o próprio filho) e espancamentos.

A violência é, de fato, uma forma de relação social. Está, inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência. Assim, a violência expressa padrões de sociabilidade, modos de vida, modelos de comportamento vigentes na sociedade em um determinado momento de seu processo histórico. A violência expressa relações entre classes sociais e também relações entre pessoas. No entanto, é preciso perceber que as relações que produzem violências são aquelas marcadas pelo autoritarismo.

Se analisarmos um pouco mais a questão da violência contra a criança, vamos perceber a influência da conduta adulto-egocêntrica e da própria coisificação da criança enquanto objeto e não pessoa, enquanto algo que não tem desejos. Isso, entretanto, está sendo rompido. Cresce, neste milênio, uma tendência, uma visão em que se reconhece a criança como uma pessoa em condição peculiar de desenvolvimento. Essa visão, fruto de práticas educativas no mundo todo e de descobertas e estudos recentes, está consagrada na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, em artigos de nossa Constituição e, sobretudo, no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Portanto, Srªs e Srs. Senadores, não podemos mais conceber qualquer violência contra nossas crian-

ças e adolescentes. O exercício autoritário da relação adulto-criança, o desrespeito aos direitos da primeira infância, as agressões contra o bom desenvolvimento da sexualidade da nossa criança e juventude precisam ser definitivamente banidas. Mas, infelizmente, velhos hábitos e costumes de um Estado totalitário e assistencialista e de uma sociedade omissa e negligente perduram. Qualquer possibilidade de mudança na realidade da vida de nossas crianças e de nossos jovens implica a mudança de nossas posturas. Não existe mais espaço para omissão e para a simples transferência de responsabilidade apenas ao Poder Público.

É importante ressaltarmos o papel da família nesse processo. Em decorrência da ainda frágil cidadania da criança que se verifica no País, das violações contra seus direitos, desde a mais tenra idade, acho importante a proposta do Senador Pedro Simon, debatida na manhã de ontem em audiência pública nas Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, de se instituir a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, a ser celebrada em outubro, mês da criança, iniciando-se no dia 12 e encerrando-se no dia 18. Será, penso eu, Sr. Presidente, uma oportunidade valiosa para os poderes públicos e a sociedade organizada contribuírem para a conscientização da população, em especial da família brasileira, sobre as verdadeiras causas da violência e suas possíveis soluções.

Já nos debruçamos, no dia 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual, sobre esse tema que é abordado sob diversos aspectos nessa oportunidade. Aliás, tal tema motivou a minha vinda a esta tribuna no dia de hoje. Não pude fazer pronunciamento na oportunidade do dia 18, quando, mais uma vez, a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e os movimentos sociais organizaram seu protesto e desapontamento pela não votação, ainda, de projetos que estão na Câmara e que objetivam punir com maior rigor as violações contra a sexualidade de nossas crianças e jovens, projetos esses que foram fruto do trabalho realizado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes em nosso País.

Sr. Presidente, embora as estatísticas não sejam muito seguras, são gritantes e generalizadas no País as ocorrências de exploração sexual contra crianças e adolescentes. No meu Estado, por exemplo, Rondônia, os casos identificados pelo Programa Sentinela, no ano de 2005, somam 511, quase o dobro do ano de 2004. Não é pouca coisa.

Como, então, erradicar o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes se não há a punição em lei?

Nenhuma resposta será inovadora se não trouxer em seu arcabouço teórico e metodológico o rompimento com as velhas tradições e a construção de um sistema integrado, reunindo as instituições públicas e privadas no empreendimento de políticas, programas e ações que de fato proporcionem a proteção absoluta desse segmento da população e que garantam sua efetiva participação, protagonizando ações propositivas de alteração da realidade e, ainda, exercendo funções estratégicas no controle.

Quando constatada a existência de violação sexual essa malha deve ser capaz de atender, proteger e defender crianças e adolescentes, não perdendo de vista o objetivo de responsabilizar agressores e dismantelar as redes de exploração e tráfico para fins de exploração sexual e comercial.

Os desafios para a operacionalizar e concretizar essas idéias são muito grandes, pois que reverter essa situação deve constitui-se, antes de tudo, na responsabilidade pela oferta regular de bens e serviços voltados ao atendimento das necessidades básicas da população infanto-juvenil.

Portanto, Sr. Presidente, o projeto do Senador Pedro Simon é de fundamental importância para que haja a conscientização de toda a sociedade brasileira do quão é importante os cuidados e a atenção básica na área de saúde, na área de educação e, sobretudo, do carinho e do afeto de que se faz necessário às nossas crianças.

Por isso, mais uma vez, Sr. Presidente, conclamo esta Casa, pois temos um projeto muito interessante. Pela primeira vez, na história da República brasileira, um Governo Federal se preocupa, de fato, com a nossa primeira infância. E este projeto está nesta Casa. Eu gostaria de que pudéssemos o mais rápido possível desobstruir a pauta, votando as medidas provisórias, principalmente aquela que diz respeito ao Fundeb, que é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica, que prevê recursos para que possamos, desde já, atender com mais investimentos as nossas creches e as nossas pré-escolas, com todo o carinho que o Poder Público devota às crianças brasileiras e à educação infantil de primeira qualidade de que são merecedoras.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, pela Liderança do Bloco. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Ney Suassuna e ao Senador

Ramez Tebet. Depois, passaremos às comunicações inadiáveis.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, Sr^{as} e Srs. Senadores, as notícias do IBGE sobre o PIB nacional nos deixam uma boa reflexão sobre os rumos do Brasil e da nossa economia.

É notório que os Estados Unidos é o país mais rico do planeta, pois seu PIB é de cerca de US\$10 trilhões. Em contrapartida, nosso Brasil ainda não conseguiu alcançar seu primeiro trilhão. É claro que, somado ao Mercosul, estamos próximos, mas, mesmo assim, é gritante a diferença da riqueza norte-americana em relação ao resto do mundo.

Comparando esses dados, tivemos, em alguns momentos, Sr. Presidente, alguns crescimentos distorcidos. É por isso que acho muito ruim quando, em debate nesta Casa, se diz que o Brasil cresceu em média muito abaixo da situação mundial. É muito ruim, Sr. Presidente, porque o que houve com os Tigres Asiáticos? Em algum momento, quebrou a Coréia do Sul, quebrou o México, quebrou a Argentina, quebraram vários países. No nosso entendimento, isso mostra que os caminhos exacerbados que alguns estão desejando são impossíveis e até suicidas.

Portanto, pela força da economia americana, cada vez que o Banco Central daquele país demonstra uma mudança no cenário para o crescimento da sua taxa de juros, provocada, é claro, por força de um crescimento econômico, o preço das suas mercadorias é aumentado, daí a influência do barril do petróleo na movimentação da inflação nos Estados Unidos.

Por conta desse cenário, é claro que a possibilidade do crescimento dos juros naquele país é muito alta. Isso faz com que o capital mais volátil, esse capital que está colocado nas fibras óticas, na rede de computador mundial, mude de um país para o outro, da noite para o dia, e deixe países como os nossos, da América do Sul, da África e do sul da Ásia, em situação complicada.

O IBGE apresenta um número que é muito bom, que mostra que o Brasil está de fato superando as suas dificuldades econômicas e tendo uma capacidade de segurança maior, e que esses percalços da economia norte-americana não interferirão tão asseveradamente na nossa economia.

Segundo o IBGE, a economia brasileira cresceu 1,4% no primeiro trimestre deste ano em relação aos três últimos meses de 2005, segundo dados divulgados hoje.

Em relação ao primeiro trimestre de 2005, houve uma expansão de 3,4% da economia. Nos últimos

doze meses, o PIB cresceu 2,4%. Os três setores que compõem o PIB tiveram crescimento em relação ao quarto trimestre, com destaque para a indústria, que teve uma expansão de 1,7%. A agropecuária e os serviços cresceram 1,1% e 0,8%, respectivamente.

Houve uma confluência de fatores positivos para essa situação, Sr. Presidente, durante o primeiro trimestre, que estimulou a nossa economia. Foram eles: a queda crescente dos juros; o aumento do crédito; a melhora no nível da atividade industrial; o crescimento das vendas do comércio; os incentivos fiscais em alguns setores; a expansão mundial; e os aumentos de gasto público em período eleitoral, pois, inevitavelmente, vai haver investimentos nessa área.

Sr. Presidente, um fator importante que nos leva a considerar a solidez na nossa economia é a distribuição de renda, que obteve avanços no Governo Lula. Muitas pessoas têm feito críticas, e concordo com algumas delas. Dizer que o setor financeiro brasileiro é o que cresce exorbitantemente é uma verdade, vide os lucros dos bancos. Isso é uma realidade. Agora, eu desafio quando dizem que, por decreto, o Presidente da República tem autoridade para limitar o crescimento dos bancos a um fator “x”. Eu acho que não. Seria maluquice, pois não temos no Brasil e em mais nenhum lugar do mundo perfil para um decreto dessa natureza.

O que se pode fazer é criar um sistema de políticas que conduzam à distribuição de renda. Assim sendo, é bom lembrar que as pessoas, as famílias mais pobres do Brasil começam a ter um rendimento um pouco melhor. Trata-se do Bolsa-Família e de todo o sistema de distribuição de Bolsas e compensações sociais. Também a situação dos investimentos no setor produtivo primário – como agora, os R\$60 bilhões negociados com o setor agrícola. O salário mínimo, Sr. Presidente, que é o maior da história, pois, desde 1986, quando o Presidente era o Senador José Sarney, não havia um salário mínimo com o perfil que temos hoje. E o crescimento da relação de emprego com carteira assinada. Somando esse conjunto de investimentos no social, temos, com segurança, uma melhor distribuição de renda.

O próprio IBGE, o Caged e outros institutos que fazem essa pesquisa mostram uma mudança na distância entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil.

Portanto, é claro que a distribuição de renda promove um maior consumo, uma melhor condição para a economia interna, desendivida o Brasil e relaciona melhor as condições para que o PIB apresente um crescimento dessa natureza.

Sr. Presidente, o Senador João Batista Motta me solicita um aparte, mas o Senador Ney Suassuna pediu

encarecidamente que não esticássemos a conversa, porque há muitos para discursar.

Concedo o aparte ao Senador João Batista Motta, para, depois, encerrar o meu pensamento e para que o Senador Suassuna faça o seu pronunciamento.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a é um dos Senadores que mais admiro nesta Casa pela sua autenticidade. V. Ex^a mostra isso a cada vez que faz um pronunciamento. Quando V. Ex^a diz que o setor bancário é o que mais usufrui lucro no Brasil, é uma verdade, e é algo que estarrece a população brasileira, que vê o Governo do nosso País não fazer nada com relação a isso. V. Ex^a diz que o Governo não pode baixar um decreto limitando o lucro de bancos. Não, Senador, eu acho que pode. Temos uma taxa Selic, que o Governo vive lutando para derrubar, em torno de 15%, 16%, 17%. Mas, quando V. Ex^a pega um dinheirinho no Banco do Brasil, no seu cartão de crédito, em banco oficial, paga 150% de juros ao ano. Será que o Governo Federal não pode fazer nada? Será que é necessário que esse juro de crédito que se pega no cartão seja de 150%? Para quê? Qual a finalidade? Que privilégios têm esses banqueiros? Acho que o Governo podia “baixar o pau” neles, sim, senhor! Obrigado, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Encerrando, lembro que a queda na taxa de juros deve corresponder também às tarifas cobradas pelos serviços financeiros, pelos bancos. Se não houver isso, há uma duplicidade de lucros. Considero que V. Ex^a está coberto de razão. Trata-se de uma duplicidade de lucros, porque o banco ganha já pelos seus serviços anteriores, e a queda de juros faz com que um vire dois.

Concordo plenamente com isso, mas acho que as instituições que são voltadas para essa fiscalização têm que nos oferecer também maior rigor quanto a isso.

Para encerrar, Sr. Presidente, considero que o Cade tem a última palavra, e o Procon pode informar melhor à população para que este Congresso Nacional possa estar mais vigilante quanto a esse tipo de exorbitância de cobrança dupla, que considero completamente errada.

Sr. Presidente, era isso. Deixo o outro discurso para amanhã, porque hoje não vai ser mais possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes do meu discurso,

quero dizer da minha alegria e da minha satisfação por ter recebido, como confiança da minha Bancada, o seguinte apoio:

Nós, os Senadores da Bancada do PMDB, vimos hipotecar a nossa solidariedade e reiterar a nossa confiança no Líder do Partido no Senado, Senador Ney Suassuna. Tendo em vista as explicações oferecidas por S. Ex^a na tribuna do plenário e ainda conhecedores que somos do seu caráter, aguardamos com serenidade as apurações pelos canais competentes, que, com certeza, mostrarão a lisura do comportamento do nosso Líder.

Sr. Presidente, o documento foi assinado por 92% da Bancada, ou seja, de 22 Senadores, 20 assinaram, o que aumenta a minha responsabilidade para com a Bancada. Fico muito feliz pela confiança e pelo apoio.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de compartilhar com V. Ex^{as} minha enorme preocupação com as dificuldades enfrentadas pelos hospitais e pelos profissionais de saúde na Paraíba.

O quadro que tenciono traçar vale também, estou certo, para outras unidades federadas, mas me sinto na obrigação de ressaltar a particular gravidade da situação em meu Estado.

A Constituição Federal estabelece que o direito à saúde é um dos direitos sociais fundamentais, mola-mestra de toda e qualquer política comprometida com o bem-estar da população.

No entanto, os problemas por que têm passado não só os hospitais, mas também a rede de profissionais envolvidos com a saúde são incompatíveis com a importância social e econômica do setor para a sociedade.

As instituições que cuidam da saúde, como clínicas, casas de saúde, laboratórios e demais estabelecimentos, segundo dados fornecidos pela Associação Paraibana de Hospitais, respondem por nada menos que 6,5% do PIB nacional. São R\$70 bilhões por ano vinculados a atividades do setor de saúde, produzindo 2 milhões de empregos diretos e 5 milhões de empregos indiretos.

Só na Paraíba, o setor de saúde gera 10 mil empregos diretos e 50 mil indiretos. Não há dúvida, pois, de que o direito à saúde movimenta porção significativa de recursos materiais e humanos.

Não é difícil entender o porquê: no Brasil, a rede hospitalar privada responde por cerca de 60% das internações do SUS e por mais de 60% dos procedimentos ambulatoriais de alta complexidade.

Simplemente não existem leitos hospitalares em número suficiente na rede pública.

Ora, a rede privada poderia arcar sem problemas com os procedimentos do SUS, não estivesse sua remuneração completamente defasada em relação aos outros custos desses procedimentos.

Desde a implantação do Plano Real, em 1994, a remuneração foi reajustada de maneira esparsa e pouco transparente.

Em 1995, foi concedida correção linear, mas, nas duas datas posteriores, em 1999 e em 2000, foram utilizados critérios questionáveis para a concessão dos reajustes, que pecam pela falta de transparência e que privilegiam procedimentos e especialidades de alta complexidade.

Quem paga o preço dessa seletividade são, sobretudo, os hospitais de pequeno e médio porte, que se vêem obrigados a se virar com tabelas e valores que há muito deixaram de refletir os custos hospitalares.

Para que V. Ex^a tenha uma idéia, Sr. Presidente, hoje, uma consulta médica custa R\$2,50. Com duas consultas médicas, consegue-se engraxar um par de sapatos em qualquer aeroporto do País, e talvez nem dê, porque, em alguns aeroportos, engraxar os sapatos custa R\$6,00; portanto, é preciso mais de duas consultas médicas pagas pelo SUS.

Uma cesariana, que exige trabalhos pré e pós-parto, além de toda a atividade da própria cesariana, custa R\$100,00.

Hoje, um doente mental que esteja internado em hospital tem R\$25,00 por dia para alimentação, café, almoço, jantar, cuidados médicos e medicação. Realmente é uma tabela que sacrifica toda essa rede hospitalar.

Por sua vez, sabemos que há medicamentos cujo valor aumenta muito acima da inflação.

Para os hospitais, no entanto, não há remédio – com o perdão do trocadilho: as instituições de saúde, submetidas à carga tributária idêntica à da indústria e à do comércio, arcam com as conseqüências nefastas advindas dos custos crescentes.

Como resultado, basta mencionar que a quase totalidade dos hospitais paraibanos estão inscritos no Refis (Programa de Recuperação Fiscal) e no Paes (Parcelamento Especial), vivendo sob ameaça constante de execução judicial pela Previdência e pela Receita Federal.

Muitos são os que fecharam suas portas, como é o caso, por exemplo, do de Cabedelo, hospital bem aparelhado, que fechou porque passou a operar permanentemente no vermelho. Muitos estão no mesmo caminho.

Nesse contexto, não é possível que continuemos a esperar a regulamentação e a implementação plena da Emenda à Constituição nº 29/2000, que assegura os recursos mínimos para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde.

Necessitamos, também, de reforma tributária que contemple mecanismos específicos para os serviços hospitalares.

É digna de nota, igualmente, a disparidade da remuneração que há entre as unidades federadas.

A título de exemplo, números fornecidos pela Associação Paraibana de Hospitais apontam para a diferença considerável entre o que o SUS gasta por habitante em São Paulo e na Paraíba.

Em 2004, na média, o SUS repassou R\$174,52 para o habitante de São Paulo e R\$77,25 para o da Paraíba.

Como decorrência inevitável desse processo, aumenta o hiato que separa a possibilidade de atendimento ambulatorial e hospitalar entre o paciente dos Estados mais ricos e o dos mais pobres da Federação.

Ao invés de compensarmos as deficiências e disparidades regionais com maior aporte de recursos, o que o atual sistema engendra é o distanciamento, cada vez maior, dos Estados e instituições com mais recursos daqueles hospitais e centros de saúde mais modestos, que, não obstante, atendem a parcela majoritária da população.

Diante desse quadro, não nos surpreende que hospitais privados paraibanos vinculados ao SUS tenham cogitado, no mês passado, seu desligamento coletivo.

Trata-se de tentativa de evitar sucateamento ainda maior da rede hospitalar, que tem lutado como pode para sobreviver na penúria.

Dias atrás, Sr^{as} e Srs. Senadores, denunciei a situação difícilíssima enfrentada pelo Hospital Napoleão Laureano, o maior hospital de oncologia da Paraíba.

O aumento da demanda, sem o ajuste correspondente da remuneração, gera conflitos éticos terríveis para os médicos, além de fomentar angústia e desespero nas famílias, o que é totalmente inaceitável.

O que exigimos, Sr. Presidente, é mais do que a solidariedade de nossos governantes. Consideramos fundamental repensarmos a própria lógica de um sistema centralizado, que proporciona margens estreitas de manobra para gestores estaduais e municipais.

Acreditamos que o contato mais próximo com a população possibilita a formulação de políticas mais compatíveis com as particularidades regionais.

Há espaço de sobra, no Congresso Nacional, para a discussão e o redirecionamento de prioridades nas políticas públicas de saúde.

Demandamos providências urgentes no sentido de corrigir as distorções do atual sistema de saúde.

Garantir a fruição do bem mais precioso da vida, a saúde, por meio de políticas compatíveis com a realidade sócio-econômica, é mais do que nossa obrigação. É um imperativo ético.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é catastrófica a situação da saúde em meu Estado, e creio que em quase todos, porque essa grita é geral. As filas são quilométricas. Somente os casos de alta complexidade recebem tratamento um pouco mais diferenciado, e a grande massa, a maior parte da população, enfrenta dissabores terríveis, apesar de pagar impostos tão elevados.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Gilberto Mestrinho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antônio João.

O SR. PRESIDENTE (Antônio João. PTB – MS)
– Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, por volta das 15h30, o nosso Colega César Borges, eminente Senador pela Bahia, assumiu a Presidência da Comissão Mista Temporária, para, no prazo de 30 dias, sistematizar os projetos sobre saneamento em tramitação nas duas Casas.

Sr. Presidente, não vim só cumprimentar e abraçar o Senador César Borges. Não só compareço aqui para dizer que agora tenho certeza de que o assunto vai ser amplamente debatido, discutido e votado pelo Congresso Nacional, dada a competência do Senador César Borges, a sua larga experiência administrativa como ex-Governador do Estado da Bahia, e graças ao seu Vice-Presidente, Deputado Estadual Tarcísio Perondi; ao Relator, o Deputado Júlio Lopes; e aos demais componentes da Comissão. Não vim aqui só manifestar minha confiança, mas também dizer da importância dessa Comissão. Realmente, criar-se uma Comissão para sistematizar projetos sobre saneamento em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado da República significa que deve haver mais de duas dezenas de projetos sobre saneamento básico em tramitação nas duas Casas. Se há tantos projetos em tramitação nas duas Casas, isso mostra a importância desse assunto, dessa matéria, que, convenhamos, vem sendo relegada por sucessivos Governos. Nem normatização existe.

Recordo-me muito bem de que, na década de 70, quando eu era prefeito municipal, teve início no País o processo de urbanização. Nesse período, 93 milhões de habitantes passaram a viver nas cidades, iniciou-se o famoso êxodo rural. Naquela época, a prefeitura municipal administrava os serviços de água e de esgoto. Depois, houve uma campanha do Governo Federal no setor. Lembro-me de que foi criado o chamado Banco Nacional de Habitação, que geria os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. E aí o aceno foi grande: o Banco concedia recursos para a urbanização das cidades, mas só o fazia se os Municípios entregassem o serviço de abastecimento de água para a administração do Estado.

Na maioria esmagadora dos Municípios brasileiros, a água era administrada pelos respectivos Municípios e Prefeituras, que, empolgados com o chamado Projeto Cura, aderiram ao movimento, esquecidos de que pagavam juros altíssimos pela concessão desse empréstimo.

Sr. Presidente, não que eu tivesse enxergado longe o que ia acontecer, mas fui daqueles prefeitos que, desde logo, vi que não deveríamos entregar o serviço de abastecimento de água do meu Município para o Estado, independentemente da boa intenção do Governo Federal, independentemente se era acertado ou não transferir para o Estado essa obrigação.

Resisti e não entreguei esses serviços, que continuaram sendo administrados pela Prefeitura de Três Lagoas, até que, tempos depois, houve mudanças. A pressão foi grande sobre os Prefeitos que me substituíram. Um deles, naturalmente autorizado pela Câmara Municipal, entregou os serviços de água e de esgoto para a administração estadual. Por isso, hoje, o Município padece da falta dos bons serviços prestados pela empresa de saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul.

O Governo Federal entrou no setor quando criou o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA). Foi aí que o Governo Federal despertou e começou a tentar resolver esse flagelo, eu diria. Hoje, no Brasil, com toda a sua dimensão, somente 76% da sua população são servidas com água; e 40%, com esgoto sanitário. Imaginem a relevância desse assunto!

Falar em saneamento básico é falar em qualidade de vida, em melhor saúde, em eliminação das doenças que afligem a população brasileira, como a dengue, por exemplo, que, agora, teve um crescimento muito grande na maioria dos Municípios brasileiros.

Hoje estamos sob a égide da Constituição de 1988, que, não sei se de forma correta ou não – vamos estudar melhor –, não estabeleceu a competência para nenhum dos entes federados. Embora trate de sanea-

mento, a Carta Magna não fala se a competência é da União, dos Estados ou Municípios. O que está vigorando no País hoje? A política que os Municípios ou o Estado entendem como a melhor. Há, por exemplo, companhias estaduais de saneamento básico. Parece-me que esse é o padrão geral nos Estados brasileiros.

Contudo, há Municípios que ainda exploram o serviço de água e esgoto e outros Municípios que privatizaram tal serviço, entregando-o à administração de terceiros. A capital do meu Estado é um exemplo disso. Lá em Mato Grosso do Sul, na cidade de Campo Grande, o serviço de água e esgoto está terceirizado. Se funciona bem ou não, é outra conversa. O fato é que não existe um sistema para resolver este assunto e não existem órgãos financiadores.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Então, quando está nas mãos do Município, quem é que financia? Não existem órgãos, nem instituições. Quando me referi ao Banco Nacional de Habitação, ao Planasa, estava dizendo que os recursos eram do trabalhador brasileiro, eram do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que financiavam o saneamento e a habitação no Brasil.

O sistema habitacional brasileiro, infelizmente, degingolou-se inteiramente. E sabemos o quanto o Governo Federal teve de prejuízo, e, agora, digo, quanto os trabalhadores tiveram de prejuízo com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Tem V. Ex^a o aparte, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador, apenas para louvar o discurso de V. Ex^a e dizer que esse marco regulatório é muito necessário. As regiões metropolitanas estão seguindo uma linha. Há privatização. Há cidades que cuidam desse assunto com o próprio poder municipal. E há, inclusive, uma demanda judicial muito grande entre Estados e Municípios. V. Ex^a tem uma missão muito importante, como todos nós daquela Comissão. E temos 30 dias para fechar esse marco regulatório. Desejo muito sucesso a todos nós que estamos nessa Comissão, para que possamos, com certeza, resolver esse assunto.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Ney Suassuna, porque, naturalmente, as suas palavras vêm demonstrar que V. Ex^a concorda, como todos concordamos, sobre a importância desse assunto. Mas é preciso, realmente, um marco regulatório.

Agora, tomara que não haja engessamento dessa questão, porque a realidade brasileira é diferente. Tomara que se garantam recursos, mas que não se diga que esses recursos são somente federais. E se houver

um estabelecimento de recursos, que esses recursos não sejam dirigidos apenas para os centros grandes, como tem ocorrido, sob pena de aumentarmos ainda mais o terrível drama que o seu Estado sofre e o meu também. São as desigualdades regionais que existem em nosso País. Grandes centros têm grandes problemas. Então, na hora de se votar um orçamento, de se distribuírem os recursos orçamentários pensa-se nos problemas das grandes metrópoles.

Por que existem os problemas das grandes metrópoles? Existem porque os problemas das pequenas cidades brasileiras estão insolúveis, porque há uma imigração, porque quem não tem recursos vai buscar onde tem. Então, aumentam-se, inflam-se cada vez mais os grandes Municípios em detrimento da boa aplicação dos recursos no interior, o que evitaria esse êxodo da cidade pequena para a cidade grande.

O Nordeste, que V. Exª representa nesta Casa, é bem o exemplo desse êxodo. Quantos conterrâneos de V. Exª e do Presidente desta Casa, Renan Calheiros, saem em busca de trabalho, de serviço, de melhores dias nas metrópoles?

Sr. Presidente, entendo que essa Comissão recém-criada e que está sob a batuta, sob o comando do Senador César Borges tem tudo para dar certo até porque não há assunto mais relevante. Isso, sim, precisa ser definitivamente ordenado no Brasil porque não é possível que assistamos a esse quadro que a televisão mostra, esse quadro que quem é do interior presencia – municípios sem asfalto, com água empossada, água fétida, crianças e mulheres indo buscar água e água não tratada a quilômetros de distância, para suprir as necessidades da sua família. E quando se traz água tratada, isso se faz por um caminhar que, às vezes, leva. O Brasil, Sr. Presidente, não pode mais passar por esse quadro. É preciso urgentemente uma solução e precisamos considerar esse assunto prioritário.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Antônio João deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Quero comunicar à Casa que continuamos sem acordo para a realização da Ordem do Dia.

Temos um requerimento na Ordem do Dia. É o Item 1 da pauta, de autoria do Senador Ramez Tebet;

temos cinco medidas provisórias trancando a pauta, além de algumas matérias importantes que precisam ser votadas rapidamente. Uma delas é a Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Seria ideal que estabelecessemos um calendário para sua rápida tramitação, em comum acordo com as Lideranças partidárias, para que pudéssemos votar isso rapidamente. Aliás, o Brasil tem cobrado muito que votemos o Fundeb.

Temos também o Projeto de Lei de Conversão nº 16, que é originário da Medida Provisória nº 285, que trata da renegociação das dívidas dos agricultores na área de atuação da Adene – Agência de Desenvolvimento do Nordeste. Tive a oportunidade de conversar hoje com alguns Senadores, especificamente com o Senador Antonio Carlos Valadares e com os Líderes partidários, Senador Ney, Senadora Ideli, Senador Romero Jucá, Senador José Agripino e Senador Arthur Virgílio. É também um projeto de conversão importantíssimo para que, definitivamente, resolvamos a situação desses pequenos agricultores do semi-árido que tiveram os seus sistemas produtivos destruídos. É uma oportunidade para avançarmos com relação a isso.

Senador Ney Suassuna, essa matéria foi objeto de apreciação pelo Senado no Projeto de Lei nº 142/2005. Foi vetado totalmente pelo Presidente da República; agora tramita na forma de Medida Provisória. Já foi aprovado na Câmara dos Deputados e veio para o Senado, tendo como Relator o nobre Senador Fernando Bezerra.

Temos também o Projeto de Resolução nº 23, matéria importantíssima, da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que dispõem sobre as licenças à gestante, ao adotante e paternidade no âmbito do Senado Federal. Esse projeto já tem pareceres favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão Diretora.

Temos votações de empréstimos para, pelo menos, quatro Estados da Federação: Bahia, Mato Grosso, Pará e Tocantins que também precisam ser rapidamente apreciados.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Muitos são autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esses empréstimos já foram votados pela Comissão de Assuntos Econômicos e estão todos com requerimento de urgência. Mas para serem aprovados... Não há excepcionalidade! Nós não podemos fazê-la. A excepcionalidade só pode existir se houver acordo para votar autoridades; projetos, jamais; empréstimos,

jamais. De modo que nós estamos com esses problemas na nossa Ordem do Dia.

Eu faço um apelo à Casa, aos Líderes partidários no sentido de construirmos um entendimento para avançar com relação a nossa pauta.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Presidente, conversei hoje com a Senadora Ideli, com o Senador Arthur, Senador José Agripino e também com outros Líderes. Hoje entendemos que não foi possível fazermos um entendimento porque está havendo uma reunião importante de dois desses partidos nesta tarde. Mas não tenha dúvida, Sr. Presidente, de que, na semana que vem – a Senadora Ideli inclusive procurou com esse fim – vamos tentar fazer um *tour de force*, uma reunião mais substancial em relação a votações. Eu peço a V. Exª que faça também, assim como nós fizemos – eu sei que V. Exª já fez – mas que insista para ver se na semana que vem conseguimos um acordo. Eu sei que todos esses assuntos são importantes, assim também os assuntos relativos às agências; temos o caso do Cade, o caso da Agência Nacional de Petróleo, o caso da ANTT e o dos embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As autoridades: embaixadores e diretores de agências.

Se houver acordo para nós deliberarmos sobre esses nomes, nós podemos fazê-lo, em caráter excepcionalíssimo, pois há um voto do Supremo Tribunal Federal que permite que nós façamos isso. Mas, com relação a projeto, não há hipótese.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nem empréstimos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nem empréstimos. Não há nenhuma hipótese, infelizmente. Já estamos com empréstimos para quatro Estados da Federação aprovados na Comissão de Assuntos Econômicos, com urgência, para serem votados em plenário, e até agora não tivemos como deliberar.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Apenas para encerrar, Sr. Presidente, o PMDB está à disposição de V. Exª, está à disposição dos demais Partidos para buscarmos um entendimento no sentido de, na próxima semana, termos uma sessão de votação extremamente forte para conseguirmos limpar a pauta.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não quero tecer muitos comentários, todos estamos acompanhando pela imprensa farpas de lado a lado, mas tenho o entendimento de que talvez a reunião de hoje entre o PSDB e o PFL sirva para apaziguar a Oposição porque, se estiverem mais serenos teremos

mais condição de dar andamento. Por exemplo, na semana passada, quando estava totalmente construído e acertado o acordo, fomos surpreendidos com um desentendimento dentro da própria Oposição e não pudemos fazer a votação.

Eu queria fazer uma ponderação, Sr. Presidente Renan Calheiros: se nos comprometermos a buscar, entre os membros de cada uma das Bancadas, jogar pesado e fazer um chamado contundente para que terça-feira e quarta-feira da semana que vem, efetivamente tenhamos aqui um número mais do que suficiente para votarmos as matérias – porque há matérias que precisam somente de **quorum**, matérias que, por necessitarem voto secreto e pela determinação constitucional, precisam ter maioria absoluta dos membros da Casa; como temos no caso do Fundeb um quórum extremamente qualificado, ou seja, para aprovarmos o Fundeb precisamos ter, no mínimo, 49 votos favoráveis. Portanto, precisa haver um quórum bastante expressivo.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação: aguardando o resultado da reunião do PSDB e do PFL, que eles consigam se entender, pacificar-se em termos dos desentendimentos que estão tendo, mas que no dia de amanhã V. Exª marque uma reunião de Líderes, para que tracemos o panorama da semana que vem. Eu acho que será lamentável se a Bancada do Bloco de apoio ao Governo e a Bancada do PMDB jogarem todo o empenho para que, na terça e na quarta-feira, tenhamos aqui um volume suficiente das nossas Bancadas para votarmos e não podermos fazer a votação em termos do Fundeb.

O Fundeb – tenho certeza – terá apoio da Oposição, porque o Relator é nada mais, nada menos que o Senador José Jorge, que, no atual momento, tem até interesse que seja aprovado o seu relatório, dentro do panorama eleitoral.

Então, o que eu queria pedir, Sr. Presidente, é que V. Exª chame amanhã uma reunião de Líderes para que tracemos a nossa linha de trabalho para a semana que vem, até para que eu me sinta confortável de exigir que, na semana que vem, os onze Senadores do PT estejam aqui, que todos do Bloco de apoio ao Governo estejam aqui, como eu tenho certeza de que o Senador Ney Suassuna fará o mesmo.

Agora, isso só pode ser feito de comum acordo, com todos os Líderes. Não podemos mais sermos surpreendidos, como fomos na semana passada: tudo acordado, combinado, de repente uma dissidência aqui, de repente alguém se encrespa com sei lá, com uma declaração não sei onde, e a coisa fica difícil de ser conduzida.

Por isso, queríamos pedir encarecidamente ao Presidente que convoque uma reunião ainda esta semana, para podermos organizar o esforço concentrado, eu diria, terça e quarta-feira da semana que vem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou dar a palavra a V. Exª.

Senadora Ideli Salvatti, eu queria comunicar a V. Exª que acabei de telefonar ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá, transmitindo a ele exatamente esta orientação: que ele convoque os Líderes Partidários para fazer uma reunião. Quer dizer, no que depender de mim, eu colocarei em votação as matérias tão logo nós tenhamos quórum para que sejam votadas e haja um espírito favorável na Casa. Aliás, eu tenho reiterado esse apelo todos os dias. Agora, há pouco eu liguei para o Líder Romero Jucá, para transmitir a ele a necessidade de propor aos Líderes Partidários uma reunião para que possamos avançar na nossa Ordem do Dia.

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, é válida a preocupação de V. Exª, como da Senadora Ideli Salvatti, em torno da questão das medidas provisórias que estão trancando a nossa pauta. Na verdade, alguns fatores estão contribuindo para isso. Claro que, no âmbito das hostes do Governo, não há nenhum desentendimento quanto o andamento normal da pauta. A Senadora Ideli Salvatti fez aí algumas insinuações que eu considero verdadeiras, pois a imprensa, vez por outra, está divulgando desentendimentos na Base Oposicionista que repercutem no andamento e na tramitação normal dos projetos oriundos do Executivo e da própria Casa.

De maneira que V. Exª, com a Liderança de que dispõe e com o poder de equilíbrio e de moderação, que são qualidades inerentes à Presidência de V. Exª, conseguirá, sem dúvida alguma, fazer um acordo. Se esse acordo não prevalecer na próxima semana, ficará difícil para a outra semana, uma vez que nós teremos um feriado quase no meio da semana, no dia 15, um dia de quinta-feira. E, com a proximidade das eleições, o problema se agrava, com a ausência de muitos Parlamentares que vão às suas bases.

Sr. Presidente, além dessa providência imediata, do ponto de vista político, que deve com certeza ser tomada pela Mesa, eu gostaria de mais uma vez enfatizar a necessidade imperiosa, até para a solução de problemas futuros, não apenas deste Governo, mas do futuro Governo: que tenhamos uma alternância entre medidas provisórias e projetos. Porque, do contrário, basta uma raivinha da Oposição ou uma raivinha do Governo, e nós não sabemos o que pode acontecer no futuro.

Há um descrédito generalizado quanto à demora, à procrastinação dos projetos no Poder Legislativo. Como já apresentei uma emenda e foi derrotada, vou reapresentá-la agora como emenda constitucional, no sentido de propiciar ao Legislativo a oportunidade de discutir, por três dias, medidas provisórias. Não havendo acordo, entraremos na pauta normal do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Após esses três dias da votação normal das matérias do Poder Legislativo, entraremos novamente nas medidas provisórias. Da forma como está aí, medida provisória é prioritária, enquanto os projetos ficam dormitando nas gavetas do Senado Federal.

Obrigado a V. Exª, Sr. Presidente, e meus parabéns pela providência e a preocupação concreta, porque eu acho que, neste momento, não é apenas a lei, é o fator político que vai contribuir para a tramitação normal das nossas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Eu queria agradecer a intervenção de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006), que *reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Luiz Otávio
Prazo final: 15-6-2006.

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 282, de 2006 *(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 282, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de cinquenta e sete milhões,

quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais, para o fim que especifica.

Relator revisor: Senador Paulo Paim

Prazo final: 23-6-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 12, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006), que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários

em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Relator revisor: Senador Gilberto Mes-trinho

Prazo final: 23-6-2006.

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 14, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006), que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

Relator revisor: Senador Edison Lobão

Prazo final: 4-7-2006.

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 16, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006), que dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Fernando Bezerra

Prazo final: 4-7-2006

6

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Sena-

dor Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212*

da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do*

Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49 DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador

Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.*

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.*

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Re-

lator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

22

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

23

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR**
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, concluindo contrariamente à matéria.

24

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegi-

bilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

25

REQUERIMENTO Nº 462, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 462, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja consignado um voto de repúdio pela decisão do Tribunal Penal Central do Iraque, que condenou à pena de morte o responsável pelo atentado que ocasionou a morte de Sérgio Vieira de Mello.

Parecer sob nº 490, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável, com alterações que apresenta.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – V. Exª encerrou já a Ordem do Dia. Eu estava inscrita para uma comunicação inadiável. Quero saber se vai ser mantida a minha inscrição para eu poder me organizar.

Se V. Exª me permitisse, gostaria de dizer que lamento muito, o registro do falecimento, ontem, do Daniel Herz, que era um jornalista importantíssimo, que inclusive representava os jornalistas no Conselho de Comunicação Social. Atualmente, também exercia o cargo de Diretor na FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas.

Daniel Herz era uma pessoa que tinha uma vinculação muito antiga com todo o processo da democratização da comunicação no Brasil. Foi Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Diretor de várias instâncias da Organização Sindical do Jornalismo Brasileiro. Portanto, é uma perda considerável que o setor da imprensa e o Brasil têm neste momento.

Inclusive, já encaminhei o requerimento solicitando voto de pesar à família do Professor Daniel Koslowski Herz pelo seu falecimento na tarde de ontem, em Porto Alegre.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Não há como conceder aparte. Pela ordem, ouço V. Exª.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem também, porque, juntamente com os Senadores Paulo Paim, Pedro Simon, Sérgio Zambiasi e Heloísa Helena, havíamos encaminhado à Mesa requerimento na mesma direção, solidário, portanto, à manifestação da Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT, de pesar pelo falecimento de Daniel Koslowski Herz, autor do livro “A História Secreta da Rede Globo” e diversas obras e que, inclusive, aqui no Conselho de Comunicação Social, vinha dando uma contribuição muito importante, assim como também lá no Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, na Frente Nacional de Lutas por Políticas Democráticas de Comunicação. Solidarizo-me com o requerimento da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Esta Presidência já encaminhou o voto de pesar.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vou falar do mesmo tema.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, é comunicação inadiável por cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – É.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu estava inscrito nas comunicações inadiáveis para falar sobre o mesmo tema, até porque assinamos o voto de pesar à família junto com os Senadores Eduardo Suplicy, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi.

Como Daniel Koslowski Herz era também gaúcho, é com tristeza que participamos dessa manifestação de solidariedade pelo falecimento dele ocorrido ontem à tarde, em Porto Alegre. Daniel Koslowski Herz era Diretor da Federação Nacional dos Jornalistas e, como aqui foi dito pela Senadora Ideli e pelo Senador Suplicy, era o representante dos jornalistas no Conselho de Comunicação Social, órgão do nosso Congresso Nacional.

Daniel era Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília – UnB, participou de diversas gestões da Fenaj e foi fundador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e também do Instituto de

Estudos e Pesquisas em Comunicação. Dedicou sua vida à democratização dos meios de comunicação. Foi decisivo na implementação da “Lei do Cabo”, que instituiu que a TV a cabo no Brasil destinaria canais a TVs públicas e também a comunitárias.

Foi diretor do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul. Trabalhou na imprensa independente, foi professor de Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina – do qual foi o primeiro chefe de Departamento – e coordenador-geral de Comunicação da Prefeitura de Porto Alegre. Fez também comunicação no Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Daniel dedicou grande parte de sua vida à luta em defesa da democracia nos meios de comunicação. Foi um dos principais formuladores do Programa de Estímulo à Qualidade de Ensino de Jornalismo da Fenaj.

Há vários anos, Sr. Presidente, Daniel Herz, infelizmente, lutava incessantemente contra o câncer, que, mesmo assim, não o impediu de continuar sua militância. Nos últimos meses, porém, a situação agravou-se.

A doença levou sua vida, mas não seu exemplo de companheirismo, espírito guerreiro e combatividade, sua produção científica, política e sua história, que ficará ligada à história da Fenaj e do movimento sindical do jornalismo para sempre.

Daniel Herz era casado com Célia Stadnik e pai de Fernando – do primeiro casamento –, Guilherme e Ada Jaqueline. Seu corpo será cremado hoje à tarde, em Porto Alegre.

Repito que apresentei requerimento à Casa junto com os Senadores Eduardo Suplicy, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi.

Sr. Presidente, por questão de justiça – e tenho certeza de que V. Ex^a concordará com o encaminhamento que faço –, estendo um voto de solidariedade ao Diretor-Geral da Casa, Agaciel da Silva Maia, a todos os seus familiares e, naturalmente, à esposa do seu irmão falecido hoje, Nicanor Maia, vítima de um acidente vascular cerebral.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a me permite associar-me a esse voto de pesar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza. Sei do carinho que V. Ex^a tem pelo Diretor-Geral da Casa.

Sr. Presidente, sei que meu tempo já termina. Para encerrar, faço uma análise do pacote agrícola, algo em torno de R\$75 bilhões.

Tenho caminhado muito com os produtores do meu Rio Grande. Lembro aqui os produtores de soja, arroz, trigo, do vinho, da uva, do milho. Lembro das máquinas agrícolas, das quais os metalúrgicos dependem,

pois eles dependem muito da força que vem do campo. Se o campo vai bem, as metalúrgicas acabam gerando muito mais empregos. Hoje, infelizmente, o número de demitidos no Rio Grande do Sul é enorme.

Esse pacote agrícola não é o ideal, mas, sem sombra de dúvidas, avançou. Setenta e cinco bilhões de reais serão investidos na agricultura. Espero que dê um bom fôlego para que a produção no campo volte a andar próxima à normalidade e, ao mesmo tempo, para que as metalúrgicas voltem a produzir.

Fui operário metalúrgico durante mais de duas décadas e sei da dificuldade que esse setor está atravessando, dificuldade que, por extensão, desemboca no comércio.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que reproduza, na íntegra, para os órgãos de divulgação da Casa, a análise que faço aqui do pacote agrícola.

Para concluir, EU gostaria de comunicar ao povo do Amazonas que estamos realizando audiências públicas nos Estados. Tivemos audiência pública sobre a Comissão Mista que debate a questão das aposentadorias, dos salários, do fator previdenciário. Este, sim, haveremos de derrubar definitivamente, pelo mal que causa ao conjunto da população deste País. Estivemos na Bahia, em São Paulo, no Paraná e, nesta segunda-feira, às 14 horas, estaremos na Assembléia Legislativa do Amazonas para discutir esses temas que, no meu entendimento, interessam a todo o povo brasileiro.

Quero dizer, Sr. Presidente, que cerca de 800 líderes do Estado participaram da audiência que tivemos em Porto Alegre. Não na mesma proporção, mas com a mesma importância, realizamos debates na Assembléia de São Paulo, do Paraná e também da Bahia.

A Comissão Mista há de terminar seu trabalho até novembro. Tenho certeza de que a Casa há de aprovar o relatório, que aponta nesta linha: uma política permanente, já para o próximo ano, de recuperação do salário mínimo e uma política permanente de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas. E, na mesma linha, repito, caminhamos para o fim do fator previdenciário.

Tenho conversado, Senadora Ideli Salvatti, com articulistas que estão estudando esse assunto, economistas, cientistas políticos e mesmo executivos do Ministério da Previdência estudiosos desse tema. Eles concordam em que não há um país que tenha tido a ousadia de adotar o fator previdenciário, que foi implantado no País em 1999, quando, naquela Reforma da Previdência, caiu a aposentadoria por idade. Todos concordam em que ele é superperverso, porque prejudica os baixos salários, principalmente os das mulheres. Há um redutor de 41,5% nos seus benefícios em

relação àquilo que teriam de direito, enquanto, para os homens, é de 35%.

Acho que caminhamos para um grande entendimento, que vai ser bom para todos, principalmente para os mais pobres. Porque somente aos mais pobres – aqueles que ganham abaixo de seis salários mínimos, no máximo sete – é que se aplica o fator previdenciário; daí para cima, não se adota para ninguém.

Vamos enfrentar esse debate, estou disposto a enfrentá-lo. Já estou marcando audiência pública na Comissão de Economia, vou chamar todas as partes interessadas e vamos fazer o bom debate. Tenho certeza de que vamos construir uma saída na linha do projeto que eu apresentei e foi aprovado nas Comissões. Estava pronto para ir à Câmara, mas houve um apelo muito grande para que houvesse um debate aqui no plenário – neste momento, teremos uma audiência pública na Comissão de Economia. Com certeza, aqui no plenário, ele será aprovado, e esse fator será revogado de forma definitiva.

Não conheço uma lei no País tão perversa para os mais pobres. Costuma-se dizer, Senador Magno Malta: “Não, mas é do Governo anterior”. Sim, veio do Governo anterior. Então, nós agora temos obrigação de promover o bom debate para impedir que ele continue reduzindo o valor dos benefícios dos aposentados e pensionistas, principalmente dos mais pobres. Quem ler e estudar sobre fator previdenciário tenho certeza absoluta de que não vota a favor; vota pela revogação.

Então, vamos construir uma alternativa. Esse fator é inaceitável. Para nós, que falamos tanto aqui em políticas para os mais pobres, o fator previdenciário significa tirar dos pobres para dar aos ricos, aqueles que podem se aposentar com R\$24 mil, R\$30 mil, porque a esses não se aplica o fator previdenciário. Só se aplica para o Regime Geral da Previdência. E ninguém ganha dez salários mínimos no Regime Geral. “Ah, mas o Regime Geral...” Dez coisa nenhuma! Se encontrarem uma pessoa que conseguiu se aposentar pelo Regime Geral por dez salários mínimos, mudo o discurso. Ninguém está ganhando mais do que cinco ou seis salários no Regime Geral da Previdência. No máximo, são sete salários. Então, são esses os atingidos. E nós, que temos essa visão do social, temos obrigação de fazer com que o fator previdenciário seja revogado de uma vez por todas.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho acompanhando os diversos movimentos de agricultores, tanto no Estado do Rio Grande do Sul, quanto nos demais estados produtores. Sei dos problemas enfrentados, e acredito que esta seja uma das maiores crises do agronegócio brasileiro.

O pacote agrícola anunciado na última quinta-feira (25 de maio), no valor de R\$75 bilhões, vem em boa hora, já que o setor estava estrangulado e acumula enormes prejuízos.

Este já é a terceira iniciativa do governo federal para ajudar a agricultura: em abril foi anunciado R\$14,6 bilhões para o setor e no início deste mês mais R\$1,4 bilhão.

As dificuldades como a comercialização da safra e com a prorrogação das dívidas, a queda dos preços internacionais de alguns produtos e a última desvalorização do dólar em relação ao real – que reduziu a competitividade dos produtores brasileiros no exterior – são alguns fatores que estão pondo em risco as exportações agrícolas e causando desesperança no campo.

O pacote inclui a liberação de R\$50 bilhões para a agricultura comercial e R\$ 10 bilhões irão para a agricultura familiar.

O governo ainda vai destinar R\$8,6 bilhões para investimentos do setor agrícola com recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dos fundos constitucionais e de outras fontes. Houve uma redução na taxa de juros cobrada nesses empréstimos.

As dívidas dos produtores rurais junto ao Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), Securitização e Recoop, vencidas no ano passado ou vencidas e a vencer neste ano serão refinanciadas com recursos controlados do crédito rural e com taxa de juros de 8,75% ao ano, prazo de até cinco anos com dois anos de carência.

Foram elevados o volume de recursos da linha de financiamento destinada aos produtores rurais e às empresas privadas fornecedoras de insumos, o chamado FAT/Giro Rural, de R\$2 bilhões para R\$4 bilhões e os tomadores desta linha de financiamento terão dois anos de carência.

Não restam dúvidas que as últimas medidas beneficiam agricultores em todo o País, embora ainda não seja o ideal.

O governo vai disponibilizar R\$2,8 bilhões à Política de Garantia de Preços Mínimos e garantia de renda ao produtor na safra 2006/07. Serão utilizados os leilões de Prêmio de Risco de Opção Privada (Prop), que começam antes mesmo do plantio, o que dará

ao agricultor maior previsibilidade sobre o seu fluxo financeiro futuro.

São inúmeras ações emergenciais e estruturais que vieram para dar fôlego a um setor que agonizava.

Não podemos esquecer de elogiar a atitude do Ministro Roberto Rodrigues e de toda a sua equipe na negociação desses recursos. Um guerreiro na defesa do agronegócio brasileiro.

Nos últimos três anos os financiamentos da União para a agricultura foram de R\$129 bilhões, enquanto que durante os oito anos do governo anterior se restringiram aos R\$100 bilhões.

A abrangência das medidas pode não ser a desejada, como avaliam alguns analistas, mas alivia em muito a atual situação.

Quero parabenizar a equipe do Governo pela sensibilidade em perceber as dificuldades dos produtores agrícolas e em socorrer o agronegócio brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Romeu Tuma e Magno Malta, sucessivamente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra a V.Exª pela ordem, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quando for oportuno, na alternância dos oradores inscritos e Lideranças, eu gostaria de falar pela Liderança do PSB, pelo tempo regimental, para uma comunicação inadiável, no tempo reservado à Liderança, após a Ordem do Dia.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – V. Exª está inscrito como Líder do partido.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria, da mesma forma, pedir minha inscrição pela Liderança do PL.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – V. Exª está inscrito, pela Liderança do PL.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Magno Malta, eu queria registrar

aqui meu repúdio total à atitude praticada ontem pelo Deputado Gabeira na reunião que tivemos para discutir mudanças na Comissão de Orçamento.

Penso que, em política, tudo deve ser discutido da melhor maneira possível, educadamente, sem atacar pessoas com técnicas do PCC, como jogar coquetel molotov, esse tipo de coisa. Ontem o Deputado Gabeira foi um pouco além, não do estilo que costuma implantar. O Deputado atacou o Presidente, Senador Renan Calheiros, erradamente, pois conhecemos o Senador Renan Calheiros como nosso Presidente nesta Casa. É muito difícil ser Presidente numa Casa em que a Oposição é maioria, mas o Presidente se comporta corretamente, sempre apresentando as questões da CPI e conduzindo-as muito bem. Ontem, o Presidente foi atacado covardemente, num momento em que não esperava. O Senador Renan Calheiros teve de se comportar como o Presidente que é. Quem conhece o Presidente Renan Calheiros sabe que, para escutar o que S. Exª escutou ontem, S. Exª realmente se comportou como um Presidente do Congresso Nacional.

Então, apresento o meu repúdio total à atitude praticada pelo Deputado, num momento inadequado.

Era somente isso que eu queria dizer, Sr. Presidente, Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Agradeço ao Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Cumprimento, nas galerias, os nossos amigos que nos visitam. Muito obrigado.

Tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti, em permuta com o Senador Romeu Tuma.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço ao Senador Romeu Tuma, pela sua gentileza em me permitir falar.

O assunto que me traz à tribuna hoje é bastante delicado. Trata-se da mortalidade materna, que, no Brasil, é muito alta. Temos 74 óbitos para cada 100 mil nascimentos, ou seja, em cada 100 mil partos, 74 mães morrem. O padrão internacional aceito é de 20 óbitos para 100 mil bebês nascidos.

Portanto, embora o número de óbitos seja de 74, o aceitável é de 20 óbitos para cada 100 mil partos, o que demonstra que ultrapassamos sobremaneira o padrão aceito pelas entidades médicas de saúde pública.

Ontem, participei de um evento extremamente importante no Ministério da Saúde, juntamente com o Ministro da Saúde, Agenor Álvares; a Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire; e a Ministra da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, em comemoração

ao Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e da Redução da Mortalidade Materna, 28 de maio, domingo. O objetivo é acelerarmos medidas destinadas à redução maior da mortalidade materna. Ontem foi lançada a Campanha Nacional de Incentivo ao Parto Normal e à Redução da Cesárea Desnecessária. No Brasil, Senadora Serys Slhessarenko, infelizmente, faz-se cesariana de forma absolutamente desnecessária, não como último recurso, mas por comodidade da parturiente, ou por interesse, já que esse tipo de cirurgia tem rendimento em termos de infra-estrutura e de ressarcimento hospitalar maior.

Houve no Brasil uma distorção total. A cesárea, que era para ser feita em situação emergencial, praticamente tornou-se normal.

Por isso, nesta Campanha Nacional de Incentivo ao Parto Normal e à Redução da Cesárea Desnecessária, a meta do Ministério é alcançar uma redução de 15% no número de mortes maternas neste ano.

Uma das medidas que o Sistema Único de Saúde está estudando – e espero que adote o mais rapidamente possível – é aumentar o valor pago pelo SUS ao parto normal, pois o fator econômico incentiva as cesáreas, porque as clínicas, as maternidades obtêm na cesárea um ressarcimento maior.

A Srª Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Concede-me um aparte, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ouço a Senadora Serys, com muito prazer.

A Srª Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – É da maior importância, Senadora Ideli, o seu pronunciamento. As mulheres do Brasil estão de parabéns com as políticas públicas que o nosso Governo vem realizando. O Governo do Presidente Lula criou a Secretaria Nacional da Mulher, atualmente sob o comando da nossa Ministra Nilcéia Freire, que vem cuidando de todas as questões relativas à mulher, inclusive a violência doméstica, violência contra a mulher. Temos inclusive o projeto da violência doméstica, que precisa ser aprovado com rapidez. Esperamos que esse assunto abra a pauta. Há essa questão que V. Exª menciona. E há também a Agenda da Mulher.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vou mencionar esse projeto.

A Srª Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Esse projeto que V. Exª vai mostrar é da maior importância. E sobre essa questão tratada aqui por V. Exª, o parto normal em detrimento da cesariana, é fundamental. Citando o meu exemplo, tenho quatro filhos: dois de parto normal e dois de cesariana. Essas duas cesarianas que fiz foram, realmente, necessárias, não houve jeito. Mas essa história tem de ter um estímulo, e V. Exª já o apresenta. Eu ia falar a respeito

disso, mas V. Exª já o fez. Tem de haver estímulo para que o parto normal aconteça. Parto normal não é uma coisa do outro mundo; é muito mais saudável para a mulher e para a criança. Deve-se deixar a cesariana somente para último caso. Quem está de parabéns são as mulheres do nosso País por terem o apoio na Secretaria Nacional da Mulher e de tantas políticas públicas importantes – não vou citá-las porque são inúmeras – que o Presidente Lula vem trazendo sob seu comando para a mulher brasileira.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senadora Serys.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Senadora Ideli, vou lhe conceder mais um minuto.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Antes de conceder o aparte ao Senador Romeu Tuma, quero fazer a propaganda daquilo que a Senadora Serys anunciou. Ontem também foi apresentada a Agenda da Mulher. É lei, Senador Tuma, e infelizmente não tínhamos conseguido implementá-la. Agora as mulheres brasileiras vão receber esta Agenda na qual tudo será controlado: toda a sua vida, o acompanhamento dos seus tratamentos, o seu histórico clínico, ginecológico, todos os exames que têm obrigação de fazer, como prevenção de câncer mamário e de câncer uterino. Isso é algo muito importante. E a Agenda ainda contém informações importantíssimas sobre saúde, prevenção de doenças, toda essa questão da saúde da mulher, que tem toda uma peculiaridade e que precisa ter orientação especial.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Vou conceder mais um minuto a V. Exª.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitisse, queria ouvir o Senador Romeu Tuma e ainda falar sobre algumas questões.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Vou conceder a V. Exª mais dois minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora, V. Exª traz à tribuna um assunto bastante importante. Outro dia, eu assistia a um programa de televisão a cabo em que um obstetra falava sobre partos naturais para as pessoas de menor poder aquisitivo e comparava àquelas de maior poder aquisitivo, que marcavam data e hora para a cirurgia. Sabemos que o parto normal deve ser estimulado mesmo. Estive na região amazônica várias vezes, onde há o Hospital das Forças Armadas. Há um índice elevado de partos naturais em

comunidades indígenas que têm pouca assistência. Eles conseguiram reduzir ao mínimo a cirurgia para o nascimento da criança; é praticamente o menor índice de cirurgia do País. Então, a dedicação de uma grande maioria de médicos que não quer um enriquecimento rápido faz com que as mulheres optem pelo parto normal. Senadora, penso que o parto natural é uma coisa maravilhosa e não traz conseqüências no futuro para as crianças, porque às vezes o trauma da cirurgia pode não aparecer na hora do nascimento, mas, com o decorrer dos anos, sem dúvida alguma, ele poderá ocorrer ao jovem que nasceu pela cesariana. Não posso falar muito porque tenho quatro filhos, e minha mulher agüentou a mão para ter parto natural em momentos difíceis. E penso que V. Exª tem toda razão de lutar para que haja essa conscientização, tanto da parte médica como das mulheres, para que possam se socorrer de boa orientação como essa cartilha que V. Exª mostra aqui.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Romeu Tuma. Gostaria de deixar isso aqui como tarefa, porque atualmente quem administra o Governo do Estado de São Paulo é o PFL, Partido ao qual pertence V. Exª. E só há dois Estados no Brasil que ainda não firmaram o Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. Infelizmente, são os Estados de V. Exª e o meu próprio. Esse Pacto, que vem sendo desenvolvido pelo Ministério da Saúde desde 2004, tem uma série de objetivos, metas e trabalhos conjuntos, interativos, entre União, Estados e Municípios. E infelizmente apenas dois Estados brasileiros ainda não o assinaram: São Paulo e Santa Catarina.

Então, deveríamos sair daqui com esse compromisso. Se cada um cumprir a sua tarefa, vamos efetivamente modificar o panorama, que ainda é – como eu disse – muito ruim. A mortalidade materna é muito alta.

Nós já tivemos no Senado a oportunidade de aprovar a Lei nº 11.108. Inclusive, tive muito orgulho porque, no material que divulgado pelo Ministério da Saúde, no item Parto Natural e Presença de Acompanhantes são Direitos de Toda Mulher, está exatamente a divulgação dessa Lei, que é um projeto de minha autoria e que foi aprovado, por unanimidade, no Senado e na Câmara e já está em vigor.

Portanto, todas as mulheres têm o direito, no Sistema Único de Saúde, de ter acompanhante na hora do parto, o que reduz muito a mortalidade e as complicações pós-parto.

E ainda, se o Presidente me permitir, Senador Romeu Tuma, gostaria de fazer a divulgação desse estudo sobre a mortalidade de mulheres – e essa divulgação é de fundamental importância –, feito pela

Universidade de São Paulo, USP. O trabalho do Professor Ruy Laurenti e de vários outros professores da Faculdade de Saúde Pública da USP apresenta um estudo, a pedido do Ministério da Saúde, sobre as causas da mortalidade das mulheres.

Senador Romeu Tuma, chamo a atenção para algumas questões que vão exigir de nós providências. Existem registradas situações gravíssimas, e estão aqui os gráficos que mostram mortes de mulheres ocasionadas por razões infecciosas. E quero aqui mostrar: na região Sul, o vermelho é Aids. A morte de 92,8% das mulheres vítimas de doenças infecto-contagiosas é advinda de contaminação por Aids. Portanto, é algo muito gritante, e me chocou demais saber que, no sul do Brasil, é esta a realidade que nós temos no momento. Como também me chocou profundamente saber que, no caso da região Sudeste, as mortes por causas externas e causas violentas representam nada mais nada menos do que 47,8%. Portanto, quase a metade das mortes de mulheres por causas externas, Senador Tuma, é por homicídio. Ou seja, mulheres que estão sendo barbaramente vitimadas, assassinadas. E aí há toda a vinculação com a questão da violência doméstica.

Portanto, recomendo, inclusive a todos os gabinetes, que acessem esse estudo. Ele me chocou profundamente, porque traz dados muito importantes.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Exª poderia me enviar o estudo para que eu possa mandá-lo ao Secretário de Saúde, Dr. Barradas, que é um profissional excelente? Conversarei com ele sobre o que V. Exª expôs.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu gostaria de sair daqui com o compromisso, Senador Romeu Tuma, de que tanto os Senadores de São Paulo quanto os de Santa Catarina pleiteassem...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Senadora Ideli Salvatti, já tripliquei seu tempo. Na minha benevolência, vou conceder-lhe mais um minuto.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vou considerar, Senador Magno Malta, gentileza com a D. Dadá, que lhe deve ter tido de parto normal, pois ela deve ter sido uma mulher muito corajosa para enfrentar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Ali só existia parteira; não havia outra maneira.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Gostaria de terminar meu pronunciamento, Senador Romeu Tuma, com o compromisso dos Senadores de Santa Catarina e de São Paulo de fazermos um apelo aos

nossos Governos estaduais a fim de que finalmente todos os Estados estejam no Pacto pela Redução da Mortalidade Materna, porque efetivamente essa é uma situação grave que precisa do esforço conjunto de todos.

Muito obrigada, Senador Magno Malta.

Agradeço muito a gentileza de ter me concedido um tempinho a mais.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Magno Malta, eu gostaria de anunciar, com muita alegria, que acabou há pouco o lançamento oficial das candidaturas de Geraldo Alckmin e José Jorge, ocorrido aqui na Câmara Federal, da coligação do PSDB e do PFL. Definitivamente, a partir de hoje, fica selada a coligação entre os dois maiores Partidos de Oposição ao atual Presidente da República. Lançamos dois grandes nomes. São pessoas éticas, que já comprovaram, por meio de seus serviços, terem feito muito pelos seus Estados e pelo Brasil. E poderão, Sr. Presidente, fazer muito mais a partir do ano que vem.

Então, comunico aqui, com muita alegria, que acabou há poucos instantes o lançamento oficial da coligação PSDB/PFL, com Geraldo Alckmin e José Jorge, o grande vice, escolhido e designado pelo PFL.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito à Mesa que verifique a minha inscrição pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – V. Ex^a já está inscrito, o documento já chegou. Estamos alternando as inscrições com Lideranças e comunicações inadiáveis. V. Ex^a será chamado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pela ordem de inscrição falarei daqui a quantos oradores?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Há três oradores na frente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu também quero falar pela Liderança do PSDB. Vou levar a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – V. Ex^a está inscrito. A Mesa aguarda a documentação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem.) – Também gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para falar pelo Bloco de Apoio.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – A Mesa aguarda a documentação. V. Ex^a estará inscrito em seguida.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma, o xerife de São Paulo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Leonel Pavan, subi à tribuna para falar alguns assuntos e confirmar as suas palavras sobre a coligação que acaba de ser confirmada na CCJ da Câmara, apresentando definitivamente esta vinculação entre o PSDB e o PFL para a campanha de 2006, sendo o ex-Governador Geraldo Alckmin candidato a Presidente e, a Vice-Presidente, José Jorge, Senador ilustre desta Casa. Então, quero cumprimentar V. Ex^a por ter corrido com a notícia, telegraficamente, e ao tempo de dar conhecimento.

Sr. Presidente Magno Malta, primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a pela colaboração hoje, na CCJ, na discussão do processo de renovação da legislação sobre drogas. Acredito que V. Ex^a, assim como o Senador Demóstenes Torres, tem razão em que há, ainda, muito pela frente a ser feito, inclusive as Casas de Custódia, pela boa vontade de pessoas que sabem a necessidade de buscar a salvação de jovens e se oferecem para fazê-lo. Este foi um ponto em que realmente restou dúvida, em virtude da premência do tempo com que tinha que ser aprovado – não podia passar de hoje.

V. Ex^a merece o meu respeito. Vamos discutir isso com mais tranquilidade e, sem dúvida, encontrar um caminho correto. Queria agradecer a V. Ex^a e ao Senador Demóstenes Torres pela colaboração, bem como ao Senador Eduardo Suplicy, que colaborou com a cronologia das penas alternativas, em que o juiz terá o poder de decidir a respeito do usuário de

drogas. Então, quero deixar isso registrado ao público brasileiro.

Vou tentar não usar todo o meu tempo, porque sei que ainda há vários oradores inscritos.

Queria dizer ao Senador César Borges e aos demais Senadores que esta notícia está me assustando muito – não como procedimento, que seria ilegal se verdadeiro fosse – de que a Kroll usou a CIA para investigar autoridades brasileiras. É claro que isso fere a soberania.

O que me traz aqui é a esperança. Hoje conversei com o Ministro da Justiça, a quem muito respeito – é uma pessoa de bem, correto nas suas colocações –, que está tomando providências sobre o caso.

Hoje, Senador Wellington, estou requerendo à Comissão Especial de Fiscalização do Sistema de Informações Brasileiro que convide o representante da CIA que trabalha na Embaixada Americana para vir, a nosso convite, fazer uma exposição de como funciona essa atividade, porque o convênio do qual participei tem apenas uma forte vinculação que é a de troca de informações, Senador Heráclito Fortes, nada mais!

É claro que esse convênio tem colaborado para a formação profissional de especialização de alguns policiais no sistema de investigação, mas apenas por uma especialização maior que eles têm por causa da atividade anterior que era a da guerra fria.

Com o término da Guerra Fria, para dar continuidade ao trabalho, eles praticamente foram designados pelo Governo americano para lutar contra o crime organizado. Então, renovaram. Havia o Departamento Antidrogas, que passou a se vincular à CIA na troca de informações, pela experiência maior da agência de inteligência americana.

Agora, o elo entre a Kroll e a CIA traz uma angústia profunda – se isso for verdadeiro –, porque diz a matéria da **Folha** que o representante da CIA participou de reuniões com Ministros brasileiros e levou ao conhecimento da Kroll o resultado dessas reuniões. Isso fere qualquer princípio de garantia à soberania e de respeito ao convênio existente entre os Estados Unidos e o Brasil.

Temos lutado muito por uma responsabilidade compartilhada, principalmente na área do crime organizado, voltado para a luta contra as drogas, porque até há pouco tempo o Governo americano considerava seu país vítima dos países de transição e de trânsito. E estávamos incluídos, Senador Arns, nos países de trânsito. Com a morte de policiais, o FBI americano – se não me engano, no tempo do Presidente Reagan – declarou que eles também tinham as mãos sujas de sangue, porque era o dólar que alimentava a produção, o refino e a venda. A pressão consumidora é que

realmente traz a produtividade; se não há consumo, não há produção.

Hoje, fizemos o projeto que prevê a recuperação, o tratamento e a apresentação de que os jovens não devem fazer o uso de drogas.

Considero estranho que a CIA – que tem um papel vinculado a um convênio internacional com o Brasil – possa ter fugido à sua responsabilidade intervindo em investigação com agência particular e usando, segundo consta, um ex-agente, que era o presidente da Kroll. Então, comuniquei isso.

Tenho uma carta aqui, Senador Flávio Arns, pela qual tenho muito respeito. V. Ex^a deve também conhecer bem o nosso Roberto Mangabeira Unger. Ele fez uma Carta ao Leitor com o título: Kroll I. Julgo que a própria reprodução do que ele escreveu não esteja correto porque ele diz assim, referindo-se à Kroll: “Se atuasse por meios legais, não sobreviveria e não teria a reputação que tem”. Penso que está errado; ele não falaria isso, porque fez contato com a Kroll em respeito ao contrato que tinha com o Opportunity. Está aqui a sua carta.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador. Fico feliz com o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Creio que V. Ex^a procede muito bem ao procurar informações sobre esse fato. Poderíamos avançar, para não termos que esperar resposta da CIA ou ficar na dependência do Governo americano, e interpelar os Ministros envolvidos ou citados nesses possíveis diálogos. Senador Romeu Tuma, admiro a experiência de V. Ex^a e chamo sua atenção para um fato: estamos diante de uma disputa societária que é a maior do Brasil na última década. Toda vez que fatos estão perto de serem julgados, há uma saraivada de denúncias na imprensa tentando desviar o objeto, criar situação difícil e dificultar as apurações. O próprio comportamento do PT, ao fazer parceria clara com o Citibank nessa questão, já mostra que não se queda por ações. Daí por que eu defender a vinda das partes envolvidas na questão. Creio que têm que vir todos. Ministro que teve contato, contrariou a lei brasileira, desrespeitou a soberania do nosso País; temos que tomar providência. Não podemos aceitar isso. Fico triste quando vejo alguns colegas que querem que esperemos decisões norteamericanas sobre a questão para fazermos convocação aqui ou não. Sabe V. Ex^a que, nesta matéria, o que está sendo julgado pela justiça americana são as questões que envolvem o foro que foi estabelecido na negociação. Outra coisa diz respeito às leis brasileiras. Mas, sobre essa questão, estou aguardando, porque fui

tratado de maneira leviana e irresponsável, neste final de semana, por uma revista de circulação nacional. Fiz uma correspondência para a revista, pedindo esclarecimentos sobre os fatos. Como são histórias sem pé nem cabeça, porque é uma reprodução de diálogo tido somente com duas pessoas, e é preciso saber como eles aconteceram – é estranho que se publique isso –, estou aguardando, mantendo silêncio até que esses fatos sejam esclarecidos. V. Ex^a está sendo vítima de uma trama do mesmo jeito que eu. Porém, como diz a **Bíblia**: mais cedo ou mais tarde, tudo que é feito na escuridão vem à clara. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senador. Quero só dizer a V. Ex^a que requerer a presença da pessoa da CIA ou do Embaixador, se assim o desejar, em reunião reservada da Comissão Especial de Fiscalização é o primeiro passo. Também vou preparar um ofício ao Ministro das Relações Exteriores para saber quais foram as providências tomadas em razão da matéria publicada pela **Folha**.

Senador, agradeço a atenção de V. Ex^a.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Romeu Tuma, nessa confusão, que, como disse o Senador Heráclito Fortes, é uma briga societária, ou uma briga de poder, porque, na realidade, não estão em discussão quotas, e sim “de acordo”, depois que começaram a sair essas reportagens, a única pessoa que eu vi agir incisivamente, diretamente, foi V. Ex^a. Com V. Ex^a não tem conversa, não tem acordo, não tem conversa reservada. V. Ex^a foi direto, abriu inquérito na Polícia Federal, mandou levantar, quer saber quem disse, qual a prova que tem, se é Kroll, se é CIA... Com V. Ex^a não tem meio-termo, não tem conversa, não tem acordo. V. Ex^a vem da Polícia Federal, que age diretamente. Até agora só consegui entender a atitude correta e incisiva de V. Ex^a. O restante ficou na conversa, diz que vai, mas não vai. Fico olhando, lendo reportagens, mas não consigo entender. V. Ex^a está levando ofícios aos lugares certos, está questionando, está procurando o Ministro, quer explicação, quer saber quem diz que tem, onde é que conseguiu, se é verdade... Quem é mentiroso tem que ir para a cadeia ou que indenizar V. Ex^a. Esse é o caminho que está trilhando. Até agora só consegui ver corretamente o caminho de V. Ex^a.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não estou falando de V. Ex^a. V. Ex^a ficou um pouco irritado, mas não estão falando com V. Ex^a.

Nem toquei no nome de V. Ex^a. O assunto que mencionei para o Senador Romeu Tuma foi o que aconteceu anteriormente, não tem nada a ver com o que V. Ex^a está falando. Estou dizendo que, nisso tudo que aconteceu, o único que tomou um caminho direto

foi o Senador Romeu Tuma. Não tem nada a ver com V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes. Quero deixar bem claro para que depois V. Ex^a não venha dizer que eu disse o que não disse. Eu não disse isso. No dia em que eu tiver alguma coisa para falar sobre V. Ex^a, falarei olhando para V. Ex^a. Tenho respeito e admiração por V. Ex^a, mas não aprendi a ter medo de nada nesta Casa. Aqui e agora estou falando sobre o Senador Romeu Tuma. É isso que quero dizer a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador. V. Ex^a é, como eu disse, um irmão que há pouco tempo conheci. A relação amiga e fraternal que temos só pode me trazer a tranquilidade de que realmente estou agindo corretamente. Assim também é minha relação com o Senador Heráclito Fortes, que tem apoiado, permanentemente, as colocações.

Não dá para ficarmos na expectativa, Senador Wellington. Nós temos família, filhos e amigos que ficam na expectativa das providências que vamos tomar. Então, tenho obrigação de trazer aos meus pares a verdade sobre o que chega ao conhecimento de todos. Senão, eu não teria mais como merecer o respeito de todos.

Concedo um aparte ao Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a tem uma história de vida, de família. O Brasil conhece a história de V. Ex^a no enfrentamento ao crime organizado, para o qual não há tipificação, que fez de V. Ex^a essa pessoa conhecida e respeitada no Brasil.

Mas quem enfrenta criminoso está sujeito a isso. Quem enfrenta criminoso está sujeito a esse tipo de retaliação. O senhor acha que eu nunca sofri retaliação?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas tem a proteção de Deus sempre, Senador.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Não tenha dúvida. Está na Bíblia: “Mil cairão ao teu lado, dez mil a tua direita e nenhum mal te atingirá”. A Bíblia diz também que os olhos do Senhor estão postos sobre nós e os anjos do Senhor acampam ao nosso redor. Ai de nós se não fosse assim! Então, quem, como V. Ex^a, um lutador, um combatente, se levanta contra bandido, quem enfrenta aqueles que praticam iniquidades, no escuro, contra a sociedade brasileira está sujeito a retaliação. Todos o conhecem. São Paulo o conhece, nós o conhecemos, e faço esta sua defesa sem medo de errar, porque ela traduz o sentimento do povo da minha terra, do Brasil, de onde quer que eu passe. Mas essas coisas não colam em V. Ex^a. O senhor já viu essas casas do interior que são pintadas com tinta óleo, onde a água, quando bate, escorre? V.

Exª é pintado de tinta óleo. Essas coisas que batem em V. Exª escorrem, nunca vão colocar em V. Exª, pela sua própria história de vida, de família e por tudo que o Brasil sabe de V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Magno Malta, muito obrigado.

O que estou fazendo aqui é a defesa do meu País. As nossas autoridades não podem aceitar em silêncio o que a **Folha** publica como, diria eu, uma quebra de soberania e desrespeito a um acordo internacional.

Quero agradecer a todos e pedir desculpas ao Presidente por talvez ter ultrapassado meu tempo. Eu prometi que falaria rapidamente, mas os apartes me estimularam a dar continuidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Magno Malta deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Exª. Enalteço o seu pronunciamento. Todos temos certeza absoluta de que foi um pronunciamento a favor da soberania e da independência, apresentando as explicações que toda a sociedade exige.

Parabéns a V. Exª!

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 629, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 70, inciso II, do Regimento Interno, que seja autorizada representação externa do Senado Federal, para participar do Fórum Estadual em Defesa dos Municípios, que será realizado em Manaus/AM, no dia 1º-6 do corrente ano.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – A Presidência designa o Senador Arthur Virgílio para representar o Senado Federal no evento mencionado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Passarei a palavra ao Senador Aelton Freitas, pela Liderança do PL, por vinte minutos, para comunicação de interesse partidário.

Na medida do possível, encareço aos senhores oradores que usem menos tempo, a fim de darmos oportunidades para que mais pessoas possam se pronunciar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Senador Eduardo Suplicy, tem a palavra V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, V. Exª poderia informar o próximo orador inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – O próximo orador será V. Exª, Senador Eduardo Suplicy. Na sequência, falará o Senador César Borges. O Senador Arthur Virgílio acaba de pedir a palavra como Líder e falará posteriormente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Tem a palavra V. Exª, Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Estou aqui para fazer agradecer por um convite. Procurarei ser breve.

Registro, antes do agradecimento, a presença, na Tribuna de Honra desta Casa, do Presidente do meu Partido em Uberaba, Mário Vilmair, e ao Prof. Abobrinha, meu amigo, professor da Escola Agrotécnica de Machado, sul de Minas, onde estudei.

Venho a esta tribuna para destacar minha satisfação em promover, no dia de hoje, nas dependências do Senado Federal, o lançamento de uma obra literária sobre tema inédito, de grande relevância social e caráter filantrópico, produzida pelo meu conterrâneo o escritor uberabense João Eurípedes Sabino.

A obra de Sabino, intitulada “O andarilho – Quem é ele?”, é uma reflexão ímpar sobre um tipo social que merece maior respeito e atenção por parte da sociedade. Interessante registrar que mesmo na Biblioteca do Senado Federal, que conta, aproximadamente, com 170 mil títulos, não há um único registro de obra que trate da experiência do andarilho, principalmente no nosso País.

Em “O andarilho – Quem é ele?”, o escritor João Eurípedes Sabino trabalhou com o objetivo principal de chamar atenção para a falta de assistência da qual são vítimas os andarilhos que cruzam caminhos pelo País afora. O texto traduz, Sr. Presidente, o resultado de um estudo inédito, construído em oito anos de pesquisas, envolvendo a abordagem direta aos andarilhos, visitas a familiares dessas pessoas e apuração de dados em hospitais, presídios e IMLs.

A obra busca, portanto, mostrar a lógica complexa que move as atitudes do andarilho, que não deve ser confundido com um simples morador de rua. Muito pelo contrário, segundo Sabino, em 99% dos casos, o andarilho é um sujeito solitário e pacífico, cuja alma caminha em rumo sem volta, abalada pela perda de valores emocionais. Seria possível ainda perceber nesses cidadãos qualidades intelectuais e culturais muitas

vezes, Sr. Presidente, acima da média da maioria da população.

Fiz questão de vir hoje, neste momento, a esta tribuna para registrar no plenário e reforçar, publicamente, o convite aos nobres Pares, aos servidores do Senado Federal e aos visitantes para que prestigiem logo mais, às 18h30, na Biblioteca do Senado Federal, o lançamento do livro “O andarilho, quem é ele”. Além do mérito, tende a abordar uma temática ainda inexplorada da literatura nacional.

A obra terá toda a sua renda revertida em auxílio aos andarilhos do nosso País, o que a torna ainda mais nobre, Sr. Presidente, e merecedora do nosso apoio.

Virão ao evento membros da Academia de Letras, do Fórum de Articulistas do Triângulo Mineiro, de tal modo que seria uma grande honra para mim, para o autor João Sabino e para a comunidade literária da nossa região, o Triângulo Mineiro, a presença dos ilustres Pares e dos servidores da Casa.

Será a primeira vez que um escritor da minha região terá oportunidade de lançar um trabalho nesta Câmara Alta. Pela inequívoca qualidade da obra, tenho certeza, Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, de que aqueles que puderem comparecer comprovarão que o apoio que tenho dado à divulgação do livro é mais que merecido.

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço a V. Ex^a a compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Suplicy, orador inscrito.

Peço a V. Ex^a, na medida do possível, que seja sucinto, para que mais oradores possam usar da tribuna.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, no próximo dia 13 de junho, terça-feira da outra semana, o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e os demais membros do Conselho de Política Monetária – que aliás hoje estão reunidos, decidindo a taxa de juros básica que, em alguns instantes, será anunciada – comparecerão à Comissão de Assuntos Econômicos para nos informar como é que se desenvolve o raciocínio dos nove diretores do Banco Central relativamente a essa resolução tão importante que, antes a cada 30 dias, agora a cada 45 dias, é definida por aqueles diretores, tendo em conta a meta principal do Banco Central de estabilidade de preços e de combate à inflação e outros objetivos de política econômica, como o crescimento da economia.

Ressalte-se que hoje o IBGE informou que a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto do primeiro trimestre foi da ordem de 1,5%, o que significa um bom prenúncio para 2006. Há condições, inclusive, se houver a diminuição da taxa de juros básica nos próximos meses, que venhamos a ter uma perspectiva de crescimento bastante acentuado para 2006, com consequências positivas para o aumento das oportunidades de emprego e para a melhoria da distribuição de renda, ainda mais tendo em conta a expansão dos programas de transferência de renda, como o próprio Bolsa Família, que já está com 9,2 milhões de famílias inscritas, havendo a perspectiva de, até meados do ano, estar com mais de 11 milhões de famílias estarem inscritas – 11,1 milhões ou 11,2 milhões.

Na terça-feira treze de junho, o Presidente Henrique Meirelles comparecerá para um outro tema, pois o requerimento aprovado, além das explicações sobre as taxas de juros básicas, envolve também, por meio de outro requerimento de minha autoria, explicações sobre a questão relativa aos aposentados do Banespa, que, praticamente há dez anos, estão lutando por direitos que, no entender da Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo, não estariam sendo devidamente respeitados.

Até para facilitar a exposição do Ministro e Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, no próximo dia 13, estou encaminhando hoje uma carta e anexando um estudo que está sendo entregue pelo Diretor-Presidente Yoshimi Onishi*, que, acompanhado dos Srs. Orlando Forte, Antonio Manoel Leite, José Carlos Maciel Barbosa, Claudanir Reggiani, Djalma Emídio Botelho, Ademar Vanini*. Esses três últimos estão aqui, juntamente com o Sr. Yoshimi Onishi.

Gostaria de ressaltar alguns dos aspectos principais desse documento que, em verdade, mostra o desejo de mais de 14 mil aposentados do Banespa que aguardam resposta do Banco Central.

A correspondência da Associação dos Funcionários Aposentados do Banespa está dirigida a mim, para meu encaminhamento ao Presidente do Banco Central:

Ao Exm^o Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy

Prezado Senador,

Ao apresentar as considerações e questionamentos a seguir, voltamos à presença de V. Ex^a para que nos auxilie a dirimir dúvidas e salvaguardar direitos, bem como buscar uma solução definitiva para a grande injustiça que vem sendo cometida junto ao contingente de 14.556 aposentados e pensionistas do antigo Banespa.

Convém ressaltar que não se trata da primeira vez que questionamentos sobre o assunto são dirigidos às autoridades, inclusive via Comissão de Assuntos Econômicos. Respostas inconsistentes ou até divergentes, entretanto, aliadas à falta de providências administrativas ou legais por quem de direito, para sanar irregularidades, ilegalidades ou até mesmo inconstitucionalidades, nos obrigam a formular novos questionamentos sobre a não-observância do que foi deliberado na Resolução nº 118/97, do Senado Federal, Voto 165/99 do Conselho Monetário Nacional, e em vários outros normativos legais apontados do decorrer do texto e que compõem o conjunto de documentos disponibilizados.

Os questionamentos têm por objetivo corrigir em definitivo a situação dos beneficiários por medida de isonomia, equidade e direito adquirido através da reabertura do Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensões, denominado “Plano Pre-75”, instituído pelo Banespa junto ao Fundo Banespa de Seguridade Social, Banesprev, e/ou a instituição de um novo plano, análogo àquele, com Regulamento e garantias no mínimo iguais.

Também buscam mostrar, de maneira inequívoca, que algumas das informações prestadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Banco Central conflitam e não têm fundamento consistente com muito do que foi deliberado ao longo do processo de federalização e privatização do Banespa relativamente aos empregados “Pre-75” do Banespa, principalmente no que se refere à questão da alteração da inegociabilidade/inalienabilidade dos títulos quanto a origem, vinculação e destinação dos títulos ATSP 970315 com passivo atuarial do Banespa e quanto à designação e responsabilidade de gestores do Banespa, conforme exposto em itens e/ou tópicos adiante apresentados;

2. Que os títulos públicos federais ATSP97035 foram emitidos pela União para quitar as dívidas do Estado de São Paulo e/ou do Banespa para com todos os empregados admitidos naquela empresa até 22/05/1975;

3. Que os títulos não foram emitidos para capitalizar o Banespa, mas sim para lastrear um fundo de previdência para todos os beneficiários indistintamente;

4. Que existem documentos, à exaustão, comprovando a inquestionável vinculação

dos títulos às obrigações atuariais assumidas pela União, em substituição ao Estado de São Paulo;

5. No item 12 da Mensagem nº 106/97, estão especificados os tipos de dívidas do Estado de São Paulo, inclusive a dívida atuarial/aposentadoria, no montante de R\$2,9 bilhões, a qual não se confunde com o restante da dívida contratual e mobiliária, conforme esclarece o item 9 da aludida Mensagem, cujo pagamento foi efetuado ao Banespa em Letras do Tesouro Nacional, emitidos em duas séries distintas;

6. Que o fundo a ser criado para abrigar os títulos garantidores não deveria prever em seu regulamento a imposição de quaisquer cláusulas de renúncia a direitos adquiridos, nem de riscos de solvência, nem a possibilidade de retirada de patrocínio pelo Banespa ou quaisquer de seus sucessores;

7. Que não existem fundamentos legais para a imposição de quaisquer cláusulas de renúncia a direitos, nem de riscos de qualquer espécie, e que as medidas adotadas e impostas de forma arbitrária foram tomadas à revelia dos interessados;

8. Que a Secretaria do Tesouro Nacional extrapolou nas suas funções e responsabilidades ao substituir os títulos inegociáveis por negociáveis;

9. Que o Bacen e o Banespa – quando sob o Regime de Administração Especial e Temporária (RAET) e/ou sob o controle da União – foram omissos no cumprimento das suas responsabilidades em relação à salvaguarda dos direitos atuariais dos 14.556 beneficiários;

10. Que algumas das deliberações do Conselho Monetário Nacional, no Voto 165/99, de 21/12/99, e do Senado Federal, na Resolução nº 118/97, foram desrespeitados por omissão do Banco Central, da Secretaria do Tesouro Nacional, da Secretaria de Previdência Complementar e do Banespa;

11. Que o Santander, e/ou qualquer outro que poderia ter vencido o leilão de privatização, foi beneficiado indevidamente com a liberação dos títulos, o que acabou expondo os 14.556 beneficiários, grande parte dos quais com mais de 60, 70, 80 e até mais anos, à insegurança de seus futuros e de seus direitos.

Torna-se imprescindível, portanto, que o assunto seja definitivamente esclarecido, que as responsabili-

dades sejam apuradas e que a situação de todo esse contingente de aposentados e pensionistas seja regularizada em definitivo.

Sr. Presidente, encaminho ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, desde já – duas semanas ou treze dias antes –, o conteúdo deste estudo elaborado com cuidado pela Associação dos Aposentados do Banespa, inclusive com 11 perguntas colocados por eles, que gostariam de vê-las respondidas. Dada a complexidade dessas questões e para que o Presidente Henrique Meirelles tenha o tempo necessário para bem respondê-las, desde já as encaminho, o que facilitará em muito a arguição no dia treze.

O Presidente Henrique Meirelles tem adotado uma postura de muito respeito. Gostaria muito de agradecer o respeito que S. Ex^a tem tido para comigo.

E tenho a certeza de que, dessa forma, os próprios aposentados do Banespa estão cooperando no sentido de que S. Ex^a possa responder com toda a clareza as questões aqui levantadas.

Eu gostaria também de cumprimentar os Senadores do PFL e do PSDB pela decisão que há pouco tomaram e de saudar um fato muito importante, que é o de estarmos vivendo plenamente a democracia.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a se lembra, nós lutamos, inclusive fisicamente, volta e meia, para que não houvesse mais atos que não fossem o da plena vigência da democracia. Há pouco, foi aqui anunciado que o PSDB e o PFL chegaram a um entendimento definitivo a respeito de seus candidatos à Presidência e à vice-Presidência da República: o ex-Governador Geraldo Alckmin e o Senador José Jorge. Saúdo o fato como um fato importante da democracia.

Eu sou do Partido dos Trabalhadores. É possível que se confirme a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, o que, acredito, vai acontecer. Não foi definida ainda a candidatura a vice-Presidente, é possível que seja confirmado o nome do vice-Presidente atual, José Alencar, que todos nós conhecemos e por quem temos grande respeito. Mas é possível que haja uma novidade.

Ainda hoje, o noticiário mostrou, até pela reunião que houve entre o Presidente do PMDB, Orestes Quércia, e o Presidente Lula, no Palácio do Planalto, Sua Excelência externando que gostaria muito de ter um candidato do PMDB como seu companheiro na vice-Presidência. O PMDB ainda está por definir se terá ou não candidato próprio, sendo o nosso colega Senador Pedro Simon, tão querido por nós, a alternativa considerada.

Senador Arthur Virgílio, antes de conceder o aparte a V. Ex^a, gostaria de fazer uma revelação. Ontem, participei de um jantar em que estavam presentes o

Senador Flávio Arns e outros Senadores da Bancada do PT, os Senadores Romero Jucá, Antônio Carlos Valadares e Sérgio Zambiasi. Eu disse a S. Ex^{as} que veria com muitos bons olhos se porventura nós tivéssemos como candidato a vice-Presidente, juntamente com o Presidente Lula, o Senador Pedro Simon. Percebi que houve uma reação bastante positiva.

Hoje, conversei com o Senador Pedro Simon e perguntei a S. Ex^a se não faria qualquer objeção que eu transmitisse isso ao Presidente do PMDB, Orestes Quércia. E eu o fiz. O ex-Governador Orestes Quércia mencionou que pensaria nessa proposição.

Também conversei com o Presidente Renan Calheiros e com o Senador, ex-Presidente da República, José Sarney, expressando que isso, talvez, seria visto com muitos bons olhos pela sociedade brasileira. E digo àqueles que são do PSDB e do PFL que quem sabe isso pudesse até fazer da festa da democracia, que vamos ter este ano, no dia 1º de outubro, algo muito interessante.

Por que fiz essa sugestão? Porque observo no Senador Pedro Simon uma pessoa que, tendo o respeito de todos os brasileiros e de todas as brasileiras, de todos aqui nesta Casa, sempre nos tratou – a nós do Partido dos Trabalhadores – como se fosse um amigo. Às vezes, faz críticas severas ao PT, ao Presidente Lula, mas sempre percebo que S. Ex^a o faz na perspectiva de quem recomenda algo de positivo a um amigo.

Também conversei brevemente a esse respeito, hoje, com o Ministro Tarso, que me disse que tem o maior apreço e amizade pelo Senador Pedro Simon. E se o Senador Pedro Simon viesse a dizer, por exemplo, que estaria aberto a essa possibilidade, com o sentido...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...de pensar, em termos programáticos, quem sabe isso pudesse ser algo positivo.

Saúdo a decisão do PSDB e do PFL. Nós do PT estamos também fazendo escolhas e nos preparando para o embate democrático.

Felizes somos nós, brasileiros, por estarmos vivendo um ano de democracia intensa e não anos como aqueles em que enfrentávamos tropas aqui no gramado, em frente ao Congresso Nacional.

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Senador Eduardo Suplicy, antes de V. Ex^a conceder o aparte, prorrogo a sessão por 30 minutos, para que, depois de V. Ex^a, alguns Senadores possam também se manifestar.

Na seqüência, o tempo terá que ser determinado para 5 minutos. Solicito a compreensão das pessoas que virão depois de V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Serei bastante breve. Quero apenas registrar que sou testemunha da bravura com que V. Ex^a enfrentou o regime autoritário e da generosidade com tantos de nós nos doamos, para que o regime autoritário fosse substituído por algo que hoje é o regime da plena alternância de poder. Mais tarde comentarei, na minha própria vez, até para não enfeiar o discurso tão bonito de V. Ex^a. Comentarei a reunião do Presidente com o Sr. Orestes Quércia no meio de um discurso que já estou programado para fazer. Por hora, quero dizer que uma grande conquista suprapartidária de todos os democratas é a alternância no poder. Nós podemos deixar com o povo a decisão sobre quem vai, por 4 anos, gerir os seus destinos. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a as referências elogiosas que faz à nossa coligação, selada agora; uma coligação que é auto-explicável, que foi feita por entendimentos de pensamento comum em relação ao Brasil de hoje. Só lamento, Senador Suplicy, é que V. Ex^a, com essa sua capacidade de diálogo ou com essa sua disposição para enfrentar crises, para resolver problemas, não tenha sido o grande articulador político como Chefe da Casa Civil do Presidente Lula desde o primeiro momento. Já pensou se eles reconhecem o valor de V. Ex^a? Estariam livres do Waldomiro, estariam livres dessas crises todas, porque V. Ex^a é um homem transparente. Lamentavelmente o Governo optou por outro caminho. Tenho certeza de que, para V. Ex^a, é muito constrangedor não fazer uma aliança com Pedro Simon, mas com Orestes Quércia, tão combatido pelo Partido de V. Ex^a em São Paulo. Como será difícil e constrangedor se tiverem que subir ao palanque juntos! Com Simon, tenho certeza que não. Dizia o meu avô: não se cura bicheira de cobra. Cobra deu bicheira, deixa morrer, porque não serve para nada. Se se salva, vai morder de volta. O Quércia está olho na sua vaga de Senador. Ele quer acordo para tomar a sua vaga. Não cure bicheira de cobra, Senador Suplicy! V. Ex^a sabe que alguns colegas seus já estão defendendo essa tese. Esqueça isso. Cuide da sua reeleição. Não se contamine nessas negociações, que elas não são republicanas. V. Ex^a sabe melhor do que eu o que estou dizendo. Os oferecimentos que estão fazendo, à parte, à ala do PMDB, tenho certeza de que não seriam feitos por V. Ex^a se fosse o coordenador. Mas, de qualquer maneira, eu o parabeno pela boa-

fé, pela boa intenção e agradeço os bons votos que faz ao meu Partido e ao PSDB, que, com certeza, iniciam hoje uma caminhada que será vitoriosa no Brasil, em outubro próximo. Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Peço um aparte, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Senador Eduardo Suplicy, seu tempo já se encerrou. Prorrogarei por mais dois minutos. Temos que ser rigorosos nesse sentido.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vou responder aos Senadores Eduardo Azeredo e Heráclito Fortes conjuntamente, para respeitar a orientação de V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Eduardo Suplicy, minha participação também será rápida, assim como a participação do Senador Arthur Virgílio. Quero cumprimentá-lo pela elegância do seu pronunciamento. Seria muito bom que tivéssemos sempre debates nesse nível. Espero que as eleições, este ano, se realizem dentro da racionalidade, da busca de quem tem melhores propostas e não em um processo que não interessa a ninguém, em um processo de selvageria. Na verdade, o PT e o PSDB têm, até, muitos pontos em comum em nossa origem de enfrentamento do regime militar. Já tivemos parcerias em outros momentos. Eu mesmo, quando fui eleito Governador de Minas Gerais, em 94, tive apoio formal do PT no segundo turno, inclusive do próprio Presidente Lula, que externou seu apoio. Considero muito oportuno o pronunciamento de V. Ex^a na linha de que o tom que interessa ao Brasil é o de uma disputa democrática racional, de idéias e de projetos.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Agradeço a ambos os Senadores.

Os Senadores Heráclito Fortes e Eduardo Azeredo sabem que o meu propósito será o de contribuir para que nós caminhemos no sentido republicano, tal como falava hoje o Senador Jefferson Péres em sua entrevista à CBN. Tenho certeza de que o Senador Pedro Simon daria uma enorme contribuição nesta eleição.

Quero dizer, Senador Heráclito Fortes, que a convenção do Partido dos Trabalhadores, para definir seu candidato ao Senado, dar-se-á sábado, às 10 hs, no Anhembi, em São Paulo. O Presidente estadual do PT, Paulo Frateschi, informou-me que em princípio eu sou o candidato. Eu estou indo para lá como candidato, mas...

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Eles são doidos de não lhe dar legenda? V. Ex^a é o “puxador de voto”. O PT de São Paulo é doido, mas tem juízo. V. Ex^a é o candidato!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O que eu percebo, Senador Suplicy, é que eles não gostam de V. Ex^a, mas têm que aturá-lo. Parece mais isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não. A base do Partido dos Trabalhadores, os filiados do PT, tem dito aos dirigentes do Partido que eu preciso ser. E meus colegas aqui, no Senado, inclusive de outros partidos...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eles vão ter que aturá-lo, Senador. Fique tranqüilo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eles têm dito que eu serei o candidato. Então, procurarei merecer a confiança de meus colegas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Quero também enaltecer a fala do Senador Suplicy, que encaminha uma forma positiva para o processo eleitoral, enaltecendo o trabalho que vem sendo realizado no PSDB e no PFL e, principalmente, afirmando que todo brasileiro deseja que o processo eleitoral sirva para melhorar a qualidade de vida da nossa sociedade, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista humano. Desejamos também que tudo dê certo na indicação de V. Ex^a, um extraordinário Senador, que enobrece, sem dúvida alguma, o Senado da República.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Presidente Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Estamos na prorrogação do Expediente.

Por isso, peço a compreensão dos Senadores que vão ocupar a tribuna daqui para frente que se atenham aos cinco minutos, mais dois minutos de prorrogação. Solicito ainda que não haja apartes nas falas subseqüentes, para cumprirmos realmente o horário e darmos, assim, oportunidade a mais pessoas de se manifestarem.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, que havia requerido anteriormente, como Líder do PSB, e, em seguida, ao Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já se encontra na Casa, aguardando um acordo por meio da Medida Provisória Nº 285, Projeto de Conversão nº 16, a repactuação da dívida dos agricultores, quinto item da pauta. Assim que sejam encerradas as negociações, esperamos que não só essa matéria, mas tantas outras, como o Fundeb, venham ser objeto de apreciação pelo Senado Federal, porque a sociedade está exigindo

de celeridade na aprovação de todos os projetos em tramitação nesta Casa.

Sr. Presidente, em breves palavras, eu queria apenas comunicar que o Deputado Eunício Oliveira, Relator da medida provisória, aceitou, de forma integral ou parcial, três emendas de um total de seis apresentadas por mim.

A primeira emenda, a Emenda nº 16, trata do saldo devedor que seria obtido a partir da data da contratação. Se o Relator tivesse aceitado integralmente essa emenda, estaríamos renegociando a dívida do produtor rural não a partir da repactuação, mas a partir da assinatura do contrato, abstraindo alguns penduricalhos, alguns equívocos, algumas gorduras que ao longo do tempo foram acrescentadas ao montante da dívida, elevando, portanto, o saldo devedor dos produtores rurais. No entanto, o Relator aceitou uma sugestão nossa que diz respeito à exclusão dos encargos de inadimplência, da multa de mora, das custas e dos honorários advocatícios. Já foi um alívio, sem dúvida alguma, a aceitação pelo Relator, na medida provisória, da Emenda nº 16, que eu apresentei.

Também apresentei outra emenda, a Emenda nº 17, que diz respeito ao limite máximo para renegociação, a partir da origem do contrato. O Governo propôs R\$50 mil como limite máximo para refinanciamento da dívida.

A Câmara dos Deputados aprovou o valor de R\$200 mil, que a meu ver, que poder gerar um gasto excessivo e que pode redundar novamente em veto presidencial. Então, o que propus? Propus um meio-termo: nem R\$50 mil, nem R\$200 mil, como consta da proposta da Câmara, mas um limite razoável de R\$100 mil, na origem do contrato.

Senador César Borges, que é um dos grandes lutadores por projetos desta natureza no Senado, sabe que, com R\$100 mil, vamos resolver mais de 80% dos problemas da nossa região nordestina. Com R\$50 mil não será possível fazê-lo. Houve gente que tomou R\$51 mil e está fora; houve quem tomasse R\$60 mil e está fora. Então o Governo deve se debruçar sobre essa medida provisória e aproveitar – quem sabe – uma última oportunidade na atual gestão governamental para uma renegociação justa, equilibrada que venha a resolver em definitivo os problemas pendentes criados não pelo atual Governo, nem tanto pelo anterior, mas pelos planos econômicos construídos no nosso País e que redundaram nessa dívida astronômica dos produtores rurais.

Na securitização feita em 1995, os bancos se livraram, sem dúvida alguma, dessa dívida, e o Governo não aceitou que o Tesouro assumisse esse endividamento, o que terminou fazendo com que milhares

e milhares de produtores rurais fossem para o Cadin, respondessem processo, perdendo terra, processados pela Justiça, porque a Procuradoria-Geral da Fazenda Pública tem o dever de fazer a cobrança da dívida consolidada no Orçamento da União.

De sorte, Sr. Presidente, que essa é uma primeira conversa, o intróito de um debate que certamente será travado no Senado Federal.

O Relator, Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo no Congresso, que é também grande defensor do Rio Grande do Norte, defensor de uma renegociação permanente, definitiva, irá se entender com os Senadores, não só da sua base, mas também com a Oposição. E vamos encontrar um denominador comum.

Final, como eu disse, no Governo do Presidente Lula muita coisa foi feita em favor do Pronaf, da agricultura familiar. Estão sendo disponibilizados R\$10 bilhões agora, mais R\$600 milhões para comercialização. Enfim, muita coisa foi feita pelo atual Governo, mas para resolver o endividamento, como se resolveu no passado a situação dos bancos, não tivemos ainda uma solução satisfatória.

É o momento de nos reunirmos aqui no Senado e dizer ao Presidente da República qual é a solução porque o veto vai, sem dúvida alguma, repercutir negativamente na atividade econômica do campo. Muitos produtores rurais estarão fora da renegociação.

A atividade econômica da agricultura sofrerá descontinuidade e, portanto, muitos abandonarão a agricultura. Não é isso que queremos, queremos que o homem fique no campo, fique trabalhando no campo e não venha para a cidade. Nós sabemos o que resulta de o pequeno produtor ...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Vou conceder mais um minuto a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ...sair do Nordeste, ir para as grandes cidades como São Paulo, enfrentar a violência e o desemprego. É melhor que fique no campo.

Essa medida provisória aperfeiçoada pode gerar dividendos econômicos para o País, fazer a fixação do homem no campo e melhorar a vida do cidadão brasileiro, principalmente do cidadão nordestino.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Agradeço a V. Ex^a por abordar tão fundamental para o Brasil e quero também enaltecer o trabalho de V. Ex^a na Presidência da Comissão de Assuntos Sociais deste Senado Federal.

Passo em seguida a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB.

V. Ex^a também dispõe de cinco minutos, Sr. Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chega a ser inacreditável, mas não é; parece brincadeira de criança, mas não é; parece brincadeira publicitária e é.

Mais do que inacreditável, chega a ser ridículo. Mas a verdade é que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, talvez cansado da frase *pedra fundamental* que adotou para inaugurar um monte delas pelo País, sem obra, só a pedra, inventou outra expressão para inaugurar obra que ainda não é obra. Ele pode até patenteá-la porque a marca vai ser dele para sempre porque ninguém quer isso.

Contei qual foi o santo, conto agora o milagre. O Presidente da República Federativa do Brasil vai amanhã ao meu Estado para “inaugurar” a primeira solda do gasoduto Coari-Manaus.

Presidente, tem dó! Não seja tão ridículo! Não lhe fica bem! Que história é essa de primeira solda?

Este Plenário pode se estarrecer, mas o Presidente do Brasil vai pegar o Aerolula para ir ao Amazonas, às custas do dinheiro do povo, dar uma *soldadazinha* no futuro gasoduto, o que chegou a ser anunciado como inauguração. Por enquanto, é muito mais futuro gasoduto do que gasoduto. E agora, Lula vai lá. Só se for a inauguração da solda. Daqui a pouco ele, ou alguém – e aí eu vou repetir a Senadora Heloísa Helena – da chamada “base bajulatória” inventa o *Dia da Solda*. Mais um feriado nacional.

Se eu não tivesse colocado, Sr. Presidente, no Orçamento da União, parando o Orçamento, V. Ex^a é testemunha disso, R\$110 milhões para a Petrobras, este Governo não teria dinheiro nem para esse gesto publicitário ridículo de fazer a tal primeira solda. É o que dá o excesso de propaganda, é o que dá o desrespeito pelo povo, é o que dá o desrespeito por si próprio.

Sr. Presidente, faço um alerta ao Governo para que abra os olhos e o diálogo com os auditores fiscais da Receita Federal, há uma semana em greve reivindicatória. Anexo aqui o manifesto deles mais uma vez. Não estou entrando no mérito. Eu sempre peço o diálogo. Quando eu era Líder do Governo, eu dialogava o tempo inteiro, entendo que diálogo é bom até quando não se chega a um acordo. Mas o fato concreto é que a economia do meu Estado está perdendo, a esta altura, quase US\$800 milhões. E isso precisa realmente ter um cobro, uma solução, Sr. Presidente.

Terceiro tópico: colocar-se contrariamente à criação de parques naturais na Amazônia parece, à primeira vista, opor-se à defesa da grande floresta, orgulho da nossa mais estratégica região, sobretudo porque dela

depende o futuro do País. Eu me refiro, por exemplo, a esse pretensão projeto do megalômano gasoduto Caracas-Buenos Aires, que é por demais amalucado para ser levado a sério. Eu não discuto aberrações desse tipo. A jornalista Miriam Leitão já chamou isso de "pinelduto".

Há, no entanto, assuntos ou projetos que, antes de mais nada, é preciso sobre ele debater, dialogar e avaliar. E é o que ocorre agora com o anúncio da pretendida criação do Parque Nacional dos Campos Naturais Amazônicos.

O assunto está em fase final de projetos e estudos. Já se realizaram reuniões de audiência pública, encabeçadas pelo Ministério do Meio Ambiente.

Na Assembléia Legislativa do meu Estado, como não poderia ser diferente, já está convocada uma audiência pública da Comissão Especial, que vai ouvir técnicos e dirigentes do Ibama. O relator da Comissão é o Deputado Lino Chixaro, que vem conduzindo o assunto com o cuidado recomendado. Portanto, peço a íntegra deste pronunciamento nos Anais.

E, finalmente, Sr. Presidente, anuncio que, de 30 de agosto a 02 de setembro de 2006, vai se realizar em Manaus a III Feira Internacional da Amazônia. A primeira foi no Governo do Presidente Fernando Henrique, o Ministro do Desenvolvimento era Sérgio Amaral. É uma verdadeira vitrina, mesmo, de tecnologia e de oportunidade de negócios no meu Estado. Lá dá para se perceber a exuberância do Pólo, a força daquele Pólo. Acredito eu que se realizou uma, pelo que eu sinto – se é bienal –, em 2004 e, agora, outra em 2006, para ser a terceira. Eu gostaria muito de que o Brasil prestigiasse – até para conhecer melhor o que se faz de agregação tecnológica no Pólo de Manaus – essa Feira tão importante e que desperta tanto interesse internacional.

Sr. Presidente, indico a V. Ex^a os documentos que gostaria de ver inseridos nos Anais da Casa.

Encerro, dizendo, Senador César Borges: meu velho pai dizia algo que eu procuro cumprir à risca: "Meu filho, as pessoas têm medo, sim. O homem que não tem medo nenhum é louco, mas o covarde é aquele que não vence o medo. Meu filho, procure vencer o medo, enfrentar o medo e não ter medo, ao fim e ao cabo, de homem nem de mulher. Mas, tem algo que é inescapável: fuja do ridículo. Tenha medo do ridículo!" E eu tenho medo do ridículo.

Então, eu espero que Deus me dê o máximo de vida – acabei de ter um netinho, estou superfeliz – e espero nunca ter de me rebaixar a inaugurar uma solda. Se Deus quiser, eu vou viver 123 anos e não vou inaugurar uma solda. Ainda que eu possa governar o meu Estado, o meu País, que eu possa ser ministro

de alguma coisa, eu não inaugurarei uma solda. A obra, com decência – então, aqui está a obra, a escola – mas a solda, não. A solda é uma brincadeira, é um desrespeito. E já começam gastando mal os R\$110 milhões que eu coloquei no Orçamento, porque não queriam colocar nenhum tostão para o gasoduto Coari-Manaus.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Arthur Virgílio, até porque as soldas hoje em dia estão sendo dadas pelos robôs. Não tem mais trabalho humano soldando, não. É o robô.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas aí fica bem. O Presidente Lula no papel de robô fica bem.

Muito obrigado, Senador Motta.

Senador Flávio Arns, agradeço a V. Ex^a. Na verdade – e V. Ex^a é um homem de tanta fé –, nas nossas orações, peçamos que todos nós aqui saibamos nos proteger desse ridículo. Que ninguém, aqui nesta Casa, pratique certos gestos; que ninguém, nesta Casa, inaugure solda. O Presidente Lula, Senadora Heloísa Helena, está indo a minha terra para inaugurar a primeira solda do gasoduto Coari-Manaus. Então, ele vai botar – já estou vendo a figura – capacete, aqueles óculos... Aquilo é para a imagem de trabalho, enfim. Aí dá aquela soldada, os *flashes* vão espocar, e vai passar para as pessoas, nos *outdoors*, a propaganda mentirosa com o dinheiro que fica fazendo falta às escolas e aos hospitais – a saúde no meu Estado está falida –, vai dar a impressão de que está em andamento avassalador uma obra que nem começou e que não vai começar, só por causa da solda leviana de um Presidente que não respeita a opinião pública do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) . Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chega a ser inacreditável. Não é. Parece brincadeira de criança. Não é. Parece brincadeira publicitária. É.

Mais do que inacreditável, chega a ser ridículo, mas a verdade é que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, talvez cansado da frase *pedra fundamental*, inventou uma outra expressão para *inaugurar obra que ainda não é obra*. Ele pode até patentear, que vai ser dele para sempre, porque ninguém quer isso.

Contei qual foi o santo, conto agora o milagre:

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, vai amanhã ao

meu Estado para “inaugurar” a primeira solda do Gasoduto Coari-Manaus.

Presidente, tem dó! Não seja tão ridículo! Que história é essa de primeira solda?

Sim. Pode este Plenário estarrecer, mas o Presidente do Brasil vai pegar o *Aerolula* para ir ao Amazonas dar uma soldadazinha no gasoduto, que chegou a ser anunciado como inauguração. Só se for a inauguração da solda.

Daqui a pouco, ele inventa o *Dia da Solda*!

Se eu não tivesse colocado no Orçamento da União R\$ 110 milhões, esse Governo que aí está não teria dinheiro nem para esse gesto publicitário ridículamente apelidado de primeira solda.

É o que dá o excesso de propaganda. Ao invés de entregar o gasoduto, que Lula prometeu e prometeu, o Governo chega ao fim, melancólico como estamos vendo, e passa a brincar de primeira solda. Não pode ser sério isso!

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diz respeito a mais um alerta que faço ao Governo, para que abra os olhos e o diálogo com os auditores fiscais da Receita Federal, há uma semana em greve reivindicatória.

O assunto é grave, por isso falei em alerta e já não em apelo. Apelo ou alerta, tanto faz. O assunto é urgente e o Governo Federal deve e precisa voltar a conversar com os servidores, que fazem reivindicações, cujo mérito não cabe analisar aqui.

Sempre, inclusive no Governo passado, como Ministro ou Líder do Governo, minha posição jamais deixou de ser pelo diálogo com categorias de servidores em greve.

No caso dos auditores da Receita, o Pólo Industrial de Manaus já amarga prejuízos calculados em US\$ 370 milhões. Os industriais enfrentam dificuldades para receber componentes que importam e que se acham retidos nos portos. Não conseguem igualmente exportar. Os volumes ficam retidos nos aeroportos.

A maior parte das perdas ocorre no setor de eletrônicos, segundo informa o Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares.

Só no Aeroporto de Manaus encontram-se retidos 25 contêineres desde a semana passada.

A situação pode se agravar, segundo estima o Presidente do Sinaees, Wilson Périco. A partir de amanhã, disse, os fabricantes serão obrigados a paralisar algumas linhas por falta de componentes importados.

O Governo não pode ficar na posição cômoda de apenas assistir ao desenrolar da greve. Afinal, o Pólo Industrial de Manaus faturou no ano passado US\$ 19 bilhões e importou bens no total de US\$ 3,5 bilhões (componentes). Para este ano, a meta seria de um

crescimento de 15%, mas corre o risco de malograr, por causa da greve.

Faço o alerta principalmente porque, até agora a Receita Federal não se manifestou sobre a greve. Na semana passada, os auditores entregaram documento ao Ministro Guido Mantega, com quem querem conversar.

Converse, Ministro, converse.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero ainda dizer que se colocar contrariamente à criação de parques naturais na Amazônia parece, à primeira vista, opor-se à defesa da Grande Floresta, orgulho da nossa mais estratégica região. Sobre tudo porque dela depende o futuro do País.

É verdade. De imediato, seria uma posição oposta à preservação, meta não sem razão cantada e decantada por todos em todo o Brasil.

Defendo e sou intransigente na defesa da Amazônia, sem jamais deixar de analisar as diferentes posições que surgem toda vez que se fala em projetos para a Região.

Por exemplo, o pretendo projeto do megalômano gasoduto Caracas-Buenos Aires é por demais amalucado para ser levado a sério.

Não aceito aberrações desse tipo, sobretudo quando se sabe que esse já apelidado pinelduto vai rasgar as veias e as florestas da Amazônia. E não é isso que queremos.

Há, no entanto, assuntos ou projetos em que, antes de mais nada, é preciso debater, dialogar e avaliar. É o que ocorre agora, com o anúncio da pretendida criação do Parque Nacional dos Campos Naturais Amazônicos.

O assunto está em fase final de projetos e estudos. Já se realizaram reuniões de audiência pública, encabeçadas pelo Ministério do Meio Ambiente.

Na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, como nem poderia ser diferentes, já está convocada uma audiência pública da Comissão Especial, que vai ouvir técnicos e dirigentes do IBAMA. O relator da Comissão é o Deputado Lino Chixaro, que vem conduzindo o assunto com o cuidado recomendável.

O Deputado Chixaro coloca-se vigilante na condução desses estudos e, desde logo, fez ver a necessidade de exame aprofundado, recomendando que sejam ouvidas as pessoas que vivem na área desenvolvendo atividades agrícolas.

Ele e outras pessoas, incluindo Deputados Estaduais do Amazonas, sustentam que a criação do Parque talvez não seja a melhor solução. Apontam alguns que, ao contrário, ali poderia ser estabelecida uma área de desenvolvimento agrícola sustentável. Se essa vier

a ser a definição, bastaria – dizem – o cumprimento rigoroso da proteção ambiental.

A reclamação, no momento, é quanto à forma unilateral com que o Governo conduz os debates, isto é, com a marginalização das pessoas já instaladas no local.

Não sei qual a melhor solução. Mas defendo a extensão do diálogo em torno do assunto. É o que defendo, com aplausos ao Deputado Lino Chixaro, pela iniciativa, que me parece democrática, de propugnar pela transparência, que passa pela via do diálogo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasília, 31 de maio de 2006

Senhor Parlamentar,

A categoria dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (AFRF) iniciou sua Campanha Salarial em novembro de 2005, apresentado ao Governo um detalhado estudo sobre a sua desvalorização, consubstanciado no “Caderno de Subsídios para a Campanha Salarial 2006”.

Embora amplamente demonstrados o desnível em relação a outras categorias e a importância técnica dos trabalhos desenvolvidos pelo auditor, o Governo se mostrou insensível ao justo pleito, não tratando do assunto com a importância devida.

A omissão e o descaso da administração pública levaram os auditores-fiscais após aproximadamente seis meses sem respostas do Governo, a deflagrar como último recurso uma greve por tempo indeterminado, iniciado em 2 de maio de 2006.

A categoria dos AFRF espera encontrar no Parlamento – Casa do Povo ressonância às suas justas reivindicações, acelerando a solução ao movimento paredista, tão desgastante para todos.

Unafisco Sindical

Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço, Senador Arthur Virgílio. Que sejamos todos pessoas de fé, como V. Exª sugeriu, e de obras também.

Quanto à solicitação de V. Exª, de inserção dos documentos, V. Exª será atendido, na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, que disporá de cinco minutos. Peço a compreensão

de V. Exª para a observância do prazo, prorrogável por mais dois minutos.

Com a palavra ao Senador Magno Malta, pela inscrição na lista de oradores.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na semana retrasada, fiz um requerimento, nos termos dos arts. 223 e 222 do Regimento Interno do Senado, ouvida a Comissão de Relações Exteriores, para que seja consignado um voto de repúdio pelas afirmações e insinuações covardes e inconseqüentes do Presidente da Bolívia, Sr. Evo Morales, sobre as atividades da Petrobras na Bolívia e sobre a inclusão no mapa da faixa onde hoje se situa o Acre.

Naquele episódio do Acre, Evo diz que o Acre foi comprado por um cavalo. Agora, quem negociou vender a parte da Bolívia por um cavalo, este negociador só podia ser um burro!

Por isso, Sr. Presidente, protocolo à Mesa o meu voto de repúdio às declarações desastrosas do Sr. Evo Morales, que agora já faz outro tipo de acusação.

Requeiro ainda, nos termos regimentais, seja declarado **persona non grata** ao Brasil o Sr. Evo Morales, ressaltando que a nacionalização do gás ele prometeu em campanha e cumpriu, porque o que é combinado não é caro. Não mentiu. Mas, contrato é combinado e o que é combinado não é caro. Contrato não se quebra.

O Brasil fez muito bem à Bolívia nos seus momentos de dificuldade, até porque nós temos uma bacia de gás no Estado do Espírito Santo que resolve muito bem o nosso problema, com a mesma capacidade da Bolívia. O dinheiro que se pensava investir na Bolívia é preciso que se invista numa infra-estrutura no Espírito Santo.

Graças a Deus, temos um subsolo riquíssimo. Aí o Sr. Evo Morales vai perceber que dependência – segundo técnicos da Petrobras, em quatro anos começa a diminuir, Senador Motta – é essa quando começar a perder empregos, afugentar empresas estrangeiras que lá estão, por conta desse isolamento que está trazendo para si, em função das declarações desastrosas e da sua disposição por quebrar contrato.

Sr. Presidente, hoje foi um dia importante, porque na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania votamos a Lei do Narcotráfico, a Nova Lei de Drogas do País.

Aproveito aqui para agradecer ao Ministério Público Federal e Estadual do País inteiro, à Inteligência de Polícia Federal, do Judiciário. Foram quarenta técnicos, quarenta homens e mulheres, atendendo o nosso apelo. Quando fui designado Relator pelo então

Deputado Federal Moroni Torgan, na Comissão Mista de Segurança Pública, no advento doloroso da morte de Celso Daniel, ainda era Deputado Federal e pude gestar, juntamente com as melhores cabeças do Ministério Público Brasileiro, que defende os interesses da população – e qualquer tipo de lei não se pode fazer, sem ouvi-los. E hoje nós votamos, porque estamos nos aproximando do Dia Mundial de Combate às Drogas e necessário se faz que presenteemos bem o Brasil.

O projeto foi para a Câmara, Sr. Presidente, e lá virou um monstro, foi completamente deformado. As pessoas que mexeram nesse projeto nunca tiveram a sensibilidade – imaginem! –, de tirar um drogado de uma cadeia ou da rua e colocar dentro de casa. Nunca tiveram a sensibilidade de conviver ou de querer conviver com uma mãe que chora lágrimas quentes na madrugada, com um filho drogado preso ou com um filho que já morreu, que foi levado rapidamente por conta dessa mazela, desse câncer que carcome a sociedade brasileira e destrói a honra da família, que são as drogas.

Nós precisamos respeitar todo tipo de argumento, até o argumento daqueles que querem legalizar as drogas, dos que acham que o “pobrezinho” do usuário não pode ser punido. Não existe “pobrezinho” de usuário.

Um pai, um dia, me disse: – O meu filho não é viciado; meu filho cheira um “papelotezinho” na sexta-feira e fuma um “baseadozinho” no sábado; só isso; mas trabalha e estuda.

Eu disse àquele pai que, se ele soubesse quanta desgraça acontece na fronteira – corrupção, caminhão roubado, motorista morto, crianças órfãs, polícia corrompida – para esse “papelotezinho” chegar na mão do filho, no sábado, ele não mealaria aquilo; para esse “baseadozinho” chegar a mão daquele “inocente”, ele não mealaria aquilo.

Existe traficante porque existe consumidor. Existe traficante porque existe usuário. Eles dizem: – Não. Aumenta a pena do traficante.

Traficante está lá se importando para pena máxima? Traficante está lá se importando para muita pena ou pouca pena? De jeito nenhum. Ele está naquela atividade que sabe que é de risco. É matar ou morrer. Não importa se ficará preso cem ou cinquenta anos. O que ele quer é ganhar dinheiro e muito dinheiro. Não importa como.

Sr. Presidente, pena dura para traficante? O traficante só existe porque existe o usuário.

Eu vou perguntar para um especialista em Presídios. Senador Sérgio Guerra, V. Exª é especialista em Presídios. Nós estamos precisando de muito Presídio bom no Brasil. O senhor tem uma grife que é uma das

marcas mais conceituadas no País, que é do nosso Estado e da qual temos orgulho. É a marca Presídio.

Se uma propaganda for feita no sentido de que os muitos consumidores dessa marca – marca da qual temos orgulho no Espírito Santo – parassem de usá-la, a sua fábrica continua ou quebra?

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senador Malta,...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Senador Marcos Guerra, eu lhe peço uma gentileza. Houve um acordo entre os Senadores para não haver apartes. Se o senhor conceder, quebraremos a regra e há outros oradores inscritos para usar da palavra.

Peço essa gentileza de V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, para toda regra há exceção. Acho que o Presidente mais benevolente que há sou eu, quando assumo a Presidência, e o Senador Mão Santa.

Esperei a tarde inteira para falar do que propus na CCJ e gostaria que V. Exª fosse benevolente comigo, porque esse é um assunto palpitante para mim.

Sei que S. Exª iria dizer que a empresa quebra, porque o consumidor tem que ser tratado bem. Quem consome a roupa tem que ser bem tratado. Aí a empresa se fortalece, cresce, gera empregos.

Ué! Então, passe a mão na cabeça do consumidor de drogas e o consumo de drogas vai aumentar! Faça-se uma campanha para parar de usar jeans no Brasil – pára com o jeans – e as empresas quebram, as fábricas quebram. Mas começemos a trabalhar e dizer que é maravilhoso usar jeans e a empresa cresce, fortalece e gera empregos.

Agora, passar a mão na cabeça do consumidor?! Ele vai comprar com quem? Com o traficante. Ele vai buscar isso onde? Na “boca”.

Então, são argumentos desconexos, não batem.

Legalizar as drogas no Brasil?! Estaremos prontos para legalizar as drogas no Brasil, Senador Flávio Arns, quando estivermos conscientes de que vamos entrar num avião em que o piloto cheira à cocaína e não há problema nenhum para nós. Nesse dia estaremos prontos! Quando entrarmos no metrô sabendo que a pessoa que dirige o metrô cheira cocaína o dia inteiro e não há problema para nós, porque está legalizado. Estaremos prontos no dia em que tomarmos conhecimento de que o sujeito que dirige o ônibus escolar que leva o seu neto, que leva a minha filha para a escola, cheira cocaína e não há problema para nós.

Nesse dia estaremos prontos para legalizar a droga no Brasil, até porque fazemos fronteira com nossos vizinhos, todos que, infelizmente, plantam e beneficiam drogas. Usam o Brasil como entreposto – as fronteiras

são abertas – trazem droga para o consumo interno, fazem contrabando de arma. Com droga legalizada, nós faríamos daqui um paraíso turístico de toda contravenção do mundo para dentro do Brasil. Seríamos os maiores no turismo de drogas do Brasil e depois seríamos os maiores contraventores porque aqui tudo seria legalizado. Industrializado, tudo sairia daqui legal para entrar ilegal nos países onde é proibido.

Que desgraça iríamos ofertar para o mundo!

Sr. Presidente, fizemos somente uma emenda e quero encerrar com ela. O “pobrezinho” do usuário – e estou falando isso como quem conhece o outro lado do balcão: 25 anos recuperando drogado, tirando gente da rua, tirando gente de cadeia e colocando dentro de casa, fazendo filho meu. Não estou “viajando na maionese”. Aliás, quero mandar um abraço a meus filhos do Projeto Reviver. São mais de 100 pessoas – jovens, crianças, adolescentes, gente de terceira idade – com as quais tenho tido o privilégio de cruzar os caminhos, devolvendo-os os bem para suas famílias e para a sociedade.

O sujeito é pego com droga: admoestação verbal do juiz. Se a admoestação verbal não vale nada, advertência sobre os efeitos da droga. E aí vai para a prestação de serviços à comunidade. Se o cara não comparece, não vai lá assinar o relatório, o juiz manda para medida educativa e comparecimento a programa e curso educativo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Sr. Magno Malta, eu estou...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Eu encerro, agradecendo a benevolência de V. Ex^a.

Se o cara não comparece, o juiz está desmoralizado. Acabou! É só isso. Assim todo mundo vai cheirar, vai fumar, porque é como se estivesse legalizado. E a nossa emenda diz que, em última instância, o juiz pune com prisão de seis meses a dois anos, mas não em cadeia penitenciária comum, mas em cela onde se recolhe o indivíduo que não paga pensão alimentícia, só para o indivíduo saber que cadeia não é um bom lugar. E, quando o juiz chamar para dar a advertência verbal e falar sobre os efeitos da droga, o juiz dirá: estou lhe aplicando isso aqui. Se isso aqui melhorar sua vida, tudo bem; senão, você vai para prestação de serviço, medida educativa; senão, eu vou lhe prender.

Não vai desmoralizar o Magistrado. E hoje resgatamos isso. O Senador Tuma, como Relator, acatou. E eu tenho orgulho de ter concebido esta lei, juntamente com os Procuradores do Brasil, com a Polícia Federal, que resgatou essa medida...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – ...e suprimimos, numa emenda supressiva do Senador Demóstenes, um inciso que incorre nas mesmas penas quem, para seu consumo pessoal, semeia e cultiva.

Ninguém semeia para uso pessoal. Quer dizer, não tem pena para quem cultiva na sua horta. Não é uma horta! Quem cultiva droga vai vender. Diríamos que, se as drogas fossem legalizadas, ele seria um pequeno empresário, um microempresário, que entraria até no Simples, porque planta no quintal de casa. Essas piadas... Nós não temos vocação para isso. E esse monstro veio da Câmara.

Portanto, suprimimos, e o Senador Tuma acatou. Só não tivemos a possibilidade de acatar – e vejo isso com muita tristeza – um artigo que coloquei dizendo que, só quando o Poder Público tiver possibilidade de criar uma casa de ressocialização em cada cidade do Brasil a partir de 100 mil habitantes, cumpra-se uma resolução da Anvisa.

E a resolução da Anvisa é nefasta. Foi criada por técnicos da Anvisa que nunca encostaram a mão em um drogado, em uma criança de rua. Não sabem o que é ter alguém marginalizado dentro de casa. Um sujeito que tem uma casa pequenina, com uma geladeira, não pode abrigar dois drogados. Está proibido. Está proibido por quê? Tirar um drogado da rua é tirar do cidadão a possibilidade de um estupro, de um seqüestro, de um assalto, de um roubo, de um furto de casa, de carro. Por que não pode?

Uma irmã de caridade, uma freira, sacrifica a sua casa e abriga cinco meninas drogadas dentro de casa. Não pode abrigá-las em um beliche. Tem que ser um beliche em cada quarto. Quem são esses técnicos? Quantos já tiraram da rua? Quantos já recuperaram? Ninguém. Não há que se respeitar uma norma desnecessária dessas!

Todo cidadão que tiver um sentimento sacerdotal no coração, o desejo de ajudar a vida humana, de investir sua vida na vida do outro, esse tem que ser incentivado pelo poder público. Já encerrarei, Sr. Presidente. Tem que ser incentivado, Senador Garibaldi. A Senad tem que criar mecanismos para ajudá-los a manter as casas. Que outros se levantem! Essa missão é sacerdotal. Muito mais do que a vontade de dar comida, trata-se de investimento de vida, tratamento de caráter e tratamento espiritual.

Sr. Presidente, lamento. Entendi que teria vinte minutos. Esperei todo o tempo na sessão. É muito ruim quando a gente fica até o final e tem que falar durante cinco minutos apenas. Agradeço a benevolência de V. Ex^a. Voltarei a falar sobre o assunto.

Hoje é um dia muito feliz para mim. Hoje é o Dia Mundial contra o Tabaco. Lamento que não tenhamos

tempo para falar sobre a questão. Somos um País de hipócritas: bêbados, fumantes que se matam, que se drogam, por conta da legalidade e cobram da polícia providências em relação aos meninos que fumam maconha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Ex^a. Desculpe-me, inclusive, pelo curto tempo. V. Ex^a tem conteúdo, competência e história para falar sobre o tema, que, eu diria, é um dos mais fundamentais para o Brasil. Sem dúvida, V. Ex^a deve retornar à tribuna e aprofundá-lo ainda mais, sensibilizando e conscientizando os órgãos públicos e a sociedade sobre o desafio do combate às drogas.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estou encaminhando à Mesa um pronunciamento alusivo a um convite que recebi, como Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Exército Brasileiro para conhecer o trabalho realizado nos postos de fronteira da Amazônia brasileira. A impressão para todos nós – compareceram dez Deputados e eu como Senador – foi realmente muito positiva porque nos mostrou a importância do trabalho do Exército na proteção das nossas fronteiras, seja no sentido defensivo, seja no aspecto de enfrentar o tráfico de drogas, armas e animais.

O pronunciamento que estou encaminhando à Mesa é para cumprimentar o Exército Brasileiro pela excelência do trabalho realizado. É importante que o Senado e o Congresso dêem condições para que esse trabalho continue. Na verdade, os postos de fronteira atendem hoje 250 km. E é muito importante que tenhamos outros no projeto Calha Norte, para que o Exército continue fazendo não somente esse trabalho, mas também o trabalho que cobre ações normais de Governo, como as questões de saúde, em que os hospitais do Exército atendem a sociedade em mais de 90%.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR EDUARDO AZEREDO.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, tive a oportunidade de conhecer, entre os dias 25 e 28 de maio, o trabalho desenvolvido pelo Exército Brasileiro nas fronteiras da Amazônia. Como Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), representei o Senado na Comissão, integrada

também por dez Deputados Federais de vários Estados, que viajou para a região, a fim de visitar as seguintes unidades: Comando de Fronteira do Rio Negro/5º Batalhão de Engenharia da Selva (BIS), em São Gabriel da Cachoeira; 5º Pelotão Especial de Fronteira (PEF), em Maturacá; o Comando de Fronteira do Solimões/8º BIS, em Tabatinga; e o 3º Pelotão Especial de Fronteira, em Vila Bitencourt.

Todos ficamos impressionados com o trabalho dos pelotões, especialmente, no que diz respeito à proteção das fronteiras contra o tráfico de armas, animais e drogas. Também é admirável a integração com as comunidades locais, inclusive com o recrutamento de índios para o serviço militar. Com unidades hospitalares muito bem equipadas, o Exército cumpre o papel do poder público de prestar assistência às populações. Aliás, nas regiões mais isoladas, o Exército acaba sendo a única presença do Estado.

Outro fator que nos chamou atenção foi a tecnologia avançada utilizada pelos batalhões. O Exército recebe suporte do Sistema de Vigilância da Amazônia, o Sivam, mas também dispõe de internet e de sistema de TV por satélite em todos os postos, mesmo naqueles que estão em regiões mais remotas.

Cumpre-nos, como legisladores, zelar pelas Forças Armadas e pelos serviços de excelência que elas prestam. O Exército Brasileiro, por tudo que representa, necessita de mais recursos orçamentários, nesse caso especial, para ampliar sua presença nas fronteiras, por meio do Projeto Calha Norte. Estou certo de que a política de vigilância empreendida nas regiões limítrofes foi acertada até aqui. Apesar da relativa escassez de recursos, a presença brasileira nas fronteiras é bem maior que a de nossos vizinhos. Mas é preciso garantir a continuidade desse trabalho, oferecendo ao Exército Brasileiro recursos e condições necessárias para o efetivo desempenho de suas funções.

Sr. Presidente, requeiro que este meu pronunciamento conste dos Anais do Senado.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a V. Ex^a pelo pronunciamento e o encaminhamento, na forma do Regimento, para as providências cabíveis. Mas quero dizer do apreço e da amizade que tenho por V. Ex^a – já externei isso em inúmeras ocasiões e o faço novamente como Presidente no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Passo, em seguida, a palavra ao Senador César Borges, a quem também peço a gentileza de, se possível, restringir-se ao tempo previsto.

Antes disso, porém, prorrogo a presente sessão até às 19 horas e 45 minutos, para ouvirmos, na seqü-

ência, o Senador José Agripino, como Líder do PFL, o Senador Marcos Guerra e o Senador Garibaldi Alves Filho – na seqüência, prorrogando a sessão até quinze minutos para as oito horas.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, hoje instalamos a Comissão Especial Mista, de Senadores e Deputados, para sistematizar o marco regulatório para o setor de saneamento, algo já esperado há muitos anos, praticamente há duas décadas. Agora, por decisão do Presidente Renan Calheiros e do Presidente Aldo Rebelo, nós a instalamos. Para minha satisfação, fui eleito Presidente desta Comissão e designei como Relator da Câmara o Deputado Júlio Lopes.

Sr. Presidente, espero que até o final do mês próximo, mês de junho, tenhamos o resultado desse trabalho. É uma expectativa de avanço para o marco regulatório de um setor fundamental para a vida da população brasileira. Claro que não temos ainda a clareza se esse projeto poderá ser aprovado este ano e com a rapidez desejada. No entanto, espero a compreensão de todos. Não é uma questão partidária, nem uma questão do Governo ou contra o Governo. Não estamos a favor ou contra o projeto que o Governo enviou para cá; estamos a favor do saneamento, com a universalização desse serviço. O que não podemos aceitar é transformar um projeto em benefício da população em ideologia, com idéias atrasadas e arcaicas que não dão segurança aos investidores e não permitirão que o setor receba os recursos necessários para a sua universalização. Portanto, foi um momento importante. Alcançamos um avanço significativo, mas precisamos da colaboração de todos os Senadores de todos os Partidos, desprovidos desse viés ideológico, que, sem sombra de dúvidas, não ajuda.

Então, instalamos a comissão e já começamos a trabalhar. Foi oferecido aos membros da comissão um texto para que eles possam estudá-lo, em uma semana, e apresentar emendas. Vamos continuar persistindo, para que a agilidade seja a marca deste momento importante para o saneamento. Todos os setores e organizações envolvidos na área estão interessados e colaborando para isso.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, agradeço as palavras do nobre Senador Ramez Tebet, que fez um pronunciamento destacando exatamente nossa eleição para a Presidência dessa comissão. Suas palavras, partindo dele, um ex-Presidente da Casa, que todos os Senadores reconhecem como sendo um grande Senador que representa muito bem o seu Estado, Mato Grosso

do Sul, e que tem todo o respeito e o carinho de todos desta Casa, honraram-me sobremaneira. Agradeço, penhoradamente, ao Senador Ramez Tebet.

Ontem, ao referir-me à apropriação indébita que faz o Governo Federal dos recursos do FGTS, mostrei determinada placa utilizada na Bahia. Na verdade, a despeito de recursos financiados pela Caixa Econômica e que são do trabalhador, ou seja, do FGTS, o Governo faz constar na placa: “Obra financiada com recursos do Governo Federal”.

Veja bem, Sr. Presidente, abordei o assunto ontem e hoje já recebi informações de funcionários da Caixa mostrando como é que o FGTS inclusive disciplina a placa que deve constar nas obras. Existe toda uma regra, uma regulamentação do uso da marca do FGTS. Tem é que constar: “Obra financiada com recursos do FGTS”, patrimônio do trabalhador brasileiro que está sendo expropriado, de forma indevida, pelo Governo, para fazer propaganda e dizer que está aplicando recursos que, na verdade, são do trabalhador brasileira. Reafirmo isso, mostrando qual deveria ser o procedimento correto do Governo.

Por último, Sr. Presidente, hoje, segundo o *blog* de Josias de Souza, jornalista festejado, o Presidente Lula recebe no Palácio do Planalto, para tratar de política eleitoral, o Presidente do PMDB, Orestes Quêrcia, fazendo uma reabilitação do Presidente do referido Partido.

O PMDB, que o PT – ao qual V. Ex^a, Sr. Presidente, hoje é filiado – tanto atacou no passado, agora é recebido de forma indevida. Dizia-me o Senador Arthur Virgílio que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tinha determinado no processo de apuração de ética o uso do cargo de Presidente da República, que o Palácio do Planalto não poderia ser utilizado para encontros políticos, que pudessem ser do ponto de vista de favorecimento de uma campanha eleitoral, por exemplo. E que isso está muito estabelecido, que recebesse na sua residência, no Palácio da Alvorada, mas não poderia ser utilizado o Palácio do Planalto.

Lamentavelmente, o Presidente recebe e trata de política partidária, tentando alavancar a candidatura do Senador Aloizio Mercadante, em São Paulo. Tentando atrair o PMDB, faz uma reabilitação daquele que tanto atacou no passado, assim como, esta semana, fez com o Presidente Sarney, que Sua Excelência também atacou, chamando-o de nomes que não gostaria sequer de repetir aqui.

E agora, dentro da sua visão de conquistar o poder a qualquer preço, uma visão arrivista, na qual os fins justificam os meios, que assim pensa o Senhor Presidente da República e o Partido dos Trabalhadores...

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador César Borges, um aparte, por favor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, Senador.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – É muito interessante essa observação da questão da reunião no Palácio, porque me lembra de que, em 1996, quando eu era Governador do Estado, fiz na época uma reunião sobre a Prefeitura de Belo Horizonte, do candidato, naquela ocasião. Fui processado pelo PT, no Tribunal Eleitoral – ganhei por 3 a 2, sendo um resultado apertado –, porque tinha anunciado o apoio ao candidato a prefeito num auditório da assessoria de imprensa do Palácio do Despacho, nem era no Palácio da Liberdade. Saí de um, fui até o outro, ao seu auditório, e lá anunciei o apoio. Disseram-me que estava utilizando um espaço público.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Exª foi processado pelo PT. Nada como um dia após o outro. Hoje, o Presidente da República faz política partidária, angariando apoios, ou tentando, pelo menos, no Palácio do Planalto. É o uso do Palácio do Planalto.

Josias de Souza, Sr. Presidente, diz o seguinte – o título da nota é “Lula faz a corte ao ex-desafeto Quércia”:

Para certos políticos, a folhinha funciona como lavanderia. O esquecimento põe o ferro em cima. E o tempo passa.

Lamentavelmente, esse determinado tipo de político temos ainda no nosso País, e um deles, Sr. Presidente, é o Presidente da República. É lamentável, mas é verdade.

Muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Exª pelo pronunciamento.

Em seguida, passo a palavra, com prazer, ao Senador José Agripino, Líder do PFL. Na seqüência, os Senadores Marcos Guerra e Garibaldi Alves.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou procurar me ater aos cinco minutos, para fazer dois registros da maior importância.

O primeiro deles é que, hoje à tarde, no espaço físico da Câmara dos Deputados, na Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa, numa bonita solenidade, firmou-se definitivamente o entendimento político-partidário, entre o meu Partido, o PFL, e o PSDB, para o lançamento da chapa composta pelo ex-governador Geraldo Alckmin, candidato a Presidente, e pelo Senador do nosso Partido, o PFL, José Jorge, candidato a Vice-Presidente.

A solenidade contou com a presença maciça de parlamentares do nosso Partido e do PSDB, com a

vibração devida para uma chapa encabeçada por um homem que tem uma folha de serviços prestados ao Estado de São Paulo invejável, que tem um padrão ético recomendável. Além disso, me dá muito conforto estar ao lado de Geraldo Alckmin como meu candidato a Presidente e tendo José Jorge como candidato a vice-Presidente.

O segundo registro, Sr. Presidente, que quero fazer – e conversava há pouco com a Senadora Heloísa Helena – é um agradecimento de júbilo e de aplauso a uma brasileira modesta, pobre, mas muito digna, a quem aplaudi e volto a aplaudir da tribuna do Senado. É uma brasileira chamada Zildete Reis. Ela era cozinheira da casa do Comendador Arcanjo, um cidadão que está preso, acusado de crimes fiscais, financeiros. Zildete Reis abriu a boca – como ela disse, voluntariamente –, revoltada com o assassinato do seu irmão, que se supõe ter sido assassinado a mando do Sr. Arcanjo. Ela disse coisas que a mim trouxeram enorme estupefação, Senador César Borges. V. Exª não estava lá na CPI dos Bingos, entre as 13 horas e as 14 horas. Não foi dada nem muita divulgação ao depoimento da Srª Zildete, uma brasileirinha, como o Sr. Francenildo e como aquele Jack, funcionário do Bingo de Campinas que assistiu à conversa da trama da morte do assassinato de Toninho, o Prefeito de Campinas. A brasileirinha Zildete disse e repetiu, na caboclice das suas palavras, na coerência da construção dos argumentos que ela oferecia aos membros da CPI, em respostas sucessivas às perguntas que se faziam, e que ela não tinha nem muita capacidade de concatenar. O que ela tinha, sim, era a capacidade de dizer a verdade. A coerência da história que ela contou está na verdade, não na capacidade que ela pudesse ter de, dissimulando, contar uma historia bem contada. Não! Ela foi franca, sincera e corajosa. Por isso é que eu aplaudi! Ela está sob a proteção da Polícia Federal pelo fato de sua vida correr risco, pelo fato de ela ter dito, Senador César Borges, que, na casa onde ela trabalhava como cozinheira – do Arcanjo, que está preso –, compareciam o Sr. Antonio Palocci, o Sr. José Dirceu e o Sr. Paulo Okamoto. O Relator Garibaldi Alves Filho exibiu a fotografia das pessoas, e ela os reconheceu: “Este sim; este sim; este sim”. Não sabia o sobrenome de Paulo Okamoto; dizia: “Seu Paulo, um bacana que chegava de avião a jato”. Um jatinho. Para quê? Para pegar malas de di-nhei-ro! Ela dizia: “Aqueles malinhas pretas carregadas de dólar, de dinheiro”. Disse que Zé Dirceu saiu de lá com dinheiro; disse que Palocci saiu de lá – suponho, estou quase certo – com dinheiro e que Paulo Okamoto, com certeza – sim, senhor! –, saiu de lá com dinheiro.

Senador Flexa, lembra-se daquela história que Paulo Okamoto contou, de que pagou as contas de Lula? Lembra-se de que os membros da CPI há meses vêm tentando quebrar o sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto para ver de onde saiu o dinheiro com o qual pagou as contas de Lula e que ele insiste em não quebrar o sigilo? Hoje, Senador César Borges, ficou claro! Quem é que me assegura que o dinheiro não saiu daquele dinheirinho do Arcanjo, na malinha preta que a brasileira Zildete Reis disse que o Sr. Paulo Okamoto foi buscar no Mato Grosso, de fonte seguramente ilícita? Tanto que o doador, ou lavador de dinheiro, está preso. É o famoso Comendador Arcanjo.

Sabe o que ele disse mais, Senador César Borges? Que havia lá um rapaz chamado Joacir e que o Sr. Sombra... Lembra-se do Sombra, lá de Santo André? O homem que dirigia o carro blindado de onde foi arrancado Celso Daniel para ser seqüestrado e assassinado? Ela disse que ele esteve nessa casa. E disse mais: que o Sr. Joacir, o cidadão Joacir, teria ouvido, dentro da casa do Arcanjo, a conversa de pessoas tramando a morte do Prefeito Celso Daniel.

Senador César Borges, o que eu ouvi da Zildete, na caboclice de suas respostas, é que ali se reunia uma quadrilha. Que quadrilha? Uma quadrilha composta por um ex-Ministro, Antonio Palocci, por um outro ex-Ministro chamado José Dirceu, por um amigo pessoal pagador das contas do Presidente Lula chamado Paulo Okamoto e, de quebra, o Sombra. Todos reunidos lá.

Eu posso deixar de apresentar um requerimento de presença do Sr. Joacir para que ele também vá lá? Eu posso deixar de votar num requerimento do Senador Alvaro Dias para que seja feita uma acareação entre as pessoas citadas – Palocci, Zé Dirceu, Paulo Okamoto – para ver as malinhas de dinheiro onde é que iam parar? Não tenho como. Eu tenho contas a prestar à sociedade brasileira. Eu tenho a obrigação de fazê-lo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Encerrarei em seguida, Sr. Presidente.

Venho hoje trazer a minha indignação, porque algumas pessoas colocaram dúvida sobre o que a brasileira Zildete Reis disse hoje. Talvez pelo fato de ela ter cor parda, de ela estar modestamente vestida, com uma sandália baratinha, só por isso? Ela teve a coragem de dizer o que muito brasileiro bacana – como ela dizia – não teve nem de longe a coragem. É uma brasileira padrão, como Jack, como alguns que vieram depor, a começar pelo Francenildo. Brasileiros que, mais dia, menos dia, vão nos ajudar a colocar muito

corrupto na cadeia e remover o pior dos males: a impunidade. Um instrumento permanente de fomento à prática do ilícito que é a impunidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra, que honra também o Senado Federal, representando o Estado do Espírito Santo.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago hoje à tribuna um assunto que gostaria muito de não estar trazendo, porque é referente a um setor nacional que vem enfrentando grandes problemas mercadológicos, o setor têxtil e de vestuário.

Tivemos ontem uma audiência com o Presidente da República. Estive lá representando o Estado do Espírito Santo numa associação da qual participo, que é a ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil.

ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil.

Lá estiveram presentes presidentes de federações, inclusive a Presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores. Devido ao grande problema, capital e trabalho se uniram.

Levamos ao Presidente da República algumas reivindicações. Uma delas é o combate à pirataria de comércio internacional. Infelizmente, temos recebido aqui no Brasil produtos, principalmente da China, com preços bem abaixo dos comercializados internacionalmente.

Temos informações sobre produtos que saem da China: no ano de 2004, saíram da China US\$ 30,7 milhões de produto e só entraram no Brasil US\$ 15,7 milhões; em 2005, saíram da China US\$ 31,726 mil e só entraram no Brasil US\$ 19,622 mil. Infelizmente, Sr. Presidente, não tivemos nenhuma notícia de que algum navio afundou no percurso China–Brasil.

Isso sem falar dos produtos que entram aqui subfaturados, ou seja, em torno de 10% do valor praticado naquele País.

Ao Presidente da República entregamos a agenda em que constam os acordos internacionais feitos, a exemplo do pedido de salvaguarda da China, que vence em 31 de março de 2008.

Se não for modificado e prorrogado, com certeza, o setor terá uma data para começar a repensar a sua atuação no mercado nacional e internacional, porque ele vai sumir do mapa do Brasil.

Levamos também, Sr. Presidente, uma preocupação que é a desoneração tributária da cadeia pro-

ductiva, principalmente em relação ao PIS e ao Cofins. Atualmente, o sistema de débito e crédito prejudica, e muito, o setor, porque a cadeia produtiva é muito curta, a mão-de-obra representa praticamente 32% do custo do produto e a matéria-prima, pouco mais de 20%. Então, o setor fica muito prejudicado quando se trabalha no sistema de débito e crédito.

Pedimos ao Presidente da República que desonerasse a folha de pagamento do setor têxtil e vestuário a fim de resolvermos o problema nacional.

Sr. Presidente, sei que o tempo é curto. Retornei a esta tribuna num outro momento para falar mais sobre o setor. No entanto, quero falar rapidamente sobre o que é o setor nacional.

Temos 30 mil empresas e empregamos 1,65 milhão de pessoas. Exportamos, no ano de 2004, US\$ 2.1 bilhões; em 2005, US\$ 2.2 bilhões. Vendemos, no mercado nacional, em 2004, US\$ 25 bilhões; em 2005, US\$ 26 bilhões.

Este ano, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho vindo aqui porque se acendeu a luz vermelha do setor. Já desempregamos praticamente 230 mil pessoas, enquanto o mundo cresceu.

O setor emprega, na sua grande maioria, mulheres, que são praticamente 75% do seu quadro, e 57% dos trabalhadores cursaram até a oitava série. Então, a maioria dos empregados são mulheres e com baixa escolaridade.

Para dar uma idéia, Sr. Presidente, a cada mil dólares investidos, geramos um emprego, sendo que, em setores de celulose e mineração, a exemplo de empresas como Vale do Rio Doce, CST e CSN, para cada emprego gerado o investimento é próximo de US\$ 2 milhões.

Trata-se de um setor que merece a atenção do Presidente Lula, porque, com investimento curto, consegue gerar um número significativo de empregos.

Sr. Presidente, eu não queria estar aqui novamente – repito – para falar de um setor tão importante para o mercado nacional que é a indústria têxtil e de vestuário. Mas se o nosso Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, não der uma atenção a esse setor, ele vai se reduzir muito.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Peço a V. Ex^a que conclua, porque estamos na prorrogação da sessão.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Eu queria apenas que V. Ex^a, no seu discurso, dissesse qual é a saída para isso. O que o Presidente Lula tem de fazer?

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – O Governo tem de atender às reivindicações que entre-

gamos, inclusive com a presença de trabalhadores, de empresas grandes e empresas pequenas. Senador Magno Malta, trata-se de um setor em que praticamente 97% das empresas são micro e pequenas empresas e que possui a maior terceirização de empregos do Brasil, principalmente porque esses empregos estão no interior de cada Estado.

Fica registrado aqui o nosso apelo.

O Presidente sensibilizou-se com o nosso pedido e acredito que Sua Excelência vai atender-nos, porque essa crise foi provocada pela atual situação econômica do País. Nada mais justo que o nosso Presidente corrigir um erro que foi criado dentro do seu Governo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Senador Marcos Guerra, agradeço a V. Ex^a. O assunto é também fundamental e foi abordado de maneira muito competente, como sempre, por V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente em exercício, Senador Flávio Arns, quero agradecer a V. Ex^a a possibilidade, não de fazer um pronunciamento, mas de fazer um apelo com relação a outro setor da economia que também se mostra muito vulnerável, que é o setor agrícola nordestino.

Temos que discutir a situação desse setor, que depende, não diria que única e exclusivamente, da Medida Provisória nº 285, que está tramitando no Congresso Nacional, mas que depende de alguma maneira dela para que possa reabilitar-se. Os produtores rurais continuam na expectativa de que, em vez de termos mais um projeto aprovado pelo Congresso e vetado, sobre a renegociação das dívidas agrícolas, tenhamos aqui um amplo acordo entre produtores e Governo para que possamos tranquilizá-los.

Afinal de contas, o que desejam esses produtores rurais com relação a esses débitos que já foram aprovados?

O projeto apresentado pelo Deputado Federal Nélcio Dias foi aprovado, por unanimidade, na Câmara dos Deputados, veio para esta Casa, onde foi aprovado por unanimidade, mas terminou sendo vetado.

O Governo envia uma medida provisória. Não é possível, Sr. Presidente, que aconteça um ciclo vicioso: o Governo manda o projeto, as duas Casas do Congresso o aprovam por unanimidade, e o Governo o veta.

É preciso sensibilidade principalmente para dois pontos que considero fundamentais e para os quais chamaria a atenção desta Casa. O primeiro diz respeito à amplitude dos débitos. O Governo não quer aceitar

que a renegociação ocorra sobre todos os débitos, do Pesa, do BNDES, sobre os débitos securitizados. Ficando de fora esses débitos, vamos ter uma renegociação capenga, de faz-de-conta, como diz a Senadora Heloísa Helena. Vamos ter uma renegociação inócua, absolutamente inócua.

Por outro lado, como chamou a atenção o Senador Antonio Carlos Valadares, se o limite dos débitos não ultrapassa os R\$50 mil, se não chega ao menos aos R\$200 mil, como dizia o Senador, só vamos ter 20% dos débitos beneficiados pela renegociação.

Sr. Presidente, sei que a matéria está entregue à competência do Senador Fernando Bezerra, que é novamente o Relator, com a ajuda valiosa do Senador César Borges, com a vigilância da Senadora Heloísa Helena. São Senadores que estão à frente novamente. Essa luta vem de longe. No meu primeiro mandato como Senador – já estou no segundo –, participei de uma CPI do endividamento rural, que fez um amplo levantamento. Já naquela oportunidade, fazia essas mesmas propostas.

Sei que V. Exª está preocupado com o tempo da sessão...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– De maneira alguma. É um prazer ouvir V. Exª.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Muito obrigado pela atenção.

Quero deixar aqui o meu apelo no sentido de que se faça valer nesta Casa o bom senso.

É uma questão, Sr. Presidente, de bom senso, de sensibilidade para com um setor tão sacrificado pela falta de chuvas, por todo um quadro complexo e dramático que muitas vezes se apresenta na nossa região Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Exª, Senador Garibaldi Alves, pela propriedade da fala, pelo conhecimento e pela dedicação.

Quero também dizer a V. Exª que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária agendou discussão sobre o assunto para a próxima quarta-feira, tendo como tema o projeto que vem da Câmara, com a presença do Senador Fernando Bezerra, e também as medidas recentemente anunciadas pelo Governo Federal.

Em seguida, como último orador inscrito, passo a palavra ao Senador Leonel Pavan, representante da nossa bela e Santa Catarina.

Aproveito a oportunidade para prorrogar esta sessão por sete minutos para oportunizar a fala a V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Flávio Arns, V. Exª, que é um Senador do Paraná,

pode realmente falar com muito orgulho sobre a bela e Santa Catarina. É mais ou menos neste tema que vou entrar.

Bela e Santa Catarina, um dos principais Estados exportadores do Brasil. É o sexto em exportação e o sétimo em arrecadação do Brasil. A expressão “bela e Santa Catarina” enche de orgulho não apenas aos catarinenses, mas a todo o sul do Brasil. Dificilmente vou conseguir tratar do tema da forma que eu gostaria em função do tempo de que disponho.

O Estado de Santa Catarina possui, sem falsa modéstia, encantos inquestionáveis, compartilhados com os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. É precisamente nesse contexto que se insere o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Sul do Brasil – Prodetur Sul.

Esse programa, que também abrange o Estado do Mato Grosso do Sul, é inspirado na bem-sucedida experiência com a região Nordeste.

Os Estados nordestinos, juntamente com o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, receberam um total de US\$670 milhões de 1994 a 1999, no que ficou conhecido como Prodetur Nordeste I – já estão no quinto ou sexto. A segunda etapa desse programa iniciou-se em 1999, com a previsão de término em 2007, com recursos da ordem de US\$600 milhões.

No Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste e em outras regiões tudo funciona. E nós, no sul do Brasil, Senador Flávio Arns? As riquezas do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul fazem parte do Brasil.

Vou agora me referir especificamente ao meu Estado. Os problemas que afligem meu Estado, se forem criados ou se surgirem, afetam a economia do nosso País.

Estou fazendo um pronunciamento que penso que o Governo do Estado de Santa Catarina deveria fazer. O Governo do Estado de Santa Catarina deveria amassar barro, bater na porta do Presidente e dos Ministérios e exigir que o Prodetur Sul seja liberado para o nosso Estado.

Eu não sei por que não conseguimos avançar. Tivemos um brilhante Secretário de Lazer de Santa Catarina, Gilmar Knaesel, que se destacou nessa Secretaria. Ele é Deputado Estadual. Foram elaborados todos os projetos necessários e enviaram todos os documentos necessários para Curitiba, no Paraná, para que fossem liberados os recursos para Santa Catarina.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu não sei por que eles não atendem nosso Estado, com tantas riquezas que temos.

Santa Catarina somente tem 10% de saneamento. Estão tapando o sol com a peneira, porque, investir em infra-estrutura, para mim, é investir em saneamento. Não se investindo em saneamento, não se investe nem nas pessoas, não se investe em turismo, e não é possível falar em turismo se não houver segurança, se não houver sinalização, se não houver investimento em saneamento.

E falamos em Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Esse é o tema! Isso é moderno, é importante para o Brasil, para o Estado do Paraná, para a região Sul e muito mais para o meu Estado de Santa Catarina. Todavia, o Governo, Senador Flávio Arns, não nos atende, não olha Santa Catarina como um Estado de grande importância para o País, embora o seja, e vira as costas para o Estado.

Temos discutido a questão do saneamento, da infra-estrutura, da saúde, das pessoas há muito tempo e diariamente nesta Casa. Esse recurso é do BID. São empréstimos, não doações. Não se trata de doação do Governo. Basta a vontade política do Presidente.

Este pronunciamento é amplo, meu querido Presidente. E até vou deixar para discuti-lo numa próxima oportunidade, já que V. Ex^a está para encerrar a sessão.

Não dá para admitir que Santa Catarina fique esquecida, assim como Mato Grosso, do Prodetur Sul.

Desde 1994, o Norte e o Nordeste estão levando US\$1,3 bilhão; e nós, nada. Nós produzimos. Se somos a galinha dos ovos de ouro, o Governo não pode estrangulá-la. Deve alimentá-la, deve fazer com que possamos continuar crescendo para o nosso País.

Ficam este nosso pronunciamento e o pedido ao Governo Federal para que libere não os recursos do Governo Federal, não os recursos do Orçamento, que não libera nunca, mas que atenda aos projetos tão bem feitos pelo meu Estado, a fim de que possamos também usufruir dos recursos do BID, que serão devolvidos no futuro, que serão pagos novamente – trata-se de empréstimo –, para podermos investir no turismo sustentável do nosso Estado e do nosso Sul do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço ao Senador Leonel Pavan e associo-me a S. Ex^a nesse pronunciamento que é fundamental para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Enalteço também o Estado de Santa Catarina, que tem na beleza e na hospitalidade do povo marcas registradas para o desenvolvimento de uma área tão fundamental para o Brasil que é o turismo.

Vou abrir uma exceção e prorrogar a sessão até às 20 horas, para que o Senador Flexa Ribeiro, que esteve presente durante todo o período, possa ocupar a tribuna. Encareço a S. Ex^a o respeito aos cinco minutos.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, agradeço a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Presidente Flávio, obrigado pelo elogio ao nosso pronunciamento. V. Ex^a sabe da importância daquilo que falamos para o sul do Brasil – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Obrigado.

Desculpe-me, Senador Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Parabéns a V. Ex^a e ao povo de Santa Catarina.

Recomeça o tempo do Senador Flexa Ribeiro, que está ocupando a tribuna.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Senador Flávio Arns, que preside a sessão, agradeço a V. Ex^a a generosidade de me conceder alguns minutos para que eu possa falar ao povo do meu querido Pará.

Desejo, nesta oportunidade, divulgar duas notícias que interessam ao Pará. Primeiro, lamento que ontem não tenha havido audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, onde trataríamos, Senador Flávio Arns, da regulamentação da famosa Lei Kandir, que precisa ser regulamentada ainda neste ano de 2006, porque ela se extingue. Os Estados hoje exportadores, que são 21 dos 27 – 26 Estados e o Distrito Federal da Nação brasileira –, precisam ter os seus valores do ICMS não cobrados na exportação ressarcidos pela União.

Lamentavelmente, à audiência que teria sido realizada ontem na CAE os representantes do Governo Federal não compareceram, os representantes do Ministério da Fazenda. Estiveram presentes o Governador Simão Jatene, do Estado do Pará, o representante do Governador Cláudio Lembo, de São Paulo – e não compareceram outros três Governadores convidados.

Por total incapacidade de se discutir a questão, o Presidente da CAE, Senador Luiz Otávio, adiou aquela audiência para o próximo dia 20 de junho, daqui a três semanas.

Neste instante, quero usar a TV Senado para reiterar os convites a essas personalidades, para que os representantes do Governo Federal possam se deslocar dos seus gabinetes, próximos ao Senado, e vir à reunião da CAE, para que possamos iniciar o debate sobre a Lei Kandir, que deve estar regulamentada até o final deste ano. Constitucionalizada ela já o foi. Ela precisa ser regulamentada de uma

vez por todas, para que não tenhamos que ficar, a cada ano, a mercê de alocarmos no Orçamento Geral da União recursos para atender precariamente os Estados exportadores.

Necessário se faz usar os recursos arrecadados pelo Governo Federal por meio das importações, os recursos que são advindos do Imposto de Importação e do IPI da importação para valorizar as exportações, que sustentam a balança comercial brasileira. Aí, sim, de uma vez por todas, todos os Estados poderão ter a sua ação voltada ao incremento das exportações.

O outro assunto que trago ao conhecimento dos nossos amigos e amigas do Estado do Pará é sobre a audiência pública que tivemos hoje na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal. Nessa audiência pública efetivada por requerimento da Senadora Ana Júlia, estivemos juntos para discutir, lamentável e novamente, a questão do atendimento, por parte do Ibama, dos planos de manejo sustentável em todo o Estado do Pará e, em especial, no oeste do nosso Estado.

Desde fevereiro do ano passado, 2005, exaustivas reuniões têm sido feitas, envolvendo Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Ibama, Incra e setor produtivo do Estado, na tentativa de se conciliarem interesses e de fazer com que o setor madeireiro, que é de substancial importância para a economia do Estado do Pará, possa ter condições de sustentação.

Hoje tive a grata satisfação de ouvir uma declaração da própria Senadora Ana Júlia, que está me solicitando um aparte – e já concederei. Disse S. Ex^a, na Comissão, que temos divergências políticas, mas que construímos uma ponte que vai nos unir, e que viria à tribuna cobrar do Governo Federal que tomasse medidas efetivas e eficazes no sentido de que esse procedimento, pelo Ibama, se verificasse.

Já foi assinado um TAC – desde setembro, se não me falha a memória, ou junho –, que era exigido pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério do Meio Ambiente pelo Incra e pelo Ibama. Lamentavelmente, o Diretor do Ibama, Antônio Carlos Hummel, disse – fazendo com que o rabo balance o cachorro; no caso, o diretor balançando o Presidente do Ibama, Dr. Marcus Barros – que não assina nenhum TAC porque entende – dizia ele naquela ocasião, por premonição, e que, lamentavelmente, ocorreu – que seriam novas áreas de conservação criadas naquela região.

Senadora Heloísa Helena, lamentamos que isso tenha ocorrido, não pela criação das áreas de preservação, mas por terem sido criadas de Brasília

em relação ao nosso Estado sem que se tenha sido considerado o zoneamento econômico e ecológico aprovado há mais de dois anos, por unanimidade, pela Assembléia Legislativa do Estado do Pará. É impossível que o Governo Federal legisle sobre uma área no Estado do Pará sem ouvir os interesses do Governo do Estado, que representam os interesses do povo paraense.

Eram essas, portanto, as duas notícias que gostaria de trazer a esta Casa, Senador Flávio Arns.

Posteriormente, farei um pronunciamento a respeito da nossa Basílica de Nazaré, que todos os paraenses e todo o Brasil conhecem, que guarda em seu bojo a imagem sagrada da Virgem de Nazaré. A Basílica foi elevada a Santuário: Santuário de Nazaré, hoje, 31 de maio.

Saúdo a todo o povo paraense devoto de Nossa Senhora de Nazaré e parabeno a Arquidiocese de Belém por termos agora o Santuário de Nazaré para que a devoção à Virgem não se faça somente por ocasião do Círio, da procissão em homenagem à Virgem, que acontece no segundo domingo de outubro...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concluo, Sr. Presidente.

Que a devoção à Virgem não se faça apenas no segundo domingo de outubro, mas por todo o ano, em homenagem e devoção à Virgem de Nazaré.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, concederei um breve aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – É muito breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Peço, então, que o aparte seja a conclusão do pronunciamento de V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro. Posteriormente, concederei um minuto a V. Ex^a, para concluir. Há um acordo de não haver apartes nas falas, mas, como estamos no final da sessão, V. Ex^a tem o aparte.

A Sr^a. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Foram audiências importantes para o Estado. Não vou comentar sobre o meio ambiente porque não há tempo, mas gostaria apenas de colocar que sei que não foi nenhum tipo de desinteresse a audiência pública na CAE. Discutimos, e menos de uma semana antes já havia sido aprovado o requerimento. Até os convites serem expedidos e chegarem... As pessoas têm agendas. Tanto que não foi apenas o Secretário de Política Econômica que não veio; três governadores não vieram. V. Ex^a sabe que temos todo o interesse no assunto. Apresentei inclusive

um projeto a esse respeito. O Governo também tem interesse em resolver de vez a questão, e não com medidas paliativas. A essência do problema está na aprovação da Lei Kandir. Quando foi aprovada a Lei Kandir, exatamente no Governo de Fernando Henrique Cardoso, os Governadores, inclusive o do Pará, o ex-Governador Almir Gabriel, não chiaram, todos consideraram boa a medida. Eram todos do PSDB. E, na verdade, é um desastre. Como agora o Governo não é mais do PSDB, tem chiadeira. Essa é uma questão que precisa ser resolvida, até porque o nosso Estado é um dos que mais perde recursos. O pensamento de se criar um fundo em que se pague o ICMS, e o próprio fundo possa ressarcir as empresas, é melhor para que os Estados não percam recursos.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – V. Exª me permite um aparte, Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não, Senadora Heloísa Helena.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Flexa Ribeiro, como o meu Estado de Alagoas também é vítima dessa política e como, graças a Deus, nem fui da base de bajulação de Fernando Henrique nem sou da base de bajulação do Lula, eu me sinto muito à vontade em fazer a condenação do Governo Fernando Henrique e a condenação do Governo Lula. Quando não concordamos com algo feito no passado, temos que dizer. O Estado brasileiro não é uma caixinha de objetos pessoais de partido nenhum, nem da direita nem da esquerda, nem de honesto nem de desonesto. Não é. É exatamente por isso que quem assume o Governo tem a obrigação de corrigir. Mais ainda: o Governo Lula tinha a obrigação de corrigir. Eu era Líder do PT na época, por isso eu me sinto à vontade para criticar os dois Governos, Lula e Fernando Henrique. Se eu tivesse criticado o Governo Fernando Henrique e me omitisse diante do Governo Lula, perderia a autoridade moral. Por isso digo que quem assume a chefia do Estado brasileiro tem a obrigação de saber o que é ruim para o Brasil. Tudo bem que a balança comercial é importante, a exportação é importante, mas se é lesivo ao interesse público e ao interesse dos Estados brasileiros... E não é só a Lei Kandir. O atual Governo tinha a obrigação. No passado, nós nos comprometemos a alongar o perfil da dívida pública brasileira. A Lei Kandir estoura mais ainda nos Estados porque o Governo Lula não teve a coragem de alongar o perfil da dívida pública, de diminuir o comprometimento da receita líquida real de Estados e Municípios a fim de potencializar os investimentos em infra-estrutura, que dinamizam

a economia local, geram emprego e renda, além da democratização das políticas sociais. Portanto, a obrigação do atual Governo não é repetir a farsa técnica e a fraude política do Governo passado, mas modificar, porque é para isso que serve o processo eleitoral e os compromissos que assume em campanha. Espero que o atual Governo, em vez do oportunismo, da demagogia eleitoralista – porque seria o melhor tapa na cara que poderia dar ao Governo Fernando Henrique –, altere a lei, corrija o que o passado fez. Mas a partir do momento em que permanece nos erros do passado, perde a autoridade moral até de condenar. Eu condeno o passado e o atual.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço às Senadoras Ana Júlia Carepa e Heloísa Helena.

Com a generosidade do Senador Flávio Arns, concluo, Senadora Ana Júlia Carepa, dizendo que o conhecimento da área macroeconômica e da área econômica é complicado. Nós temos que entender que a criação da Lei Kandir, há dez anos, em uma paridade do real para o dólar de um para um...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Indago a V. Exª se um minuto é suficiente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Está bem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Na paridade do real para o dólar de um para um, em um mercado internacional deprimido, com a balança comercial negativa, um cenário completamente diferente do que temos hoje, era necessário criar uma lei que desonerasse os semi-elaborados e os produtos primários dos impostos na exportação, para aquecer as exportações brasileiras.

Os Estados brasileiros atenderam aquela solicitação com um espírito de brasilidade. Mas havia, como houve no início, a transferência compensatória da União, daqueles recursos não recebidos.

Lamentavelmente, hoje o cenário é completamente diferente. E a Senadora Heloísa Helena tem razão quando diz que este Governo não sabe corrigir e fazer os ajustes necessários. E quando o faz, erra...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E não coloca o Brasil no caminho do desenvolvimento. É preciso rever a Lei Kandir sim, porque a economia hoje é completamente diferente daquela de dez anos atrás.

Agradeço a generosidade e encerro, Senador Flávio Arns.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– V. Ex^a sabe que ela está sendo revista.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro e os apartes das Senadoras Ana Júlia Carepa e Heloísa Helena.

Registro, para o Senado Federal e para o Brasil, que na sessão de hoje ocuparam a tribuna 29 Sr^{as} e Srs. Senadores, expondo as idéias e os projetos a favor de um Brasil que todos nós desejamos que seja soberano, desenvolvido e principalmente justo com todos os seus cidadãos.

Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 630, DE 2006

Senhor Presidente,

Tendo sido indicada para participar do XXI Encontro Del Parlamento Cultural de Mercosul – PARCUM (Parlamento Cultural do Mercosul), no período de 8 a 10 de junho de 2006, na cidade de Buenos Aires, Argentina, venho solicitar, nos termos do inciso II, **a**, do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 7 a 11 de junho de 2006.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senadora **Íris de Araújo**.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– O requerimento lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Os Srs. Senadores Alvaro Dias, João Tenório, Juvêncio da Fonseca, João Batista Motta, Flexa Ribeiro, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Papaléo Paes e Luiz Pontes enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de solicitar a V. Ex^a a transcrição na íntegra, nos Anais desta Casa, do artigo publicado no **Jornal do Brasil**, intitulado “O Brasil da utopia de Lula”, edição do dia 31 de maio de 2006, de autoria do jornalista Villas-Bôas Corrêa, decano dos articulistas da imprensa brasileira.

A utopia que reveste a propaganda oficial, tônica maior do *marketing* do atual governo, imagina ser capaz criar um mundo de “faz de conta” no qual a população é instada a delirar com feitos e obras que nunca existiram.

Nesse contexto, considero lapidar trecho do referido artigo jornalístico que passo a reproduzir a seguir: “O presidente-candidato quando liga a amnésia seletiva olha mas não vê, de nada sabe do que não quer saber e só ouve a melodia da reeleição, deve estar orgulhoso do marqueteiro que seguiu o modelo de comunicação do governo que pede o voto de gratidão do povo pelo muito que recebeu em três anos e meio de fartura, segurança e plena felicidade, “como este país jamais teve”.

A utopia disseminada por intermédio do *marketing* dos recursos e efeitos especiais, a pirotecnia da gestão do Presidente Lula, pode ser dimensionada quando o articulista do **Jornal do Brasil** escreve: “A acreditar no marqueteiro desconhecido não há buracos nas estradas nem pontes desmoronadas ou fechadas, com filas de caminhões e veículos parados durante dias e semanas. Nas cidades policiadas, limpas, organizadas, a população desfruta o alto padrão de vida que o resto do mundo inveja.”

Não resta dúvida de que a gestão do Presidente Lula será identificada como um período no qual o ilusionismo e as falsas promessas pontificaram.

Como segundo assunto, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “Governo quer usar obra suspensa em publicidade na TV”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 15 de maio do corrente.

A matéria mostra que o Presidente Lula pretende fazer propaganda com verba pública enaltecendo os investimentos que teriam sido feitos na transposição do rio São Francisco. Ocorre que o Presidente Lula não conseguiu sequer tirar a obra do papel durante seu mandato. Segundo informa a matéria, “a transposição do rio foi suspensa por liminar concedida pela Justiça e, desde o final de 2005, aguarda uma decisão do STF”.

O governo corre para lançar a propaganda antes da data que a legislação eleitoral manda suspender a publicidade chamada institucional, para tentar, de qualquer maneira, angariar mais alguns votos para a campanha do Presidente Lula à reeleição.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasil da utopia de Lula

renata borja

ANTES QUE SEJA TARDE demais, quero recuperar a surpresa e o enlevo que me embalaram na viagem pelo país das maravilhas criado pelo genial marqueteiro da campanha do presidente candidato Lula, que botou num chinelo os truques do expêlido Duca Mourão no último programa do PT, pendurado no privilégio do horário gratuito de propaganda dos partidos, pago com a punção no nosso bolso.

Mas, se o Duda brilhava pela imaginação, com chispas inesquecíveis como a da imagem de centenas de mulheres grávidas, caminhando na praia na direção da câmera para anunciar a chegada do futuro, da milionária campanha de Lula que resgatou a amargura de três derrotas com a vitória que deságua na tentativa do bis, o seu ainda anônimo sucessor na reta da celebridade recria um país mágico, que raspa na tapeação de apagar o lado ruim, o feio, os fracassos, para mostrar o Brasil do mais delirante otimismo, a estufar o peito na confiança e frente do grupo dos grandes ditando.

E de cair o queixo, de arregalar os bugalhos que se negam a acreditar no que estão vendo. E não se pode falar em falsificação de imagens ou dos números que desfilam na parada dos êxitos miraculosos, dos três anos e meio do primeiro mandato.

No balé dos índices das estatísticas oficiais, os nove milhões que matam a fome crônica, a miséria com a dis-

tribuição das cestas básicas no abre-alas da ova-ova, misturam em frenética velocidade os flagrantes de crianças com a pele polada nos ossos, olhos fundos da anemia, catando no lixo a podridão da única refeição possível, com a pobreza assistida pela fartura da oferta dos gêneros essenciais para a mesa dos eleitos pela plena assistência do governo.

Apenas o aperitivo na meia hora de deslumbramento com a revelação do

O marqueteiro do Lula apagou as manchas que pareciam indelévels do recorde absoluto de escândalos da corrupção

país prometido e realizado. Obras nunca feitas pelos governos de notória incompetência agora constroem a estrutura do novo modelo de primeiro mundo. Portos, ferrovias, rodovias tecem o emaranhado da comunicação entre as fontes produtoras e consumidoras, com o largo atendimento das necessidades das exportações.

E, por toda parte, o mesmo cenário: a ventura de um povo feliz, contente no governo atento à perfeita assistência da saúde, no vigor do pleno atendimento sem filas nos postos e hospitais públicos.

A rede escolar recruta alunos em

todos os graus para as vagas que sobram em estabelecimentos modelares, que humilham os brizolões criados pela genialidade de Darcy Ribeiro, no governo do falecido ex-aliado, governador Leonel Brizola.

Tão ou mais fantástico do que o passeio pela ficção fornecida como realidade é o que fica esquecido sem que se perceba. Jamais falta no repertório clássico dos circos, o mágico que encerra no caixote de madeira o pobre diabo condenado a morrer trespassado pelas espadas enfiadas nas brechas da madeira. Quando aberta a caixa, dele não há sinal. Sumiu, virou fumaça, para reaparecer, lampeiro e serelepe, no meio do público.

Mas, isso é pura tapeação do eterno feitiço dos picadeiros. O marqueteiro do Lula apagou — como quem celeta a frase torta — do largo panorama da paisagem brasileira renovada pelo presidente que pede o seu voto, as manchas que pareciam indelévels do recorde absoluto de escândalos da corrupção: nem uma palavra ou imagem das CPIs que furaram o saco podre do mensalão e do caixa 2 e que foram denunciados pelo Procurador Geral da República como trapas de uma quadrilha que operou pelos esconços do Palácio do Planalto. Nada sobre a sucessão de rebeliões nos presídios de São Paulo e de outros estados ou sobre a vergonha das penitenciárias e cadeias transformadas em jaulas onde se aman-

toam seres humanos expulsos da sociedade.

A acreditar no marqueteiro desconhecido não há buracos nas estradas, nem pontes desmoronadas ou fechadas, com filas de caminhões e veículos parados durante dias e semanas. Nas cidades policiadas, limpas, organizadas, a população desfruta o alto padrão de vida que o resto do mundo inveja.

No programa do PT não se falou na crise de corrupção que derrubou lideranças e rachou a legenda com a saída dos que fundaram o PSOL e acabam de lançar a candidatura da senadora Heloísa Helena à sucessão de Lula.

Os decaídos foram misericordiosamente esquecidos no vale onde perambulam como almas penadas o extinto poderoso Antônio Palocci; o que já foi virtual presidente em exercício, José Dirceu; o falante que perdeu a língua José Genoino e mais o bando dos duendes de segunda classe confundidos com os delírios, os marco-aurelios e o bloco petista dos escorraçados dos cargos públicos.

O presidente-candidato quando liga a amnésia seletiva olha mas não vê, de nada sabe do que não quer saber e só ouve a melodia da reeleição, deve estar orgulhoso do marqueteiro que seguiu o modelo de comunicação do governo que pede o voto de gratidão do povo pelo muito que recebeu em três anos e meio de fartura, segurança e plena felicidade, como este país jamais teve.

Propaganda oficial dirá que administração Lula fez investimento pesado na transposição do rio São Francisco, suspensa em 2005

Governo quer usar obra suspensa em publicidade na TV

DOCUMENTO A QUE SE
REFERE

MARTA SALOMON

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

No mês e meio que resta para fazer propaganda com verba pública antes da eleição de outubro, o governo tentará vencer resistências à grande obra com que Luiz Inácio Lula da Silva gostaria de marcar seu mandato no Planalto,

mas não conseguiu tirar do papel: a transposição do rio São Francisco. Uma das três campanhas nacionais programadas até 30 de junho dirá que o governo fez "investimentos pesados" na revitalização do rio.

Alvo de uma disputa por investimentos públicos por parte dos Estados por onde o São Francisco passa, sobretudo a Bahia, a transposição do rio foi suspensa por liminar concedida pela Justiça e, desde o final de 2005, aguarda uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal).

"O tempo de decidir é da Justiça", disse o ministro interino da Integração Nacional, Pedro Brito. Depois de sucessivos adiamentos, o governo desistiu de traçar novos cronogramas para a obra.

A indefinição da Justiça mantém suspensa a superlicitação de R\$ 3,3 bilhões para a construção da primeira etapa da obra, projetada para levar parte das águas do São Francisco para quatro Estados do Nordeste — Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba — por meio de canais de concreto.

Prevista inicialmente para meados do ano passado, a licitação abriria caminho para o maior negócio do governo Lula.

Antes da data em que a legislação eleitoral manda suspender a publicidade chamada institucional, que cuida da imagem do governo, serão divulgadas outras duas campanhas com potencial de angariar apoio entre brasileiros mais pobres.

Uma delas propagandeará a suposta redução de preços de materiais de construção, que teria resultado da queda de impostos no setor. A outra campanha, prevista para junho, terá como tema o Bolsa-Família, programa que paga entre R\$ 15 e R\$ 95 para as famílias com renda mensal de até R\$ 120 por pessoa.

Regra do jogo

A legislação eleitoral manda suspender a publicidade institucional em 30 de junho. A partir dessa data, esse tipo de propaganda só será veiculada com autorização prévia do Tribunal Superior Eleitoral, em casos de "grave e urgente" necessidade pública.

Até a última quarta-feira, já haviam sido comprometidos na publicidade que cuida da imagem do governo R\$ 52,2 milhões, dos quais R\$ 8,2 milhões haviam sido pagos. O valor não inclui os gastos das empresas estatais.

O programa de obras de revitalização e recuperação do rio São Francisco, um dos mais adiantados do Ministério da Integração Nacional neste ano, havia comprometido para gastos R\$ 366 mil, dos quais R\$ 266 mil foram pagos até 10 de maio.

Mesmo barrada pela Justiça, a obra de integração do rio São Francisco custou aos cofres públicos no ano passado R\$ 98,4 milhões. Outros mais de R\$ 300 milhões foram comprometidos em gastos com os preparativos da obra, mas ainda não haviam sido pagos até a última quarta-feira.

Só com indenizações a famílias desapropriadas para a futura passagem dos canais, foram investidos R\$ 38,3 milhões, dos quais R\$ 891 mil já foram pagos.

A campanha programada para ser veiculada até o final do mês lançará mão dos investimentos feitos em revitalização do rio pela estatal Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba).

Já a campanha do Bolsa-Família dará destaque aos direitos e deveres dos beneficiários do programa, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social.

Até o final de junho, a Secom (Secretaria de Comunicação) também pretende concluir as campanhas regionalizadas, destinadas a divulgar ações do governo federal em mais 15 Estados.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Mantega fecha equipe com crítico do BC” publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 23 de maio deste ano.

A matéria, das jornalistas Juliana Sofia e Sheila D’Amorim, destaca declaração do Ministro Guido Mantega de que o novo Secretário de Política Econômica do governo, indicado por ele, está em harmonia com o Banco Central, muito embora o governo veja tal indicação com “desconfiança”, pois o novo secretário é um crítico da política econômica, especialmente do BC.

Sr. Presidente, requiro que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Mantega fecha equipe com crítico do BC

Ministro diz que novo secretário, ele próprio e o Banco Central estão em “harmonia” e que “remam na mesma direção”

Júlio Gomes de Almeida,
ex-diretor do Iedi, assume
área de Política Econômica;
para ministro, é “ótimo”
que empresariado aprove

**JULIANNA SOFIA
SHEILA D’AMORIM**
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, concluiu ontem a formação de sua equipe no ministério e nomeou Júlio Sérgio Gomes de Almeida, ex-diretor do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), para a Secretaria de Política Econômica, como antecipou ontem a coluna “Mercado Aberto”, desta **Folha**.

Com a escolha, o ministro quis dar uma clara sinalização ao empresariado de que sua pasta estará mais alinhada com as demandas do setor produtivo, segundo a **Folha** apurou.

Para a PCFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), foi nomeado o procurador e ex-secretário-executivo-adjunto do Ministério do Planejamento, Luiz Inácio Adams, e para a Secretaria de Acompanhamento Econômico foi confirmado o nome de Marcelo Barhosa Saintive, que vinha ocupando o cargo interinamente.

“Eu não quero agradar a um segmento ou outro. Mas, se is-

so [nomeação de Gomes de Almeida] agrada ao empresariado ou não, se há coincidência, ótimo. Júlio Sérgio tem o perfil adequado e a experiência necessária”, declarou o ministro ao anunciar os novos nomes.

A Fazenda nega que a nomeação tenha sido indicação dos empresários.

A escalção do economista foi mais um passo do ministro para se aproximar do setor produtivo em um ano eleitoral em que o apoio do empresariado pode contribuir para reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

Na sexta-feira, em almoço na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mantega chegou a ser questionado sobre de qual lado estaria na condução da economia e, segundo relatos de participantes do encontro, teria afirmado: “Estou do lado da produção”.

Apesar de nunca terem trabalhado juntos, Gomes de Almeida foi recomendado por pessoas próximas de Mantega, como o economista Luiz Gonzaga Belluzzo.

Gomes de Almeida foi da equipe de Belluzzo na gestão de Dilsen Funaro no Ministério da Fazenda, na década de 80.

O ex-diretor é conhecido pelos duros ataques ao Banco Central nos quais critica a política de juros altos e classifica de pouco eficazes as intervenções

ESTADÍSTICAS

Governo vê indicação com ‘desconfiança’

KENNEDY ALENCAR
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Setores do governo e da própria equipe econômica reagiram com “desconfiança” à indicação do economista Júlio Sérgio Gomes de Almeida para a Secretaria Especial de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Ex-diretor-executivo do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), Gomes de Almeida é um crítico da política econômica, especialmente do BC. Sua nomeação, feita por Guido Mantega (Fazenda) como chefe do setor produtivo, poderá alimentar a divi-

são na equipe econômica, especialmente a respeito da trajetória de queda dos juros básicos da economia, a Selic.

“Vamos esperar para ver” foi a reação, num tom de desconfiança, de um membro da equipe econômica ao saber da confirmação de Gomes de Almeida, indicação antecipada ontem pela **Folha**.

Um auxiliar direto de Lula demonstrou surpresa ao saber da escolha do ministro da Fazenda. Esse auxiliar disse que o economista é o maior crítico da política econômica do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci Filho a integrar o governo.

Os “desconfiados” esperam que, uma vez no governo, o economista modere o discurso que fazia quando representante de um entidade defensora dos interesses do setor produtivo.

no câmbio. Ontem, Mantega tentou apaziguar a situação e disse ser natural que economistas, quando estão fora do governo, tenham mais liberdade para falar. “Eu, ele e o Banco Central queremos que os juros caiam. Remamos todos na

mesma direção. (...) Estamos todos harmonizados.”

Mantega afirmou que a missão de Gomes de Almeida será pensar o futuro do país. De imediato, o novo secretário participará das discussões sobre o pacote agrícola.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria do jornal **Correio Braziliense**, publicada no último dia 12 de maio do corrente. O título da referida matéria é “Silvinho diz que era mero ‘tarefeiro’”.

A matéria comenta o depoimento de Sílvio Pereira à Polícia Federal. O mesmo que disse “Foi o desabafo de uma angústia e de uma aflição”, que era “cria e fundador do PT”, sustentou não conhecer nenhum detalhe do esquema de corrupção atribuído ao publicitário Marcos Valério.

CRISE ÉTICA

Em depoimento à PF, ex-secretário-geral do PT nega influência no governo, indicações para estações e apadrinhamento de empresas. Para policiais, ex-petista deu entrevista para pressionar partido

Silvinho diz que era mero “tarefeiro”

LETÍCIA SANDER
E MARCELO ROCHA
DA EQUIPE DO CORREIO

Afastado do PT em razão das denúncias de envolvimento no escândalo do mensalão, o ex-secretário-geral do partido Sílvio Pereira tenta passar uma imagem de que era um mero cumpridor de tarefas. Em depoimento ontem à Polícia Federal, um dia depois do confuso interrogatório na CPI dos Bingos, Silvinho, como é conhecido, negou que tivesse poder de decisão dentro do governo federal e disse que não apadrinhou empresas nem indicou pessoas para ocupar postos em estatais.

“Ele não tinha nenhuma participação na distribuição de cargos, era um tarefeiro do PT. Ele não indicava pessoas, não demitia, nem admitia. Só fazia a triagem de nomes. Não tinha influência e procurava não ter. Ele era dirigente do PT, mas não era dirigente do país”, afirmou, ao deixar a PF no final da manhã, o advogado Ilerê Bandeira de Melo. À tarde, Sílvio foi à Procuradoria da República no Distrito Federal para prestar mais esclarecimentos. Às 15h, ele começou a ser ouvido pelos procuradores Bruno Accioly e José Alfredo de

Paula, que investigam contratos firmados pelos Correios com prestadores de serviços. Até as 23h30 de ontem, o depoimento não havia terminado.

Sílvio Pereira foi chamado na Polícia Federal em razão de entrevista concedida por ele ao jornal *O Globo*, na qual afirmou que o empresário Marcos Valério Fer-

Diante das contradições, a Polícia Federal avaliou que Sílvio tentou por meio da entrevista pressionar os ex-companheiros petistas que o abandonaram.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

nandes de Souza tinha a intenção de arrecadar R\$ 1 bilhão em negócios escusos. Um deles consistiria na omissão do governo para facilitar a ação do empresário, que pretendia obter ganhos fraudulentos com os bancos Econômico, Mercantil de Pernambuco e Opportunity. A PF estava interessada em saber se no R\$ 1 bilhão estariam embutidos recursos desviados dos contratos firmados entre os Correios e empresas privadas.

Pressão sobre PT

O ex-secretário-geral do PT, porém, disse à polícia que concedeu a entrevista ao jornal por se sentir abandonado pelo PT. “Foi o desabafo de uma angústia e de uma aflição”, afirmou ele. “Eu estava em estado emocional abalado”, completou. Sílvio, que disse ser uma “cria e fundador do PT”, reclamou em especial de não ter sido convidado para o encontro nacional do partido, há duas semanas. E sustentou desconhecer qualquer detalhe sobre o esquema de corrupção atribuído ao empresário Marcos Valério. Reafirmou que tirou a cifra de R\$ 1 bilhão de reportagem na imprensa. A PF avaliou que Sílvio tentou com a entrevista fazer uma pressão sobre

ex-colegas petistas.

Sílvio Pereira disse à PF que, no começo do governo Lula, cuidou de um banco de dados com nomes de petistas candidatos a cargos no governo, mas que fazia a triagem dos interessados. A decisão final era dos ministros e dos dirigentes das estatais. O ex-secretário revelou ainda que realizou o mesmo trabalho em relação aos indicados pelos partidos da base aliada, mas negou influência sobre elas.

O ex-petista negou também que tenha atuado como padrinho de empresas privadas que tinham contratos com os Correios, como a HHP e a Skymaster, conforme disse o ex-assessor da estatal Maurício Marinho, flagrado no ano passado recebendo propina de R\$ 3 mil. Sílvio admitiu, porém, ter se encontrado “uma única vez” com o dono da Skymaster, Luiz Otávio Gonçalves, no hotel Sofitel, em São Paulo. Segundo o relato de Silvinho, Gonçalves o assediava para ser recebido.

STF NOTIFICA MENSALAIROS

O ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal (STF), informou que parte dos denunciados no inquérito do mensalão já foi notificada para apresentar defesa. Eles moram em Brasília. “As notificações já tiveram início, sendo que alguns denunciados já as receberam”, informou. “A seguir, serão expedidas as cartas de ordem aos diversos estados, para que sejam notificados os denunciados com domicílio fora do Distrito Federal”, disse. Segundo o tribunal, alguns parlamentares marcaram, mas não foram encontrados. Ao todo, 40 pessoas foram denunciadas. Após notificadas, elas terão prazo de 15 dias para apresentar a defesa.

Biablablá

Silvio Pereira, durante o depoimento à Polícia Federal, ontem:

"EU ESTAVA EM ESTADO EMOCIONAL ABALADO. EU TINHA INGERIDO MEDICAMENTOS DE USO RESTRITO. AQUILO FOI O DESABAFO DE ANGÚSTIA E AFLIÇÃO, E A REPÓRTER SE APROVEITOU DESSE MOMENTO"

"EU SOU CRIA E FUNDADOR DO PT E NÃO FUI CONVIDADO PARA O ENCONTRO NACIONAL DO PARTIDO"

"EU ME BASEEI EM REPORTAGENS PUBLICADAS NA IMPRENSA PARA ME REFERIR AO R\$ 1 BILHÃO, E DESCONHEÇO SE OS CONTRATOS FIRMADOS PELAS EMPRESAS DE MARCOS VALÉRIO SERIAM UTILIZADOS PARA ARRECADAR O DINHEIRO"

No depoimento à CPI dos Bingos, na quarta-feira:

"NESSA ENTREVISTA QUE EU DEI, EU NÃO SEI ONDE ESTÁ A VERDADE. EU NÃO SEI O QUE É VERDADEIRO, O QUE NÃO É"

"NO ENCONTRO NACIONAL DO PT (HÁ DUAS SEMANAS), EU ME SENTI UMA PESSOA MORTA"

"EU ACREDITO QUE AQUILO QUE A JORNALISTA PUBLICOU FOI DITO POR MIM. MAS PODE TER COISAS QUE SEJAM VERDADEIRAS E COISAS QUE SEJAM CRIAÇÃO DA MINHA CABEÇA"

Governo rebate denúncia de achaque a banco

SANDRO LIMA
DA EQUIPE DO CORREIO

O ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, disse ontem, no Palácio do Planalto, que a executiva do banco Opportunity, Verônica Dantas, irmã de Daniel Dantas, "não é muito credenciada" para fazer críticas ao governo e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Verônica, atual diretora do banco Opportunity, afirmou, em depoimento a um juiz de Nova York, que o presidente Lula e os ex-ministros da Casa Civil José Dirceu e da Fazenda Antonio Palocci teriam tentado extorquir Daniel Dantas para conseguir recursos financeiros para o PT.

"Eu diria que a fonte não é muito credenciada, porque a resposta foi dada num processo nos Estados Unidos que o Daniel Dantas está sofrendo. Portanto, não é uma fonte que nos mereça respeito como qualquer fonte comum, um cidadão, uma cidadã. Não tem nenhum credenciamento para dar uma informação desse tipo", afirmou Genro, referindo-se a Verônica Dantas.

Segundo o ministro, a declaração de Verônica, de que o governo Lula tentou extorquir "dezenas de milhões de dólares" do banco Opportunity, não envolve o governo, mas sim o PT. "Não envolve o próprio governo, envolve uma relação, se-

gundo essa fonte, com o Partido dos Trabalhadores. Agora, o que parece estranho é que a última notícia sobre o assunto é que os pleitos do Opportunity não foram atendidos, foram duramente rejeitados pelo governo", afirmou o ministro.

Ataque à CPI

Tarso negou ainda que pedidos do Opportunity foram rejeitados pelo governo depois de suposta negativa de doação ao PT, segundo denunciou Verônica. "O presidente Lula, Dirceu e Palocci tiveram divergências (com Dantas)", mas, "para nós do governo essa informação não tem nenhuma credibilidade".

De acordo com o ministro,

"todas as fontes que atacam o governo começam a minguar e perder a credibilidade. É de passar. Agora, é uma irmã do Daniel Dantas nos Estados Unidos". Genro disse ainda que a CPI dos Bingos, no Senado, ainda em andamento, vem perdendo a sua eficácia e a capacidade de fazer investigações. A denúncia de Verônica Dantas foi apresentada à CPI dos Bingos pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), durante depoimento do ex-secretário do PT, Silvio Pereira. Virgílio apresentou um documento, assinado pelo advogado do Opportunity nos Estados Unidos, Philip C. Korologos, com trechos do depoimento de Verônica.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Nem paraguaio segue Lula no Mercosul”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** de 13 de maio deste ano.

A matéria confirma mais um episódio em que o governo do PT expõe sua fraca política externa: “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou absolutamente só no Mercosul, ao menos na hipótese de uma reunião de cúpula do bloco sul-americano com seus parceiros da União Européia, uma tradição das três

reuniões anteriores da cúpula maior, a dos europeus com o conjunto da América Latina/Caribe”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TENSÃO ENTRE VIZINHOS *Presidentes do Uruguai, Paraguai e Argentina não participam de reunião entre países do bloco e a UE*

Nem paraguaio segue Lula no Mercosul

DO ENVIADO ESPECIAL A VIENA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou absolutamente só no Mercosul, ao menos na hipótese de uma reunião de cúpula do bloco sul-americano com seus parceiros da União Européia, uma tradição das três reuniões anteriores da cúpula maior, a dos europeus com o conjunto da América Latina/Caribe.

Primeiro, foi o uruguaio Tabaré Vázquez que anunciou que cruzaria todo o Atlântico, atravessaria meia Europa, mas só ficaria para a grande cúpula, não para a do Mercosul-UE.

Depois, foi a vez do paraguaio Nicanor Duarte Frutos, que tomou decisão idêntica. Aí, naturalmente, Néstor Kirchner, da Ar-

gentina, desistiu. Resultado: haverá a reunião, hoje, mas será apenas entre ministros.

Ontem, o presidente Lula tentava pôr boa cara para o episódio: “Eu já sabia, ainda no Brasil, que a reunião seria apenas entre ministros. O Tabaré não podia, o Kirchner não podia, ia me reunir apenas com o [chanceler Celso] Amorim e os paraguaios?”, perguntou o presidente brasileiro.

Na verdade, não é que Kirchner ou Tabaré não pudessem. Não queriam. Conforme a **Folha** informou ontem, o presidente argentino fez saber ao governo brasileiro que não quer nem ver seu colega uruguaio.

Ontem, os dois praticaram cenas explícitas de estranhamento, durante a tradicional foto chamada “álbum de família”, na qual to-

dos os governantes posam juntos.

Kirchner já havia se instalado em seu lugar para a foto quando Tabaré entrou. O uruguaio cumprimentou o primeiro, o segundo e o terceiro governantes. Ao chegar perto de seu sócio no Mercosul, ambos viraram de lado e nem se deram as mãos.

Se nem se cumprimentam, passo obviamente prévio a qualquer reunião, não dá para se reunirem com quem quer que seja.

Kirchner e Tabaré estão em guerra devido ao veto argentino à instalação de duas fábricas de celulose na fronteira dos dois países.

Com esse grau de animosidade em um dos lados da negociação, o acordo União Européia-Mercosul, que já vinha avançando muito lentamente, foi jogado para depois que fique claro qual o resulta-

do da Rodada Doha, lançada em 2001 na capital do Qatar e estancada desde então.

Não é o único problema ao Sul: a caudalosa e excessivamente retórica declaração final da cúpula de Viena, emitida ontem, tem 59 itens, todos fechados pelos 60 participantes de forma relativamente tranquila. Menos o capítulo dedicado à negociação da UE com a Comunidade Andina de Nações, que deveria ter sido lançada precisamente em Viena. Como a CAN não se punha de acordo, ficou em aberto.

Mas, para acentuar ainda mais os problemas do Sul, os europeus anunciaram, sim, com festas, as negociações para um acordo de livre comércio com a América Central. (CR)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “O código dos vinte”, de autoria do jornalista André Petry, publicado pela revista **Veja**, em sua edição de 17 de maio de 2006.

Segundo o autor, que tem toda a razão, “Os mensaleiros petistas podem voltar a Brasília a bordo de mandatos renovados. Mas o PT terá ficado no caminho, como um cadáver pesado demais para a tropa carregar” e “O PT dá sinais de que está confortável no convívio com o crime. Nessa destruição ética, repete o processo acrítico, e devastador, que conduziu à sua destruição ideológica”.

Como segundo assunto, gostaria de comentar o artigo intitulado “A República dos Alucinados”, de autoria da escritora Lya Luft, publicado pela revista **Veja**, em sua edição de 17 de maio de 2006.

Concordo com a autora, que trata do tema com extrema lucidez e sensibilidade, e faço questão de endossar:

Que modelo teria aquele entre nossos homens públicos – nem todos, os dignos eu respeito cada dia mais – diante dos fatos que vêm acontecendo conosco. Para que ser saudável e honesto, trabalhar, sustentar-se, quem sabe ajudar a família? Os bilhões roubados e desaparecidos nas homéricas falcatuas que tentam esconder ainda poderiam ter salvo da desgraça muitos milhares de jovens como aquele. Poderiam ter fundado e melhorado centenas de escolas, bibliotecas, hospitais, creches.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que os referidos artigos passem a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A República dos Alucinados

Quando esta coluna sair, estarei ainda por alguns dias na Itália, de onde a escrevo, ligada a meu país pela internet e pelos telefonemas de amigos e filhos. De outra maneira eu de nada saberia, pois a Europa nos desconhece quase totalmente. Aceitei o chamado de minha editora italiana, a Bompiani, para falar no lançamento de meu livro *Perdas & Ganhos* na Feira de Turim. Minha colaboração mínima para que se tenha aos poucos uma visão mais real do Brasil, não apenas os simpáticos Carnaval, violão, caipirinha e futebol.

Cansei de estar no exterior e me indagam se realmente há editoras no Brasil, e universidades, e o resto. Há coisas das quais não falo porque me angustiam e envergonham, entre tantas que me orgulham. Para mim meu país é como filho: nele só quero que vejam qualidades.

Não quero ter de dizer, por exemplo, que viramos uma terra de alucinados, porque nos dizem algumas autoridades que tudo é mania de perseguição, é coisa inventada.

Assim, enquanto a saúde pública apodrece e pessoas ainda morrem nas filas do INSS ou em corredores de hospitais cujo corpo de médicos e enfermeiras está esgotado de trabalhar, alguém com autoridade vem nos dizer que estamos chegando quase à perfeição em matéria de saúde pública. Diante disso, só posso crer que sofremos das faculdades mentais, nós que vemos e vivemos o contrário.

Alguém disse também, no mesmo terreno, que o problema são os velhinhos, os aposentados, que pegaram a péssima mania de correr para as filas de madrugada. Se chegassem em horário normal e mais saudável, 7 ou 8 horas, teriam pronto atendimento. Mais um atestado de que nós, os comuns brasileiros, andamos nos alucinando. Na nossa doença mental inventamos também que as escolas estão em condições péssimas, o ensino elementar caindo pelas tabelas, o médio nem se fala, e a universidade desmoronando.

Nem comento mais o supérfluo papel higiênico nos banheiros de professores (de alunos, nem falar), mas penso nas bibliotecas precárias, nos laboratórios antiquados, quando não destruídos por fanáticos amantes do atraso e da devastação. Professores pouco estimulados e pessimamente pagos;

currículos absurdos, prédios em condições físicas inaceitáveis... e, de modo geral, a queda do nível de ensino.

Alucinou-se minha amiga há duas semanas, quando, levando uma criança pela mão, foi abordada por um jovem drogado que a ameaçou e lhe arranhou a cara em plena manhã de movimento. Teve sorte minha amiga: não foi esfaqueada nem estuprada. Voltou para casa, pensando em como explicar tudo a uma criança pequena.

E comentamos juntas que estímulo, que modelo teria aquele jovem entre nossos homens públicos — nem todos, os dignos eu respeito cada dia mais — diante dos fatos que vêm acontecendo conosco. Para que ser saudável e honesto, trabalhar, sustentar-se, quem sabe ajudar a família? Os bilhões roubados e desaparecidos nas homéricas falcatuas que tentam esconder ainda poderiam ter salvo da desgraça muitos milhares de jovens como aquele. Poderiam ter fundado e melhorado centenas de escolas, bibliotecas, hospitais, creches.

Agora, para culminar, um país vizinho abocanha um pedaço da Petrobras, que é nossa, é de seus acionistas, é do povo brasileiro, que certamente vai arcar com esse prejuízo material. Quem vai pagar pela honra do Brasil, tão abertamente atacada? Estamos alucinando, nos dirão as autoridades, alucinamos ser espoliados e roubados, já não pelo MST, cujo bonezinho tem sido usado por governantes nossos, mas pela Bolívia, que roubou, literalmente, algo nosso. Houve reação além de um protesto pífio ou da afirmação de nosso governante principal de que a Bolívia tinha direito de fazer o que fez e que não teríamos maior prejuízo?

Primeiro, aliás, a Bolívia fez um pequeno treino, roubando uma siderúrgica. Como não houve grande reação, partiu para algo maior. De novo, ninguém nos defendeu, ninguém reagiu com firmeza, ninguém nos protegeu — é a sensação geral. Estamos perdendo, além de bens materiais, avanços possíveis e progresso, a nossa honra como país.

Mas quem sabe é tudo fantasia nossa? Somos distraídos demais, alegremente ignoramos as graves estripulias que ocorrem no Brasil ou contra o Brasil: somos, afinal, habitantes da República dos Alucinados, em que tudo se perderá e a derrocada será inimaginável, se não abrimos urgentemente os olhos para ver, os ouvidos para escutar e as mãos para trabalhar em nosso favor.

“Nossa derrocada será inimaginável, se não abrimos urgentemente os olhos para ver, os ouvidos para escutar e as mãos para trabalhar em nosso favor”

O código dos vinte

Os dirigentes do PT em São Paulo resolveram consultar a militância sobre os nomes preferenciais para candidatos na próxima eleição. O resultado é um deboche. Em Osasco, mais de 900 petistas querem que o candidato seja João Paulo Cunha, que mandou a mulher pegar 50 000 reais no valerioduto. Outros 150 preferem José Genóino, que avalizou os empréstimos fajutos no Banco Rural. Gente como Professor Luizinho e José Mentor aparecem muito bem cotados na preferência dos petistas. Em Ribeirão Preto, 300 querem que a vaga de candidato fique com Antonio Palocci, indiciado em oito crimes na violação da conta bancária do caseiro e nas trambugagens como prefeito. O presidente do PT na cidade, Jorge Parada, explicou que não há constrangimento em lançar um candidato indiciado em oito crimes. “A pessoa só fica constrangida quando é condenada.”

Por trás desse deboche, está claro que os vinte petistas envolvidos em escândalos diversos, do mensalão à quebra do sigilo bancário do caseiro, criaram um código: ignorar tudo e lutar pelo poder, sempre. O que talvez não percebam é que esse comportamento está completando a falência do PT — o que pode até ser bom para tucanos e outros adversários políticos, mas não chega a ser bom para o Brasil. Era melhor que houvesse um partido tentando ficar de pé, lutando para reunir seus cacós, empenhado em recuperar alguma dignidade. Mas não. O PT dá sinais de que está confortável no convívio com o crime. Nessa destruição ética, repete o processo acrítico, e devastador, que conduziu à sua destruição ideológica.

Sob o comando de José Dirceu, a quem os estudantes mineiros saúdam agora como “ladrão, ladrão, ladrão”, o PT renunciou à sua história política para chegar ao poder e, nesse processo, não se preocupou em fazer autocrítica, não analisou erros e acertos do passado e, portanto, não deu sentido político real à sua mudança — deu apenas sentido eleitoral. Na época, desidratado de seu conteúdo político e transformado numa convencional máquina de caçar votos, o PT só não ficou igualzinho à maioria dos demais partidos porque resolveu erguer a bandeira da ética.

Virou um silêncio ideológico. Mas tinha “ética”.

O drama, agora, não está apenas no fato de que essa “ética” ruiu dentro do partido, mas sobretudo na recusa petista em purgar seus erros, expiar seus pecados, proceder enfim a uma autocrítica. Em vez disso, como demonstram as sondagens feitas em São Paulo, o grosso dos petistas prefere ignorar o que aconteceu, esconder os erros clamorosos e, no pinácu-

“Os mensaleiros petistas podem voltar a Brasília a bordo de mandatos renovados. Mas o PT terá ficado no caminho, como um cadáver pesado demais para a tropa carregar”

lo da farsa, premiar os mensaleiros.

Assim como renunciar à ideologia deu certo para chegar ao poder, talvez a renúncia à recuperação ética também dê certo — e os mensaleiros acabem de volta a Brasília a bordo de mandatos renovados. Pode ser, mas o PT terá ficado pelo caminho, como um cadáver pesado demais para a tropa carregar. E não lhes restará nem o consolo de dizer que ficaram apenas parecidos com os outros, parecidos com as sanguessugas. Espelhar-se nos outros dá uma imagem que Narciso não gosta de ver.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “A esquerda e a América Latina” publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 14 de maio de 2006.

No excelente artigo, o filósofo Ruy Fausto, comenta o texto de Teodoro Petkoff, ex-guerrilheiro venezuelano e principal representante da esquerda anti-Chávez. O texto chama-se “As duas esquerdas”.

“A leitura do texto levanta duas questões. A primeira se refere ao alcance e às implicações da oposição entre as duas esquerdas. A segunda é mais específica.

Admitindo o caráter não-populista-totalitário do governo Lula, como pensar a relação entre essa característica (positiva) e a prática corrupta desse governo?”

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A esquerda e a América Latina

RUY FAUSTO

No caso cubano, o igualitarismo já ficou para trás — mesmo se a desigualdade no capitalismo é maior

AS VITÓRIAS eleitorais que vem obtendo a esquerda na América Latina — e a jogada recente de Evo Morales — levantam o problema do significado geral desse novo curso e das perspectivas que, com ele, se abrem. Há algum tempo, um publicista de extrema-esquerda “simplificava” o fenômeno, falando em luta entre o “velho” (o “imperialismo” e seus agentes) e o “novo”, em cuja coluna incluía Lula, Tabaré Vázquez, Kirchner, Chávez e Castro. Esses dois últimos apareciam um pouco como modelos entre os que lutavam contra o “velho”...

A esse tipo de simplismo, nada inocente, conviria opor o que escreve Teodoro Petkoff, ex-guerrilheiro venezuelano e principal representante da esquerda anti-Chávez, num artigo publicado no ano passado, intitulado “As duas esquerdas”. Petkoff escreve que “o conceito de ‘esquerda’ pode ser mistificador”. “Encobre muito mais do que revela, e aplicado indiscriminadamente pode conduzir a grandes erros de apreciação.” O autor distingue dois grupos, cujas “contradições” assinalam o que chama de “esquerda bourbônica” (alusão à casa real) ou “arcaica”. O outro é o que “marcha por um caminho de reformismo avançado”, compatibilizando “sensibilidade social”, “desenvolvimento econômico com equidade” e “aprofundamento da democracia”. Neste segundo grupo inclui Lula, Tabaré Vázquez, Lagos (o texto é anterior à eleição de Bachelet), Kirchner e, “com um perfil mais baixo, os governos de Leonel Fernandez na República Dominicana, de Martín Torrijos, no Panamá, e de Bharret Jagdeo, na Guiana” (este último, membro do Partido Progressista Popular Guianês, fundado por Cheddi e Janet Jagan, partido afastado do poder pelos ingleses, em 1953).

Hoje, seria preciso acrescentar, ainda, o governo de Oscar Arias, na Costa Rica.

No outro grupo estão Castro e Chávez, e a ele poderiam se incorporar, continua Petkoff, movimentos de países como a Nicarágua, El Salvador e Bolívia (o autor se refere ao MAS de Morales, que ainda não tinha chegado ao poder).

O artigo de Petkoff interessa tanto pela análise das condições que tornam possíveis as vitórias da esquerda (não tão paradoxalmente, o fim da Guerra Fria é uma delas), como pelo que ele escreve a respeito de Chávez. Petkoff reconhece o prestígio de Chávez, e a “validade conceitual” de algumas das suas “missões”, mas aponta para a “corrupção” e o “favoritismo” na aplicação delas, e para a formação de uma nova burguesia “bolivariana”, “surgida no calor da corrupção e dos negócios”. E embora deixe a última palavra para o futuro, afirma que Chávez, autocrata e militarista, está “condenado ao fracasso”.

A leitura do texto levanta duas questões. A primeira se refere ao alcance e às implicações da oposição entre as duas esquerdas. A segunda é mais específica. Admitido o caráter não-populista-totalitário do governo Lula, como pensar a relação entre essa característica (positiva) e a prática corrupta desse governo?

Sobre o primeiro ponto, se diria que, em termos formais, o problema — como se lê no texto — é o de saber qual o estatuto dos “inimigos de nossos inimigos”. No período anterior, supunha-se que o inimigo do nosso inimigo seria necessariamente nosso amigo. O progresso consistiu em pôr em dúvida essa

exclusão de um terceiro: em vez de uma disputa “dual”, entre “nós” e o “imperialismo”, a luta política na América Latina foi aparecendo como um jogo pelo menos triangular. Em termos de conteúdo, o problema é o de saber qual estatuto atribuir a governos totalitários, ditatoriais ou tendendo a uma ditadura (é o caso de Chávez), que se dispõem a realizar certo número de programas sociais.

Essa pergunta, por sua vez, se subdivide. Num plano mais geral e abstrato, trata-se de determinar qual o peso que um socialista democrata deve atribuir à exigência de “liberdade” diante da exigência de “igualdade”. Mas quem dessa questão teórica importante estão pelo menos duas interrogações “concretas”: 1) em que medida esses regimes são efetivamente igualitários?; 2) qual o destino deles, que perspectivas podem ter, e sobretudo, de que maneira eles se relacionam com os projetos de uma esquerda não totalitária nem ditatorial? Se considerarmos o caso cubano, o igualitarismo já ficou para trás (mesmo se a desigualdade no capitalismo ainda é maior). Já em matéria de liberdade o poder castrista aparece, simplesmente, como regressivo em relação aos princípios de... 1789. Passados cinquenta anos de violências de toda ordem, e dissipada a miragem da igualdade, ele não pode mais ser considerado, como pretendem alguns, como uma ditadura revolucionária “deformada”: é, na realidade, um regime retrógrado e, à sua maneira, um poder “contra-revolucionário”. Mutatis mutandis, o regime de Chávez não se sai muito melhor.

Num próximo artigo, retomo o tema da oposição entre as duas esquerdas, e comento o estatuto do governo Lula, governo não-ditatorial (nem semi-ditatorial), porém corrupto.

Ruy Fausto, filósofo, é professor emérito da USP e autor de, entre outras obras, “Marx - Lógica e Política” (Editora 34).

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “A verdade que falta”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 11 de maio do corrente.

O artigo do conceituado escritor e jornalista Carlos Heitor Cony, comenta que José Dirceu, ex-ministro chefe da Casa Civil de Lula, tinha a missão de controlar Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, e Silvío Pereira, ex-secretário geral do PT, que “sabiam da coisa e, mais do que sabiam, administravam-na.”

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o artigo de Carlos Heitor Cony passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A verdade que falta

RIO DE JANEIRO - *Leio no Josias de Souza que José Dirceu recebeu de Lula a missão de controlar Delúbio Soares e Silvío Pereira, os dois dirigentes do partido que sabiam da coisa e, mais do que sabiam, administravam-na. Com outras tarefas importantes a cumprir, Dirceu não controlou devidamente um deles (Silvío), que botou a boca no trombone, mas nem tanto, e fez algum estrago com suas recentes declarações.*

Há ainda um amigo comum dos três (Dirceu, Delúbio e Silvío) que é também ligado a Lula. Em gíria de hoje, seria esse o chassi da blindagem em torno do presidente. Apesar do estrago feito por Silvío, o tsunami não chegou a atingir Lula pessoalmente. Mas todo o cuidado é pouco.

Apelando para a história recente, os casos de Collor e de Palocci, quem rasgou a fantasia deles não foram os auxiliares graúdos. Foi o escalão de baixo, um motorista, no caso de Collor, e um caseiro, no caso de Palocci.

Mesmo sem a fiscalização de Dirceu (ele próprio um pqtenciagl des-

mancha-prazeres para Lula), a coisa só ficará preta para o presidente quando um motorista, um faxineiro, um auxiliar de jardinagem do Torto, por qualquer motivo, ou mesmo sem qualquer motivo, for descoberto ou se descobrir e trazer um fato novo para o grande bolo preparado pelo PT e pelo governo. Bolo que está sendo comido pelas beiras, estranhamente transformado em pizza em alguns pedaços, mas cuja consistência não foi ainda afetada.

É evidente que um destempero de Delúbio será mais devastador do que o de Silvío. E o de Dirceu, aliás improvável, também fará estragos consideráveis na figura já bastante estragada do presidente, que permanece oficialmente incólume e marchando em largas passadas para a reeleição quase garantida.

É possível que cheguemos a outubro sem que apareça esse motorista, esse faxineiro ou ajudante de jardinagem do Torto. Sorte de Lula, que terá mais tempo disponível para ajudar a combater a pobreza na Bolívia.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Estamos perdendo para a Argentina”, publicada pela revista **Exame** de 24 de maio do corrente.

A matéria do jornalista Gustavo Paul destaca “um dos aspectos mais dramáticos da crise que hoje assola boa parte do agronegócio brasileiro. Nos últimos meses, o Brasil vem perdendo elos importantes da cadeia industrial ligada ao setor – a chamada agroindústria

– e corre o risco de ficar relegado ao papel de mero produtor e exportador de *commodities*”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESTAMOS PERDENDO PARA A ARGENTINA

O caos tributário, a infra-estrutura precária e o câmbio desfavorável estão dismantelando a produção de derivados de soja no Brasil. Sorte do nosso vizinho

Gustavo Paul

AO ANUNCIAR NO FINAL DE ABRIL o fechamento de duas unidades industriais de esmagamento de soja no Brasil, a multinacional Bunge Alimentos fez o que recomenda qualquer manual básico de administração: não há razão para manter fábricas que trazem prejuízo e têm poucas perspectivas de voltar a ser rentáveis. Por motivos semelhantes, a empresa já havia desativado no ano passado outras duas unidades de esmagamento de soja e, desde então, interrompeu temporariamente a produção de sete de suas 35 fábricas de fertilizantes e de uma processadora de algodão. Mais que uma fria decisão empresarial, a medida adotada pela Bunge reflete um dos as-

pectos mais dramáticos da crise que hoje assola boa parte do agronegócio brasileiro. Nos últimos meses, o Brasil vem perdendo elos importantes da cadeia industrial ligada ao setor — a chamada agroindústria — e corre o risco de ficar relegado ao papel de mero produtor e exportador de commodities. É na cadeia da soja que essa tendência mostra-se com mais força. Boa parte da produção de farelo e óleo de soja está deixando o país. Segundo a Abiove, entidade que representa a indústria de óleos vegetais, nos últimos dois anos 12 fábricas foram fechadas. Enquanto o Brasil retrocede, a Argentina avança. A capacidade de processamento de soja do país vizinho aumentou 156% nos últimos dez anos e já é maior do que a brasileira. Com isso, a Argentina se consolidou

como o maior exportador de óleo e farelo de soja do mundo e virou foco de atração de investimentos no setor.

Nas raízes da crise estão problemas que não são exclusivos do setor de soja: caos tributário, infra-estrutura em frangalhos e câmbio desfavorável para a exportação. Em todos os itens, os argentinos apresentam um quadro mais estimulante. Como a soja e seus derivados têm preços fixados pela bolsa de Chicago, ganha mercado quem consegue manter custos mais baixos. “Nesse setor qualquer diferença de custo pesa, pois as margens são pequenas”, diz César Borges de Souza, vice-presidente da Caramuru Alimentos, maior empresa de processamento de grãos de capital nacional. Em 2006, pelo segundo ano consecutivo, a Caramuru deverá ter queda de 5% no vo-

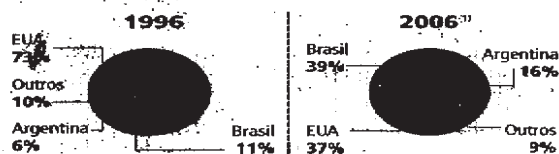
CEDENDO ESPAÇO

O Brasil aumentou a

exportação de soja em grão, mas perdeu importância como fornecedor de derivados mais rentáveis

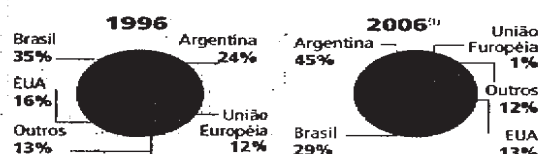
EXPORTAÇÃO MUNDIAL DE SOJA EM GRÃO

Brasil e Argentina ampliaram a participação nas vendas, enquanto os Estados Unidos diminuíram



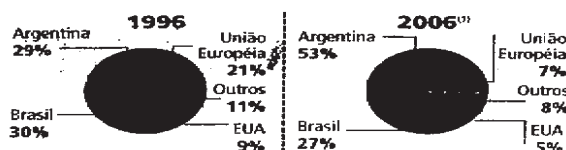
EXPORTAÇÃO DE FARELO DE SOJA

A Argentina foi o país que mais avançou — Brasil e outros fornecedores perderam terreno



EXPORTAÇÃO DE ÓLEO DE SOJA

A Argentina passou a dominar mais da metade das vendas mundiais, enquanto o Brasil encolheu



(1) Previsão. Fontes: Abiove/Usua

lume de processamento. “A política agrícola incentivou apenas a exportação de grãos e nossos concorrentes ocuparam um espaço mais nobre do mercado”, afirma Marcelo Prado, da M. Prado Consultoria.

“Na prática, perdemos empregos, competitividade e valor nas exportações.”

O primeiro grande entrave é o emaranhado da tributação brasileira. Enquanto na Argentina o transporte de

mercadoria de uma província para outra não é taxado. No Brasil os estados cobram o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS). "É como se fossem 27 países, todos cobrando tributos", afirma Carlo Lovatelli, presidente da Abiove. Além disso, a Lei Kandir, criada em 1995 para incentivar as exportações, concedeu isenção de ICMS apenas a produtos primários. No caso dos derivados industrializados, as indústrias têm de pagar o imposto antecipadamente quando o produto passa de um estado para outro — o dinheiro, em teoria, pode ser recuperado futuramente. O problema, dizem os industriais, é a dificuldade em receber de volta o tributo pago aos estados. "As empresas têm direito a esse crédito,

mas ele demora até três anos para ser reconhecido, geralmente não é corrigido e só é pago com deságio", diz Lovatelli. O resultado foi o estímulo às vendas ao exterior do grão — que não paga imposto — e um banho de água fria para quem quis transformar e exportar farelo e óleo. "A Lei Kandir foi muito boa para o produtor, mas ela precisa urgentemente ser ampliada", diz Souza, da Caramuru.

Essa política acabou criando um problema logístico para as empresas. Para escapar do pagamento de ICMS, as indústrias têm de manter várias fábricas nos diferentes estados em que atuam — assim, o grão chega à unidade esmagadora sem precisar cruzar nenhuma fronteira estadual. "Seria muito mais eficiente concentrar tudo em fábricas grandes e próximas dos portos, mas o nó tributário do país não permi-

te", diz Adalgiso Telles, diretor da Bunge. "Desse modo, não ganhamos escala de produção." Diante das dificuldades em solo brasileiro, a Bunge optou por instalar no porto fluvial argentino de Ramalín, na província de Entre Ríos, uma fábrica moderna capaz de esmagar 17 000 toneladas de grãos por dia. Por aqui, as maiores unidades processam no máximo 3 000 toneladas por dia. "Com fábricas pequenas, defasadas e sem investimento, teremos sérias dificuldades para recuperar o mercado internacional perdido", diz Anderson Galvão, diretor da consultoria Céleres.

Além do problema tributário, as fábricas brasileiras perdem para as argentinas em outro aspecto: faltam boas estradas e ferrovias para transportar o produto até os portos, o que torna a produção brasileira ainda mais cara para o exportador. "A principal região produtora, o Centro-Oeste, está distante 2 000 quilômetros dos portos, cobertos na maior parte por estradas ruins, enquanto na Argentina a distância média a percorrer é de apenas 300 quilômetros", diz André Pessoa, diretor da consultoria Agroconsult. "Além disso, na Argentina a exportação é feita por hidrovia e ferrovia, cujo custo é bem menor."

Por fim, problemas econômicos conjunturais tornaram mais aguda a crise da

agroindústria. Enquanto o dólar na Argentina está em torno de 3 pesos, no Brasil vale perto de 2 reais. Nesse compasso, as exportações brasileiras de derivados industrializados caem ano após ano. Nos primeiros quatro meses de 2006, enquanto as vendas de grãos aumentaram 32%, as de farelo caíram 25% e as de óleo 21%. "Estamos perdendo dinheiro com essas exportações", afirma José Luiz Glaser, diretor da Cargill, empresa que ain-

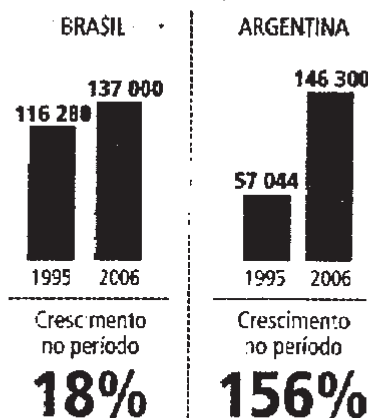
da não fechou nenhuma esmagadora, mas admite que está avaliando diamante o quadro. "A tendência é reduzir o esmagamento", diz Glaser. Para os analistas do setor, não será surpresa se a Argentina passar a processar a soja brasileira. De olho nessa possibilidade, algumas esmagadoras de lá já pediram a Buenos Aires que revise a legislação e passe a isentar de tributos a soja brasileira. Para a indústria argentina, a medida seria bem vinda, já que a capa-

cidade de processamento no país vizinho é maior que a produção. Para o Brasil, no entanto, teme-se que isso possa decretar o fim das exportações de óleo e farelo. "Seria uma prova definitiva de incompetência do Brasil", diz Lovatelli. ■

GOLEADA NO CAMPO

Nos últimos dez anos, a capacidade de processamento de óleo e farelo de soja cresceu na Argentina muito mais do que no Brasil

(em toneladas por dia)



Leia sobre os problemas da indústria de óleos vegetais no Portal EXAME

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna na tarde de hoje para solicitar que seja encaminhada aos Anais do Senado Federal a matéria intitulada “Revolta no Conselho”, publicada pela revista **Veja** de 17 de maio do corrente.

A matéria comenta como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão criado para apresentar propostas formuladas pela sociedade civil, tornou-se um palanque para massa de manobra eleitoral e para criar sugestões e programas que visem a reeleição do Presidente Lula.

Sr. Presidente, solicito mais uma vez que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

REVOLTA NO CONSELHÃO

Criado por Lula em 2003, o Conselho de Desenvolvimento virou um palanque, para seu comandante pedir idéias para um segundo mandato. A platéia ficou irada

Julia Duailibi

Na semana passada, o famoso Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, através do qual o governo Lula pretendia estabelecer um diálogo permanente com uma parcela da sociedade brasileira, realizou sua 17ª reunião em Brasília — mas, pelas divergências e constrangimentos que provocou, talvez tenha sido sua última. Diante da presença de menos de setenta pessoas, entre empresários, sindicalistas, professores universitários e ONGueiros, o comandante da reunião, o ministro Tarso Genro, fez seu número de prestidigitação e disse à platéia que o governo vive um momento de normalidade. Em seguida, festejou a decisão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de não pedir o impeachment do presidente Lula, limitando-se a enviar uma notícia-crime ao Ministério Público na qual pede o aprofundamento das investigações sobre a eventual participação do presidente no mensalão. Para completar, Genro pediu aos presentes que formulassem sugestões para um plano de desenvolvimento estratégico para o próximo governo. Uma parte da platéia, sentindo-se transformada em massa de manobra eleitoral ao perceber que Genro queria idéias pa-

ra a reeleição, ficou estupefata.

A médica Zilda Arns, que integra o conselho como representante da Pastoral da Criança, foi um dos presentes que não gostaram do que ouviram. “Acho que essas coisas não levam a nada. Esta não é a hora de falar de um segundo mandato”, disse ela, que, apesar de tudo, continua achando uma boa idéia participar dos debates do órgão. Outro presente, que solicitou que não fosse identificado, disse que o pedido de Genro representou um constrangimento porque grande parte dos membros do conselho não tem vinculação com o PT ou com nenhum outro partido. “Percebemos que, no fundo, queriam nos amarrar à campanha de Lula e à sua reeleição. E isso é revoltante”, diz o empresário. O ministro Tarso Genro garante que sua intenção jamais foi colher sugestões para um segundo governo de Lula. A idéia, afirma ele, é fazer um plano de desenvolvimento para os próximos anos. “Não pedi sugestões para o próximo governo”, diz o ministro. “Pedi proposições e princípios para orientar o crescimento do país em período de quatro, oito, doze anos.” Ou seja: Genro está empenhado em produzir quilos de papéis com novas idéias para dar de presente aos candidatos à sucessão de Lula...

O Conselho, assim apelidado, foi criado com a fanfarra habitual do presidente, que o classificou, na sua reunião inaugural em fevereiro de 2003, como “uma das coisas mais importantes deste governo” e uma iniciativa “nunca antes vista”. Na época, o Conselho costumava reunir-se com a presença de uma centena de seus membros e Lula estava em todos os encontros e prometeu usar o novo órgão para fazer as cinco reformas funda-

mentais: trabalhista, sindical, tributária, política e previdenciária. Passados mais de três anos, o Conselho está esvaziado e não produziu nem um décimo do seu ambicioso resultado. “Lá, temos todos os diagnósticos, vários bons projetos e poucos resultados. Preocupa-me ter assuntos demais e que talvez atrapalhem a conclusão de alguns poucos outros assuntos, mas substantivos”, afirma o empresário Horácio Lafer Piva, ex-presidente da Fiesp. “Embora o conselho seja um órgão assessor, a expectativa era que tivéssemos tido mais participação nas ações do governo ou mais aderência de suas propostas com o que andou sendo discutido”, completa Piva, que, na última reunião, chamou a atenção dos conselheiros para a necessidade de que os debates ali travados se traduzissem em ações.

No decorrer de seus três anos de vida, o Conselho virou um retrato do velho assembleísmo inócuo do PT. Perdeu o status inicial, seus debates resultaram na produção de peças quase literárias, como as chamadas “Cartas de Concertação”, que simplesmente compilam diretrizes sobre inúmeros temas, e mesmo as decisões concretas que chegaram a ser aprovadas nunca deixaram o papel. A professora Sonia Fleury, cientista política da Fundação Getúlio Vargas (FGV), por exemplo, é autora de uma proposta clara: a alteração da composição do Conselho Monetário Nacional, órgão que define, entre outras coisas, as metas anuais de inflação. Sua proposta, devidamente aprovada pelo Conselho, dorme numa gaveta do presidente Lula. Na semana passada, Sonia Fleury cobrou uma ação do governo. “O conselho tem uma efetividade muito grande, é um local onde as elites e o resto do país podem se encontrar. Mas sua eficácia é baixa. Temos sugestões, mas nem sempre o governo quer ouvi-las”, diz a professora. Por que será que o ministro Tarso Genro resolveu agora pedir mais sugestões para os “próximos anos”? ■

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constarão da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 11, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006), que *reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Luiz Otávio

Prazo final: 15-6-2006

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 282, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 282, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor: Senador Paulo Paim

Prazo final: 23-6-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006

(proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006), que *altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.*

Relator revisor: Senador Gilberto Mes-trinho

Prazo final: 23-6-2006

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**Nº 14, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006), que *altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.*

Relator revisor: Senador Edison Lobão
Prazo final: 4-7-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**Nº 16, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006), que *dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Fernando Bezerra

Prazo final: 4-7-2006

6

SUBSTITUTIVO À**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 64, DE 1999**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal*

(comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

SUBSTITUTIVO À**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 12, DE 2003**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 30, DE 2002**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 9, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts.*

23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que *determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

- de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

- de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público*.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista* (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que *altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida*.

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos*.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação*.

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista*.

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus*.

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que *declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira*.

Parecer favorável, sob nº 551, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

20

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas*.

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências*.

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

nia, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que *estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal*.

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, concluindo contrariamente à matéria.

25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

26

REQUERIMENTO Nº 462, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 462, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja consignado um voto

de repúdio pela decisão do Tribunal Penal Central do Iraque, que condenou à pena de morte o responsável pelo atentado que ocasionou a morte de Sérgio Vieira de Mello.

Parecer sob nº 490, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável, com alterações que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 8 minutos.)


(OS Nº 13361/06)

Agenda do Presidente do Senado Federal

31/05/2006

quarta-feira

-
- 12:00** - **Senhor Guilherme Afif Domingos, Presidente da Federação de Associações Comerciais do Estado de São Paulo, e Lideranças Empresariais**
para entrega do anteprojeto que dispõe sobre o esclarecimento ao consumidor acerca do valor dos tributos incidentes sobre bens e serviços
Rampa de acesso ao Salão Negro do Congresso Nacional
- 15:00** - **Ex-Deputado Hélio Bicudo**
Sala de Audiências do Senado Federal
- 15:30** - **Presidente José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia**
Salão Nobre do Senado Federal
- 16:00** - **Ordem do Dia - Sessão Deliberativa - pauta sobrestada.**
Plenário do Senado Federal.


Martha Dura Nascimento
Chefe de Gabinete
Presidência do Senado

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª Sessão Legislativa Ordinária da
52ª Legislatura -2006

Resenha Mensal
(Período de 1º a 31/05/2006)

A - SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

I – MEDIDAS PROVISÓRIAS:

1 – APROVADO PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO E
DEVOLVIDA A MEDIDA PROVISÓRIA À CÂMARA DOS
DEPUTADOS:

Total 1

Medida Provisória nº 279, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Cidades, no valor de oitocentos e noventa milhões de reais, para os fins que especifica; dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição Federal; altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. (Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2006, e rejeitadas as matérias destacadas, restando aprovado o texto da Medida Provisória)

Sessão: 09.05.2006

2 – APROVADA NA ÍNTEGRA E ENVIADA À
PROMULGAÇÃO:

Total 1

Medida Provisória nº 278, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de oitenta milhões de reais para os fins que especifica.

Sessão: 09.05.2006

3 – APROVADA COM ALTERAÇÕES E DEVOLVIDA À
CÂMARA:

Total 1

Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2006, oferecida pela Câmara dos Deputados à da Medida Provisória nº 280, de 2006, que altera a legislação tributária federal, modificando as Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.964, de 10 de abril de 2000, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

Sessão: 16.05.2006

II – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal	17
Total.....	17

Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2005, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que cria Sistema Especial de Inclusão Previdenciária.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 02.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2003, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera dispositivos da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, e do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para agravar penas, condicionar a liberdade provisória ao pagamento de fiança e, após sentença condenatória recorrível, ao ressarcimento do dano, exigir o cumprimento mínimo de metade da pena para obtenção de benefícios penais, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 02.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2005, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 30 e 32 da Lei nº 9.504, de 1997 (dispõe sobre a prestação de contas de candidatos a cargos eletivos).

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2005, de autoria do Senador José Sarney, que autoriza o Poder Executivo a proceder ao enquadramento dos servidores dos ex-Territórios nas carreiras próprias de sua área de atividade, e sua redistribuição para órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 04.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2004, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera os arts. 267, 269 e 295 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, ampliando as hipóteses de indeferimento da petição inicial, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 11.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel, que institui o ano de 2008 como "Ano Nacional Machado de Assis".

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 11.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 11.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2004, de autoria do Senador Augusto Botelho, que altera a Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que altera a redação do art. 40 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para vedar a cessão ou transferência de atletas profissionais para o exterior nas condições que especifica.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2005, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que institui o "Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil" e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que inscreve o nome de Sepé Tiarajú no Livro dos Heróis da Pátria.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2003, de autoria do Senador José Jorge, que *altera o § 1º e o inciso I do § 4º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 18.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2004, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que *altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dar nova redação ao art. 62 e introduzir o art. 63-A, com vistas a incriminar novas modalidades de dano ao patrimônio cultural.*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 18.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas.

(Decisão terminativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)

Sessão: 22.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2002, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que altera o art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para acrescentar, entre as exigências mínimas dos planos que incluam internação hospitalar, a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2003, de autoria do Senador Aelton Freitas, que *dispõe sobre o Sistema de Consórcios.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 29.05.2006

III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados	129
Total.....	129

Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2006 (nº 1.945/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Assistencial Água Viva para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 02.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 130, de 2006 (nº 1.943/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Ulysses Guimarães para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 02.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2006 (nº 1.967/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção e Preservação do Vale do Apodi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 02.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2006 (nº 2.001/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 02.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 600, de 2002 (nº 1.241/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Lider Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brasília, Estado do Acre;

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2003 (nº 1.980/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Líder Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 528, de 2005 (nº 1.778/2005, na Câmara dos Deputados)**, que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Selvirriense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Selvíria, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 529, de 2005 (nº 1.779/2005, na Câmara dos Deputados)**, que *aprova o ato que autoriza a Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Cariré a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cariré, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 530, de 2005 (nº 1.804/2005, na Câmara dos Deputados)**, que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural "Jerônimo Coelho" para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 533, de 2005 (nº 1.858/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Barrochense Cultural Comunitária (Abacuc) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Rocha, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 538, de 2005 (nº 1.859/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vargem Alegre, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 539, de 2005 (nº 1.403/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Acac - Associação Comunitária de Apoio à Cidadania a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarará, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 540, de 2005 (nº 1.690/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira Dourada – GO e Distritos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 542, de 2005 (nº 1.765/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores “Rádio Comunitária Sentinela das Águas” – “Amorosa” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 544, de 2005 (nº 1.840/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Assistência ao Homem do Campo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxias, Estado do Maranhão.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 545, de 2005 (nº 1.842/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Tapiratibense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapiratiba, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 546, de 2005 (nº 1.845/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Itaberaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaberaí, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 547, de 2005 (nº 1.847/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à

Sociedade Serrado Verdes de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crixás, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 548, de 2005 (nº 1.848/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Sociedade Serrado Verdes de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Simão, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 549, de 2005 (nº 1.849/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a *Ação Social Mirandense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miranda do Norte, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 550, de 2005 (nº 1.852/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a *Associação Louvores ao Rei Integração Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 552, de 2005 (nº 1.854/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a *Associação de Comunicação Comunitária Ágape de Ourinhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 553, de 2005 (nº 1.862/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o *Clube de Mães “Madre Madalena” da Comunidade Senhor dos Passos - Comasp a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 556, de 2005 (nº 1.874/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a *Associação*

Comunitária de Comunicação, Cultura e Desenvolvimento a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 560, de 2005 (nº 1.910/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Arnóbio Abreu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assú, Estado do Rio Grande do Norte.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 1999 (nº 656/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissoras do Litoral Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 526, de 2005 (nº 1.724/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão a Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canavieiras, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 531, de 2005 (nº 1.823/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural e Educacional "Convenção de Itu" para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itu, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 554, de 2005 (nº 1.865/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Cultural de Nova Ibiá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Ibiá, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2006 (nº 1.807/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Vila Rural Vereador Sebastião Vieira de Araújo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inajá, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2006 (nº 1.810/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que *autoriza a Associação do Movimento Voluntário de Ação Cultural, Comunitária e Recreativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pilão Arcado, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 2006 (nº 1.843/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que *outorga permissão ao Grupo Monte Alegre de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea da Roça, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2006 (nº 1.861/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que *outorga permissão à FM Lagoa Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina da Lagoa, Estado da Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2006 (nº 1.881/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que *autoriza a Rádio Comunitária Zabelê FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Remanso, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2006 (nº 1.886/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que *autoriza a Associação Acultural de Galiléia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Galiléia, Estado de Minas Gerais;*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 2006 (nº 1.915/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que *autoriza a Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão de Sapucaí Mirim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapucaí-Mirim, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2006 (nº 2.865/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cásper Líbero para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2006 (nº 3.164/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação do Bairro Santo Antônio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz da Vitória, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2006 (nº 3.228/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Cristália a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristália, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2006 (nº 1.647/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Comunicação Viva-Voz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limeira do Oeste, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2006 (nº 1.663/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Mirantense (ASCOM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirante da Serra, Estado de Rondônia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2006 (nº 2.251/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação dos Trabalhadores de Guimarães (ATG) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guimarães, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2006 (nº 1.894/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Espaço FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2006 (nº 1.902/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mundo Novo, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2006 (nº 1.907/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Mateus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus do Sul, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2006 (nº 1.926/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ubaitaba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubaitaba, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2006 (nº 1.811/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação do Desenvolvimento Cultural e Comunitário dos Produtores Rurais de Piritiba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piritiba, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2006 (nº 1.819/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Marmeleiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marmeleiro, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2006 (nº 1.841/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Migrantes São Felipe - Arcomisf a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Felipe D'Oeste, Estado de Rondônia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2006 (nº 1.801/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empresa Rádio Clube de Salvador Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salvador, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2006 (nº 1.875/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Rádio Nova FM Anastácio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anastácio, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2006 (nº 1.917/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Trans Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabuna, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2006 (nº 1.920/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Carapebus Livre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Carapebus, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2006 (nº 1.932/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Rio Una - Ardrú a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valença, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2006 (nº 1.934/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de*

Radiodifusão Comunitária Thesaleia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Gama, Distrito Federal.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 121 de 2006 (nº 1.949/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Cidade dos Sonhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2006 (nº 1.953/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Curaçaense Comunitária de Rádio e Difusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curaçá, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2006, *que aprova o ato que outorga concessão à Fundação José Possidônio Peixoto para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 11.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2006 (nº 1.972/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Comunicação Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2006 (nº 1.478/2004, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibema a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibema, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2006 (nº 1.684/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Moradores e Pequenos Produtores de Rio do Antônio - Acomppra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio do Antônio, Estado da Bahi.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2006 (nº 1.870/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Pérola D'Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2006 (nº 1.950/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Integração Comunitária de Orizona - Aico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orizona, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2006 (nº 1.960/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação da Região Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2006 (nº 1.981/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Vila Santa Branca - Sintonia FM 91,1 a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 171 de 2006 (nº 1.989/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Civil Filantrópica "Asilo Vila do Sol" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 177, de 2006 (nº 2.007/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Artístico e Cultural de São Gonçalo do Sapucaí*

a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2006 (nº 2.029/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Diamante do Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Diamante do Norte, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2006 (nº 2.044/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Agenda – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaú, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2006 (nº 1.463/2004, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Paranaitense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaita, Estado de Mato Grosso.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2006 (nº 1.971/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Atalaia de Bagé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2006 (nº 2.004/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação "Marechal Rondon" de Campinópolis - MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinópolis, Estado do Mato Gross.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2006 (nº 2.031/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão a Fundação Educativa e Cultural Goiás Vivo - Fungov para executar serviço de*

radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 541, de 2005 (nº 1.730/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Maranata a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 555, de 2005 (nº 1.872/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Sociedade dos Amigos de Magalhães de Almeida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Magalhães de Almeida, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 557, de 2005 (nº 1.887/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação "Comunidade Irmãos Unidos" de Governador Archer a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Archer, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 559, de 2005 (nº 1.905/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Sócio Cultural São Romão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fernando Pedroza, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 2006 (nº 1.820/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio de Lagoa do Barro do Piauí a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Lagoa do Barro do Piauí, Estado do Piauí.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2006 (nº 1.890/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Sociedade*

Serrado Verdes de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajá, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 2006 (nº 1.896/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Piripiri - Ascorapi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piripiri, Estado do Piau.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2006 (nº 1.903/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Menores Carentes de Ibiapina – CE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiapina, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

- Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2006 (nº 337/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza o Centro de Assistência Social de Palestina José Nogueira de Melo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina, Estado de Alagoas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 2006 (nº 1.719/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Artística Virtulino Antônio Mairink - Jovens Unidos de Iguaba Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguaba Grande, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2006 (nº 1.585/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Cacimba de Areia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cacimba de Areia, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2006 (nº 1.922/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Rodovia FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Taquarivaí, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2006 (nº 1.930/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Alternativa do Novo Horizonte - ACANH a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macapá, Estado do Amapá.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2006 (nº 855/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Relógio Federal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 2006 (nº 1.780/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Dinâmica de Ponte Branca FM - 91.5 a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponte Branca, Estado do Mato Grosso.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2006 (nº 1.860/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora da Penha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gameleira, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2006 (nº 1.868/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores Águas Cantantes de Ivaté, denominada "Amaci", a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ivaté, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2006 (nº 1.878/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação - Asccom a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto da Divisa, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2006 (nº 1.882/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Alvarenguense Cultural Comunitária de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvarenga, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2006 (nº 1.885/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Monte Verde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camanducaia, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2006 (nº 1.888/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Novos Caminhos de Munhoz de Mello - Paraná a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Munhoz de Mello, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2006 (nº 1.889/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Bragadense, denominada "ACCB" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pato Bragado, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2006 (nº 1.771/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Heliadora – Aché a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Heliadora, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2006 (nº 1.776/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Tuneiras do Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2006 (nº 1.814/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente das Crianças Carentes e Abandonadas de Bandeirantes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2006 (nº 1.856/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Panorama FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Panorama, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2006 (nº 1.863/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Integração Comunitária de São João do Tigre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Tigre, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2006 (nº 1.879/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Cultura de Brasília de Minas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília de Minas, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2006 (nº 1.883/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário Lagoanovense – Adescol a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2006 (nº 1.911/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Jucurutu/RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jucurutu, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 2006 (nº 1.763/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos da Rádio Comunitária de Jacinto Machado – SC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 2006 (nº 1.908/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Paroquial Senhor Bom Jesus de Amparo Social e Cristão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2006 (nº 1.692/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à S.M. - Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2006 (nº 582/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Raio de Luz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2006 (nº 1.927/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Jesus - Acaje a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Unai, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2006 (nº 1.936/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Cidade Verão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Terezinha de Itaipu, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2006 (nº 1.931/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação*

Comunitária Cultura e Educação de Doverlândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doverlândia, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2006 (nº 1.944/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cidade de Mairinque a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mairinque, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2006 (nº 1.636/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rui Barbosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2006 (nº 1.821/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rui Baromeu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2006 (nº 1.851/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente de Araponga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araponga, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2006 (nº 1.891/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Várzea do Curral a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Filadélfia, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2006 (nº 1.929/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Educandário Batista de Porto Velho – EBPV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2006(nº 1.946/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social "Liberdade" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipuã, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 2006 (nº 1.952/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Alternativa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2006 (nº 1.955/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Educacional Dom Pedro Felipak para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2006 (nº 1.958/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Atalaia de Comunicação e Cultura a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caculé, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2006 (nº 1.962/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Diamantina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro do Chapéu, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2006 (nº 1.968/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Professor Falcão - FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toritama, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2006 (nº 1.204/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Barros Cassal - Ascobac a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2006 (nº 1.638/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Jerusalém de Radiodifusão e Ação Social - Jerusalém a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pé de Serra, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2006 (nº 1.729/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Oceânica FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Morro do Chapéu, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2006 (nº 1.970/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Syria de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista do Buricá, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 169 de 2006 (nº 1.983/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Alto Alegre do Pindaré - Arcap a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Alto Alegre do Pindaré, Estado Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 170 de 2006 (nº 1.988/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Humaitá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Humaitá, Estado do Amazonas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2006 (nº 2.015/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Educativa FM de Cuiabá - MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

IV - MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA:

Total	6
--------------------	----------

Mensagem nº 13, de 2006 (nº 922/2005, na origem), submetendo à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antonio José Vallim Guerreiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos.

Sessão: 24.05.2006

Mensagem nº 82, de 2006 (nº 66/2006, na origem), submetendo à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antonino Marques Porto e Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Equador.

Sessão: 24.05.2006

Mensagem nº 92, de 2006 (nº 99/2006, na origem), submetendo à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Eduardo Martins Felício, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Uruguai.

Sessão: 24.05.2006

Mensagem nº 94, de 2006 (nº 101/2006, na origem), submetendo à deliberação do Senado a escolha do Senhor Mário Vilalva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

Sessão: 24.05.2006

Mensagem nº 105, de 2006 (nº 168/2006, na origem), do Presidente da República, que submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Eduardo dos Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Helvética e, cumulativamente, o de Embaixador do Brasil no Principado de Liechtenstein.

Sessão: 24.05.2006

Mensagem nº 112, de 2006 (nº 181/2006, na origem), do Presidente da República, que submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Frederico Cezar de Araujo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia.

Sessão: 24.05.2006

V – PARECERES REFERENTES A MENSAGENS DE ESCOLHA DE AUTORIDADES:

Total	5
--------------------	----------

Parecer nº 488, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 127, de 2006 (nº 300/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Sr. *Humberto Eustáquio Soares Martins* para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador, decorrente da aposentadoria do Ministro Domingos Franciulli Neto.

Sessão: 24.05.2006

Parecer nº 489, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 128, de 2006 (nº 301/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. *Massami Uyeda* para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador, decorrente da aposentadoria do Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira.

Sessão: 24.05.2006

Parecer nº 543, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 122, de 2006 (nº 269/2006, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a indicação do Sr. *Mário Magalhães Carvalho Mesquita*, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, na vaga do Senhor Sérgio Darcy da Silva Alves.

Sessão: 24.05.2006

Parecer nº 544, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 123, de 2006 (nº 270/2006, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a indicação do Senhor *Paulo Vieira da Cunha*, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, em substituição ao Senhor Alexandre Schwartzman.

Sessão: 24.05.2006

Parecer nº 548, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 135, de 2006 (nº 349/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Sra. *Cármem Lúcia Antunes Rocha* para exercer o cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Nelson Azevedo Jobim.

Sessão: 24.05.2006

VI – MATÉRIAS REJEITADAS:

De iniciativa do Senado Federal	2
Total.....	2

Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2004, e autoria do Senador Ramez Tebet, que altera a redação do art. 4º da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional.

(Rejeitado em virtude da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2003, que tramitava em conjunto)

Sessão: 2.05.2006

Projeto de Resolução nº 37, de 2004, de autoria do Senador Osmar Dias, que acrescenta § 5º ao art. 48 da Resolução nº 43, de 2001 (permite a dedução dos investimentos dos Estados em Educação e pesquisa de nível superior, nos pagamentos de encargos de parte de dívidas junto à União).

(Art. 254 do Regimento Interno)

Sessão: 17.05.2006

VII - OUTRAS DELIBERAÇÕES:

De iniciativa do Senado Federal	71
Total.....	71

Requerimento nº 490, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Senadores, solicitando votos de congratulações ao pugilista Acelino “Popó” Freitas, pela conquista do título mundial de boxe na categoria “Leves”.

Sessão: 02.05.2006

Requerimento nº 491, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do artista plástico baiano Calasans Neto.

Sessão: 02.05.2006

Requerimento nº 493, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao pugilista brasileiro Acelino Popó de Freitas, pela conquista do título de Campeão Mundial de Boxe, categoria dos Leves.

Sessão: 02.05.2006

Requerimento nº 494, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do artista plástico Calasans Neto, ocorrido em 30 de abril último.

Sessão: 02.05.2006

Requerimento nº 495, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da pequena escolar Érica Daniela Freitas, de apenas 10 anos, brutalmente assassinada em Manaus, no caminho da escola.

Sessão: 02.05.2006

Requerimento nº 504, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Praça 14 de janeiro, na cidade de Manaus-AM, pelas comemorações em louvor a São Benedito, promovidas pela comunidade afro-descendente.

Sessão: 03.05.2006

Requerimento nº 505, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos (ICBEU), de Manaus, pelo transcurso do seu cinquentenário.

Sessão: 03.05.2006

Requerimento nº 506, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança ao ensejo do transcurso do 155º aniversário de lançamento do primeiro jornal impresso em Manaus, o **Cinco de Setembro**.

Sessão: 03.05.2006

Requerimento nº 507, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista Octávio Frias de Oliveira, editor da **Folha de S. Paulo**, pelo Prêmio "*Personalidade da Comunicação 2006*", a ele outorgada hoje, 3 de maio de 2006.

Sessão: 03.05.2006

Requerimento nº 508, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Pastor Jocktã Paiva, pelo recebimento do título de Cidadão do Amazonas.

Sessão: 03.05.2006

Requerimento nº 511, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a inserção em ata de voto de aplauso ao jornalista Alberto Dines e demais membros de sua equipe pelos 10 anos na Internet, 8 anos na TV e 1 ano no rádio do Observatório da Imprensa.

Sessão: 04.05.2006

Requerimento nº 512, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Arcebispo de Manaus, Dom Luiz Soares Vieira, pelo seu 72º aniversário.

Sessão: 04.05.2006

Requerimento nº 516, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de John Kenneth Galbraith.

Sessão: 04.05.2006

Requerimento nº 523, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Olavo Drumond, ministro aposentado do Tribunal de Contas da União, ocorrido hoje, em São Paulo.

Sessão: 08.05.2006

Requerimento nº 524, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas, pela realização do II Seminário de Profissionais e Estudantes de Ciências Contábeis, realizado em Manaus, de 25 a 28 de abril de 2006, bem como a todos os contabilistas do Amazonas pelo transcurso do Dia do Contabilista.

Sessão: 08.05.2006

Requerimento nº 525, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador e ex-Ministro Aluizio Alves, ocorrido ontem em Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 08.05.2006

Requerimento nº 526, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para a cantora Beth Carvalho, que completou 60 anos de idade, na última sexta-feira, dia 5 de maio.

Sessão: 08.05.2006

Requerimento nº 527, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o empresário Paulonei Tomaz Avelino, eleito o industrial do ano de 2006.

Sessão: 08.05.2006

Requerimento nº 528, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o atleta amazonense Retclis Matos, que se sagrou campeão brasileiro de Karatê shotokan.

Sessão: 08.05.2006

Requerimento nº 529, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o atleta amazonense Tasso Alves, que venceu o Campeonato Sul-Americano de Judô, disputado nos dias 22 e 23, de abril último, em Cali, na Colômbia.

Sessão: 08.05.2006

Requerimento nº 530, de 2006, de autoria do Senador José Agripino, solicitando inserção em ata voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador e ex-Ministro Aluizio Alves, em 6 do corrente, em Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 08.05.2006

Requerimento nº 531, de 2006, de autoria do Senador Almeida Lima, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Aracaju, Gileno da Silveira Lima, ocorrido no dia 4 de maio.

Sessão: 08.05.2006

Requerimento nº 537, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de pesar pelo falecimento, na cidade de São Paulo, no dia de ontem, do ex-Ministro do Tribunal de Contas da União, Olavo Drummond.

Sessão: 09.05.2006

Requerimento nº 538, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista, advogado, escritor e político mineiro Ministro Olavo Drummond, ocorrido no dia 8 de maio de 2006.

Sessão: 09.05.2006

Requerimento nº 539, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Prefeito Antônio de Jesus Oliveira, do Município de Dom Eliseu-PA.

Sessão: 09.05.2006

Requerimento nº 544, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Prefeito da Cidade de Dom Eliseu, Sr. Antônio de Jesus Oliveira, ocorrido dia 9 de maio de 2006.

Sessão: 09.05.2006

Requerimento nº 548, de 2006, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando voto de pesar pelo falecimento do professor Marcilio Flávio Rangel de Farias, Diretor Geral do Instituto Dom Barreto de Ensino.

Sessão: 10.05.2006

Requerimento nº 550, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para os atletas amazonenses Christian Higor Magalhães Afonso e Guilherme Carvalho, destaques da 19ª edição do Campeonato Amazonense de Jiu-Jitsu.

Sessão: 10.05.2006

Requerimento nº 551, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o empresário Wallid Ismail, pelo êxito obtido na realização, em Manaus, da 6ª edição do Jungle Fight.

Sessão: 10.05.2006

Requerimento nº 552, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista Flaviano Limongi, que completou 80 anos.

Sessão: 10.05.2006

Requerimento nº 557, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento, ocorrido hoje, 11 de maio, do jornalista e analista político Abdias Silva.

Sessão: 11.05.2006

Requerimento nº 558, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança, ao ensejo do sepultamento, no Rio de Janeiro, na manhã de hoje, 11 de maio, 73 anos após seu falecimento, dos restos mortais, transladados do México, da mãe de Luiz Carlos Prestes, Sra. Leocádia Felizardo Prestes.

Sessão: 11.05.2006

Requerimento nº 559, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à mãe brasileira, ao ensejo do Dia das Mães, na figura de uma notável mulher amazonense, mãe adotiva de 60 filhos, que cria com comovente amor: Dona Waldiza Araújo Ribeiro.

Sessão: 11.05.2006

Requerimento nº 561, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Ana Maria Gondim Jacob, servidora do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Sessão: 11.05.2006

Requerimento nº 562, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento de 4 membros do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação de Santa Maria-RS, ocorrido no dia 11 de maio de 2006.

Sessão: 11.05.2006

Requerimento nº 564, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Pedro Falabella, Diretor-Presidente da Agência de Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM, eleito 1º vice-presidente da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento – ABDE.

Sessão: 15.05.2006

Requerimento nº 565, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o jovem atleta amazonense Paulo Keryson, que conquistou o título de bicampeão brasileiro de jiu-jitsu na categoria pluma.

Sessão: 15.05.2006

Requerimento nº 566, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para a Escola Estadual Petrônio Portela, pela inauguração, no último dia 5 de maio, de seu espaço cultural.

Sessão: 15.05.2006

Requerimento nº 567, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para a atleta amazonense Deyse Rodrigues, que conquistou, no último dia 12 de maio, a medalha de ouro na prova de 400 metros rasos nos Jogos Nacionais do Sesi.

Sessão: 15.05.2006

Requerimento nº 575, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta Jadel Gregório, pela conquista da medalha de ouro no GP-Rio, de salto triplo, no dia 14 do corrente, no Rio de Janeiro.

Sessão: 16.05.2006

Requerimento nº 576, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de solidariedade e de pronto restabelecimento ao levantador de toadas Srs. Arlindo Júnior, do Boi-Bumbá Caprichoso, de Parintins, no Amazonas.

Sessão: 16.05.2006

Requerimento nº 584, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento de seis policiais civis, vinte e um policiais militares, dois bombeiros, oitos agentes penitenciários, três guardas metropolitanos e quatro cidadãos comuns em decorrência de ataques na cidade de São Paulo.

Sessão: 16.05.2006

Requerimento nº 585, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos policiais e bombeiros vitimados pelos atentados no Estado de São Paulo.

Sessão: 16.05.2006

Requerimento nº 587, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para a Professora Alcy Pedrosa de Oliveira Limongi, que completou 89 anos de idade no dia 10 de maio.

Sessão: 17.05.2006

Requerimento nº 588, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Engenheiro-Agrônomo amazonense Vivaldo Campbell de Araújo, pelo lançamento do livro “O Chamado”.

Sessão: 17.05.2006

Requerimento nº 589, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Superintendência da Zona Franca de Manaus, pela realização da III Feira Internacional da Amazônia (III FIAM), em Brasília, no mês de maio de 2006.

Sessão: 17.05.2006

Requerimento nº 590, de 2006, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Roberto Saturnino, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do embaixador Álvaro Alencar, em 17 do corrente, no Rio de Janeiro.

Sessão: 18.05.2006

Requerimento nº 593, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pela realização do 15º Congresso Eucarístico Nacional, nos dias 20 e 21 últimos, em Florianópolis/SC.

Sessão: 22.05.2006

Requerimento nº 594, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio,

solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Carlos Alberto de Aragão Vinagre, ocorrido no dia 22 de maio de 2006, na cidade de Belém.

Sessão: 23.05.2006

Requerimento nº 596, de 2006, de autoria do Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Universidade Federal do Amazonas – UFA e ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA pela pesquisa conjunta que resultou no mapeamento do DNA do Guaraná.

Sessão: 23.05.2006

Requerimento nº 597, de 2006, de autoria do Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da professora Sebastiana Braga, notável educadora amazonense, ocorrido em Manaus.

Sessão: 23.05.2006

Requerimento nº 598, de 2006, de autoria do Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à jornalista Tereza Cristina Calderaro Corrêa, Vice-Presidente da Rede Calderaro de Comunicações (grupo de que faz parte o jornal A CRÍTICA), de Manaus, pela sua eleição para integrar, como único membro estrangeira, o Board of Directors da Newspaper Association of América – NAA, de Orlando, Flórida, Estado Unidos.

Sessão: 23.05.2006

Requerimento nº 603, de 2006, de autoria dos Senadores Flávio Arns, Eduardo Azeredo e Romeu Tuma, solicitando voto de louvor à Rede Bandeirantes de Televisão pela realização do programa “Apae em Ação” no domingo passado, dia 21 de maio de 2006.

Sessão: 24.05.2006

Requerimento nº 606, de 2006, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Regina Napoleão, ocorrido neste 30 de maio, mãe do ex-Senador Hugo Napoleão.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 607, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Tertulino Araújo Pereira, pai do Deputado Estadual do Amazonas Lino Chixaro, ocorrido em Manaus.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 608, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento, em Manaus, do técnico gráfico Raimundo Costa, primeiro colaborador do jornal A Crítica.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 609, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Moto Honda da Amazônia Ltda, pela conquista do Diploma de Maior Exportadora para a Europa 2005, conferido pela FIEM.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 610, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso às ginastas Daiane dos Santos e Laís Souza, dobradinha brasileira vitoriosa na etapa de Moscou da Copa do Mundo de Ginástica.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 611, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Faculdade Martha Falcão, de Manaus, pela passagem de seu 25º aniversário de fundação.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 612, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Paulonei Tomaz Avelino, pela conquista do Diploma de Industrial do Ano, conferido pela FIEM.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 613, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Adalberto de Souza Rosário, pela conquista do Diploma de Microindustrial do Ano de 2005, conferido pela FIEM.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 614, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Nokia do Brasil Tecnologia Ltda, pela conquista do Título de Exportadora do Ano de 2006, conferido pela FIEM, por indicação da ACEAM.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 615, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas – REALGENE, pela realização de pesquisa conjunta que levou ao mapeamento parcial do DNA do Guaraná.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 617, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Mary Assayag Hanan, mãe do Dr. Samuel Hanan, ex-vice Governador do Estado do Amazonas.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 618, de 2006, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Regina Napoleão, mãe do ex-Senador e ex-Governador do Estado do Piauí, Hugo Napoleão.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 619, de 2006, de autoria do Senador Magno Malta solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-prefeito Hélio Carlos Manhães, ocorrido na terça-feira passada, dia 23 de maio de 2006.

Sessão: 31.05.2006

Requerimento nº 620, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de pesar à família Shurmann, de Navegantes – SC, pelo falecimento da menina Katherine Schurmann, aos 13 anos de idade, vítima de pneumonia. Dos 5 aos 7 anos, Katherine acompanhou a família numa viagem de volta ao mundo, para reconstituir a circunavegação de Fernão de Magalhães, realizada entre 1519 e 1522.

Sessão: 31.05.2006

Requerimento nº 622, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, nessa terça-feira, dia 30/05/2006, do jornalista Daniel Koslowski Herz, bem como apresentação de condolências aos familiares.

Sessão: 31.05.2006

Requerimento nº 623, de 2006, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando voto de aplauso à artista plástica Maria Nazaré Rufino, mais conhecida como Naza, por haver sido contemplada, nos EUA, com o prêmio internacional Brazilian Internactional Press Award 2006, como a artista brasileira que mais contribuiu para a imagem positiva do Brasil nos EUA.

Sessão: 31.05.2006

Requerimento nº 625, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de aplauso em homenagem à doutora Madeleine Alves de Souza Gouveia, empossada recentemente como Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Sessão: 31.05.2006

Requerimento nº 626, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de pesar à família do Professor Daniel Koslowsk Herz, falecido terça-feira (30/05). Com rida trajetória no jornalismo, exercia atualmente o cargo de Diretor da FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas.

Sessão: 31.05.2006

VIII - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA

Total..... 5

Ato nº 18, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de maio de 2006, a **Medida Provisória nº 284, de 6 de março de 2006**, que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1996, e 8.212, de 24 de julho de 1991. (empregadas domésticas)

(Publicado no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2006, seção I)

Ato nº 19, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de maio de 2006, a **Medida Provisória nº 285, de 6 de março de 2006**, que dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências.

(Publicado no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2006, seção I)

Ato nº 20, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de maio de 2006, a **Medida Provisória nº 286, de 9 de março de 2006**, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de até R\$ 250.500.000,00, para os fins que especifica”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 2 de maio de 2006, seção I)

Ato nº 21, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 28 de maio de 2006, a **Medida Provisória nº 287, de 29 de março de 2006**, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 361.554.596,00, para os fins que especifica”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2006, seção I)

Ato nº 22, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 30 de maio de 2006, a **Medida Provisória nº 288, de 31 de março de 2006**, que “dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 24 de maio de 2006, seção I)

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 31 de maio de 2006)	
Deliberativas Ordinárias	14
Não Deliberativas	7
Especiais	2
Total	23

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL **(1º a 31 de maio de 2006)**

MATÉRIAS APROVADAS	160
I – Medidas Provisórias aprovadas.....	3
1 – Aprovada com alterações e devolvida à Câmara dos Deputados.....	1
2 – Aprovada na íntegra e encaminhada à promulgação.....	1
3 – Aprovado Projeto de Lei de Conversão e devolvida Medida Provisória à Câmara dos Deputados	1
II – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados.....	17
1 – Em decisão terminativa.....	17
1.1 – Proposições do Senado.....	17
III – Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	129
1 – Concessões e telecomunicações.....	129
IV – Escolha de chefes de Missões Diplomáticas	6
V – Escolha de autoridades.....	5
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	2
VI – Matérias rejeitadas	2
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	162
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA	5

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 15 DE FEVEREIRO A DE 31 DE MAIO DE 2006

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 4ª LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA (15 de fevereiro a 31 de maio de 2006)

Deliberativas Ordinárias	40
Não Deliberativas	26
Especial	05

Total 71

MATÉRIAS APROVADAS 325

I – Medidas Provisórias aprovadas 12

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção..... 4

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação

3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados 3

4 – Aprovado Projeto de Lei de Conversão e Devolvida a Medida Provisória à Câmara dos Deputados

II – Projetos aprovados e enviados à sanção 14

III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados..... 43

1 - Em Decisão terminativa

1.1 Projetos de Lei do Senado Federal.....36

2 - Por Decisão de Plenário

2.1 – Do Senado Federal

2.2 – Da Câmara dos Deputados.....3

2.3 – de Comissão Mista.....1

IV – Projetos aprovados e enviados à promulgação 204

1 - Acordos Internacionais.....53

2 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais.....7

3 – Operações de Crédito.....4

4 – Concessões de telecomunicações.....140

V – Escolha de chefes de Missão Diplomática..... 6

VI – Pareceres referentes a Mensagens de Escolha de Autoridade 5

VII – Requerimento de informações sigilosas 1

VIII – Requerimentos de Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante 5

IX – Indicação 1

X – Requerimentos Diversos..... 34

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO 11

XI – Matérias prejudicadas..... 2

XII – Matérias rejeitadas 9

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS 336

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA 18

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE MAIO DE 2006 DAS
COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE.

REUNIÃO REALIZADA EM 02/05/2006 – ORDINÁRIA

1ª PARTE - ITEM 01

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 118, DE 2006 - NÃO TERMINATIVA

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Relator: Senador ALOIZIO MERCADANTE

Parecer: A ser apreciado em votação secreta.

Relatora Ad Hoc: Senadora PATRÍCIA SABOYA GOMES

Resultado: A Comissão aprova a indicação da Sra. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, por 17 votos favoráveis, 01 voto contrário e nenhuma abstenção.

ITEM 02 - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 121, DE 2006 - NÃO TERMINATIVA

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FRANCISCO JOSÉ RABELO DO AMARAL para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE.

Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Relator: Senador NEY SUASSUNA

Parecer: A ser apreciado em votação secreta.

Resultado: A Comissão aprova a indicação do Sr. Francisco José Rabelo do Amaral para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, por 15 votos favoráveis, 03 votos contrários e nenhuma abstenção.

2ª PARTE - ITEM 01 - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 114, DE 2006 - NÃO TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até US\$ 106,250,000.00 (cento e seis milhões duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Tocantins e o MCC S.p.A - Capitalia Gruppo Bancário - MCC, da Itália, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento - Pontes Tocantins - Fase II”.

Autoria: EXECUTIVO

Relator: Senador GILBERTO MESTRINHO

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

OBS: Em 18/04/2006, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também requerimento de urgência para a Matéria.

ITEM 02 - AVISO DO SENADO FEDERAL Nº 01, DE 2006 - NÃO TERMINATIVO

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.084/2005-TCU-Plenário, referente à auditoria realizada na Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Autoria: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Relator: Senador ROBERTO SATURNINO

Parecer: Pelo conhecimento da Comissão e posterior arquivamento da Matéria.

OBS: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator.

FORAM APROVADOS OS SEGUINTE REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 28/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, o sobrestamento do exame do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003, versando sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, até que seja cumprida a diligência solicitada através do Ofício nº 655, de 2006, da Mesa Diretora do Senado Federal, do 1º Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Tião Viana, baseado no artigo 266 do Regimento Interno do Senado Federal, para leitura de Requerimento de tramitação conjunta protocolado em 19/04/06. Autoria: Senador César Borges

REQUERIMENTO Nº 30/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja incluído como convidado na próxima audiência pública a ser realizada no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2006, o Exmo. Sr. Manoel Felipe Rego Brandão, Procurador-Geral da Fazenda Nacional. Autoria: Senador Rodolpho Tourinho

REQUERIMENTO Nº 31/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados o Excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores, Senhor Celso Amorim, o Excelentíssimo Ministro das Minas e Energia, Senhor Silas Rondeau, o Excelentíssimo Ministro da Fazenda, Senhor Guido Mantega, o Excelentíssimo Ministro da Defesa, Senhor Valdir Pires, e o Presidente da Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRÁS, Senhor José Sérgio Gabrielli, para prestarem esclarecimentos sobre as ações do Governo da Bolívia que vieram a prejudicar seriamente os interesses brasileiros naquele país. Autoria: Senador Eduardo Azeredo

REQUERIMENTO Nº 32/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, sejam solicitadas à Secretaria de Defesa Econômica (SDE), órgão vinculado ao Ministério da Justiça e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, informações acerca das medidas adotadas contra a Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV), tendo em vista notícias de que estaria descumprindo o Termo de Compromisso de Conduta Econômica em relação às pequenas cervejarias, estabelecido no momento da sua constituição, em 2000. Autoria: Senador Eduardo Suplicy

REQUERIMENTO Nº 33/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 29 de abril de 2006, de um dos mais notáveis economistas do mundo contemporâneo, John Kenneth Galbraith. Autoria: Senador Arthur Virgílio, subscrito pelos Senadores Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Romeu Tuma e pela Senadora Serys Slhessarenko.

FOI REJEITADO O SEGUINTE REQUERIMENTO:

REQUERIMENTO Nº 29/2006-CAE, que requer, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o estudo do Projeto de Lei nº 216, de 2003, que “dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil”, feito em reunião conjunta desta Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Autoria: Senador Álvaro Dias

REUNIÃO REALIZADA EM 02/05/2006 – CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS SOCIAIS, SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ITEM UM - AUDIÊNCIA PÚBLICA, “com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo VARIG”, em atendimento aos Requerimentos nº 11, 12 e 14, de 2006-CAS de autoria dos Senadores Antônio Carlos Valadares, Heráclito Fortes, Luiz Otávio, Tasso Jereissati, Ana Júlia Carepa e Eduardo Suplicy, respectivamente. Participaram da reunião os seguintes convidados: Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos – Procurador de Fundações, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Professor Paulo Rabello de Castro – Consultor da TGV.

REUNIÃO REALIZADA EM 16/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01

**MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 122, DE 2006
NÃO TERMINATIVA**

Encaminha ao Senado Federal a indicação do Senhor MÁRIO MAGALHÃES CARVALHO MESQUITA, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, na vaga do Senhor Sérgio Darcy da Silva Alves.

Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Relatora: Senadora ANA JÚLIA CAREPA

Parecer: A ser apreciado em votação secreta.

Resultado: A Comissão aprova a indicação do Sr. Mário Magalhães Carvalho Mesquita para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por 19 votos favoráveis, 01 voto contrário e nenhuma abstenção.

ITEM 02**MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 123, DE 2006
NÃO TERMINATIVA**

Encaminha ao Senado Federal a indicação do Senhor PAULO VIEIRA DA CUNHA, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, em substituição ao Senhor Alexandre Schwartzman.

Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Relator: Senador VALDIR RAUPP

Parecer: A ser apreciado em votação secreta.

Resultado: A Comissão aprova a indicação do Sr. Paulo Vieira da Cunha para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por 18 votos favoráveis, 01 voto contrário e uma abstenção.

ITEM 03**EMENDA Nº 01 – PLEN OFERECIDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO
SENADO Nº 33, DE 2006
NÃO TERMINATIVO**

Autoriza o Estado do Tocantins a contratar operação de crédito externo, com a garantia da União, com o MCC S.p.A. Capitalia Gruppo Bancario, no valor de até US\$ 106,250,000.00 (cento e seis milhões duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Autoria: Senador ALMEIDA LIMA

Relator: Senador GILBERTO MESTRINHO

Parecer: Pela rejeição da Emenda nº 01-PLEN

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator.

FORAM, AINDA, APROVADOS OS SEGUINTE REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 35/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater sobre políticas de concessão de benefícios fiscais a empresas participantes de políticas de incentivos ao desenvolvimento dos Estados, sob a ótica do artigo 155, § 2º, inciso XII, alínea “g”, da Constituição Federal, com a presença do Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega; do Presidente em exercício do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, Sr. Bernardo Appy; do Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual – FENAFISCO, Sr. Rogério Macanhão; do Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA, Sr. José Conrado Azevedo Santos; do Presidente da Associação Comercial do Pará, Sr. Altair Vieira; da Secretária de Fazenda do Estado do Pará; e de representante do Ministério Público Federal. Autoria: Senadora Ana Júlia Carepa e Senador Luiz Otávio.

REQUERIMENTO Nº 36/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instruir o PLC nº 119, de 2005, que “acrescenta o art. 17-A à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e dá outras providências” (transferência para o Tesouro Nacional das ações de acionistas não identificados de sociedade anônima de capital aberto), com a presença dos seguintes convidados: Alfred K. Ploger, da Companhia Melhoramentos de São Paulo e Presidente da Abrasca; Horácio Lafer Piva, da Klabin S.A., e ex-Presidente da Fiesp; Jorge Gerdau

Johannpeter, Presidente da Gerdau S.A.; Paulo Cezar Aragão, Advogado e ex-Presidente da CVM; e de Marcelo Trindade, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Autoria: Senador Wellington Salgado

REUNIÃO REALIZADA EM 23/05/2006 - ORDINÁRIA

ITEM 01

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 145, DE 2006

NÃO TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, no valor total de até US\$ 28,000,000.00 (vinte e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar, parcialmente, o "Programa de Melhoria da Infra-Estrutura Viária da Região Sul-Fronteira".

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Relator: Senador AELTON FREITAS

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também requerimento de urgência para a Matéria.

REQUERIMENOS APROVADOS:

REQUERIMENTO Nº 37/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater a situação das relações comerciais entre o Brasil e a República Popular da China com a presença do Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Sr. Armando de Queiroz Monteiro Neto; do Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP, Sr. Paulo Skaff; do Presidente da Federação da Indústria do Rio Grande do Sul – FIERGS, Sr. Paulo Tigre; do Exmo. Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Luiz Fernando Furlan; e do Secretário da Receita Federal.

Autoria: Senador Pedro Simon

REQUERIMENTO Nº 38/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, que sejam solicitadas informações ao Governo do Estado do Pará com o objetivo de mensurar o impacto econômico e social causado após a declaração da inconstitucionalidade do inciso I, do art. 5º, da Lei Estadual nº 6.489/02 (Lei de Incentivos Fiscais do ICMS), tema que será abordado em Audiência Pública por esta referida Comissão.

Autoria: Senadora Ana Júlia Carepa

REUNIÃO REALIZADA EM 30/05/2006 - ORDINÁRIA

ITEM 01 - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 157, DE 2006 - NÃO TERMINATIVA - Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre o Governo do Estado do Pará e um consórcio de Bancos liderados pelo MedioCredito Centrale S.p.A. - atualmente denominado MCC

S.p.A. - Capitalia Grupo Bancário, no valor total de até US\$ 42,670,000.00 (quarenta e dois milhões, seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, seguro de crédito da SACE S.p.A. (Servizi Assicurativi Del Commercio Estero) e equalização da taxa de juros pela SIMEST S.p.A. (Società Italiana per le Imprese all'Estero), destinada a financiar 85% da importação de bens e serviços de origem italiana da Rivoli S.p.A., no âmbito do “Projeto Pontes de Concreto para o desenvolvimento”. Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Relator: Senador GILBERTO MESTRINHO. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM 02 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 103, DE 1999 - NÃO TERMINATIVO - Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 (quarenta) anos, e dá outras providências. Autoria: Senador JEFFERSON PÉRES

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM OS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 103, DE 2003 - NÃO TERMINATIVO - Dispõe sobre a concessão de incentivos aos empregadores que contratarem trabalhadores com idade acima de quarenta e cinco anos, e dá outras providências. Autoria: Senadora ÍRIS DE ARAUJO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2003 - NÃO TERMINATIVO - Institui o Programa de Incentivo ao Trabalhador com idade entre 40 e 55 anos de idade - PROIN. Autoria: Senador ÁLVARO DIAS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO - Dispõe sobre as vagas nas empresas para os trabalhadores com mais de quarenta e cinco anos, nos casos que especifica. Autoria: Senador PAULO PAIM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 178, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO - Acrescenta parágrafos aos artigos 17 e 29 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. (Com o objetivo de estimular a contratação de trabalhadores com idade superior a 40 anos e de aprimorar a divulgação de informações acerca dos valores recolhidos ao FGTS e respectivas contas vinculadas). Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA. Relator: Senador JOSÉ AGRIPINO. Parecer: Pela aprovação do PLS nº 103, de 1999, com a Emenda nº 01 que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 103, de 2003, do PLS nº 461, de 2003, do PLS nº 83, de 2005, e do PLS nº 178, de 2005. Obs: As Matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator.**

ITEM 03 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO - Reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre os produtos que menciona. Autoria: Deputado NELSON BORNIER. Relator: Senador SÉRGIO CABRAL. Parecer: Favorável ao Projeto. Relator Ad Hoc: Senador ARTHUR VIRGÍLIO. Parecer: Apresentou Parecer pela rejeição da Matéria.

Obs: Em 11/04/06, foi concedida Vista ao Senador Romero Jucá, que devolveu sem manifestação. **Resultado: O Presidente da Comissão designa o Senador Arthur Virgílio Relator Ad Hoc, que apresenta Parecer pela rejeição da Matéria. A Comissão aprova o Parecer.**

ITEM 04 - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 158, DE 2006 - NÃO TERMINATIVA - Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor equivalente a até R\$ 12,000,000,000.00 (doze milhões de dólares) dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Bahia - PROMOSEFAZ II. Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Relator: Senador LUIZ OTÁVIO. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. **Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS.

REUNIÃO REALIZADA EM 02/05/2006 – CONJUNTA COMA AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ITEM UM - AUDIÊNCIA PÚBLICA, “com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo VARIG”, em atendimento aos Requerimentos nº 11, 12 e 14, de 2006-CAS de autoria dos Senadores Antônio Carlos Valadares, Heráclito Fortes, Luiz Otávio, Tasso Jereissati, Ana Júlia Carepa e Eduardo Suplicy, respectivamente. Participaram da reunião os seguintes convidados: Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos – Procurador de Fundações, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Professor Paulo Rabello de Castro – Consultor da TGV.

EXTRA PAUTA

ITEM 01 - REQUERIMENTO Nº 15, DE 2006-CAS

Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, com fundamento no disposto do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das questões atinentes à “Recuperação Judicial da VARIG”, notadamente quanto a sua relação com os Estados devedores, para o dia 11 de maio de 2006, às 10:00 horas. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados os Governadores ou Vice-Governadores, ou seus Secretários de Fazenda dos Estados de São Paulo, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Distrito Federal. Autor: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado**

ITEM 02 - REQUERIMENTO Nº 016, DE 2006-CAS

Requeiro nos termos do artigo 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal combinado com o artigo 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Dr. Luiz Fernando Furlan, para comparecer a Reunião de Audiência Pública conjunta das Comissões de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e Desenvolvimento Regional, acompanhado do sr. Demian Fiocca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Autores: Senadores Jefferson Peres, Paulo Paim e Heráclito Fortes. **Resultado: Aprovado**

ITEM 03 - REQUERIMENTO Nº 017, DE 2006-CAS

Requeiro nos termos do artigo 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal combinado com o artigo 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Dr. Nelson Machado, para comparecer a Reunião de Audiência Pública conjunta das Comissões de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e Desenvolvimento Regional, acompanhado do sr. Adacyr Reis, Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência. Autores: Senadores Jefferson Peres, Paulo Paim e Heráclito Fortes. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 04 - REQUERIMENTO Nº 018, DE 2006-CAS

Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado para participar de Reunião de Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo o Dr. Enio Dionízio Brentano – Liquidante dos Planos VARIG no AERUS, com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o GRUPO VARIG. Autores: Senadores Heráclito Fortes, Sérgio Zambiasi, Paulo Paim e Geraldo Mesquita. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 05 - REQUERIMENTO Nº 019, DE 2006-CAS

Requeiro, nos termos regimentais, sejam convidados para participarem de Reunião de Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo, o Dr. Luís Roberto Pontes – Reestruturador Empresarial do Plano do GRUPO VARIG e o Comandante Márcio Marsillac – Coordenador dos Trabalhadores do Grupo VARIG – TGV, a fim de discutirem a grave situação da VARIG. Autores: Senador Heráclito Fortes. **Resultado: Aprovado.**

RESULTADO DA REUNIÃO REALIZADA EM 04/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO –

“Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.”

Autora: Deputada ALMERINDA DE CARVALHO

Relator: “ad hoc” Senador PEDRO SIMON

Parecer: Favorável

Resultado: Aprovado

ITEM 02-PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO

“Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.”

Autor: Deputado SANDRO MABEL

Relator: Senador PAULO PAIM

Parecer: Favorável ao projeto nos termos do Substitutivo que apresenta

Resultado: Aprovado

ITEM 03 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO

“Regulamenta o exercício da Profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.”

Autor: Deputado CEZAR SCHIRMER

Relator: Senador WELLINGTON SALGADO

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado

ITEM 04 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO -

“Dispõe sobre o incentivo fiscal ao empregador para construção de habitação para o empregado.”

Autor: Senador GILBERTO GOELLNER

Relator: “ad hoc” Senador EDUARDO AZEREDO

Parecer: Favorável na forma do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado

ITEM 05 - REQUERIMENTO Nº 20 , DE 2006 – CAS

“Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005, que “altera a Lei nº 5.859, de 11 dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.”

Autor: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES

Resultado: Aprovado

ITEM 06 - REQUERIMENTO Nº 08, DE 2006 – CAS

“Requer nos termos do art. 93, do Regimento Interno, que seja realizada audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a Comissão de Educação com o objetivo de discutir a **prevenção da violência com investimento na primeira infância** e para instruir o PLS nº 340, de 2005, que “*Institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância*”. Para a realização da audiência pública, os temas a serem abordados e os respectivos expositores deverão ser os seguintes:

Dr. Laurista Corrêa Filho, Pediatra/Neonatologista:

Tema: *A importância da perinatalidade na prevenção da violência.*

Dr. Salvador Célia, Psiquiatra e Professor Titular de Psiquiatria da Ulbra (Canoas, RS) e Presidente da Federação Latino-Americana e Psiquiatria da Infância, Família e Profissões Afins (FLAPIA):

Tema: Apego, resiliência e prevenção da violência.

Dr. Antônio Márcio Lisboa, Pediatra e Professor Titular de Pediatria da Universidade de Brasília:

Tema: Prevenção da violência.

Autora: Senadora PATRÍCIA SABOYA GOMES

Resultado: Aprovado

ITEM 07 - REQUERIMENTO Nº 21 , DE 2006 – CAS

“Requer a urgência, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 296 de 2003, que altera o art. 29 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e revoga os arts. 3º, 5º, 6º e 7º da Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, modificando a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social”.

Autor: Senador PAULO PAIM

Resultado: Aprovado

RESULTADO DA REUNIÃO DE 10/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 MENSAGEM (SF) Nº 125, DE 2006 - NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDUARDO MARCELO DE LIMA SALES para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Relator: Senador NEY SUASSUNA

Parecer: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado o nome do Senhor EDUARDO MARCELO DE LIMA SALES, com 15 votos SIM, 01 voto NÃO e nenhuma abstenção.

EXTRA PAUTA

ITEM 01 - REQUERIMENTO Nº 22, DE 2006 – CAS

“Com fundamento no disposto no Art.58, § 2º , inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90,inciso II , do Regimento Interno desta Casa, REQUEIRO a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das QUESTÕES ATINENTES AO FGTS, em data e local a serem definidos, devendo ser convidados Presidente do Conselho Curador do FGTS, Presidente da Caixa Econômica Federal, Representante dos Trabalhadores – Centrais Sindicais e Confederações conforme lista que segue anexa”.

Autor: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 16/05/2006 – CONUNTA COM AS COMISSÕES DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ITEM UM: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA, “com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo VARIG”, em atendimento aos Requerimentos nº 21, 22, 24 e 25, de 2006-CI, de autoria dos Senadores Jefferson Peres, Heráclito Fortes e outros, respectivamente, com a presença dos Senhores:

Resultado: Reunião de Audiência Pública realizada, com a presença das seguintes autoridades: Dr. Demian Fiocca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; Dr. Adacir Reis, Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social; Dr. Luiz Roberto Pontes, Reestruturador Empresarial do plano do Grupo VARIG e Comandante Márcio Marsillac, Coordenador dos Trabalhadores do Grupo VARIG – TGV. **RESULTADO: REALIZADA.**

EXTRA – PAUTA

ITEM 01 - REQUERIMENTO Nº 023, DE 2006- CAS

Requer, nos termos regimentais, a realização de uma Audiência pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a participação do presidente de empresa Petróleo Brasileiro – Petrobrás, *José Gabrielli*; o empresário *Eike Batista*; o Secretário- Geral do Itamaraty, *Samuel Pinheiro Guimarães* e o diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura, professor *Adriano Pires*, para analisarem a estatização de ativos da Petrobrás e a expulsão da empresa EBX, pela República de Bolívia. E também, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. **Autor:** Senador JOSÉ JORGE. **Resultado:** Aprovado

ITEM 02 - REQUERIMENTO Nº 024, DE 2006- CAS

Requer, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinando com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para, com a participação do Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Presidente da Petrobrás, e do Sr. Aloísio Marcos Vasconcelos Novais, Presidente da Eletrobrás, debater as causas do atraso na implantação do Gasoduto Urucu-Porto Velho. E também no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. **Autor:** Senador VALIR RAUPP. **Resultado:** Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 17/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2003 - TERMINATIVO-

- “Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir a atribuição de destaque às declarações de qualidades e de características nutritivas, tanto nas embalagens quanto na publicidade de alimentos.” **Autor:** Senador TIÃO VIANA. **Relator:** Senador FLEXA RIBEIRO. **Parecer:** Contrário. A proposição obteve parecer favorável da CCJ e contrário da CAE. **Resultado: Rejeitado o Projeto.**

ITEM 02 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 343, DE 2005 –

TERMINATIVO - “Altera o art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, (dispõe sobre utilização de mão de obra de menores de dezesseis anos)”. **Autor:** Senadora LÚCIA VÂNIA. **Relator:** “ad hoc” Senador LUIZ PONTES. **Parecer:** Favorável com uma emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado**

ITEM 03 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2000 –

TERMINATIVO - “Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde para coibir a exigência de realização de testes genéticos para a detecção de doenças”. **Autor:**

Senador JUVÊNCIO DA FONSECA. Relator: “ad hoc” Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Favorável com uma emenda apresentada pelo relator e com a inclusão da emenda apresentada pelo autor do Projeto. **Resultado: Aprovado**

REUNIÃO REALIZADA EM 24/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO EMENDA Nº 02-PLENÁRIO OFERECIDA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2005

“Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo”.

Autor da Emenda: Senador ARTHUR VIRGÍLIO

Relator da Emenda: Senador PAULO PAIM

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado com uma *Subemenda* do Relator.

ITEM 02 - TERMINATIVO- PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, DE 2003

“Dispõe sobre o exercício da profissão de ortoptista”.

Autor: Senador PAULO PAIM

Relator: Senador FLÁVIO ARNS

Parecer: Favorável na forma do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria vai a turno Suplementar (art.282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal).

ITEM 03 - TERMINATIVO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, DE 2006

“Altera os arts. 32 e 80 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o acesso do empregado às informações relativas ao recolhimento de suas contribuições ao INSS, e dá outras providências”.

Autor: Senador CRISTOVAM BUARQUE

Relator: Senador EDUARDO AZEREDO

Parecer: Favorável

Resultado: Aprovado

ITEM 04 - TERMINATIVO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, DE 2005

“Altera o inciso II do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, de forma a eliminar a obrigatoriedade de renovação, a cada três anos, do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social para fins de isenção previdenciária”.

Autor: Senador FLÁVIO ARNS

Relator: Senador EDUARDO AZEREDO

Parecer: Favorável ao projeto e pela rejeição das emendas apresentadas.

Resultado: Aprovado o Projeto com uma emenda do Relator.

ITEM 05 - TERMINATIVO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 2005

“Modifica o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, concedendo adicional de periculosidade aos eletricitários”.

Autor: Senador PAULO PAIM

Relator: “ad hoc” Senador MÃO SANTA

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado

ITEM 06 - TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 2004

“Concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos”.

Autor: Senador MARCOS GUERRA

Relator: Senador MARCO MACIEL

Parecer: Contrário.

Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM 07 - TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 529, DE 2003

“Altera o parágrafo único do artigo 39 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, no que concerne ao salário-maternidade devido à segurada especial”.

Autora: Senadora SERYS SLHESSARENKO

Relator: “ad hoc” Senador JONAS PINHEIRO

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado

ITEM 08 - TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2003

“Modifica o Artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho e Acrescenta-se o § 3º, concedendo Adicional de Periculosidade aos Carteiros.”

Autor: Senador PAULO PAIM.

Relator: Senador MÃO SANTA.

Parecer: Favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria vai a turno Suplementar (art. 282 combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal).

REUNIÃO REALIZADA EM 30/05/2006 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ITEM ÚNICO: AURIÊNCIA PÚBLICA - ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, DE 2005, QUE “INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA VIOÊNCIA NA PRIMEIRA INFÂNCIA”. AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORAS PATRÍCIA SABOYA GOMES E FÁTIMA CLEIDE. AUTORIA DO PROJETO: SENADOR PEDRO SIMOM. RELATORIA DO PROJETO: SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES. CONVIDADOS: DR. LAURISTA CORRÊA FILHO - PEDIATRA E NEONATOLOGISTA. TEMA: A IMPORTÂNCIA DA PERINATALIDADE NA PREVENÇÃO DA VIOÊNCIA.

DR. SALVADOR CÉLIA - PSIQUIATRA E PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO LATINO-AMERICANA DE PSIQUIATRIA DA INFÂNCIA, FAMÍLIA E PROFISSÕES AFINS – FLAPIA. TEMA: APEGO, RESILIÊNCIA E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA.

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA - PEDIATRA E PROFESSOR TITULAR DE PEDIATRIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB - TEMA: PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA.

RESULTADO: REALIZADA.

REUNIÃO REALIZADA EM 31/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, DE 2003 - “Dispõe sobre o exercício da profissão de ortoptista”. Autor: Senador PAULO PAIM. Relator: Senador FLÁVIO ARNS. **Resultado: Não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, a Emenda nº01 – CAS (Substitutivo), foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.**

ITEM 02 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2003 - “Modifica o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho e acrescenta-se o § 3º, concedendo adicional de periculosidade aos carteiros”. Autor: Senador PAULO PAIM. Relator: Senador MÃO SANTA. **Resultado: Não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, a Emenda nº01 – CAS (Substitutivo), foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.**

ITEM 03 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2004 - “Altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para tornar obrigatória a colocação de tampa plástica protetora nas bebidas embaladas em latas de alumínio ou outro metal”. Autor: Senador EDUARDO AZEREDO. Relator: Senador SÉRGIO GUERRA. Parecer: Favorável, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado, a matéria vai a turno suplementar (Art. 282 combinado com o art. 92 RISF)**

ITEM 04 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 469, DE 2003 - “Acrescenta inciso ao artigo 157 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5452, de 1º de maio de 1943.(Evitar, nos trabalhos a céu aberto em áreas restritas, públicas ou privadas, e nas vias públicas, a execução de atividades que exponham o empregado a condições climáticas adversas prejudiciais à saúde ou com acentuado risco de acidentes)”. Autor: Senador MARCELO CRIVELLA. Relator: Senador FLÁVIO ARNS. Parecer: Pelo arquivamento da matéria. **Resultado: Arquivado.**

ITEM 05 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2003 - “Dá nova redação ao artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, para alterar o critério de concessão de férias, e dá outras providências”. Autor: Senador SÉRGIO ZAMBIASI. **TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2005** - “Revoga o § 2º do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT,

aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Extingue a proibição de concessão do parcelamento de férias aos trabalhadores menores de 18 (dezoito) e maiores de 50 (cinquenta) anos de idade)". Autor: Senador CÉSAR BORGES. Relator: Senador FLEXA RIBEIRO. Parecer: Contrário ao PLS nº 88, de 2005 e favorável ao PLS nº 116, de 2003, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado, a matéria vai a turno suplementar (Art. 282 combinado com o art. 92 RISF)**

ITEM 06 - REQUERIMENTO Nº 25, DE 2006– CAS - “Requer nos termos regimentais a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, com a presença da Sr. Andréa Schwarz, consultora para projetos ligados à qualidade de vida e inclusão social das pessoas com necessidades especiais.” Autor: Senador EDUARDO AZEREDO. **Resultado: Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ.

REUNIÃO REALIZADA EM 03/05/2006 – ORDINÁRIA

ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2005 - TERMINATIVO NA CI -

“Dispõe sobre a importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural”.

Autoria: Senador RODOLPHO TOURINHO.

Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: **Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 25-Substitutiva, com dez Subemendas que apresenta; pela rejeição das Emendas nºs 1 a 23; da Subemenda, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, e pela rejeição dos PLS's nºs 100 e 101, de 2004.**

Obs: - Ao PLS nº 226, de 2005, foram oferecidas as Emendas a seguir:

- Emendas nºs 01 a 10, de autoria do Senador Efraim Morais;
- Emendas nºs 11 a 17, de autoria do Senador Edison Lobão;
- Emendas nºs 18 a 23, de autoria do Senador Leonel Pavan;
- Emenda nº 24, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho (**retirada em 17/1/2006**);
- Emenda nº 25, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho;
- Em 18/01/2006, foi concedida vista coletiva nos termos regimentais;
- **Em 11/04/2006, foi recebida a Subemenda, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, à Emenda nº 25-Substitutiva, que recebeu Parecer Contrário;**
- Em 03/05/2006, foi recebido o Relatório do Senador Eduardo Azeredo;
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, DE 2004 - TERMINATIVO NA CI -

“Institui o Programa Nacional do Gás (Progás)”.

Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.

Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 25-Substitutiva, com dez Subemendas que apresenta; pela rejeição das Emendas nºs 1 a 23; da Subemenda, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, e pela rejeição dos PLS's nºs 100 e 101, de 2004.

Obs: A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 101, DE 2004 - TERMINATIVO NA CI -**

“Institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás”.

Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.

Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 25-Substitutiva, com dez Subemendas que apresenta; pela rejeição das Emendas nºs 1 a 23; da Subemenda, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, e pela rejeição dos PLS's nºs 100 e 101, de 2004.

Obs: A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), contrário às Emendas nºs 1 a 23 e à Subemenda de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, e pela rejeição dos PLS's nºs 100 e 101, de 2004. A Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) corresponde à Emenda nº 25-Substitutiva com as dez Subemendas do Relator, consolidadas no texto do Substitutivo.

ITEM 2 - EMENDAS OFERECIDAS PERANTE A CCJ À - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2006 - (PEC nº 536, de 1997, na Câmara dos Deputados)

“Dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal (Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB)”.

Autoria: Deputado VALDEMAR COSTA NETO e outros Srs. Deputados.

Relatoria: Senador JOSÉ JORGE.

Parecer: Pela aprovação da Proposta, com o acolhimento total das emendas nºs 3, 14, 15, 29, 30, 31, 33 e 34; pelo acatamento parcial das Emendas nºs 12, 16, 19, 22, 24, 32 e 35, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo); e pela rejeição das emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 36, 37 e 38.

Obs: - À matéria foram oferecidas 38 (trinta e oito) Emendas; - Em 26/04/2006, durante a discussão da matéria, foram oferecidas as Emendas nºs 30 a 34, de autoria do Senador Aloizio Mercadante; e as Emendas nºs 35 a 38, de autoria do Senador Sibá Machado; - Em 26/04/2006, a Comissão aprovou o Parecer favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), ressalvadas as Emendas; - Em 03/05/2006, durante a apreciação das Emendas, o Relator, Senador José Jorge,

reformula o Parecer para rejeitar a Emenda nº 33, de autoria do Senador Aloizio Mercadante . O Senador Sibá Machado retira a Emenda nº 38. **Resultado: Aprovado o Relatório consolidado pelo Senador José Jorge, favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), acolhendo totalmente as Emendas nºs 3, 14, 15, 29, 30, 31 e 34; acatando parcialmente as Emendas nºs 12, 16, 19, 22, 24, 32 e 35; e rejeitando as Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 33, 36 e 37.**

ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 2006 - TERMINATIVO
– “Altera o § 1º, do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para estabelecer regime inicial de cumprimento e condições de progressão de regime para o cumprimento de pena”. Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES. Relatoria: Senador ROMEU TUMA. Parecer: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Sibá Machado. Obs: - Em 19/04/2006, foi concedida vista à Senadora Serys Slhessarenko, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação; - Em 26/04/2006, foram oferecidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Sibá Machado, que receberam Parecer Contrário. **Resultado: Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCJ.**

OBSERVAÇÃO: PELAS PAUTAS DIVULGADAS, A COMISSÃO DEVE TER REALIZADO REUNIÕES NOS DIAS 10, 16, 17, 24 E 31. OS RESULTADOS DEVERÃO SER OBTIDOS NA SECRETARIA DA PRÓPRIA COMISSÃO OU NO ENDEREÇO ELETRÔNICO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

REUNIÃO REALIZADA EM 02/05/2006 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 001, DE 2004

“DISPÕE SOBRE PERCENTUAL DE VAGAS SEMIGRATUITAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR”.

AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS OFERECIDAS

OBS.1: SERÃO REALIZADAS DUAS VOTAÇÕES NOMINAIS, UMA PARA O PROJETO E OUTRA PARA AS EMENDAS

OBS.2: A MATÉRIA CONSTOU DA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA

25/04/06

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 029, DE 2005

“ACRESCE E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.977, DE 6 DE JANEIRO DE 1995, QUE DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE TV A CABO (DISPONIBILIZA UM CANAL RESERVADO AO PODER EXECUTIVO FEDERAL, NA ÁREA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS OPERADORAS DE TV A CABO)”.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADORA FÁTIMA CLEIDE

PARECER: FAVORÁVEL

OBS.1: NA REUNIÃO DO DIA 13/12/05 FOI CONCEDIDA VISTA COLETIVA.

OBS.2: OS SENADORES JORGE BORNHAUSEN E JUVÊNCIO DA FONSECA APRESENTAM REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O PROJETO

RESULTADO: APROVADO O REQUERIMENTO DE AUTORIA DOS SENADORES JORGE BORNHAUSEN E JUVÊNCIO DA FONSECA (EXTRA-PÁUTA, ITEM ÚNICO), PARA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA VISANDO INSTRUIR O PROJETO. A DELIBERAÇÃO DA MATÉRIA FICA SOBRESTADA NA COMISSÃO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

ITEM 03**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 009, DE 2006**

“INSTITUI O DIA NACIONAL DO BIOMÉDICO”.

AUTORIA: DEPUTADO LOBBE NETO

RELATORIA: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

PARECER: FAVORÁVEL

OBS: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 25/04/06.

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 087, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO 'NOVO HORIZONTE DE VIRGINÓPOLIS' A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE VIRGINÓPOLIS, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GERALDO MESQUITA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 120, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE BIAS FORTES - MG A EXECUTAR

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE BIAS FORTES, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GERALDO MESQUITA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 06

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 164, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO E DIFUSÃO DE CONCEIÇÃO DOS OUROS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CONCEIÇÃO DOS OUROS, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GERALDO MESQUITA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 07

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 167, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ROSA DE SARON - ACRS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE FELIXLÂNDIA, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GERALDO MESQUITA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 08

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 472, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE LAGES, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADORA IDELI SALVATTI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 09

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 480, DE 2005

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DIFUSÃO CULTURAL DE TIMBÓ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE TIMBÓ, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADORA IDELI SALVATTI
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 10
TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 192, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS MENORES CARENTES DE BARRA DO MENDES - BAHIA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BARRA DO MENDES, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 11
TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 159, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE BREJO DO CRUZ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BREJO DO CRUZ, ESTADO DA PARAÍBA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR NEY SUASSUNA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 12
TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 129, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A FUNDAÇÃO CASA GRANDE MEMORIAL DO HOMEM KARIRI A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE NOVA OLINDA, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 13
TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 136, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SENHORA SANTANA DA COMUNIDADE DE JATI A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE JATI, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 17

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 161, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL DOS MORADORES DA BOA VISTA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CASCAVEL, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

EXTRA-PAUTA - RESULTADO

ITEM ÚNICO

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 015, DE 2006 - CE

“NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 90, II E V E 93, II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DESSA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, COM O PROPÓSITO DE INSTRUIR O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2005, QUE 'ACRESCE E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.977, DE 6 DE JANEIRO DE 1995, QUE DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE TV A CABO (DISPONIBILIZA UM CANAL RESERVADO AO PODER EXECUTIVO FEDERAL, NA ÁREA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS OPERADORAS DE TV A CABO)', COM A PRESENÇA DOS SEGUINTE CONVIDADOS: 1. DR. CHISTOPHER TORTO - PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TV POR ASSINATURA - ABTA; 2. DRª LEILA LÓRIA – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DAS OPERADORAS INDEPENDENTES DE TV POR ASSINATURA – NEO TV; 3. DR. JOSÉ INÁCIO PIZANI – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO - ABERT; 4. DR. EUGÊNIO BUCC – PRESIDENTE DA EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO – RADIOBRAS”.

AUTORIA: SENADORES JORGE BORNHAUSEN E JUVÊNCIO DA FONSECA

RESULTADO: **APROVADO**

REUNIÃO REALIZADA EM 09/05/2006 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01

TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 049, DE 2006

“DENOMINA 'AEROPORTO DE JACAREPAGUÁ - ROBERTO MARINHO' O AEROPORTO DE JACAREPAGUÁ, LOCALIZADO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (RJ)”.

AUTORIA: SENADOR EDISON LOBÃO

RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS OFERECIDAS
OBS.: SERÃO REALIZADAS DUAS VOTAÇÕES NOMINAIS, UMA PARA O
PROJETO E OUTRA PARA AS EMENDAS
RESULTADO: APROVADO

ITEM 03
TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 023, DE 2006

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR CAMPI AVANÇADOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP) NOS MUNICÍPIOS DE SANTANA, OIAPOQUE, LARANJAL DO JARÍ E AMAPÁ, NO ESTADO DO AMAPÁ”.

AUTORIA: SENADOR PAPALÉO PAES

RELATORIA: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04
NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 2003

“DEFINE O CRIME DE VEICULAÇÃO DE INFORMAÇÕES QUE INDUZAM OU INCITEM A DISCRIMINAÇÃO OU PRECONCEITO DE RAÇA, COR, ETNIA, RELIGIÃO OU PROCEDÊNCIA NACIONAL, NA REDE INTERNET, OU EM OUTRAS REDES DESTINADAS AO ACESSO PÚBLICO”.

AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM

RELATORIA: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

PARECER: FAVORÁVEL, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO
OFERECIDO

OBS.: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
RESULTADO: APROVADO

ITEM 05
NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, DE 2005

“DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE CONSTAR, NO RÓTULO DAS EMBALAGENS DE ÓLEO COMESTÍVEL, ADVERTÊNCIA SOBRE A DESTINAÇÃO CORRETA DO PRODUTO APÓS O USO”.

AUTORIA: SENADOR VALMIR AMARAL

RELATORIA: SENADOR MÃO SANTA

PARECER: PELA REJEIÇÃO

OBS.1: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA
02/05/06

OBS.2: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE,
DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
RESULTADO: APROVADO O PARECER PELA REJEIÇÃO

ITEM 06
TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 141, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO MERCOSUL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PEDRO OSÓRIO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR PAULO PAIM

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 07**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 189, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO MARAJÁ LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA, NA CIDADE DE ROSÁRIO DO SUL, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR PAULO PAIM

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 08**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 534, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO EDUCADORA DE TAIÓ LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE TAIÓ, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADORA IDELI SALVATTI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 09**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 188, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JOÃO KOMINEK A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ITAIÓPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADORA IDELI SALVATTI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 10**TERMINATIVO**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 173, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A PEQUI ESPORTE CLUBE - PEC A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PEQUI, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 11**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 194, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CENTRO DE BORDA DA MATA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BORDA DA MATA, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 12**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 172, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO DE MARCO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MARCO, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 13**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 185, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À RÁDIO FM SERROTE LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE UBAJARA, ESTADO DO CEARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 16/05/2006-EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01**TERMINATIVO**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 003, DE 2006

“INCLUI O INCISO X AO ART. 4º DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, PARA ASSEGURAR VAGA NA ESCOLA PÚBLICA MAIS PRÓXIMA DE SUA RESIDÊNCIA A TODA CRIANÇA A PARTIR DOS QUATRO ANOS DE IDADE”.

AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

RELATORIA: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

OBS.: SERÃO REALIZADAS DUAS VOTAÇÕES NOMINAIS, UMA PARA O PROJETO E OUTRA PARA AS EMENDAS

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, DE 2005**

“ALTERA A LEI Nº 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002 E A LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962, PARA DISPOR SOBRE ALTERAÇÕES SOCIETÁRIAS DAS EMPRESAS JORNALÍSTICAS E DE RADIODIFUSÃO SONORA E DE SONS E IMAGENS”.

AUTORIA: SENADOR HÉLIO COSTA

RELATORIA: SENADOR EDISON LOBÃO

PARECER: FAVORÁVEL, REJEITANDO AS TRÊS EMENDAS OFERECIDAS

OBS.1: NA REUNIÃO DO DIA 30/08/05 FOI CONCEDIDA VISTA COLETIVA

OBS.2: NO DIA 13/09/05 O SENADOR ROBERTO SATURNINO APRESENTA DECLARAÇÃO DE VOTO

OBS.3: NO DIA 14/09/05 O SENADOR GERALDO MESQUITA OFERECEU 03 (TRÊS) EMENDAS

OBS.4: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 16/11/05

OBS.5: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO

JUSTIÇA E CIDADANIA

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2005**

“INSTITUI O ANO DE 2006 COMO O ANO DA JUVENTUDE”.

AUTORIA: DEPUTADO MAURÍCIO RABELO E OUTROS DEPUTADOS

RELATORIA AD HOC: SENADORA IRIS DE ARAÚJO

PARECER: FAVORÁVEL

OBS: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DOS DIAS 02/05/06 E 09/05/06

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 025, DE 2006**

“DECLARA O SOCIÓLOGO FLORESTAN FERNANDES PATRONO DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA”.

AUTORIA: DEPUTADO CELSO RUSSOMANNO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

OBS: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 09/05/06

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 234, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CANDELARIENSE - ACOMCAN A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CANDELÁRIA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 06

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 213, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO PRÓ-SAÚDE DE FEIJÓ/AC A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE FEIJÓ, ESTADO DO ACRE”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

RESULTADO: APROVADO

ITEM 07

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 236, DE 2006

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO MIRANDIBA FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE MIRANDIBA, ESTADO DE PERNAMBUCO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 08

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 226, DE 2006

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO CANAL VINTE E UM PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 09

TERMINATIVO**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 215, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTANENSE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SANTANA DO DESERTO, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 10**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 219, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE MANTIQUEIRA - ASCOBEM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BELO HORIZONTE, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 11**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 217, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE PEDRO DO ROSÁRIO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PEDRO DO ROSÁRIO, ESTADO DO MARANHÃO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR EDISON LOBÃO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 12**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 240, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A FUNDAÇÃO DEOCLÉCIO MENDES DO AMARAL A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BRASILEIRA, ESTADO DO PIAUÍ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA IRIS DE ARAÚJO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 13**TERMINATIVO**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 233, DE 2006

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO CAJAZEIRAS FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE QUEIMADAS, ESTADO DA PARAÍBA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 14**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 261, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA 'VOZ DAS ROCAS' A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE NATAL, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 15**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 227, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À CONTINENTAL COMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NA CIDADE DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

EXTRA-PAUTA - RESULTADO**ITEM 01****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 249, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À RÁDIO TIRADENTES LTDA., PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS, NA CIDADE DE PORTO VELHO, ESTADO DE RONDÔNIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02

TERMINATIVO**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 245, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA O CLUBE DE MÃES E IDOSOS MARIA IZABEL DE MEDEIROS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE NATAL, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 256, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO EDUCATIVA SÃO GONÇALO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 268, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO JOSÉ FERNANDES DE MELO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PAU DOS FERROS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 23/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01**TERMINATIVO****SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, DE 2003
(TURNO SUPLEMENTAR)**

“DISPÕE SOBRE O REGISTRO DOS CIRCOS PERANTE O MINISTÉRIO DA CULTURA E SOBRE AS MEDIDAS DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS CIRCENSES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORIA DO SUBSTITUTIVO: SENADOR FLÁVIO ARNS

AUTORIA DO PLS 397/03: SENADOR ÁLVARO DIAS

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

OBS.1: O PARECER AO PLS 397/03, DE AUTORIA DO SENADOR ÁLVARO DIAS, FAVORÁVEL AO PROJETO, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO, FOI APROVADO NA REUNIÃO DO DIA 04.04.06. NÃO SENDO OFERECIDAS EMENDAS AO PROJETO ATÉ O FIM DA DISCUSSÃO. A MATÉRIA SERÁ DADA COMO DEFINITIVAMENTE ADOTADA PELA COMISSÃO, SEGUNDO O QUE PRECEITUA O ART. 282, COMBINADO COM O ART. 92 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.

OBS.2: A MATÉRIA CONSTOU DA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 16/05/06.

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02

TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 060, DE 2004

“INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO À CONCLUSÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - "POUPANÇA ESCOLA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS OFERECIDAS

OBS.: SERÃO REALIZADAS DUAS VOTAÇÕES NOMINAIS, UMA PARA O PROJETO E OUTRA PARA AS EMENDAS

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 072, DE 2005

“FIXA CRITÉRIOS PARA A DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA”.

AUTORIA: SENADOR PEDRO SIMON

RELATORIA: SENADOR GILBERTO MESTRINHO

PARECER: PELA REJEIÇÃO

OBS: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

RESULTADO: APROVADO O PARECER PELA REJEIÇÃO

RESULTADO DA PAUTA - PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS

ITEM 01

TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 264, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA RÁDIO PROVISÃO FM A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CARUARU, ESTADO DE PERNAMBUCO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02
TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 265, DE 2006

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RADIOFÔNICA.COM MARKETING LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SANTO CRISTO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03
TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 247, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA E CULTURAL DE GODOY MOREIRA - PARANÁ A EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GODOY MOREIRA, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04
TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 259, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE MARILENA A EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05
TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 257, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARTÍSTICA E CULTURAL DE CAMPO FLORIDO A EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CAMPO FLORIDO, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR GERALDO MESQUITA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 06

TERMINATIVO**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 244, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A RÁDIO COMUNITÁRIA DIAMANTINA FM DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO - MARANHÃO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO, ESTADO DO MARANHÃO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 07**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 218, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO, ESTADO DE SERGIPE”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA LÚCIA VÂNIA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 08**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 222, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA O CENTRO COMUNITÁRIO SÓCIO CULTURAL DE BARRA DOS COQUEIROS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BARRA DOS COQUEIROS, ESTADO DE SERGIPE”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA LÚCIA VÂNIA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 09**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 511, DE 2005**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JOÃO CARLOS ZOBY A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO JOÃO, ESTADO DE PERNAMBUCO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 10**TERMINATIVO**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 241, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COHAB MASSANGANO - PETROLINA (PE) A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PETROLINA, ESTADO DE PERNAMBUCO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 11**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 271, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE MOXOTÓ A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE INAJÁ, ESTADO DE PERNAMBUCO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 12**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 248, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, EDUCATIVA E DESPORTIVA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BONFINÓPOLIS DE MINAS, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 13**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 266, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BELA VISTA - ABBV A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CLÁUDIO, ESTADO DE MINAS GERAIS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 14**TERMINATIVO**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 239, DE 2006

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE JITAÚNA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE JITAÚNA, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR JONAS PINHEIRO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 15**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 254, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO EVANGÉLICA CRISTÃ PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE VERA CRUZ, ESTADO DA BAHIA”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR JONAS PINHEIRO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 16**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 221, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À SOCIEDADE SERRADO VERDES DE COMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CAIAPÔNIA, ESTADO DE GOIÁS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADORA LÚCIA VÂNIA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 17**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 223, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL 'SEBASTIÃO CÂNDIDO RIOS' DE TRINDADE-GOIÁS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE TRINDADE, ESTADO DE GOIÁS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADORA LÚCIA VÂNIA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 18**TERMINATIVO**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 267, DE 2006

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À G. C. COMUNICAÇÃO S/C LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE BELÉM, ESTADO DO PARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR LUIZ OTÁVIO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 19**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 216, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE LOCUTORES APERIBEENSES - ACCLA A EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE APERIBÉ, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

ITEM 20**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 250, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA A EMPREENDIMENTO DE RÁDIODIFUSÃO EMBALO LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ITAOCARA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

EXTRA-PAUTA - RESULTADO**ITEM ÚNICO****TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 291, DE 2006**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO MIRACATU LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO DE SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE SALINÓPOLIS, ESTADO DO PARÁ”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR NEY SUASSUNA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: **APROVADO**

REUNIÃO REALIZADA EM 30/05/2006 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ITEM ÚNICO: AURIÊNCIA PÚBLICA - ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, DE 2005, QUE “INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA VIOÊNCIA NA PRIMEIRA INFÂNCIA”. AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORAS PATRÍCIA SABOYA GOMES E FÁTIMA CLEIDE. AUTORIA DO PROJETO: SENADOR PEDRO SIMOM. RELATORIA DO PROJETO: SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES. CONVIDADOS: DR. LAURISTA CORRÊA FILHO - PEDIATRA E NEONATOLOGISTA. TEMA: A IMPORTÂNCIA DA PERINATALIDADE NA PREVENÇÃO DA VIOÊNCIA.

DR. SALVADOR CÉLIA - PSQUIATRA E PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO LATINO-AMERICANA DE PSQUIATRIA DA INFÂNCIA, FAMÍLIA E PROFISSÕES AFINS – FLAPIA. TEMA: APEGO, RESILIÊNCIA E PREVENÇÃO DA VIOÊNCIA.

DR. ANTÔNIO MÁRCIO LISBOA - PEDIATRA E PROFESSOR TITULAR DE PEDIATRIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB - TEMA: PREVENÇÃO DA VIOÊNCIA.

RESULTADO: REALIZADA.

REUNIÃO REALIZADA EM 31/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 047, DE 2006

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS PARA APLICAÇÃO EM FUNDOS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA, ALTERANDO A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.228, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001”.

AUTORIA: DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO CABRAL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO

“REQUEIRO, NOS TERMOS DOS INCISOS II E XI DO ART. 90 E I DO ART. 93 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS (SENDO A PRIMEIRA EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO), NO ÂMBITO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL, DESTINADAS A DEBATER OS INSTITUTOS DA MEIA-ENTRADA E DA GRATUIDADE PARA DIVERSAS CATEGORIAS E SETORES EM PRODUÇÕES E ESPETÁCULOS CULTURAIS E PARA OS RESPECTIVOS PROJETOS DE LEI QUE VERSAM SOBRE ESTES TEMAS, EM TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL.”

AUTORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03
NÃO TERMINATIVO
REQUERIMENTO

“REQUEIRO, NOS TERMOS DISPOSTOS NOS INCISOS II, V, IX E XI DO ARTIGO 90 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, (SENDO A PRIMEIRA EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO), NO ÂMBITO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL DESTINADA A DISCUTIR OS PROBLEMAS RELACIONADOS AO SETOR MUSICAL BRASILEIRO.”

OBS.: O REQUERIMENTO FOI APROVADO NA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL NA REUNIÃO DE 24/05/06

AUTORIA: SENADOR SÉRGIO CABRAL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04
NÃO TERMINATIVO
REQUERIMENTO

“REQUEIRO, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A INCLUSÃO DA MÚSICA NO ESCOPO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL, INSTALADA NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, QUE ADOTARÁ A DENOMINAÇÃO DE SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL.”

AUTORIA: SENADOR SÉRGIO CABRAL

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 31/05/2006 – CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA: ASSUNTO: A MÚSICA NO CONTEXTO NACIONAL. AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR SÉRGIO CABRAL. CONVIDADOS

1. **FERNANDA ABREU**
Cantora e Compositora
2. **EGEU LAUS SIMAS (RJ)**
Coordenador da Rede Social da Música
Tema: Inclusão Social
3. **SIDNEI BONFIM DE JESUS**
Presidente do Sindicato de Músicos da Bahia
Tema: Questão Trabalhista
4. **ALEXANDRE HEES DE NEGREIROS (RJ)**
Mestre em Etnomusicologia
Tema: Direito Autoral
5. **CRISTINA GOMES SARAIVA**
Coordenadora do Núcleo Independente de Música do Rio de Janeiro/RJ

*Tema: Difusão***6. RICARDO BREIM (SP)**

Compositor e Arranjador

Tema: Educação Musical

OBS.: CONFIRMARAM AS PRESENCAS, PARA ASSISTIR A AUDIÊNCIA PÚBLICA, OS CANTORES GABRIEL PENSADOR, CLAUDIO NUCCI E FERNANDA ABREU (EXPOSITORA)

RESULTADO: REALIZADA.**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL****REUNIÃO REALIZADA EM 17/05/2006 – CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA****ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA****ASSUNTO: PIRATARIA NA INDÚSTRIA DO AUDIOVISUAL****AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES ROMEU TUMA E PAULO PAIM****RESULTADO: REALIZADA**

CONVIDADOS: GUSTAVO STARLING LEONARDOS, Presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual – ABPI; ALVACYR H. F. RESENDE, Consultor Jurídico da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos – ELETROS; MARCIO GONÇALVES, Diretor do Programa de Antipirataria da Motion Picture Association – MPA E SÉRGIO TORRES, Assessor do Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual do Ministério da Justiça. **RESULTADO: REALIZADA.**

REUNIÃO REALIZADA EM 24/05/2006 - ORDINÁRIA**ITEM 01****REQUERIMENTO - NÃO TERMINATIVO**

“REQUEIRO, NOS TERMOS DISPOSTOS NOS INCISOS II, V, IX E XI DO ARTIGO 90 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, NO ÂMBITO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DESTINADAS A DISCUTIR OS PROBLEMAS RELACIONADOS AO SETOR MUSICAL BRASILEIRO.”

AUTORIA: SENADOR SÉRGIO CABRAL**RESULTADO: APROVADO****ITEM 02****REQUERIMENTO - NÃO TERMINATIVO**

“SUBMETE À SUBCOMISSÃO, EXPEDIENTE SOLICITANDO AO MINISTRO DA FAZENDA E DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO, A LIBERAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO VALOR DE 30 MILHÕES DE REAIS, APROVADOS NA COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO, PROVENIENTES DE EMENDA DE AUTORIA DESTA

SUBCOMISSÃO DESTINADA A AMPLIAR OS RECURSOS DA FUNARTE PARA OS SETORES DE TEATRO E DANÇA.”

AUTORIA: SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 31/05/2006 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA: ASSUNTO: A MÚSICA NO CONTEXTO NACIONAL. AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR SÉRGIO CABRAL. CONVIDADOS

7. **FERNANDA ABREU**

Cantora e Compositora

8. **EGEU LAUS SIMAS (RJ)**

Coordenador da Rede Social da Música

Tema: Inclusão Social

9. **SIDNEI BONFIM DE JESUS**

Presidente do Sindicato de Músicos da Bahia

Tema: Questão Trabalhista

10. **ALEXANDRE HEES DE NEGREIROS (RJ)**

Mestre em Etnomusicologia

Tema: Direito Autoral

11. **CRISTINA GOMES SARAIVA**

Coordenadora do Núcleo Independente de Música do Rio de Janeiro/RJ

Tema: Difusão

12. **RICARDO BREIM (SP)**

Compositor e Arranjador

Tema: Educação Musical

OBS.: CONFIRMARAM AS PRESENCAS, PARA ASSISTIR A AUDIÊNCIA PÚBLICA, OS CANTORES GABRIEL PENSADOR, CLAUDIO NUCCI E FERNANDA ABREU (EXPOSITORA)

RESULTADO: REALIZADA.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

REUNIÃO REALIZADA EM 09/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO

“COM AMPARO NO ART. 58, § 2º, II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 90, II E V E 93, II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, NO ÂMBITO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, PARA TRATAR DA PIRATARIA NA INDÚSTRIA DO AUDIOVISUAL, CONVIDANDO TODOS OS SETORES ENVOLVIDOS NA DISCUSSÃO DO TEMA”.

AUTORIA: SENADORES ROMEU TUMA E PAULO PAIM

OBS.: O REQUERIMENTO FOI APROVADO EM 01/06/2005, NA
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO
SOCIAL

RESULTADO: APROVADO

**REUNIÃO REALIZADA EM 17/05/2006 – CONJUNTA COM A
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO
SOCIAL**

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSUNTO: PIRATARIA NA INDÚSTRIA DO AUDIOVISUAL

**AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES ROMEU TUMA E PAULO
PAIM**

RESULTADO: REALIZADA

CONVIDADOS: GUSTAVO STARLING LEONARDOS, Presidente da
Associação Brasileira de Propriedade Intelectual – ABPI; **ALVACYR H. F.
RESENDE**, Consultor Jurídico da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos
Eletroeletrônicos – ELETROS; **MARCIO GONÇALVES**, Diretor do Programa de
Antipirataria da Motion Picture Association – MPA E **SÉRGIO TORRES**, Assessor
do Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos
contra a Propriedade Intelectual do Ministério da Justiça. **RESULTADO:
REALIZADA.**

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA.**

RESULTADO DA REUNIÃO REALIZADA EM 09/05/2006 - ORDINÁRIA

ITEM 1 - AVISO Nº 123, DE 2001 - NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 431, de 2001-TCU
(Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre
auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor
Araguaia-Tocantins, obra de responsabilidade do Departamento de Estradas de
Rodagem - DNER/12º Distrito Rodoviário Federal, no Estado de Goiás (TC nº
006.710/2001-0).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relator “ad hoc”: Senador JOÃO RIBEIRO

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado

ITEM 2 - AVISO Nº 11, DE 2006 - NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal o Relatório das Atividades do Tribunal de
Contas da União, referente ao 4º trimestre do exercício de 2005.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relator “ad hoc”: Senador FLÁVIO ARNS

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo
Resultado: Aprovado

ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o início do pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal, e dá outras providências.

Autoria: Senador LEONEL PAVAN

Relatora “ad hoc”: Senadora SERYS SLHESSARENKO

Parecer: Pela aprovação do projeto com a Emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado

Obs.: Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

REQUERIMENTOS APROVADOS:

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2006-CMA

Requer, com base no art. 71, VI, da Constituição Federal e nos termos regimentais, seja solicitado ao Tribunal de Contas da União o acompanhamento da liberação de recursos na operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até US\$ 106,250,000.00 (cento e seis milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Tocantins e o MCC S.p.A. - Capitalia Gruppo Bancário – MCC, da Itália, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento – Pontos de Tocantins – Fase II”, solicitado através do Projeto de Resolução nº 33, de 2006, do Senado Federal.
Autoria: Senador JOÃO RIBEIRO

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2006-CMA

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a realização de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com as presenças da Ministra de Estado do Meio Ambiente, Dra. Marina Silva, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Dr. Guilherme Cassel, do Presidente da Indústria Madeireira do Sudoeste do Pará, Sr. Herinaldo Queiroz, do Procurador da República, Ubiratan Cazetta e de representante da sociedade civil, para tratar sobre a situação do setor florestal-madeireiro na região Oeste do Pará, áreas de abrangência das BRs 163 e 230, sobre o Termo de Ajuste de Conduta referentes a planos de manejo e sobre a transição para implantação da recém aprovada Lei de Gestão de Florestas Públicas.
Autoria: Senadores FLÁVIO ARNS e ANA JÚLIA CAREPA.

REUNIÃO REALIZADA EM 31/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

PRIMEIRA PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA - para instruir o relatório final da Proposta de Fiscalização e Controle nº 01, de 2004, “referente a denúncia apresentada pelo Sr. Floriano Marques da Silva relativa a alegadas irregularidades na condução de contratos administrativos firmados pela empresa pública municipal EMLUR, de João Pessoa” com os seguintes convidados: Dr. Antônio Edílio Magalhães Teixeira e Dr. Fábio George Nóbrega, Procuradores da República. Obs.: De acordo com os Requerimentos

nºs 08 e 09/2006-CMA, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, aprovados em 11.04.2006. **RESULTADO: REALIZADA.**

SEGUNDA PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA - para tratar sobre a situação do setor florestal-madeireiro na região Oeste do Pará, áreas de abrangência das BRs 163 e 230 e o Termo de Ajuste de Conduta referentes a planos de manejo e a transição para implantação da recém aprovada Lei de Gestão de Florestas, com os seguintes convidados: Sr. Tasso Rezende, Diretor do Programa Nacional de Florestas (representando o Ministério de Estado do Meio Ambiente) e o Sr. Marcus Barros, Presidente do IBAMA; Sr. Marcos Kowarick, Diretor do Departamento de Ordenamento da Estrutura Fundiária (representando o Ministério de Estado do Desenvolvimento Agrário) e o Sr. Pedro Aquino de Santana, Superintendente Regional do INCRA em Santarém - PA; Sr. Leocir Antonio Spinelli Valérios, (representando o Sindicato das Indústrias Madeireiras do Sudoeste do Pará – SIMASPA); Sr. Wagner Kronbauer, Presidente da União das Entidades Florestais do Estado do Pará – UNIFLOR (representando, também, a Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA). Obs.: De acordo com o Requerimento nº 14/2006-CMA, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, aprovado em 09.05.2006. **RESULTADO: REALIZADA.**

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

RESULTADO DA REUNIÃO REALIZADA EM 03/06/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº 01 - REQUERIMENTO Nº 16 DE 2006

Assunto: Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das questões atinentes ao “Dia Mundial de Combate a Violência contra o Idoso”, com desdobramentos na sua qualidade de vida e dignidade de sobrevivência, no dia 12 de junho de 2006, às 10:00 horas. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados as entidades e pessoas constantes da relação abaixo e outros mais de escolha desta presidência. Sr. Perly Cipriano – Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI; Sr. Paulo Roberto Barbosa Ramos – Presidente da Associação dos Membros do Ministério Público de Defesa do Idoso e Pessoas com Deficiência; Sra. Laura Mello Machado – Representante do Instituto Internacional de Prevenção a Violência-Rio INPEA; Sr. Einstein de Camargo – Representante da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia/DF; Sra. Pesquisadora: Cecília Minayo – Representante da Fundação Osvaldo Cruz – FIOCRUZ; e Sra. Marta Maria Alves da

Silva – Coordenadora do Programa de Prevenção a Violência – MS. Autor: Senador Paulo Paim. **Resultado: APROVADO**

**ITEM Nº 02 -
REQUERIMENTO Nº 17
DE 2006.**

Assunto: Nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), no dia 17 de maio de 2006, para “discutir os problemas estruturais das instituições de internação de adolescentes em conflito com a lei, denominadas FEBEM”. O Senado Federal atento a uma série de reportagens veiculadas pela imprensa brasileira sobre este tema tem o poder-dever de discutir e esclarecer o assunto, dando conhecimento aos Senhores Senadores e a sociedade. Para tanto convidamos as seguintes autoridades para debater o assunto: Exmo. Sr. Paulo de Tarso Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Sra. Eunice Aparecida de Jesus Prudente, Secretária da justiça e da Defesa da Cidadania; Dra. Laila Said Abdel Qader Shukair, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Sra. Roseana Queirós, Coordenadora Nacional do MNDH; Sra. Marta Marília Tonin, Presidente da Comissão Temporária da Criança e do Adolescente da OAB. Autor: Senador Cristovam Buarque. **Resultado: APROVADO**

**ITEM Nº 03 -
REQUERIMENTO Nº 18
DE 2006**

Assunto: Nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), no dia 31 de maio de 2006, para discutir e esclarecer a erradicação do trabalho infantil no Brasil tendo como referência o “Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente”. O Senado Federal atento a uma série de reportagens veiculadas pela imprensa brasileira sobre este tema tem o poder-dever de discutir e esclarecer o assunto, dando conhecimento

aos Senhores Senadores e a sociedade. Para tanto convidamos as seguintes autoridades: Sr. Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical; Sr. Antônio Carlos dos Reis, Presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT; Sr. João Antônio Felício, Presidente da CUT; Sr. Armando Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria/CNI; Sr. Antônio Ernesto Salvo, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura/CNA; Sr. Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional dos Transportes/CNT. Dra. Sandra Lia Simon, Procuradora Geral do Trabalho. Autor: Senador Cristovam Buarque.**Resultado:**
APROVADO

ITEM Nº 04 - REQUERIMENTO Nº 19 DE 2006

Assunto: Nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), no dia 07 de junho de 2006, para discutir e esclarecer a erradicação do trabalho infantil no Brasil tendo como referência o “Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente”. O Senado Federal atento a uma série de reportagens veiculadas pela imprensa brasileira sobre este tema tem o poder-dever de discutir e esclarecer o assunto, dando conhecimento aos Senhores Senadores e a sociedade. Para tanto convidamos as seguintes autoridades: Exmo. Sr. Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Social; Exmo. Sr. Luiz Marinho, Ministro de Estado do Trabalho. Exmo. Sr. Márcio Thomaz Bastos, Ministro de Estado da Justiça. Autor: Cristovam Buarque. **Resultado: APROVADO**

ITEM Nº 05 - REQUERIMENTO Nº 20 DE 2006 – CDH

Assunto: Nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a substituição dos

nomes das autoridades convidadas através do Requerimento nº 11, de 2006, aprovado em 21/03/2006, que visa a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), no dia 24/05/2006, para esclarecimentos sobre “exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil”. O Senado Federal atento a uma série de reportagens veiculadas pela imprensa brasileira sobre este tema tem o poder-dever de discutir e esclarecer o assunto, dando conhecimento aos Senhores Senadores e a sociedade. Para tanto convidamos as seguintes autoridades: Exmo. Sr. Paulo de Tarso Vannuchi – Ministro de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos; Sr. Osvaldo Russo – Secretário Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social. Autores: Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim.

Resultado: APROVADO

**ITEM Nº 06 - SUGESTÃO
Nº 04, DE 2005**

Assunto: “Veda ao funcionário público federal, estadual ou municipal, o direito de remuneração no período em que estiver licenciado para concorrer às eleições que menciona”.

Autor: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CHONIN DE CIMA (ACOCCI)

Relator: Senador FÁTIMA CLEIDE (ad doc).

Voto: Pelo arquivamento.

Resultado: APROVADO O RELATÓRIO

Obs: Matéria de iniciativa da Presidência da República.

ITEM Nº 07 - SUGESTÃO**Nº 17, DE 2005**

Assunto: “Sugere formulação de um Projeto de Lei para alteração do art. 6º da Lei nº 5991/73”.

Autor: ASSOCIAÇÃO CAPIXABA DE SUPERMERCADOS – ACAPS.

Relator: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA (ad doc).

Voto: Pela aprovação da Sugestão, na forma da PEC e PLS que apresenta.

Resultado: APROVADO O RELATÓRIO

ITEM Nº 08 - SUGESTÃO**Nº 01, DE 2006**

Assunto: “Pedido de aditamento à elaboração de texto normativo que propõe seja acrescentado parágrafo único ao artigo 9º da Lei nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950. (Dispõe sobre o fornecimento gratuito de cópia autenticada, após o trânsito em julgado, das peças principais do processo, à parte beneficiada por esta lei”.

Autor: ELO SOCIAL BRASIL

Relator: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA.

Voto: Pelo arquivamento.

Resultado: APROVADO O RELATÓRIO

ITEM Nº 09 - PROJETO**DE LEI DA CÂMARA Nº****12, DE 2000****- NÃO TERMINATIVO -**

Ementa: “Institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família”.

Autor: Deputada MARIA ELVIRA.

Relator: Senador PAULO PAIM.

Voto: Pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Resultado: APROVADO O SUBSTITUTIVO, QUE VAI A TURNO SUPLEMENTAR, ONDE PODERÁ RECEBER EMENDAS.

ITEM Nº 10 - PROJETO**DE RESOLUÇÃO DO****SENADO Nº 82, DE 20053****- NÃO TERMINATIVO -**

Ementa: “Institui o Diploma Vladimir Erzorg de Direitos Humanos e dispõe sobre a sua concessão”.

Autor: Senador VALMIR AMARAL.

Relator: Senadora FÁTIMA CLEIDE.

Voto: Pela aprovação da matéria com 3 Emendas de redação.

Resultado: APROVADO O RELATÓRIO.

Obs: Aprovado na CE, em 29/11/2005. Se aprovado nesta CDH, a matéria irá à CCJ.

ITEM Nº 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, DE 2005**- TERMINATIVO -**

Ementa: “Altera dispositivos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.”

Autor: Senador PEDRO SIMON.

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO (ad doc).

Voto: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: APROVADO

Obs: Irá a CCJ, em Decisão Terminativa.

REUNIÃO REALIZADA EM 24/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - AUDIÊNCIA PÚBLICA - Nos termos do Requerimento nº 20, de 2006 – CDH, para “discutir a respeito da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil”. Com convite às seguintes autoridades: Paulo de Tarso Vannuchi - Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Representado pela Senhora Cristina Albuquerque, Coordenadora do Programa Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescente E Oswaldo Russo - Secretário Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **RESULTADO: REALIZADA.**

EXTRAPAUTA

ITEM Nº 01 - REQUERIMENTO Nº 21 DE 2006 – CDH

Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, Requeiro a realização de Audiência Pública nesta comissão, com vistas a tratar das melhorias nas condições de vida, trabalho, salário, segurança e saúde dos Trabalhadores das Indústrias Alimentícias e Afins. Para tanto, gostaríamos que fossem convidado o Ministro do Trabalho, o Ministro do Desenvolvimento Nacional da Indústria, o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, o Presidente da Entidade representante das usinas de São Paulo, o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Industrias de Alimentos e o representante do Comitê Executivo dos Trabalhadores nas Usinas de Açúcar, entre outros mais de escolha desta presidência. Autor: Senadores Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.**

ITEM Nº 02 - REQUERIMENTO Nº 22, DE 2006 – CDH

Assunto: Requeiro nos termos do artigo 58 da Constituição Federal e dos artigos 90, XIII e 102-E, III e VII do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de comissão de Senadores para realização de diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal com o intuito de acompanhar, juntamente com as autoridades competentes, os desdobramentos dos ataques criminosos promovidos pelo PCC no Estado de São Paulo, com destaque aos seguintes pontos: Acompanhamento dos procedimentos para proteção social e policial dos familiares dos agentes da força pública assassinados ou feridos no terrível episódio; Acompanhamento da identificação e verificação das condições da morte dos suspeitos de participação nos atentados; Acompanhamento da situação dos presídios de São Paulo após as rebeliões que tomaram conta do Estado. Autor: Sibá Machado e outros. **Resultado: Aprovado.**

ITEM Nº 03 - ATO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 01, DE 2006

Assunto: Estabelece regras para o recebimento e tramitação das sugestões legislativas e demais assuntos de competência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Autor: Senador Cristovam Buarque. **Resultado: Aprovado**

REUNIÃO REALIZADA EM 31/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA - Nos termos do Requerimento nº 18, de 2006 – CDH, para discutir e esclarecer a erradicação do trabalho infantil no Brasil tendo como referência o “Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente”, com as seguintes autoridades: **Mônica Lourenço Veloso**, Secretária Nacional de Direitos Humanos da Força Sindical (representando **Paulo Pereira da Silva**, Presidente da Força Sindical); **Rumiko Tanaka**, Membro do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (representando **Antônio Carlos dos Reis**, Presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT); **Maria Izabel da Silva**, (representando **João Antônio Felício**, Presidente da CUT); **Carlos Manuel Pessoa** (representando **Armando Monteiro Neto**, Presidente da Confederação Nacional da Indústria/CNI); **Antônio Ernesto Salvo**, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura/CNA; **Norma Avelar**, Assessora de Planejamento do SEST/SENAT (representando **Clésio Andrade**, Presidente da Confederação Nacional dos Transportes/CNT); **Eliane Araque dos Santos**, Subprocuradora-Geral do Trabalho, em exercício (representando **Sandra Lia Simon**, Procuradora-Geral do Trabalho). **RESULTADO: REALIZADA.**

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL–CRE

REUNIÃO REALIZADA EM 04/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

MENSAGEM (SF) Nº 111, DE 2006

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL, A ESCOLHA DO SENHOR **HÉLIO MAGALHÃES DE MENDONÇA**, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À **REPÚBLICA DO SUDÃO**.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR EDUARDO SUPLICY

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA **DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.**

RESULTADO: APRECIADO

EXTRA-PAUTA**ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 12, DE 2006 – CRE**

NOS TERMOS REGIMENTAIS, REQUER SEJAM CONVIDADOS O EMBAIXADOR JOSÉ EDUARDO MARTINS FELÍCIO, SUBSECRETÁRIO GERAL DA AMÉRICA DO SUL E O SENHOR EIKE BATISTA, PRESIDENTE DE UMA EMPRESA BRASILEIRA DE SIDERURGIA, A EBX, PARA, PERANTE ESTA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO SENADO, PRESTAREM INFORMAÇÕES ACERCA DOS RECENTES ACONTECIMENTOS QUE LEVARAM O GOVERNO BOLIVIANO VETAR A IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO DO EMPRESÁRIO BRASILEIRO NAQUELE PAÍS.

AUTORIA: SENADORES ROMEU TUMA E MARCO MACIEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02**NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 14, DE 2006 – CRE**

REQUER NOS TERMOS REGIMENTAIS QUE SEJA CONVIDADO O EXCELENTÍSSIMO EMBAIXADOR DA BOLÍVIA NO BRASIL, SENHOR EDGAR CAMACHO OMISTE, PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE AS AÇÕES DO GOVERNO DA BOLÍVIA QUE VIERAM A PREJUDICAR SERIAMENTE OS INTERESSES BRASILEIROS NAQUELE PAÍS.

AUTORIA: SENADORES EDUARDO AZEREDO, PEDRO SIMON E SERYS SLHESARENKO

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03**NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 15, DE 2006 – CRE**

REQUER, NOS TERMOS DO ART. 58, PARÁGRAFO SEGUNDO, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA; DO ART. 90, INCISO V; E DO ART. 103, INCISO I E VIII, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA CONVIDADO O SENHOR MINISTRO DE ESTADO DE RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS À CRE SOBRE A EXPROPRIAÇÃO DOS ATIVOS DA PETROBRÁS BOLÍVIA DECRETADA PELO GOVERNO EVO MORALES.

AUTORIA: SENADOR JEFFERSON PÉRES

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04**NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 16, DE 2006 – CRE**

REQUER, NOS TERMOS DO ART. 58, PARÁGRAFO SEGUNDO, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA; DO ART. 90, INCISO V; E DO ART. 103, INCISOS I E VIII DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJAM CONVIDADOS OS SENHORES DOUTORES SILAS RONDEAU, MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, E JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI, PRESIDENTE DA PETROBRÁS S/A, PARA PRESTAREM ESCLARECIMENTOS À CRE SOBRE A EXPROPRIAÇÃO DAS

INSTALAÇÕES DA PETROBRÁS BOLÍVIA DECRETADA PELO GOVERNO EVO MORALES.**AUTORIA:** SENADOR JEFFERSON PÉRES**RESULTADO:** APROVADO**ITEM 05****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 17, DE 2006 – CRE**

NOS TERMOS REGIMENTAIS, REQUER SEJA CONVIDADO O PRESIDENTE DA PETROBRÁS, SENHOR JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI, PARA, PERANTE ESTA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, PRESTAR INFORMAÇÕES ACERCA DAS RECENTES MEDIDAS ADOTADAS PELO GOVERNO DA BOLÍVIA, QUE CULMINARAM COM A INVASÃO DE INSTALAÇÕES DE REFINARIAS DA PETROBRÁS NAQUELE PAÍS.

AUTORIA: SENADOR ROMEU TUMA**RESULTADO:** PREJUDICADO**REUNIÃO REALIZADA EM 09/05/2006 – EXTRAORDINÁRIA****ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA**

COM A PRESENÇA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CHANCELER CELSO AMORIM, PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS A ESTA COMISSÃO SOBRE A EXPROPRIAÇÃO DOS ATIVOS DA PETROBRÁS BOLÍVIA PELO GOVERNO EVO MORALES, OBJETO DO REQUERIMENTO Nº 15, DE 2006 – CRE, DE AUTORIA DO SENHOR SENADOR JEFFERSON PÉRES, APROVADO EM 04 DE MAIO DE 2006. **RESULTADO:** REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 11/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA**ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 197, DE 2006**

APROVA, COM RESERVA, O TEXTO DA CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE O CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS PENAIS NO EXTERIOR, CONCLUÍDA EM MANÁGUA, EM 9 DE JUNHO DE 1993.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)**RELATORIA:** SENADOR ROMEU TUMA**PARECER:** FAVORÁVEL**RESULTADO:** APROVADO**ITEM 02****NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 199, DE 2006**

APROVA O TEXTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE OS ESTADOS MEMBROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA SOBRE O COMBATE AO HIV / SIDA, ASSINADO EM BRASÍLIA, EM 30 DE JULHO DE 2002.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 200, DE 2006

APROVA O TEXTO DO TRATADO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA SOBRE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA MÚTUA EM MATÉRIA PENAL, CELEBRADO EM PEQUIM, EM 24 DE MAIO DE 2004.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 201, DE 2006

APROVA O TEXTO DO TRATADO DE EXTRADIÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DOMINICANA, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2003.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 202, DE 2006

APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI SOBRE COOPERAÇÃO POLICIAL EM MATÉRIA DE INVESTIGAÇÃO, PREVENÇÃO E CONTROLE DE FATOS DELITUOSOS, CELEBRADO EM RIO BRANCO EM 14 DE ABRIL DE 2004.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR PEDRO SIMON

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 06**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 203, DE 2006**

APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ÁRABE SÍRIA SOBRE COOPERAÇÃO NO CAMPO DO TURISMO, CELEBRADO EM DAMASCO, EM 3 DE DEZEMBRO DE 2003.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR PEDRO SIMON

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 07**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 206, DE 2006**

APROVA O TEXTO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO JURÍDICA EM MATÉRIA PENAL ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A CONFEDERAÇÃO SUÍÇA, CELEBRADO EM BERNA, EM 12 DE MAIO DE 2004.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR JEFFERSON PÉRES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 08**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 211, DE 2006**

APROVA O TEXTO DO ACORDO-QUADRO SOBRE A COOPERAÇÃO NOS USOS PACÍFICOS DO ESPAÇO EXTERIOR, CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA UCRÂNIA, EM KIEV, EM 18 DE NOVEMBRO DE 1999.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADORA SERYS SLHESSARENKO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

EXTRA-PAUTA**ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 19, DE 2006 – CRE**

REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS E CONSTITUCIONAIS, QUE SEJA CONVIDADO O EMBAIXADOR DO BRASIL EM LA PAZ, ANTONINO MENA-GONÇALVES PARA, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, PRESTAR ESCLARECIMENTOS AOS SENADORES DESTA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL SOBRE A DECISÃO DO GOVERNO BOLIVIANO DE NACIONALIZAR A EXPLORAÇÃO DE GÁS E

PETRÓLEO NO PAÍS E OS CONSEQÜENTES DESDOBRAMENTOS DESSA DECISÃO PARA O INTERESSE NACIONAL.

AUTORIA: SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 16/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA - COM A PRESENÇA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SILAS RONDEAU, MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, E DO SENHOR JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI, PRESIDENTE DA PETROBRÁS S/A, PARA PRESTAREM ESCLARECIMENTOS A ESTA COMISSÃO SOBRE A EXPROPRIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA PETROBRÁS BOLÍVIA DECRETADA PELO GOVERNO EVO MORALES, OBJETO DO REQUERIMENTO Nº 16, DE 2006 – CRE, DE AUTORIA DO SENHOR SENADOR JEFFERSON PÉRES, APROVADO EM 04 DE MAIO DE 2006. RESULTADO: REALIZADA.

REUNIÃO REALIZADA EM 18/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

MENSAGEM (SF) Nº 120, DE 2006

SUBMETE À APRECIACÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DA SENHORA CELINA MARIA ASSUMPCÃO DO VALLE PEREIRA, MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA CORÉIA.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADO

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 205, DE 2006

APROVA O TEXTO DAS EMENDAS À CONVENÇÃO PARA A FACILITAÇÃO DO TRÁFEGO MARÍTIMO INTERNACIONAL, REALIZADA EM LONDRES, REINO UNIDO, EM 9 DE ABRIL DE 1965.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR JOSÉ AGRIPINO

RELATORIA “AD HOC”: SENADOR MÃO SANTA

PARECER: FAVORÁVEL:

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 207, DE 2006**

APROVA O TEXTO DA CONVENÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM RELAÇÃO AOS IMPOSTOS SOBRE A RENDA, FIRMADO EM PRETÓRIA, EM 8 DE NOVEMBRO DE 2003.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR ÁLVARO DIAS

RELATORIA “AD HOC”: SENADOR: ARTHUR VIRGÍLIO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 208, DE 2006**

APROVA O TEXTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO NA ÁREA DE TURISMO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO REINO DO MARROCOS, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2004.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR ÁLVARO DIAS

RELATORIA “AD HOC” SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 209, DE 2006**

APROVA O TEXTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO SUDÃO, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 11 DE MAIO DE 2005.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR JOSÉ JORGE

RELATORIA “AD HOC”: SENADOR EDUARDO SUPPLY

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 06**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 210, DE 2006**

APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA CROÁCIA SOBRE A ISENÇÃO PARCIAL DE VISTOS PARA PORTADORES DE

PASSAPORTES COMUNS, CELEBRADO EM ZAGREB, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2005.

AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD)

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

RELATORIA “AD HOC”: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 07

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2006-CRE

REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS DESTA CASA, QUE O **SR. MARCO AURÉLIO GARCIA**, ASSESSOR-CHEFE DA ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, SEJA CONVIDADO A COMPARECER A ESTA COMISSÃO PARA **PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE A CRISE QUE ORA SE ESTABELECE ENTRE A BOLÍVIA E O BRASIL.**

AUTORIA: SENADOR HERÁCLITO FORTES E OUTROS

RESULTADO: APROVADO

EXTRA-PAUTA

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

MENSAGEM (SF) Nº 112, DE 2006

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL, A ESCOLHA DO SENHOR FREDERICO CEZAR DE ARAUJO, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA BOLÍVIA.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA **DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.**

RESULTADO: APRECIADO

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2006

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ALIENAR, POR DOAÇÃO, UM HELICÓPTERO ESQUILO BITURBINA PARA A ARMADA DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

RELATORIA “AD HOC”: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 25/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - AUDIÊNCIA PÚBLICA

DESTINADA A DISCUTIR O IMPACTO DA CRISE DAS GRANDES CIDADES BRASILEIRAS SOBRE A DEFESA NACIONAL, OBJETO DO REQUERIMENTO Nº 20, DE 2005 – CRE, DE AUTORIA DO SENADOR ROMEU TUMA, APROVADO EM 05 DE MAIO DE 2005. COM A PRESENÇA DOS SENHORES:

ROBSON ROBIN – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

MAURO SPÓSITO – COORDENADOR DE FRONTEIRA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

WLADIMIR SÉRGIO REALE – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DO RIO DE JANEIRO

MARINA MAGGESSI – CHEFE DO SETOR DE INVESTIGAÇÃO DA DELEGACIA DE REPRESSÃO A ENTORPECENTES

RESULTADO: REALIZADA

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

REUNIÃO REALIZADA EM 02/05/2006 – CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ASSUNTOS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ITEM UM - AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA, “com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo VARIG”, em atendimento aos Requerimentos nº 11, 12 e 14, de 2006-CAS de autoria dos Senadores Antônio Carlos Valadares, Heráclito Fortes, Luiz Otávio, Tasso Jereissati, Ana Júlia Carepa e Eduardo Suplicy, respectivamente. Participaram da reunião os seguintes convidados: Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos – Procurador de Fundações, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Professor Paulo Rabello de Castro – Consultor da

FORAM APROVADOS OS SEGUINTE REQUERIMENTOS EXTRA-PAUTA:

Requerimento nº 021, de 2006-CI, requer nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Dr. Luiz Fernando Furlan, para comparecer a Reunião de Audiência Pública conjunta das Comissões de Serviços Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e Desenvolvimento Regional, acompanhado do Sr. Demian Fiocca – Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Autores: Senador Jefferson Peres e outros Senhores Senadores.

Requerimento nº 022, de 2006-CI, requer nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Dr. Nelson Machado, para comparecer a Reunião de Audiência Pública conjunta das Comissões de Serviços Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e Desenvolvimento Regional, acompanhado do Sr. Adacir Reis – Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência. Autores: Senador Jefferson Peres e outros Senhores Senadores

Requerimento nº 023, de 2006-CI, requer nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das questões atinentes à “Recuperação Judicial da VARIG”, notadamente quanto a sua relação com os Estados devedores (conforme relação anexa), sendo convidados os Governadores ou Vice-Governadores, ou seus Secretários de Fazenda dos Estados de São Paulo, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Distrito Federal. Autores: Senador Paulo Paim.

Requerimento nº 024, de 2006-CI, requer nos termos regimentais, seja convidado para participar de Reunião de Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e Desenvolvimento Regional e Turismo, o Dr. Erno Dionízio Brentano, Liquidante dos Planos VARIG no AERUS, com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo VARIG. Autores: Senador Heráclito Fortes e outros Senhores Senadores.

Requerimento nº 025, de 2006-CI, requer nos termos regimentais, sejam convidados para participarem de Reunião de Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e Desenvolvimento Regional e Turismo, o Dr. Luis Roberto Pontes, Reestruturador Empresarial do Plano do Grupo VARIG e o Comandante Márcio Marsillac, Coordenador dos Trabalhadores do Grupo Varig – TGV, a fim de discutirem a grave situação da VARIG. Autores: Senador Heráclito Fortes e outros Senhores Senadores

REUNIÃO REALIZADA EM 16/05/2006 – CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ITEM UM: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA, “com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo VARIG”, em atendimento aos Requerimentos nº 21, 22, 24 e 25, de 2006-CI, de autoria dos Senadores Jefferson Peres, Heráclito Fortes e outros, respectivamente, com a presença dos Senhores: Resultado: Reunião de Audiência Pública realizada, com a presença das seguintes autoridades: Dr. Demian Fiocca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; Dr. Adacir Reis, Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social; Dr. Luiz Roberto Pontes, Reestruturador Empresarial do plano do Grupo VARIG e Comandante Márcio Marsillac, Coordenador dos Trabalhadores do Grupo VARIG – TGV.
RESULTADO: REALIZADA.

REQUERIMENTOS APROVADOS:

Requerimento nº 026, de 2006-CI, requer nos termos regimentais, a realização de uma Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a participação do Presidente da Empresa Petróleo Brasileiro – PETROBRÁS, José Gabrielli; o Empresário Eike Batista; o Secretário-Geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães e o Diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura, Professor Adriano Pires, para analisarem a estatização e ativos da PETROBRÁS e a expulsão da empresa EBX, pela República da Bolívia. E, também, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. Autor: Senador José Jorge.

Requerimento nº 027, de 2006-CI, requer nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para, com a participação do Sr. José Gabrielli de Azevedo; Presidente da PETROBRÁS, e do Sr. Aloísio Marcos Vasconcelos Novais; Presidente da ELETROBRÁS, debater as causas do atraso na implantação do Gasoduto Urucu-Porto Velho. E, também, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. Autor: Senador Valdir Raupp.

Requerimento nº 028, de 2006-CI, requer nos termos regimentais, seja promovida no âmbito do Senado Federal, Reunião de Trabalho destinada a debater soluções de curto e médio prazo para a crise financeira que assola o caixa da VARIG, com a participação das Autoridades e Representantes dos seguintes órgãos: Dra. Erenice Guerra - Secretária Executiva da Casa Civil; Dr. Wagner Bitencourt – Diretor do BNDES; Dr. Adacir Reis e Erno Dionísio Brentano – Representando a Secretaria de Previdência Complementar –SPC;

Dr. Adesio de Almeida Lima – Vice-Presidente do Banco do Brasil; Dra. Maria das Graças – Presidenta da BR Distribuidora; Dr. Adenauher Figueira Nunes – Diretor Financeiro da INFRAERO; Dra. Josefina Valle de O. Pinha – Procuradora da INFRAERO; Senador Jefferson Peres, Senador Paulo Paim e Heráclito Fortes - Representando o Senado Federal;

Dep. Beto Albuquerque, Dep. Yeda Crusius e Dep. Jandira Feghali – Representando a Câmara dos Deputados; Comandante Márcio Marsillac e Profº Paulo Rabello de Castro- Representando os Trabalhadores do Grupo VARIG; Dr. Milton Zuanazzi – Representando a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e Dr. Marcelo Gomes – Representando a Empresa Alvarez e Marsal. Autores: Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores.

REUNIÃO REALIZADA EM 23/05/2006 – EXTRAORDINÁRIA (1ª REUNIÃO)

ITEM 01 - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 131, DE 2006, QUE “SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL O NOME DO SENHOR NELSON NARCISO FILHO, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP”.

AUTOR: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATOR: SENADOR LUIZ OTÁVIO

RELATÓRIO: DEPENDENDO DE PARECER

RESULTADO: APROVADO COM 19 (DEZENOVE) VOTOS “SIM”, 00 (NENHUM) VOTO “NÃO” E 00 (NENHUMA) “ABSTENÇÃO” NO TOTAL DE VOTOS 19 (DEZENOVE).

REUNIÃO REALIZADA EM 23/05/2006 – EXTRAORDINÁRIA (2ª REUNIÃO)

Reunião do Grupo de Trabalho da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura destinada a debater soluções de curto e médio prazo para a crise financeira que assola o caixa da VARIG, em atendimento ao Requerimento nº 28 de 2006-CI, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, respectivamente, com a presença dos Senhores:

Resultado: Reunião de Audiência Pública realizada, em caráter reservado, com a presença das seguintes autoridades:

Senadores Jefferson Peres, Pedro Simon, Paulo Paim, Heráclito Fortes, Eduardo Azeredo, Antônio João e João Ribeiro.

Deputados Beto Albuquerque, Tarcísio Zimmermann, Perondi e Vanessa Graziottin;

Dr. Renato Martins – Gerente da Área de Mercado de Capitais do BNDES;

Dr. Marcelo William Bottini – Presidente da VARIG

Dr. Pedro Caldas Pereira – Gerente Executivo de Produtos de Aviação da PETROBRÁS;

Ten. Brigadeiro José Carlos Pereira – Presidente da INFRAERO;

Dr. Adenauher Figueira Nunes – Diretor Financeiro da INFRAERO;

Dra. Josefina Valle de O. Pinha – Procuradora da INFRAERO;

Dr. Ricardo Flores – Diretor de Reestruturação de Ativos Operacionais do Banco do Brasil;

Dr. Milton Zuanazzi – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;

Dr. Waldemir Bargieri – Diretor de Fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar – SPC;

Erno Dionísio Brentano – Liquidante dos Planos VARIG no AERUS;

Dr. Marcelo Gomes – Representando a Empresa Alvarez e Marsal, e

Comandante Márcio Marsillac, Coordenador dos Trabalhadores do Grupo VARIG – TGV.

REUNIÃO REALIZADA EM 25/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: Reunião de Audiência Pública realizada, em caráter reservado, com a presença das seguintes autoridades: Senadores Paulo Paim, Jefferson Peres, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Antônio João, Magno Malta, Sérgio Zambiasi, Artur Virgílio, Flexa Ribeiro, Juvêncio da Fonseca, Eduardo Azeredo, Romero Jucá, Fernando Bezerra e Augusto Botelho; Deputados Beto Albuquerque e Tarcísio Zimmermann; Dr. Marcelo William Bottini – Presidente da VARIG; Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira – Presidente da INFRAERO; Dra. Josefina Valle de O. Pinha – Procuradora da INFRAERO, e Dr. Ricardo Flores – Diretor de Reestruturação de Ativos Operacionais do Banco do Brasil; Dr. Milton Sérgio Silveira Zuanazzi – Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Dr. Renato Martins – Gerente da Área de Mercado de Capitais do BNDES; Comandante Márcio Marsillac, Coordenador do Grupo de Trabalhadores da VARIG – TGV; Dr. Adenauer Figueira Nunes – Diretor Financeiro da INFRAERO;

Dr. Dagomar Alcício Anhô – Coordenador Geral de Regimes Especiais da Secretaria de Previdência Complementar; Dr. Pedro Caldas Pereira – Gerente Executivo de Produtos de Aviação da PETROBRÁS; Erno Dionísio Brentano – Liquidante dos Planos VARIG no AERUS; Dr. Marcelo Gomes – Gerente-Geral da Empresa Alvarez e Marsal; Dr. Manoel da Silva Neves – Diretor-Presidente da Associação Participantes e Beneficiários do AERUS – APRUS. **RESULTADO: REALIZADA**

REUNIÃO REALIZADA EM 30/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: Mensagem do Senado Federal nº 155, de 2006, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Fernando Antonio Brito Fialho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ”.

Autor: Presidência da República

Relator: Senador Romero Jucá

Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a Indicação.

Resultado: Aprovado com 18 (dezoito) votos “sim”, 00 (nenhum) voto “não” e 00 (nenhuma) “abstenção”. Total de votos = 18 (dezoito).

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

REUNIÃO REALIZADA EM 02/05/2006 – CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA E ASSUNTOS SOCIAIS

ITEM UM - AUDIÊNCIA PÚBLICA. “com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo VARIG”, em atendimento aos Requerimentos nº 11, 12 e 14, de 2006-CAS de autoria dos Senadores Antônio Carlos Valadares, Heráclito Fortes, Luiz Otávio, Tasso Jereissati, Ana Júlia Carepa e Eduardo Suplicy, respectivamente. Participaram da reunião os seguintes convidados: Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos – Procurador de Fundações, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Professor Paulo Rabello de Castro – Consultor da TGV.

REUNIÃO REALIZADA EM 11/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 488, DE 2003 - NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas, do dobro das despesas realizadas em Programas de Hospedagem para Lazer do Trabalhador, institui o vale-hospedagem e dá outras providências.

Autoria: Senador LEONEL PAVAN

Relatoria: Senador TEOTÔNIO VILELA FILHO

RELATOR AD HOC : Senador GILBERTO MESTRINHO

Parecer: Favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer Favorável ao Projeto e a Emenda nº 01 - CDR

ITEM Nº 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, DE 2003 - NÃO TERMINATIVO

Altera o Decreto-Lei nº 1191, de 27 de outubro de 1971, que dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo e a Lei nº 9825, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional da parcela da Tarifa de Embarque Internacional, de forma a incluir nova fonte de recursos no FUNGETUR.

Autoria: Senador **CÉSAR BORGES**

Relatoria: Senador **SÉRGIO CABRAL**

Relator AD HOC: Senador **AUGUSTO BOTELHO**

Parecer: Pela aprovação do projeto, nos termos do Substitutivo apresentado, e pela Rejeição da Emenda.

Observação: - Em 20/10/2005, foi concedido vista a Senadora Fátima Cleide, que até a presente data não se manifestou.

- Na mesma data foi apresentada uma Emenda, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

Resultado: Aprovado a Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01 - CDR (Substitutivo) e a Emenda destacada de autoria do Senador Tasso Jereissati.

ITEM Nº 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do Selo de Qualidade Nacional de Turismo.

Autoria: DEPUTADO - **BERNARDO ARISTON**

Relatoria: Senador **LEONEL PAVAN**

Relator AD HOC: Senador **LUIZ PONTES**

Parecer: Favorável ao projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao projeto.

REQUERIMENTO APROVADO:

Requerimento nº 14, de 2006 – CDR

- Proposta de criação de Grupo de Trabalho técnico composto por 3 senadores, que terá entre suas funções prestar informações periódicas à Presidência desta Comissão e a seus membros, no que se refere à programação e às ações que serão realizadas, com a parceria entre esta Comissão, a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara, a Frente Parlamentar do Turismo, o Ministério do Turismo, CNC, e outras entidades, e também articular a participação nos eventos que serão realizados durante o presente ano, para a celebração do ANO DO TURISMO, com as seguintes sugestões apresentadas pela Confederação Nacional do Comércio:

- Adaptar para o Brasil a campanha internacional *Turismo é riqueza*, sugerida pela Organização Mundial de Turismo para o ano de 2006;
- Estabelecer um marca-símbolo para o ANO DO TURISMO, a ser aplicada em diversas campanhas e publicações;
- Lançar a campanha *Turismo é riqueza* durante o Salão Nacional de Turismo em São Paulo, de 2 a 6 de junho/2006;
- A Campanha *Turismo é Riqueza* consistiria em diversas ações, como por exemplo:
 - Homenagens a autoridades públicas, organizações e profissionais no

- Dia Mundial do Turismo (27 de setembro);
- Mensagens do Legislativo e do Presidente da República, em cadeia nacional, sobre o ANO DO TURISMO;
 - Distribuição de postais aos turistas nos estabelecimentos hoteleiros e restaurantes filiados aos sindicatos ligados à FNHRBS;
 - Criação pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos do selo ANO DO TURISMO;
 - Concurso de redação com o tema “Turismo é Riqueza”;
 - Produção de folheto do ANO DO TURISMO para distribuição em instituições de ensino para sensibilização de alunos e professores sobre o tema “Turismo é Riqueza”;
 - Entrada livre no dia 27 de setembro para turistas e público em geral nas atividades e equipamentos turísticos (museus, parques nacionais e estaduais e outros equipamentos de lazer);
 - Sessão solene no Congresso Nacional.

Autoria: Senador Leonel Pavan.

REUNIÃO REALIZADA EM 16/05/2006 – CONUNTA COM AS COMISSÕES DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA E ASSUNTOS SOCIAIS

ITEM UM: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA, “com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo VARIG”, em atendimento aos Requerimentos nº 21, 22, 24 e 25, de 2006-CI, de autoria dos Senadores Jefferson Peres, Heráclito Fortes e outros, respectivamente, com a presença dos Senhores: Resultado: Reunião de Audiência Pública realizada, com a presença das seguintes autoridades: Dr. Demian Fiocca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; Dr. Adacir Reis, Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social; Dr. Luiz Roberto Pontes, Reestruturador Empresarial do plano do Grupo VARIG e Comandante Márcio Marsillac, Coordenador dos Trabalhadores do Grupo VARIG – TGV.
RESULTADO: REALIZADA.

RESULTADO DA REUNIÃO REALIZADA EM 25/05/2006 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - MENSAGEM (SF) Nº 133, DE 2006 - NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ENILDO MEIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador SÉRGIO GUERRA

Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: A Comissão aprova a indicação do Senhor ENILDO MEIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR para exercer o cargo de Diretor da ADENE com 10 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

REQUERIMENTO APROVADO: nº 15, de 2006 – CDR.

Requer a dispensa de interstício, para imediata discussão e votação da Mensagem nº 133, de 2006, no Plenário.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

REUNIÃO REALIZADA EM 17/05/2006 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: Audiência Pública com a finalidade de discutir as questões relacionadas ao esclarecimento sobre os índices de produtividade rural, com base nos estudos já realizados pelo Governo Federal, em cumprimento ao Requerimento nº 3, de 2006-CRA de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa e do Senador Eduardo Suplicy, com a presença dos seguintes convidados: 1) Caio França - Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Coordenador-Geral do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. 2) Régis Norberto Da Cunha Alimandro - Coordenador-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **RESULTADO: REALIZADA**

REUNIÃO REALIZADA EM 24/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 2002 - (NÃO TERMINATIVO)

Acrescenta artigo à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo código florestal, permitindo que nas propriedades rurais, a área de preservação permanente seja incluída no cálculo da reserva legal.

AUTOR: Senador Álvaro Dias

RELATOR: Senador Jonas Pinheiro

RELATÓRIO: Pela aprovação, na forma do Substitutivo que apresenta.

RESULTADO: APROVADO O PARECER.

OBS: Será encaminhado à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, em decisão terminativa.

ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2003. (NÃO TERMINATIVO)

Corrige distorções na correção dos cálculos dos financiamentos rurais passados, regula suas execuções e dá outras providências.

AUTOR: Senadora Heloísa Helena

RELATOR: Senador Álvaro Dias

RELATÓRIO: Pela aprovação, na forma do Substitutivo que apresenta.

RESULTADO: APROVADO O PARECER.

OBS: Em reunião realizada em 5/10/2005, foi concedido vista ao Senador Valdir Raupp, tendo sido devolvido sem manifestação. Será apreciado pela CAE, em decisão terminativa.

ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 04, DE 2006.

Requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Dr. Ariel Antônio Mendes, Vice-Presidente da União Brasileira de Avicultura - UBA, para que, em Audiência Pública nesta Comissão, em data oportuna, apresente aos senadores uma análise sobre o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e comente sobre a adesão dos estados ao Programa de Regionalização.

AUTOR: Senador Jonas Pinheiro

RESULTADO: APROVADO, COM ADENDO: REUNIÃO CONJUNTA DA CRA/SF COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

REUNIÃO REALIZADA EM 31/05/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, DE 2003

(NÃO TERMINATIVO)

Dispõe sobre a isenção do IPI a aguardente de cana-de-açúcar, e dá outras providências.

AUTOR: Senador Efraim Morais

RELATOR: Senador Aelton Freitas

RELATÓRIO: Pela rejeição do projeto.

OBS: Matéria Terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

RESULTADO: APROVADO O PARECER.

ITEM 02

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2006

(NÃO TERMINATIVO)

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

AUTOR: Deputado Assis Miguel de Couto

RELATORA: Senadora Ana Júlia Carepa

RELATÓRIO: Pela aprovação do projeto.

RESULTADO: APROVADO O PARECER.

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL**

ORIGEM	Expediente	DATA DO DOCUMENTO	ASSUNTO	DESTINO
Senador Renan Calheiros Presidente Senado Federal	OF/SF/682/2006	03/05/2006	Solicita Remessa do PLS nº 154, de 2002, para dar seguimento à tramitação, em atendimento ao requerimento do Senador Alvaro Dias.	Senador Antônio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
Senador Renan Calheiros Presidente Senado Federal	OF/SF/683/2006	02/05/2006	Solicita Remessa do PLS nºs 42, de 2006, 177, de 2003, 149 e 162, de 2005, para tramitação conjunta, em atendimento ao requerimento do Senador José Agripino.	Senador Luiz Otávio Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
Senador Renan Calheiros Presidente Senado Federal	OF/SF/698/2006	02/05/2006	Encaminha notas taquigráficas do pronunciamento do Senador Heráclito Fortes a respeito de convite feito ao Presidente do BNDES para participar de audiência pública em reunião conjunta Comissões Serviço de Infra-Estrutura, Assuntos Sociais.	Luiz Fernando Furlan Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Senador Renan Calheiros Presidente Senado Federal	OF/SF/699/2006	03/05/2006	Encaminha exemplar do Relatório Final dos Trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada Requerimento nº 3, de 2005 CPMI dos Correios.	Aldo Rebelo Presidente da Câmara dos Deputados
Senador Renan Calheiros Presidente Senado Federal	OF/SF/733/2006	08/05/2006	Encaminha como subsídio, o Processado OF. "S" nº 6, de 2006, contendo o relatório final da CPI, criada na CD, para investigar o tráfico de animais e plantas silvestres	Senador Leomar Quintanilha Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Federal			brasileiros, a exploração e o comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país.		Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA
Senador Renan Calheiros Presidente Senado Federal	OF/SF/748/2006	10/05/2006	Solicita remessa a SGM, dos PLS nºs 182, de 2003, e 352, de 2004, bem como PLC nº 35, de 2000, para dar prosseguimento à tramitação do parecer do Estatuto nº 2, de 2005, intitulado "O álcool nos meios de comunicação".		Senador Antônio Carlos Valadares Presidente Comissão de Assuntos Sociais - CAS
Senador Renan Calheiros Presidente Senado Federal	OF/SF/749/2006	10/05/2006	Solicita remessa a SGM, do PLS nº 115, de 2002, para dar prosseguimento à tramitação do parecer do Estatuto nº 2, de 2005, intitulado "O álcool nos meios de comunicação".		Senador Antônio Carlos Magalhães Presidente Comissão Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
Tião Viana 1º Vice-Presidente no Exercício da Presidência SF	OF/SF/770/2006	11/05/2006	Solicita remessa a SGM, em atendimento ao requerimento subscrito do Senador Jefferson Peres, dos Ofícios nºs S/25, de 1999 e 1, de 2001, para tramitação conjunta.		Senador Antônio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
Senador Tião Viana 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência SF	OF/SF/771/2006	11/05/2006	Solicita remessa a SGM, em atendimento ao requerimento subscrito do Senador Augusto Botelho, do PLS nº 406, de 2005, para que possa dar seguimento à tramitação do requerimento.		Senador Antônio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
Tião Viana 1º Vice-Presidente no Exercício da Presidência SF	OF/SF/772/2006	11/05/2006	Solicita remessa a SGM em atendimento ao requerimento subscrito do Senador Jefferson Peres, dos Ofícios nºs S/52, de 2000, e 2, de 2001, para tramitação conjunta.		Senador Antônio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ
Tião Viana 1º Vice-Presidente no Exercício da Presidência	OF/SF/773/2006	11/05/2006	Solicita remessa a SGM, em atendimento ao requerimento subscrito do Senador Augusto Botelho, do PLS nº 321, de 2003, para que possa dar seguimento à tramitação do		Senador Antônio Carlos Valadares Presidente da Comissão de

SF				requerimento.	
Tiao Viana 1º Vice-Presidente no Exercício da Presidência SF	OF/SF/774/2006	11/05/2006	Solicita remessa a SGM, em atendimento ao requerimento subscrito do Senador Augusto Botelho, do PLS nº 102, de 2006, para que possa dar seguimento à tramitação do requerimento.	Senador Antônio Carlos Valadares Presidente da Comissão de Assuntos Sociais - CAS	
Tiao Viana 1º Vice-Presidente no Exercício da Presidência SF	OF/SF/775/2006	11/05/2006	Solicita remessa a SGM em atendimento ao requerimento subscrito do Senador Jefferson Peres, dos Ofícios nºs S/21, de 2000, e 6, de 2002, para tramitação conjunta.	Senador Antônio Carlos Magalhães Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ	
Tiao Viana 1º Vice-Presidente no Exercício da Presidência SF	OF/SF/776/2006	11/05/2006	Solicita remessa a SGM, em atendimento ao requerimento subscrito do Senador Augusto Botelho, do PLS nº 122, de 1999, para que possa dar seguimento à tramitação do requerimento.	Senador Antônio Carlos Valadares Presidente da Comissão de Assuntos Sociais - CAS	
Tiao Viana 1º Vice-Presidente no Exercício da Presidência SF	OF/SF/777/2006	11/05/2006	Solicita remessa a SGM, em atendimento ao requerimento subscrito do Senador Augusto Botelho, do PLS nº 25, de 2003, para que possa dar seguimento à tramitação do requerimento.	Senador Antonio Carlos Valadares Presidente da Comissão de Assuntos Sociais - CAS	
Senador Renan Calheiros Presidente Senado Federal	OF/SF/780/2006	11/05/2006	Encaminha Notas taquigráficas de Pronunciamento, e da documentação que o acompanha, Senador Heráclito Fortes, na sessão de 11 de maio de 2006. Cópia.	Ministro Nelson Machado Ministro de Estado da Presidência Social	
Senador Renan Calheiros Presidente Senado Federal	OF/SF/781/2006	11/05/2006	Encaminha Notas taquigráficas de Pronunciamento, e da documentação que o acompanha, Senador Heráclito Fortes, na sessão de 11 de maio de 2006. Cópia.	Senador Luiz Otávio Presidente - CAE	
Senador Renan Calheiros Presidente Senado Federal	OF/SF/782/2006	11/05/2006	Encaminha Notas taquigráficas de Pronunciamento, e da documentação que o acompanha, Senador Heráclito Fortes, na sessão de 11 de maio de 2006. Cópia.	Senador Leomar Quintanilha Presidente - CMA	
Senador Renan	OF/SF/783/2006	11/05/2006	Encaminha Notas taquigráficas de Pronunciamento, e da	Ministro Adylson Motta	

Calheiros Presidente Senado Federal			documentação que o acompanha, Senador Heráclito Fortes, na sessão de 11 de maio de 2006.OF/SF/783/2006 remetido ao Relator, Ministro Benjamin Zymler.	Presidente do Tribunal de Contas da União
Senador Renan Calheiros Presidente Senado Federal	OF/SF/786/2006	15/05/2006	Consulta sobre o interesse em editar, em parceria com o SF, a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre comissões parlamentares de Inquérito.	Ministra Ellen Gracie Presidente do STF
Senador Renan Calheiros Presidente Senado Federal	OF/SF/793/2006	16/05/2006	Encaminha PLS nº 220, de 2003, que cria o Programa de Subsídio Habitacional para policial Militares e Cíveis - PSHP, como subsídio para o estudo sobre segurança pública.	Senador Antônio Carlos Magalhães Presidente Comissão Constituição Justiça Cidadania
Senador Renan Calheiros Presidente Senado Federal	OF/SF/809/2006	15/05/2006	Encaminha os Quadros Consolidados do Volume I dos autógrafos do Projeto de Lei nº 40, de 2005-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006, retificados. Os documentos foram remetidos a Casa Civil Presidente República para substituição.	Deputado Aldo Rebelo Presidente da Câmara dos Deputados
Senador Efraim Morais Primeiro-Secretário Senado Federal	OF/SF/810/2006	15/05/2006	Em aditamento ao Ofício nº 190 (CN), de 26 de abril de 2006, encaminha Quadros Consolidados constantes do Volume I dos autógrafos do Projeto de Lei nº 40, de 2005-CN, que "estima a receita e fixa a despesas da União para o exercício financeiro de 2006".	Dilma Vana Rousseff Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República Palácio do Planalto
Senador Renan Calheiros Presidente Senado Federal	OF/SF/811/2006	17/05/2006	Solicita remessa a SGM, em atendimento ao requerimento subscrito do Senador Augusto Botelho, do PLS nº 112, de 2006, para dar seguimento a sua tramitação.	Senador Antônio Carlos Magalhães Presidente Comissão Constituição Justiça Cidadania

Senador Renan Calheiros Presidente Senado Federal	OF/SF/815/2006	17/05/2006	Solicita remessa a SGM, em atendimento ao requerimento subscrito do Senador Romero Juca, dos PLS nºs 245, de 2003 e 19, de 2005, para tramitação conjunta.	Senador Luiz Otávio Presidente Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
Senador Renan Calheiros Presidente Senado Federal	OF/SF/816/2006	16/05/2006	Em resposta ao OF. PGR/GAB/Nº 373, de 17 de abril de 2006, informa que a CPMI Banestado encerrou seus trabalhos sem apresentar relatório final. A documentação solicitada no OF. nº 2635/2006/PRPR-FTCC5, da PGR/PR, foi encaminhada pela presidência CPMI.	Antônio Fernando Barros e Silva de Souza Procurador Geral da Republica MPF
Senador Tiao Viana Presidente Vice- Presidente, no exercício da Presidência Senado Federal	OF/SF/851/2006 OF/PGR/GAB/534	18/05/2006	Informa que o OF/PGR/GAB/534, de 11 de maio de 2006, referente ao encaminhamento da PGR, da Portaria nº 01/2006 - 4ª CCR/MPF, de 02 de maio de 2006, que institui Grupo de Trabalho de Acompanhamento Legislativo. Visando acompanhar as discussões e debates, encaminhamentos e conflitos de interesse dos projetos de lei em tramite no CN, atinentes ao meio Ambiente e ao patrimônio Cultural, foi e lido em sessão e encaminhado para CMA e CE SF, publicará em Diário SF.	Antônio Fernando Barros e Silva de Souza Procurador Geral da Republica Ministério Publico Federal
Senador Renan Calheiros Presidente Senado Federal	OF/SF/852/2006	17/05/2006	Encaminha Parecer nº 1, de 2006-CCS, sobre o álcool nos meios de comunicação: publicidade de bebidas alcoólicas, aprovado na 1ª Reunião do Conselho de Comunicação Social, em 6 de março de 2006.	Deputado Aldo Rebelo Presidente da Câmara dos Deputados
Senador Renan Calheiros Presidente Senado Federal	OF/SF/855/2006	23/05/2006	Comunica que se encontra na Secretaria-Geral da Mesa documento de caráter sigiloso encaminhando informações em envelope lacrado do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 1.355, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães	Senador Antônio Carlos Magalhães
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/859/2006	23/05/2006	Encaminha a Câmara Legislativa do DF, copia dos PLS que estão em tramitação sobre concursos públicos, em atendimento ao OF nº 02/2006-CCJ/CLDF, do dia 11 de	Deputado Brunelli Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/868/2006	23/05/2006	maio de 2006.	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Augusto Botelho, do PLS nº218, de 2001, para dar seguimento à tramitação.	Câmara Legislativa DF Senador Luiz Otavio Presidente Comissão Assuntos Econômicos - CAE
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/869/2006	23/05/2006		Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Augusto Botelho, do PLS nº132, de 2005, para dar seguimento à tramitação.	Senador Antonio Carlos Valadares Presidente Comissão de Assuntos Sociais
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/870/2006	23/05/2006		Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Augusto Botelho, do PLS nº 97, de 2002, para dar seguimento à tramitação.	Senador Luiz Otavio Presidente Comissão Assuntos Econômicos - CAE
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/871/2006	23/05/2006		Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Augusto Botelho, do PLS nº169, de 2003, para dar seguimento à tramitação.	Senador Luiz Otavio Presidente Comissão Assuntos Econômicos - CAE
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/872/2006	23/05/2006		Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Augusto Botelho, do PLS nº226, de 2002, para dar seguimento à tramitação.	Senador Luiz Otavio Presidente Comissão Assuntos Econômicos - CAE
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/873/2006	23/05/2006		Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Augusto Botelho, do PLS nº120, de 2006, para dar seguimento à tramitação.	Senador Luiz Otavio Presidente Comissão Assuntos Econômicos - CAE
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/875/2006	24/05/2006		Encaminha relação de emendas orçamentárias apresentadas pelo Deputado Federal Benedito de Carvalho de Sa e Atila Freitas Lira, constantes do Banco de dados CN, em referencia a Petição nº 3621 do DPF/SRPF/PB, e a solicitação do OF nº 2908/R STF, de 23 de maio 2006.	Ministro Gilmar Mendes Ministro-Relator da Petição nº 3621 Supremo Tribunal Federal
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/876/2006	24/05/2006		Comunica designação Senador Fernando Bezerra (PTB), César Borges (PFL), Eduardo Azeredo (PSDB), Tiao Viana (PT) e Luiz Otavio (PMDB), para comporem a Comissão Mista criada pelo Ato Conj. nº 2, de 2006, destinada a sintetizar os projeto de saneamento em tramitação nas duas casas.	Deputado Aldo Rebelo Presidente CD

Senadora Serys Silhessarenko Exercício da Primeira- Secretaria	OF/SF/880/2006	25/05/2006	Encaminha cópia do Aviso nº 205/2006, de 24 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao requerimento nº 457, de 2006.	Senador João Ribeiro
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/881/2006	25/05/2006	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Ney Suassu, do PLS nº 76, de 2000, para dar seguimento a tramitação.	Senador Antonio Carlos Valadares Presidente Comissão de Assuntos Sociais
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/882/2006	25/05/2006	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Augusto Botelho, do PLS nº 165, de 2003, para dar seguimento a tramitação.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão Constituição Justiça Cidadania
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/883/2006	25/05/2006	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Augusto Botelho, do PLS nº 337, de 2005, para dar seguimento a tramitação.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão Constituição Justiça Cidadania
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/884/2006	25/05/2006	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Augusto Botelho, do PLS nº 35, de 2003, para dar seguimento a tramitação.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão Constituição Justiça Cidadania
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/885/2006	25/05/2006	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Augusto Botelho, do PLS nº 119, de 2002, para dar seguimento a tramitação.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão Constituição Justiça Cidadania
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/886/2006	25/05/2006	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Augusto Botelho, do PLS nº 6, de 2002, para dar seguimento à tramitação.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão Constituição Justiça Cidadania
Senador Renan Calheiros	OF/SF/887/2006	25/05/2006	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Augusto Botelho, do PLS nº 43, de 2001, para	Senador Antonio Carlos Magalhães

Presidente SF			dar seguimento à tramitação.	Presidente Comissão
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/985/2006	31/05/2006	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Ney Suassuna, do PLC nº 67, de 2005, para que possa dar seguimento a tramitação.	Constituição Justiça Cidadania Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Álvaro Dias, do PLC nº 51, de 2006, para que possa dar seguimento a tramitação. Senador Antonio Carlos Valadares Presidente Comissão de Assuntos Sociais.
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/986/2006	31/05/2006	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Siba Machado, do PLS nº 324, de 2005, para que possa dar seguimento a tramitação.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão de Assuntos Sociais.
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/987/2006	31/05/2006	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Siba Machado, do PLS nº 159, de 2005, para que possa dar seguimento a tramitação.	Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão de Assuntos Sociais.
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/988/2006	31/05/2006	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Álvaro Dias, do PLC nº 51, de 2006, para que possa dar seguimento a tramitação.	Constituição Justiça Cidadania Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente Comissão de Assuntos Sociais.
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/989/2006	31/05/2006	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Ideli Salvatti, do PLS nº 5, de 2006, para que possa dar seguimento a tramitação.	Constituição Justiça Cidadania Senador Antonio Carlos Valadares Presidente Comissão de Assuntos Sociais.
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/990/2006	31/05/2006	Solicita Remessa a SGM, em atendimento ao requerimento do Senador Paulo Palm, dos PLS nº 17, de 2004, dos PLS nºs 263, de 2003, 176, de 2000, e 295, de 2003, para efetuar o desapensamento do PLS nº 17, de 2004.	Senador Antonio Luiz Otávio Presidente Comissão de Assuntos Econômicos
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/994/2006	31/05/2006	Encaminha OF. Nº 1168/06/SGM/P, de 30 de maio de 2006, do presidente da Câmara dos Deputados, na qual refere-se ao OF nº 71/2005 - CPMI da Emigração Ilegal, na qual apresenta o PL que altera a Lei 8.213, de 24 de junho de 1991.	Senador Marcelo Crivela Presidente CPMI da Emigração Ilegal, Criada pelo Requerimento nº 2, de 2005-CN

ATAS DE COMISSÕES
(Publicadas em suplemento a este Diário)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 124 , DE 2006

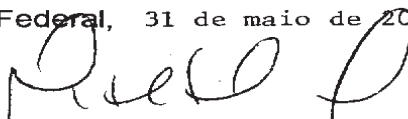
O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Designar o servidor José de Ribamar Pereira da Silva, matrícula 56033, para integrar como membro, o Grupo de Trabalho incumbido de assessorar e coordenar o processo de apreciação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO e no Congresso Nacional.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 959 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007843/06-2,

RESOLVE dispensar a servidora SONIBEL PASTRANA PEREIRA RABELO, matrícula 55454, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Relacionamento Público da Coordenação de Análise de Notícias, da Secretaria de Pesquisa e Opinião, a partir de 24 de maio de 2006, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 31 de maio de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 960 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 050, de 2004, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 007981/06-6,

RESOLVE dispensar a servidora BEATRIZ DE MENDONÇA J. E COSTA, matrícula 47160, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Diretor-Adjunto, Símbolo FC-8, da Secretaria Rádio Senado, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 26 de maio de 2006.

Senado Federal, 31 de maio de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 961 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 050, de 2004, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 007982/06-2,

RESOLVE designar a servidora NARA DO CARMO LIMA FERREIRA, matrícula 54292, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Diretor-Adjunto, Símbolo FC-8, da Secretaria Rádio Senado, a partir de 26 de maio de 2006.

Senado Federal, 31 de maio de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 962 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 008168/06-7,

RESOLVE designar o servidor FRANCISCO PEREIRA DA SILVA, matrícula 25711, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Secretaria de Arquivo, a partir de 29 de maio de 2006.

Senado Federal, 31 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA,
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 963 , DE 2006

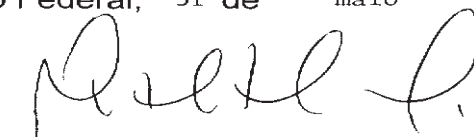
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ANTÔNIO CARLOS AMORIN DA COSTA, matrícula nº 11591, e LEDA MARIA SALES BRAUNA BRAGA, matrícula nº 50900, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 007382/06-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 964 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006.174/06-0,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 746, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3468, de 27/04/2006, que nomeou **ELCI DUARTE BARRIGA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilvam Borges, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 31 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 965 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005.757/06-1.

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 689, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3462, de 18/04/2006, que nomeou **ELUANA FERREIRA BORGES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 31 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 966 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs 003.224/06-6 e 005.586/06-2,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 695, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3462, de 18/04/2006, que nomeou **JEFRY SOUSA HIPPOLYTE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilvam Borges, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 31 de maio de 2006.



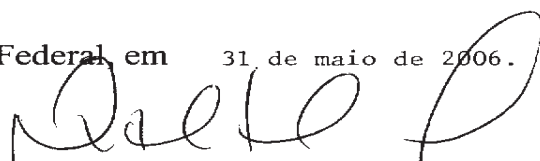
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 967 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008239/06-1**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **WANESSA GOMES CORDEIRO**, matrícula n.º 182828, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-06, do Gabinete do Senador Fernando Bezerra, a partir de 01 de junho de 2006.

Senado Federal em 31 de maio de 2006.



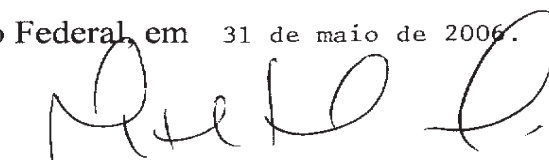
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 968 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008296/06-5**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **WILTON BELÉM DOS SANTOS**, matrícula n.º 190126, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-03, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos, a partir de 30 de maio de 2006.

Senado Federal, em 31 de maio de 2006.



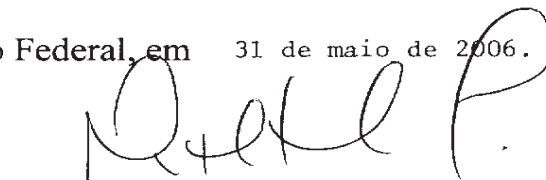
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 969 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral n.º 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008197/06-7**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, da servidora **ADRIANA ROSÂNGELA LIMA REIS**, matrícula n.º 195926, de Assistente Parlamentar, AP-7, para o de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete do Senador Rodolpho Tourinho.

Senado Federal, em 31 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 970 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008294/06-2 e 008297/06-1**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **RAIMUNDO COSTA PARRIÃO JÚNIOR**, matrícula n.º 194247, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-8, e sua respectiva lotação, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos para o Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 31 de maio de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 971 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008208/06-9**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **SÔNIA LÚCIA SILVA COUTO**, matrícula n.º 176865, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador João Tenório.

Senado Federal, em 31 de maio de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 972 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008198/06-3**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ LÚCIO CRUZ PATRÍCIO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Rodolpho Tourinho.

Senado Federal, em 31 de maio de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 973 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008295/06-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ARIOSVALDO MOTA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-06, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 31 de maio de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias * BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza * PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney **	Paraíba PMDB – Ney Suassuna * PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão **	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** ^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** ^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João ** ^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa **	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque ** PFL – Paulo Octávio **
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro ** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen * BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan **	Amapá PMDB – José Sarney * PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres ** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros * PFL – Jonas Pinheiro ** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko** -----	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves * PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	(VAGO)²	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso

² Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 286 PÁGINAS